



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARCÍLIO RONALDO GARCIA

**AS AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TRABALHO NA
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE
LONDRINA-PR**

Londrina
2018

MARCÍLIO RONALDO GARCIA

**AS AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TRABALHO NA
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE
LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Líria Maria Bettiol Lanza.

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

GARCIA, MARCÍLIO RONALDO.

AS AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA-PR / MARCÍLIO RONALDO GARCIA. - Londrina, 2018.
214 f. : il.

Orientador: LIRIA MARIA BETTIOL LANZA.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Economia Solidária. Trabalho. Política Social. Ação Pública. - Tese. I. BETTIOL LANZA, LIRIA MARIA. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

MARCÍLIO RONALDO GARCIA

**AS AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TRABALHO NA
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA E
LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Líria Maria Bettiol Lanza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a Dr^a Cassia Maria Carloto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^o Dr^o Luís Miguel Luzio dos Santos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 03 de Abril de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Professora Dr^a Líria Maria Bettioli Lanza, minha orientadora, não só pela constante orientação neste trabalho, mas, sobretudo pela sua amizade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, em especial aos que ministraram aulas das quais cursei. Obrigado!

Aos professores que ao aceitaram compor a banca deste trabalho, pois contribuíram para sua produção e meu aprendizado. Obrigado Professora Dr^a Cassia! Obrigado Professor Dr^o Luis Miguel!

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, pelo convívio e aprendizado partilhado nas discussões em sala de aula. Obrigado!

Aos colegas do projeto de pesquisa *Trajetórias de Imigrantes nos territórios: a construção do acesso às políticas de seguridade social* e do projeto de extensão *Migrar com direitos*. Obrigado pelo convívio e aprendizado partilhado!

À Comissão de Representação Discente, experiência singular de participação que nos despertou diversas emoções na defesa de nossa trincheira e nas distantes incursões na terra de ninguém. Obrigado!

Aos amigos com os quais partilhei à caminhada nessa estrada sinuosa repleta de aclives e declives, ainda que por um breve momento; que mesmo na distância e depois de algum tempo nunca recusaram um chamado. Obviamente há uns mais do que outros, mas a todos muito obrigado por lutarem e entornar copos ao meu lado!

Às instituições e empreendimentos econômicos solidários participantes da pesquisa, pois sem a participação esse trabalho não seria possível. Principalmente aos trabalhadores que se aventuram cotidianamente pelo mundo do trabalho, em especial, aos do trabalho associado, que me inspiram com sua luta. Obrigado!

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante todo o período de realização deste mestrado.



facebook.com/blogclubedamafalda

clubedamafalda.blogspot.com

GARCIA, Marcílio Ronaldo. **As ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR.** 2018. 214 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

Com o advento do século XXI o trabalho associado ganhou visibilidade no cenário brasileiro sob a expressão do que se convencionou chamar Economia Solidária. Essas iniciativas acompanham o capitalismo pelo decorrer da história, nascendo como expressão das lutas e resistências dos trabalhadores, entretanto, também servindo aos interesses do capital. Considerando o desenvolvimento diversificado da Economia Solidária em terras brasileiras, isto é, não apenas o surgimento e as características dos empreendimentos solidários, mas também a heterogeneidade de apoiadores governamentais e não governamentais, evidencia-se a necessidade de estudar essas iniciativas. Diante do exposto, nos deparamos com o problema de como o Estado na sua intervenção tem tratado as experiências de Economia Solidária, isto é, se os empreendimentos formados e geridos por trabalhadores têm sido efetivamente reconhecidos e apoiados pelas ações públicas que os perpassam. O presente trabalho possui o objetivo de analisar as ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR. Para atingir tal propósito, buscamos atender especificamente alguns objetivos, a saber: identificar as ações públicas de apoio e fomento voltadas aos empreendimentos econômicos solidários (EES), no que tange a organização do trabalho associado na região metropolitana de Londrina-PR; sistematizar informações sobre as características dos EES na região metropolitana de Londrina-PR; e, compreender o conceito de trabalho assalariado e Economia Solidária para os EES, gestores públicos e entidades de apoio e fomento (EAF). Como metodologia, realizamos contatos telefônicos com todos os municípios da região metropolitana de Londrina a fim de identificar as ações de apoio, assessoria e fomento realizadas pelos governos e entidades não governamentais, bem como os empreendimentos atendidos por elas. Do mesmo modo, buscamos identificar as entidades de apoio e fomento as iniciativas de Economia Solidária. A partir disso, aplicamos questionários aos gestores públicos (Apêndice A) e entidades de apoio e fomento (Apêndice B). Formulários também foram aplicados aos EES (Apêndice C), com o propósito de sistematizar suas características gerais na região. Após essa primeira coleta de dados, buscamos qualificar a pesquisa com a realização de 02 (dois) debates de grupo, sendo 01 (um) com empreendimento de catadores de materiais recicláveis e 01 (um) com a diversidade dos outros empreendimentos. Nossas análises tiveram como base a análise de conteúdo e se desenvolveram em três eixos, a saber: as ações públicas; as características dos empreendimentos econômicos solidários; e, as concepções de Economia Solidária. As ações públicas desenvolvidas na região são marcadas pela heterogeneidade, entretanto, possuem algumas características gerais, que são marcadas por três eixos de formação, a saber: Economia Solidária; gestão do empreendimento; e, área técnica e/ou produtiva. As entidades de apoio possuem mantenedores, sendo financiadas por outras entidades ou convênios públicos. Ao implementar ações públicas para enfrentar as expressões da questão social, a permanência delas é transferida para responsabilidade daqueles que as

vivenciam. Os EES participantes são formados majoritariamente por mulheres e os rendimentos proporcionados complementam a renda de famílias, mas na maioria dos casos não é capaz de se tornar a principal fonte de renda familiar.

Palavras-chave: Economia Solidária. Trabalho. Política Social. Ação Pública.

GARCIA, Marcílio Ronaldo. **Public actions aimed to Solidarity Economy work in Londrina-PR metropolitan area.** 2018. 214 p. Dissertation (Master's degree in Social Work and Social Policy) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

The advent of the 21st century has given visibility to associated work in the Brazilian scenario under the name of Solidarity Economy. These initiatives follow the capitalism through history, originating as expression of struggles and resistance of workers, nevertheless, it also serves the capital interests. Taking into consideration the diversified development of Solidarity Economy in Brazil, namely, not only the emergence and characteristics of solidary enterprises, but also the heterogeneity of governmental and non-governmental supporters, which emphasize the necessity of study these initiatives. In view of the above, it is encountered a problem on how the State on its intervention has been treating experiences of Solidarity Economy, namely, if the ventures formed and managed by works have been effectively recognized and supported by public actions. The objective of this research is to analyze public actions aiming to the work in Solidarity Economy in Londrina-PR metropolitan area. In order to fulfill such intention, it was established specific objectives, which include identify supporting promotion public actions aiming economic solidary enterprises (ESE), the organization of associated work in Londrina-PR metropolitan area; systematizing information on the characteristics of ESE in Londrina-PR metropolitan area; comprehend the concept of paid work and Solidarity Economy for ESE, public managers and supporting promotion entities (SPE). As methodology, phone calls were made in order to contact all cities in Londrina metropolitan area aiming to identify supporting actions, promotion and consulting carried by government and non-governmental entities, as well as enterprises assisted by them. Likewise, promotion entities and supporting actions of Solidarity Economy. Based on that, questionnaires were applied to public managers (Appendix A), promotion and supporting entities (Appendix B). Formularies were also applied to ESE (Appendix C), having the purpose of systematize its general characteristics. After this first data gathering, the research was qualified with two group debates, the first involved recyclable material collector enterprises and the second containing the diversity of the other enterprises. The analyses are grounded on content analyses and were developed in three axes: public actions; solidarity economy enterprise characteristics; and Solidarity Economy conceptions. The public actions which are developed in the area are defined by heterogeneity, however, they possess some general characteristics, they are highlighted by three formation axes: Solidarity Economy; enterprise management; technical and/or productive area. The supporting entities possess maintainers, in this manner, they are funded by other entities or public accords. Implement public actions to face social issues, their continuity is a responsibility transferred to those who live them. The ESE which took part in this research are mainly consisting by women and the earnings complement the familiar income, however in most of the cases, it is not enough to became the family main income source.

Keywords: Solidarity economy. Labor. Social policies. Public actions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível	79
Figura 2 – Economia Solidária no Brasil.....	101
Figura 3 – Mapa da Região Metropolitana de Londrina.....	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – EES que se identificam como praticantes da Economia Solidária em porcentagem	156
Gráfico 2 – Participantes dos EES em porcentagem	157
Gráfico 3 – Cor ou raça predominante dos sócios em porcentagem.....	158
Gráfico 4 – Categorias sociais dos sócios dos EES em porcentagem	159
Gráfico 5 – Perfil predominante dos sócios dos ESS em porcentagem.....	160
Gráfico 6 – EES em que os sócios são beneficiários de programas de transferência de renda em porcentagem.....	160
Gráfico 7 – Perfil etário predominante dos sócios em porcentagem.....	161
Gráfico 8 – Formas de organização dos EES em porcentagem	161
Gráfico 9 – Contribuição dos sócios com a previdência social predominante nos EES em porcentagem	162
Gráfico 10 – Situação atual dos EES em porcentagem.....	162
Gráfico 11 – Área de atuação dos EES em porcentagem	163
Gráfico 12 – Atividades econômicas realizadas pelos EES em porcentagem	164
Gráfico 13 – Faturamento mensal dos EES	165
Gráfico 14 – Valor médio da remuneração ou retirada mensal dos sócios por EES	166
Gráfico 15 – Renda obtida pelos sócios por EES em porcentagem	167
Gráfico 16 – Forma de remuneração ou retirada dos sócios por EES em porcentagem	168
Gráfico 17 – Acesso dos EES a assessoria, assistência ou capacitação em porcentagem	169
Gráfico 18 – Tipo de apoio que o EES obteve	170
Gráfico 19 – Instâncias de coordenação dos EES em porcentagem	171
Gráfico 20 – Periodicidade de assembleia geral ou reunião coletiva dos sócios em porcentagem	171
Gráfico 21 – Relação dos EES na participação em movimentos sociais, sindicatos e/ou pastorais em porcentagem	172
Gráfico 22 – Principais conquistas obtidas pelos EES em porcentagem	172
Gráfico 23 – Principais desafios dos EES em porcentagem.....	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Estratégia de Reforma do Aparelho do Estado	47
Quadro 2	– A circulação mercantil capitalista	56
Quadro 3	– Entidades e redes nacionais que deram origem ao GT- Brasileiro	104
Quadro 4	– Características das organizações que compõem o FBES.....	105
Quadro 5	– Constituição do FBES	106
Quadro 6	– Estrutura organizacional do Ministério do Trabalho	110
Quadro 7	– Divisões da Subsecretaria de Economia Solidária	112
Quadro 8	– Leis estaduais que instituem a RMLO	117
Quadro 9	– Dados demográficos da região metropolitana de Londrina	118
Quadro 10	– Percentagem de Trabalhadores sem Carteira de Trabalho Assinada e Trabalhadores Autônomos na RMLO, por município	120
Quadro 11	– Municípios da RMLO que realizam alguma ação pública voltada para o trabalho associado.....	121
Quadro 12	– Entidades da RMLO que realizam alguma ação pública voltada para o trabalho associado	122
Quadro 13	– Empreendimentos assessorados pelo PROVOPAR-LD por meio de convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Londrina-PR	130
Quadro 14	– Empreendimentos assessorados pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina – CMTULD.....	136
Quadro 15	– Valor dos contratos dos Empreendimentos assessorados pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina – CMTULD	137
Quadro 16	– Empreendimentos assessorados pelo Instituto EMATER	139
Quadro 17	– Empreendimentos assessorados pelo Instituto Colmeia de Cidadania	140
Quadro 18	– Empreendimentos assessorados pelo Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos	142
Quadro 19	– Tipo de apoio (assessoria, assistência ou capacitação) a entidade oferece.....	143

Quadro 20 – Categorias sociais dos empreendimentos assessorados pelas instituições participantes da pesquisa	144
Quadro 21 – Ações que as Instituições desenvolvem junto aos empreendimentos.....	147
Quadro 22 – Dificuldades e/ou desafios enfrentados na assessoria, assistência ou capacitação	150
Quadro 23 – Conquistas que consideram ter atingido na assessoria, assistência ou capacitação	152
Quadro 24 – Equipe técnica envolvida com a assessoria	153
Quadro 25 – Ações que a entidade desenvolve e relação com a Economia Solidária	174

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CNBB	Conselho Nacional de Bispos do Brasil
CODEL	Companhia de Desenvolvimento de Londrina
COMURB	Companhia Municipal de Urbanização
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPRA	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
CRIDA	Centre de Recherche et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie (Centro de Investigação e Informação sobre Democracia e Autonomia)
DLIS	Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável
DPSB	Diretoria de Proteção Social Básica
DRU	Desvinculação de Receitas da União
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTES	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCP's	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal

MARE	Ministério de Administração e Reforma do Estado
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MNLA	Movimento Nacional da Luta Antimanicomial
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTSM	Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental
NEAGRO	Núcleo de Estudos de Agroecologia
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação Profissional
PNAFE	Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PPA	Plano Plurianual
PPCPO	Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
PT	Partido dos Trabalhadores
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
REME	Movimento de Renovação Médica
RILESS	Rede de Investigadores Latino-americanos em Economia Social e Solidária
RMLO	Região Metropolitana de Londrina
SDTS	Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SEDAI	Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPTR	Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
SETI	Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICOPAS	União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	ESTADO E PROTEÇÃO SOCIAL	27
2.1	O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL	27
2.2	O ESTADO E A PROTEÇÃO SOCIAL	34
2.3	GESTÃO PÚBLICA E TRABALHO ASSOCIADO.....	41
3	TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	51
3.1	TRABALHO E CAPITALISMO	51
3.2	DA GÊNESE ÀS CRÍTICAS DO COOPERATIVISMO	58
3.3	DAS RAÍZES DA AUTOGESTÃO AO “NOVO COOPERATIVISMO”	70
3.4	AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....	75
4	AÇÃO PÚBLICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA	85
4.1	OS DEFENSORES E CRÍTICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	86
4.2	O RECENTE HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	97
5	AS AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA-PR	115
5.1	A REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA-PR.....	115
5.1.1	O Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina-PR	124
5.1.2	Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina (PROVOPAR-LD).....	129
5.1.3	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU-LD).....	132
5.1.4	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Instituto EMATER).....	138
5.1.5	Instituto Colmeia de Cidadania.....	140
5.1.6	Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO).....	140
5.2	AS AÇÕES PÚBLICAS.....	143

5.3	AS CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS.....	156
5.4	AS CONCEPÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	174
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
	REFERÊNCIAS.....	187
	APÊNDICES	195
	APÊNDICE A – Questionário GP	196
	APÊNDICE B – Questionário EAF.....	199
	APÊNDICE C – Formulário EES.....	202
	APÊNDICE D – Roteiro de perguntas semiestruturado para os debates de grupo.....	205
	APÊNDICE E – TCLE.....	206
	ANEXOS	208
	ANEXO A – Lei nº10.523/2008 – Londrina-PR	209

1 INTRODUÇÃO

Com o advento do século XXI o trabalho associado ganhou visibilidade no cenário brasileiro sob a expressão do que se convencionou chamar Economia Solidária. Essas iniciativas acompanham o capitalismo pelo decorrer da história, nascendo como expressão das lutas e resistências dos trabalhadores, entretanto, também servindo aos interesses do capital. Historicamente autores divergem sobre essas experiências, seja com as polêmicas que envolveram autores clássicos, ou recentemente, com autores que defendem e criticam essas iniciativas. Todavia, independentemente desses posicionamentos constata-se que trabalhadores do campo e da cidade têm as praticado de diversas formas, portanto, evidencia-se a relevância dessa forma de organizar o trabalho para enfrentar as vicissitudes da vida cotidiana.

Entendemos que o apoio às iniciativas de Economia Solidária ganha impulso a partir do I Fórum Social Mundial (FSM), que deu início ao que resultaria num movimento social, expresso no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Em pouco tempo depois este movimento atingiria uma de suas demandas junto ao recente governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a criação de uma secretaria específica para a temática. Deste modo, o Estado passou a reconhecer outras formas de organização do trabalho.

O trabalho no modo de produção capitalista não aparece apenas como elemento fundante do ser social, mas também e principalmente como elemento de valorização do capital, sendo a propriedade privada dos meios de produção a pedra de toque da exploração do homem pelo homem. Não obstante, as relações sociais de produção se transformaram desde o nascimento do capitalismo, proporcionando mudanças nos processos de trabalho no decorrer da história, sempre com o objetivo de ampliar a lucratividade dos detentores dos meios de produção, ou seja, da burguesia. Deste modo, trabalhadores historicamente se associaram com o intento de valorizar o próprio trabalho, entretanto, o capital refuncionalizou esse instrumento de luta dos trabalhadores para seus fins, precarizando o trabalho associado.

Assim, o capital vale-se de uma trama orquestrada por meio do Estado, que embora tenha a aparência de responsável por todos os cidadãos, representa nada menos que o ideário burguês. Ou seja, para simular uma

perspectiva de universalidade o Estado realiza uma ação pública buscando absorver determinados interesses das classes e grupos subalternos, para garantir a integração social por meio do consenso. Entretanto, vale frisar que esse movimento é permeado por conflitos, isto é, expresso pela luta de classes. No entanto, mais uma vez é necessário lembrarmos os possíveis riscos de refuncionalização das demandas das classes e grupos subalternos aos interesses do capital. Assim, o que nasceu como instrumento de luta também pode ser útil ao capital como forma de integrar todos, proporcionando um *modus vivendi* no modo de produção capitalista.

Nesse movimento de disputa em que os interesses antagônicos movem a história, o direito aparece como um conjunto de normas coercitivas para manter as relações de dominação. Apesar disso, a defesa de direitos também deve ser entendida como uma tarefa fundamental, uma vez que se configura por ser uma luta por recursos públicos que impactam diretamente nas condições objetivas de vida do conjunto da população. Assim, a ausência de um marco legal da Economia Solidária, que estabeleça uma política nacional de apoio e fomento a essas iniciativas, bem como uma forma jurídica adequada para que esses empreendimentos realizem sua atividade econômica plenamente são imprescindíveis para garantir proteção social aos que não apenas desejem realizar um trabalho associado, mas que, sobretudo, encontraram nessa forma de organizar o trabalho a possibilidade de prover a vida.

Considerando o desenvolvimento diversificado da Economia Solidária em terras brasileiras, isto é, não apenas o surgimento e as características dos empreendimentos solidários, mas também a heterogeneidade de apoiadores governamentais e não governamentais, evidencia-se a necessidade de estudar essas iniciativas. Isso, visto que o reconhecimento do Estado a essas experiências na esfera do executivo não se estendeu ao legislativo, isto é, embora a Economia Solidária tenha entrado para a agenda pública, ainda não se constituiu como uma política.

Portanto, partindo da concepção de Estado Integral de Antonio Gramsci (1891-1937), isto é, entendendo-o como resultado da relação entre sociedade política e sociedade civil, sendo a última esfera de disputa pela hegemonia, compreendemos que as ações públicas também podem partir da sociedade civil. Deste modo, mesmo que institucionalizadas, elas podem ter

emergido da sociedade civil com os aparelhos privados de hegemonia, ou ainda, serem realizadas por eles.

Assim sendo, as políticas públicas podem ser definidas como o “Estado em ação”, de modo que representam a soma de atividades dos governos, que podem agir diretamente ou por delegação. Disso resulta a compreensão que o governo não precisa atuar sozinho, isto é, pode contar com parceiros. Assim sendo, a política pública é definida em quatro fases, a saber: formação da agenda; formulação; implementação; e, avaliação (FRANZESE, 2011, p.21). Deste modo, utilizamos a expressão ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária a fim de considerar sua construção como política pública, entretanto, sem desconsiderar os entraves vivenciados pelos trabalhadores.

Para fins deste trabalho, tomamos como conceito de Economia Solidária a concepção do Estado brasileiro que está afinada com a do FBES, visto que ela emerge no Fórum Social Mundial com participação da sociedade civil, como veremos adiante, bem como por estarmos tratando das ações públicas.

A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados.

São milhares de iniciativas econômicas, no campo e na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: **associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras.**

Alguns princípios são muito importantes para a economia solidária. São eles:

1. Cooperação: ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;
2. Autogestão: as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;
3. Ação Econômica: sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;
4. Solidariedade: a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e

populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2017a, grifo nosso).

Diante do exposto, nos deparamos com o problema de como o Estado na sua intervenção tem tratado as experiências de Economia Solidária, isto é, se os empreendimentos formados e geridos por trabalhadores têm sido efetivamente reconhecidos e apoiados pelas ações públicas que os perpassam. Estudar as ações públicas governamentais e não governamentais se faz necessário e é importante para compreender a intervenção que busca modificar a realidade social, com capacidade de prover bem-estar mesmo que nem sempre alcance, mas entendendo que este é seu fim último. Com o propósito de avançarmos nessa investigação optamos por delimitar a abrangência da pesquisa à região metropolitana de Londrina-PR (RMLO), de modo que nosso objeto de estudo se apresenta como as ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária nessa região.

Por conseguinte, o presente trabalho possui o objetivo de analisar as ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR. Assim, a pesquisa justifica-se pela possibilidade de contribuição aos estudos no âmbito da Economia Solidária, bem como aos seus trabalhadores na luta contra o desemprego e pelo trabalho associado, por políticas públicas que de fato reconheçam essas iniciativas e as fortaleça.

Para atingir tal propósito, buscamos atender especificamente alguns objetivos, a saber: identificar as ações públicas de apoio e fomento voltadas aos empreendimentos econômicos solidários (EES), no que tange a organização do trabalho associado na região metropolitana de Londrina-PR; sistematizar informações sobre as características dos EES na região metropolitana de Londrina-PR; e, compreender o conceito de trabalho assalariado e Economia Solidária para os EES, gestores públicos e entidades de apoio e fomento (EAF).

Na presente pesquisa pretende-se que o material empírico orientador seja qualitativo.

[...] A diferença entre a abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza [...]. Enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatística visam a criar modelos abstratos ou a descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, são recorrentes e exteriores aos sujeitos, a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. (MINAYO, 2007, p.21-22).

Deste modo, para atender tais objetivos, buscamos primeiramente identificar as ações públicas de apoio e fomento voltadas aos EES, no que tange a organização do trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR. Para tanto, realizamos contatos telefônicos com todos os municípios da região metropolitana¹ a fim de identificar as ações de apoio, assessoria e fomento realizadas pelos governos e entidades não governamentais, bem como os empreendimentos atendidos por elas.

Isso porque de acordo com o Ministério do Trabalho (2017b), a Economia Solidária está nos órgãos governamentais de praticamente todos os estados brasileiros e em diversos municípios. Quando não são intitulados como Economia Solidária, são órgãos relacionados a trabalho, geração de renda, desenvolvimento, empreendedorismo, assistência social e pequenas empresas (BRASIL, 2017b).

Em muitos desses contatos com os municípios nos deparamos com a dificuldade dos agentes públicos em reconhecer, ou seja, identificar se o município realizava alguma ação voltada para o trabalho na Economia Solidária, seja de maneira direta ou indireta, bem como distinguir essas ações de outras. Noutras palavras, se apoiavam coletivos de trabalhadores autogestionários, formalizados ou não, mesmo que a intervenção pública não levasse o nome de Economia Solidária. Diante disso, optamos por mapear a ação pública e o empreendimento a partir dos instrumentos da pesquisa, de modo que ao serem aplicados permitiriam verificar essa situação.

Com igual esforço e dedicação buscamos identificar as entidades de apoio e fomento as iniciativas de Economia Solidária. Nesse momento identificamos entidades que o foco da atuação não era a Economia Solidária, no entanto, no desenvolvimento de suas atividades apoiam iniciativas com essas características.

A tarefa hercúlea da sistematização desses dados só poderia trazer informações pormenorizadas se os envolvidos com essas ações aceitassem participar da pesquisa, para que fosse possível caracterizar não só a ação pública, mas também os possíveis mandatários ou recebedores dela.

¹ A Região Metropolitana de Londrina conta atualmente com 25 (vinte e cinco) cidades: Alvorada do Sul, Arapongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Rolândia, Sabáudia, Sertaneja, Sertanópolis, Tamarana e Uraí.

A partir disso, aplicamos questionários² aos gestores públicos (Apêndice A) e membros de entidades de apoio e fomento (Apêndice B) responsáveis por essas ações, com o intento de conhecer e sistematizar essas ações.

Com o apoio das entidades de apoio e fomento participantes da pesquisa aplicamos formulários aos EES (Apêndice C), com o propósito de sistematizar informações sobre suas características na região metropolitana de Londrina-PR. Isso nos proporcionou conhecer os empreendimentos, desde os trabalhadores a atividade econômica, bem como identificar os empreendimentos que se autodeclararam praticantes da Economia Solidária.

Convidamos para participar da pesquisa todos os identificados, entretanto, nem todos optaram pela participação. Entre tantos contatos feitos, houve municípios e entidades que aceitaram participar da pesquisa e tentativas que não foram efetivadas, mas houve também aqueles que num primeiro momento foram solícitos, nos receberam inclusive nos seus locais de trabalho, receberam os questionários e formulários por e-mail (correio eletrônico) ou pessoalmente, mas nunca retornaram. Alguns nos verbalizaram a não participação na pesquisa, por acreditar que o trabalho feito não teria a ver com nosso estudo, outros justificaram que não teriam tempo para responder os instrumentos da pesquisa pelas condições de trabalho a que estão submetidos.

Em síntese, entre os municípios participantes da pesquisa, temos Londrina com o Programa Municipal de Economia Solidária e a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU-LD), e entre as entidades de apoio e fomento temos o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Instituto Colmeia de Cidadania, o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO³) e o Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina (PROVOPAR-LD). Importante citar que devido ao convênio celebrado entre a Prefeitura de Londrina, na figura do Programa Municipal de Economia Solidária com o PROVOPAR-LD, o questionário aplicado foi respondido apenas pelo PROVOPAR-LD, pois ambos entendiam estar tratando da mesma

² Os questionários e formulário que elaboramos foram inspirados no formulário utilizado pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), aplicado nos anos de 2009/2010 junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

³ Vale citar, que o PPCPO realizado na UEL é fortemente vinculado a outro projeto de extensão, o NEAGRO (Núcleo de Estudos de Agroecologia).

intervenção. Assim, recebemos questionários respondidos de 04 (quatro) EAF e 01 (um) gestor público, bem como foram aplicados 18 (dezoito) questionários para EES.

Posteriormente a essa primeira coleta de dados, que buscou caracterizar a Economia Solidária na região, buscamos qualificar a pesquisa com a realização de debates de grupo. Isso se torna pertinente na medida em que compreender o conceito de trabalho assalariado e Economia Solidária para os EES, gestores públicos (GP) e entidades de apoio e fomento (EAF), que perpassam suas atividades podem nos levar a entender as ações públicas desenvolvidas. Para EAF e GP, a busca por essa compreensão já foi realizada na aplicação dos questionários, tendo em vista que esse conhecimento prévio nos auxiliaria a problematizar as ações públicas com os trabalhadores. Portanto, a concepção que se tem da Economia Solidária tem relação direta com a ação pública desenvolvida na área.

[...] os debates de grupo correspondem ao modo como as opiniões são produzidas, expressas e trocadas, no dia-a-dia. [...] é a validação das afirmações e opiniões expressas pelo próprio grupo, através de correções feitas à opiniões extremas, incorrectas ou não partilhadas socialmente. O grupo torna-se um instrumento de reconstituição mais ajustada de opiniões individuais (FLICK, 2005, p.117).

Assim, trabalhamos com os dois tipos de grupos possíveis apontados por Flick (2005), os reais (isto é, existentes no cotidiano, portanto, não criados para atender o instrumento de pesquisa) e os heterogêneos (apresentam diferenças com relação à problemática de investigação). Considerando as características dos empreendimentos solidários na região metropolitana de Londrina-PR, definimos a amostra a partir da atividade econômica, por entender que ela é essencial na distinção das ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária. Em conformidade com isso, optamos pela realização de 03 (três) debates de grupo, sendo 01 (um) com empreendimento da agricultura, 01 (um) com empreendimento de catadores de materiais recicláveis e 01 (um) com a diversidade dos outros empreendimentos, ou seja, de costura, alimentação, artesanato e prestação de serviços. Os dois primeiros são grupos reais, ou seja, são EES que já possuem uma história no desenvolvimento de suas atividades no trabalho em grupo, enquanto o último é constituído por membros de diferentes EES, portanto, heterogêneo no que tange aos participantes e a atividade econômica.

No entanto, apesar desse procedimento metodológico definido, conseguimos realizar apenas 02 (dois) debates de grupo, sendo 01 (um) com empreendimento de catadores de materiais recicláveis e 01 (um) com a diversidade dos outros empreendimentos. Realizamos contato com outros empreendimentos da agricultura, mas as dificuldades de datas disponíveis para a realização bem como os prazos para o término da presente pesquisa impossibilitaram sua realização.

Os debates de grupo nos proporcionaram não só verificar as opiniões dos trabalhadores e empreendimentos, mas também que elas fossem validadas pelo coletivo. Diante do fato de que num primeiro momento mapeamos iniciativas que não apenas se identificassem como Economia Solidária, podemos dizer que construímos um quadro das ações públicas para uma economia dos setores populares. No entanto, para realização dos debates de grupo um fator determinante para definição da amostra é o empreendimento se autodeclarar praticante da Economia Solidária.

Nossas análises tiveram como base a análise de conteúdo e se desenvolveram em três eixos, a saber: as ações públicas; as características dos empreendimentos econômicos solidários; e, as concepções de Economia Solidária. O primeiro nos confere a possibilidade de construir um panorama das ações públicas voltadas para o trabalho na região metropolitana de Londrina, a partir das entidades de apoio e fomento e órgãos públicos participantes da pesquisa. O segundo nos possibilita conhecer mais sobre os EES, com as características gerais dos que participaram da pesquisa. O último nos permite conhecer as concepções de Economia Solidária que permeiam os envolvidos com ela, ou seja, EAF, GP e EES, pois essa compreensão pode influenciar diretamente a ação pública.

Diante do exposto, o presente trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo os três primeiros dedicados à revisão de bibliográfica e o quarto a pesquisa empírica.

No primeiro capítulo (item 2), discorremos sobre o Estado e a sociedade civil, assim como sobre sua intervenção, no que tange a proteção social e gestão pública que perpassam o trabalho associado.

O segundo capítulo (item 3), abordamos o trabalho, o cooperativismo, a autogestão e as transformações do mundo do trabalho. Assim, buscamos evidenciar as raízes históricas da Economia Solidária, assim como as

transformações vivenciadas no mundo do trabalho e suas características contemporâneas.

O terceiro capítulo (item 4), apresenta o histórico da Economia Solidária no Brasil, do instituinte ao instituído. Isto é, desde as suas primeiras experiências em território nacional até sua recepção pelo Estado. Além disso, também tratamos dos entendimentos de diversos autores acerca da proposta, configurando um quadro de defensores e críticos da Economia Solidária.

No quarto capítulo (item 5), abordamos as ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR. Apresentamos alguns resultados parciais da pesquisa, sendo as ações identificadas e desenvolvidas pelos municípios e entidades de apoio até o momento.

Na última seção do trabalho, apresentamos as considerações finais. Entendemos que o presente trabalho se configura na oportunidade de não apenas apresentar a área da Economia Solidária e sua atuação, mas também na possibilidade de ampliar a reflexão sobre essas experiências.

2 ESTADO E PROTEÇÃO SOCIAL

Ao tratarmos de Economia Solidária necessariamente temos que tratar da sua relação com o Estado e com a sociedade civil. Isso porque seu recente ressurgimento em terras brasileiras contou com esforços articulados entre diversas instituições e trabalhadores dessas experiências. Assim, o presente capítulo possui o intuito de discutir o Estado e a proteção social, a fim de expor a concepção de ação pública que norteia o presente trabalho. Primeiramente iremos abordar o Estado e a sociedade civil, para em seguida adentrarmos na proteção social. Por fim, trataremos da gestão pública e da concepção de ação pública.

2.1 O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL

O Estado sempre é um tema relevante quando se discute a proteção social. Ainda mais, quando suas ações são norteadas pela concepção que se tem dele, que envolve desde gestores a participação da sociedade. Assim, o Estado passou historicamente por mudanças na sua forma de intervir na sociedade, que por sua vez são fruto de uma perspectiva política.

As concepções de Estado e sociedade civil no pensamento moderno possuem como base as teorias contratualistas ou também chamadas de jusnaturalismo⁴, que foram desenvolvidas no processo de transição para o capitalismo. Advogam que o Estado deve respeitar e legitimar os direitos inatos dos indivíduos, o que o reduz a coibir a violação destes. Entre eles destaca-se Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.22).

Para Thomas Hobbes⁵, no estado de natureza os homens tem um desejo perpétuo por poder, sendo este definido pela capacidade individual de adquirir riqueza, reputação e de comandar e dominar os outros. Deste modo, numa

⁴ O termo se refere à ideia de direito natural, desenvolvida no início do século XVII e fim do XVIII. Essas teorias fundamentam as doutrinas políticas de tendência individualista e liberal (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.22).

⁵ Vide obra *Leviathan*, de 1651.

situação em que são todos vulneráveis e que os bens são insuficientes para as necessidades de todos, configura-se um estado de guerra permanente. Assim, é a busca por segurança que faz os homens saírem do estado de natureza, a conservação da vida (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.23-24).

Nesse sentido, Hobbes identifica a necessidade de que os homens estabeleçam um contrato entre si, com regras de convívio social e subordinação política, com seus poderes e direitos transferidos a um poder soberano (que pode ser um homem ou assembleia), isto é, para o Estado. Para Hobbes o poder do soberano é indivisível, assim, para ele a melhor forma de governo é a monarquia. Entretanto, se o Estado fosse incapaz de assegurar proteção, os súditos poderiam violar o pacto e se defendem como julgassem melhor (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.24-25).

John Locke⁶ coloca que os homens viviam em estado de natureza (absoluta liberdade), sendo este passível de conflitos diante da ausência de leis e de coerção, de modo que a possibilidade de conflito ameaça a paz natural. Ele defende a propriedade justificando-a como fruto do trabalho, com o processo que os homens se apropriam da natureza para subsistência e satisfação. Com o desenvolvimento das relações mercantis os homens são motivados naturalmente a acumular, de modo que o temor da possibilidade da perda da liberdade e da propriedade faz com que os indivíduos criem o contrato social. Isto é, para garantia da propriedade que se institui o Estado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.25-26).

Diferentemente de Hobbes, em Locke o contrato social é um pacto de consentimento entre os indivíduos, e não de submissão. Ele também era a favor da divisão dos poderes, no entanto, defendia que o poder executivo (monarca) fosse subordinado ao legislativo. Assim, quando o governo fosse incapaz de cumprir seu objetivo, o povo poderia rebelar-se retomando sua soberania (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.26).

Jean-Jacques Rousseau⁷ tem um posicionamento oposto ao de Hobbes e Locke no que tange ao Estado e a sociedade civil. Rousseau entende que no estado de natureza o homem vive num estado feliz e pacífico, satisfazendo suas necessidades em contato com a natureza e movido por duas paixões, o instinto de conservação e a compaixão. No entanto, com a crescente socialização e a

⁶ Vide obra *Segundo tratado sobre o governo*, de 1690.

⁷ Vide obra *Discurso sobre a desigualdade*, de 1755.

instituição da propriedade privada, surgem as grandes desigualdades, como de acesso a riqueza, rivalidade de interesses e concorrência, assim, o egoísmo torna-se a motivação da vida social. A ordem defendida por Hobbes e Locke confirma a desigualdade e garante a dominação política dos poderosos sobre os fracos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.28).

Rousseau⁸ busca estabelecer uma ordem política legítima que se oponha a desigualdade e opressão. Ele propõe uma distribuição mais equitativa da riqueza e da propriedade, visto que limitar o excesso e garantir o acesso lhe parece suficiente. Isso se fundamenta num pacto ou contrato social em que cada um se coloca sob a direção da vontade geral, ou seja, o interesse comum submetido à soberania do povo. Assim, a sociedade deve ser governada sob o interesse comum, que é expresso nas leis (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.29).

Ao contrário de Hobbes e Locke, Rousseau entende que a finalidade do corpo político é transformar o homem, proporcionar-lhe uma conduta e instinto pela justiça, e não apenas proteger o indivíduo, com seus desejos de poder e propriedades. No entanto, seu raciocínio é problemático na medida em que cada indivíduo deve pensar apenas por si, não sendo resultado de um processo em que grupos ou instituições despertam interesses coletivos, pois a vontade geral desses comprometeria a vontade geral do povo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.30).

Os contratualistas se dedicaram a pensar a organização das formas de governo, instaurando o Estado em razão da garantia de uma vida que atendesse ao mesmo tempo os interesses particulares e universais, se distanciando de explicações divinas, mágicas ou naturais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.31).

Enquanto os contratualistas pensaram modelos ideais de Estado, Georg Wilhelm Friedrich Hegel⁹ (1770-1831) apresenta o Estado com o desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista, ou seja, o Estado burguês. Hegel define a sociedade civil como o lugar onde se desenvolvem as relações e atividades econômicas, em que os indivíduos satisfazem suas necessidades através do trabalho, da sua divisão e da troca, contando com as regulamentações que garantem a liberdade e a propriedade privada. Assim, a sociedade civil em Hegel não é apenas um sistema econômico, mas também jurídico e administrativo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.31).

⁸ Vide obra *Do contrato social*, de 1762.

⁹ Vide obra *Princípios da filosofia do direito*, de 1821.

O interesse de Hegel está na construção de uma vida ética que ocorreria a partir da articulação dos interesses particulares e parciais presentes na sociedade civil com uma instância universalizadora, que seria o Estado. Este é entendido por Hegel como a esfera dos interesses públicos e universais, um momento superior da vida social que se busca atingir o ideal da vida ética (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.32).

Entretanto, é na tradição marxista¹⁰ que se encontram as contribuições que mais nos interessam, visto que fundamentam este trabalho. Em particular três autores, a saber: Karl Heinrich Marx (1818-1883), Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924) e Antonio Gramsci (1891-1937). Isso porque entendemos que suas contribuições acerca do Estado e da sociedade civil são fundamentais para nossa discussão.

Karl Marx, na elaboração de seus pensamentos apropria-se criticamente dos pensamentos de outros autores. De acordo com Lenin (1913), o “[...] marxismo é o sucessor legítimo do que de melhor criou a humanidade no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês” (LENIN, 1913).

Em muitas de suas elaborações Marx contou com a colaboração de Friedrich Engels (1820-1895), de modo que definiram a concepção de sociedade civil na obra *A ideologia alemã*.

A sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular no interior como Estado (MARX; ENGELS, 2007, p.74).

Para os autores, é na sociedade civil que edifica o Estado, como consequência das relações econômicas, portanto, é uma construção destas.

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de

¹⁰ Nesse sentido, vale frisar que a tradição marxista se diferencia da obra marxiana. Segundo Netto (1989), a obra marxiana é entendida como a obra original de Marx, que é uma teoria da sociedade burguesa e da revolução proletária, mas que não é suficiente para explicar e revolucionar o mundo contemporâneo. O autor defende que as ideias de Marx e seus seguidores sempre devem ser testadas e verificadas, de modo que jamais sejam encaradas como verdades imutáveis e evidentes por si mesmas. Assim, não existe “o marxismo”, mas sim, marxismos, isto é, diferentes vertentes de uma larga tradição teórico-política (NETTO, 1989, p.08-09).

desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1982, p.25).

Assim, tal como um edifício, a sociedade possui uma estrutura (base) que é concebida como as relações econômicas, enquanto a edificação em si é a superestrutura, entendida como as ideias, costumes e instituições políticas, religiosas e jurídicas que permeiam a sociedade.

Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924), pautando-se em Engels¹¹, coloca que “[...] o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável de classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados.” (LENIN, 2007, p.27). De modo que o fato do Estado existir comprova que as contradições entre as classes são inconciliáveis.

Ainda de acordo com Lenin, o Estado é um instrumento de exploração da classe oprimida, do trabalho assalariado pelo capital. Sendo a República Democrática o melhor cenário para essa manifestação da onipotência da riqueza (LENIN, 2007). Coloca que Estado nem sempre existiu, mas que ele tornou-se uma necessidade diante de certo grau de desenvolvimento econômico que dividiu a sociedade em classes. Expõe que a existência dessas classes deixou de ser uma necessidade e tornou-se um obstáculo a produção, e que “[...] a sociedade reorganizando a produção sobre a *base da associação livre e igual de todos os produtores*, enviará a máquina governamental para o lugar que lhe convém: o museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze” (ENGELS apud LENIN, 2007, p.35, grifo nosso).

Para essa reorganização é necessário o definimento do Estado, ou seja, o proletariado precisa se apoderar da força do Estado, transformar os meios de produção em propriedade do Estado e, por conseguinte, abolir as distinções e antagonismos de classes, bem como o Estado (ENGELS apud LENIN, 2007).

Antonio Gramsci (1891-1937) por sua vez, mantendo-se na tradição marxista, realiza importantes contribuições para pensarmos o Estado. Em seus

¹¹ Lenin se refere a seguinte obra de Engels: *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*.

estudos ele chega ao que se denomina Estado Integral, diferenciando-se de Marx e Lenin, mas ao contrário de negá-los ele avança ampliando a concepção de Estado.

[...] amplio muito a noção de intelectual e nom me limito à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que é entendido habitualmente como Sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado) e nom como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações chamadas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) e precisamente na sociedade civil, nomeadamente, operam os intelectuais [...]¹² (GRAMSCI, 2011, p.264).

Portanto, a concepção de Estado em Gramsci amplia-se, contemplando não apenas a sociedade política (Estado-coerção), mas também a sociedade civil (esfera de disputa da hegemonia e do consenso). A sociedade civil para Marx está na estrutura, no entanto, Gramsci a eleva, por conseguinte, nos seus pensamentos ela encontra-se na superestrutura.

A primeira é formada por um conjunto de aparelhos de coerção e repressão (aparato policial e militar, sistema judiciário e administrativo), pelos quais a classe dominante exerce sua dominação. Enquanto a segunda é o espaço que se confrontam os diversos projetos de sociedade, baseada na ideia de consenso, com as organizações que são denominadas de privadas (igrejas, sindicatos, escolas, etc.), embora não sejam, visto que constituem momentos pelos quais se contrói consensos. Essa divisão do Estado realizada por Gramsci (Estado = sociedade política + sociedade civil) é meramente metódica e não orgânica, visto que costumam se identificar apenas como Estado (GRAMSCI, 2014, p.261).

Como já vimos, é importante frisar que a sociedade civil para Gramsci é a esfera da atividade política por primazia, sendo o lugar onde aparecem as organizações chamadas privadas, podendo ser elas de todo tipo e buscando agir na forma de pensar dos homens. Portanto, ela é a esfera das mediações permeada por conflitos, ou seja, é o lugar das lutas de classes, da luta por hegemonia. Deste modo, a hegemonia aparece como a síntese entre força e consentimento. O Estado em seu sentido estrito não deixa de ser burguês, assim como concebem Marx, Engels e Lenin, mas é com a elevação sociedade civil para superestrutura, ou seja, no sentido ampliado de Estado concebido por Gramsci, que as classes dominantes

¹² Trecho de uma carta enviada à cunhada Tatiana Schucht.

efetivam a dominação que outrora já era econômica. Essa é a compreensão de Gramsci, a efetivação da dominação pela hegemonia.

Para Gramsci, o Estado educa para o consenso, isto é, com o propósito de criar uma opinião pública. Isso se evidencia quando o Estado quer tomar uma ação impopular e organiza certos elementos da sociedade civil para este fim, ou seja, com cautela cria a opinião pública adequada para si (GRAMSCI, 2014, p.269). Ainda vale frisar que o Estado é ético na medida em que eleva a população a um determinado nível cultural e moral, que por sua vez corresponde às necessidades das classes dominantes, no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas (GRAMSCI, 2014, p.288). Assim, as classes dominantes garantem não só a dominação, mas também a integração social necessária à perpetuação do sistema.

A sociedade é formada por diferentes classes, estando entre elas às classes fundamentais, burguesia e proletariado. Ao cunhar a expressão classes e grupos subalternos, entendemos que Gramsci busca designar os que não estão no poder. E ainda, a referência a grupo remete a um processo, que seria a tomada de consciência para constituição de classe, que pressupõe luta política.

A história é contada pela classe dominante, de modo que a história dos subalternos sempre aparece como desagregada e episódica, juntamente com as características da espontaneidade, do apoliticismo e paixão. Assim, embora exista a tendência à unificação dos grupos sociais subalternos, existe também a contínua iniciativa de sua ruptura pelos grupos dominantes, portanto, apenas a vitória permanente rompe com a subordinação (GRAMSCI, 1999b, p.135).

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”, sua história, portanto, está entrelaçada a da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este, caminho da história dos Estados ou grupos de Estados (GRAMSCI, 1999b, p.140).

Tal como Marx e Lenin, o intento de Gramsci também é atingir a sociedade comunista, a que ele denomina sociedade regulada, portanto, ele também almeja a extinção do Estado. Para isso, ele pensa na sociedade de transição, que seria Estado-guarda-noturno, incumbido de proteger o desenvolvimento da sociedade regulada. “Marx inicia intelectualmente uma época histórica que provavelmente durará séculos, isto é, até o desaparecimento da sociedade política e

o advento da sociedade regulada” (GRAMSCI, 1999a, p.243). Para o autor italiano é desnecessário estabelecer uma hierarquia entre Marx e Ilitch (Lenin), pois, ambos são necessários na mesma medida.

Nesse sentido e em tempo, abordamos uma importante contribuição de Rosa Luxemburgo (1871-1919):

Para a social-democracia lutar dia a dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas Instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta da classe proletária e de se orientar para o seu objectivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a social-democracia vê um elo Indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim (LUXEMBURGO, 2005, p.17).

Assim, evidencia-se que a luta por reformas não inviabiliza a revolução, a não ser que ela seja tratada como um fim e não um meio. O horizonte deve continuar a ser uma sociedade para além do capital, uma sociedade comunista, uma sociedade regulada, pois, a mera adoção de reformas concebidas com um fim em si mesma, em nada contribui na luta pela emancipação humana. Ao mesmo tempo, compreender que as lutas pelas reformas e as melhorias que elas podem proporcionar as condições de vida dos trabalhadores, podem representar passos importantes na constituição dos trabalhadores como classe.

Neste item buscamos demonstrar a concepção de Estado que norteia o presente trabalho, mas isso a partir de um contexto histórico que autores de outrora inspiraram autores posteriores. E isso não como uma mera evolução de um raciocínio anterior, mas a partir de diferentes concepções e debates, ainda que numa mesma tradição teórica, como foi possível verificar entre os contratualistas e na tradição marxista.

Portanto, nossa adesão à concepção gramsciana de Estado se faz dentro da tradição marxista, a que ela é notoriamente pertencente. Assim, pensar como o Estado tem tratado os trabalhadores das experiências de Economia Solidária, significa pensar como têm ocorrido as mediações na sociedade civil.

2.2 O ESTADO E A PROTEÇÃO SOCIAL

Na tradição marxista é consensual que no último quartel do século

XIX o capitalismo experimenta modificações que acarretam na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo de monopólios. Aqui, não nos cabe aprofundar de maneira minuciosa essa transição, mas o que cabe destacar é o principal objetivo: “o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2011, p.19-20).

[...] neste nível dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permiti-lhe organizar um consenso que assegura se desempenho (NETTO, 2011, p.27).

Cabe destacar, que o Estado capturado pelo capitalismo monopolista, ao buscar legitimação por meio do jogo democrático é permeável as demandas das classes subalternas. Esse processo é tensionado, tanto pelas exigências da ordem monopólica quanto pelos conflitos que faz brotar na sociedade (NETTO, 2011, p.29).

Neste contexto que as expressões da questão social se agravam e há o acirramento da luta de classes. Segundo Carvalho e Iamamoto:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983, p.77).

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo da pressão da classe trabalhadora e do desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, no final do século XIX “o Estado capitalista passa a assumir e realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.64).

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorizadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.51).

De acordo com Netto, a principal funcionalidade das políticas sociais para esse Estado capturado pela burguesia no capitalismo monopolista é a preservação e controle da força de trabalho, ocupada e excedente. Todavia, ela possui um caráter contraditório, pois, se de um lado atende os interesses do capital possibilitando a manutenção da acumulação capitalista, de outro, também é resultado histórico da luta de classes, podendo favorecer os trabalhadores. Visto que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto de trabalhadores (NETTO, 2011, p.26-33).

Embora o período entre guerras mundiais não tenha registrado expansão das políticas sociais, ocorreu a ampliação de instituições e práticas estatais intervencionistas. A crise de 1929-1932 e os efeitos da Segunda Guerra Mundial consolidaram a convicção da necessidade da regulação estatal. Isso devido ao:

- a) estabelecimento de políticas sociais keynesianas com vistas a gerar pleno emprego e crescimento econômico num mercado capitalista liberal; b) instituição de serviços e políticas sociais com vistas a criar demanda e ampliar o mercado de consumo; e c) um amplo acordo entre esquerda e direita, entre capital e trabalho (PIERSON, 1991; MISHRA, 1995, apud BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.92).

Esse pacto entre classes sociais, chamado de “consenso do pós-guerra”, foi possível devido ao abandono de parcela significativa da classe trabalhadora de um projeto de socialização da economia. As alianças entre partidos de direita e esquerda possibilitaram diversas legislações sociais e a expansão do *Welfare State* (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.92). Vale frisar que essa experiência singular ocorreu nos países centrais da Europa Ocidental, embora em outras regiões do globo a intervenção estatal tenha se ampliado.

A princípio houve uma expansão dos programas sociais pautados no modelo bismarckiano¹³, sendo ampliados sob a influência do Plano Beveridge¹⁴. E de acordo com Marshall (1967) é justamente isso que caracteriza a emergência do *Welfare State*, sendo seus princípios os mesmos apontados no Plano Beveridge:

¹³ Baseado na lógica do seguro, iniciado na Alemanha no Governo do Chanceler Otto Von Bismarck, no final do século XIX, em resposta a greves e pressões dos trabalhadores.

¹⁴ Publicado em 1942 na Inglaterra, tinha uma lógica mais universalista, a partir da crítica aos seguros sociais bismarckianos.

1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado o nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.94).

Todavia, no final dos anos 1960, os “anos de ouro” do “capitalismo regulado” começam a se esgotar. As taxas de crescimento, a capacidade de manter o pleno emprego (absorção de novas gerações restrita pelas tecnologias) e a recessão catalisada pela crise do petróleo em 1973-1974, foram sinais utilizados pelas elites para questionar e responsabilizar este modelo de Estado mediador civilizador pela crise. O pleno emprego e a cidadania relacionada a política social estava terminada no capitalismo central e comprometida nos países periféricos, onde nunca se efetivou (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.103).

Desta forma, emerge no final da década de 1970 a fase que se denomina de mundialização do capital. Ao tratarmos dela, estamos nos referindo a uma “nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação”. De acordo com Chesnais (1996), o que a qualifica como a mais recente fase do desenvolvimento capitalista é que apesar de persistirem aspectos das fases anteriores, “o sentido e o conteúdo da acumulação de capital e dos seus resultados são bem diferentes”. O capital financeiro ocupa centralidade no que se refere a acumulação capitalista (CHESNAIS, 1996, p.13-15).

Segundo Iamamoto, “a expansão monopolista provoca a fusão entre o capital industrial e o capital bancário, dando origem ao domínio do capital financeiro”. Assim, o capital financeiro assumiu o comando da acumulação capitalista, envolvendo todas as dimensões da vida social, independente dos regimes políticos (IAMAMOTO, 2007, p.100).

Ivete Simionato (2004) coloca que o ponto de chegada para o Marx do Manifesto Comunista é exatamente o ponto de partida para Gramsci. Para Marx o Estado é instrumento de dominação (aparelho coercitivo), e para Gramsci ele é atravessado pelas lutas de classe (SIMIONATTO, 2004, p.65).

Assim, em termos gramscianos, as disputas pelas formas de pensar acontecem diretamente na sociedade civil, com influência direta dos aparelhos ditos privados de hegemonia. No entanto, como já apontado por Netto (2011), o Estado

capturado pelo capitalismo monopolista, na busca por legitimação faz uso do jogo democrático, sendo permeável as demandas das classes e grupos subalternos. Portanto, “[...] respostas positivas a demandas das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros” (NETTO, 2011, p.29).

Indubitavelmente as políticas sociais decorram fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto de trabalhadores, que em determinados momentos, o Estado pode inclusive responder com antecipações estratégicas (NETTO, 2011, p.33). No entanto, Netto (2011) observa que as políticas sociais não se esgotam na tensão entre os grupos sociais demandantes e o Estado burguês, visto que elas são resultado de um complexo jogo em que os demandantes e suas reivindicações são atravessados por contradições, confrontos e conflitos.

Por isso, ao estudar as classes e grupos subalternos, Gramsci entende que precisa estudar, entre outras coisas:

[...] sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovamento ou de nova formação (GRAMSCI, 1999b, p.140).

Assim, entendemos que as relações entre os grupos da burguesia e os grupos do conjunto de trabalhadores, bem como de agentes executores que tem relação direta com as classes sociais, e ainda, alianças que podem surgir, tornam complexa a formulação e implementação das políticas sociais. Como Gramsci (1999) nos chama atenção, a luta por hegemonia acontece na sociedade civil, assim, as políticas sociais podem representar os interesses das classes e grupos subalternos, ou mesmo o do conjunto de trabalhadores, mas também não deixam de ser a ação do Estado burguês com o intuito de manter a dominação, expressando a síntese entre força e consenso.

Potyara A. P. Pereira (2011, p.165-166) nos adverte para nos atentarmos ao fato de que é mediante a política social que os direitos sociais se concretizam. Entretanto, o próprio termo política social possui difícil definição, o que nos faz perceber que cada significado empregado a expressão traz consigo uma perspectiva teórica. Para a autora, a política social é um termo complexo, que

constitui um processo internamente contraditório, que concomitantemente atende interesses opostos, dependendo inclusive da correlação de forças prevalecente. Isso torna a política social dialeticamente contraditória, razão pela qual os trabalhadores em geral também podem se beneficiar dela.

A autora discute a política social como disciplina e como campo de estudo e ação. Como disciplina é munida de saber próprio, construído com a realização de pesquisas e produção do conhecimento. Enquanto campo de estudo e ação, só pode ser considerada uma eventual fonte de informações ou espaços de atuações, nos quais cada um faz o que lhe interessa com base gnosiológica a disciplina a que pertence (PEREIRA, 2011, p.168).

Desse movimento resultou a distinção¹⁵ entre a política social como política de ação (*policy*) e como a administração das ações políticas, que nem sempre tem a ver completamente com a *Social Administration*. A administração das ações políticas se preocupa em executar decisões que já foram tomadas, o que necessita de precisão, estabilidade e controle, enquanto a política de ação está para além da execução, visto que implica a tomada de decisão de atos, que acabam envolvendo interesses, riscos e conjuntura (LAFER, 1978 apud PEREIRA, 2011, p.169). Deste modo, a autora observa que embora a administração das ações políticas possa controlar as políticas de ação elas não se confundem, pois a primeira consiste na aplicação e controle racional de decisões que já foram tomadas, enquanto a segunda é a representação de interesses expressos na tomada de decisão.

Obviamente a *policy* e a *administração* se influenciam mutuamente por caminharem juntas, pois ao colocar em prática uma decisão, ela afeta a conjuntura, tornando-se necessário que novas decisões sejam tomadas para serem geridas pela administração (PEREIRA, 2011, p.170). Para Pereira, o termo política social possui identidade própria¹⁶.

Refere-se à *política de ação* que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão

¹⁵ Essa distinção tornou-se necessária porque a política social foi por muito tempo associada à administração de benefícios e serviços, como se bastasse a ela a técnica e racionalidade operativa (PEREIRA, 2011, p.169).

¹⁶ Na língua inglesa as diferentes grafias já expressão os diferentes significados, a saber: *policy* refere-se a política social; *politics*, refere-se a temas clássicos da política, como eleição, voto, partido, parlamento e governo; e, *polity*, refere-se a forma de governo ou sistema político (PEREIRA, 2011, p.172).

coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos (PEREIRA, 2011, p.172).

Portanto, a política social define uma área de atividade e interesse que requer conhecimento, estratégias e meios apropriados para realização da política. Embora nem sempre a política social produza bem-estar, esta é sua finalidade. E ainda, é importante frisar que ela tem que lidar com uma correlação de forças na disputa por recursos e oportunidades.

Evilasio Salvador (2011) nos ensina que o fundo público tem papel significativo na manutenção do capitalismo, tanto na esfera econômica como na garantia do contrato social. Assim, o fundo público não só assegura as políticas sociais, mas também amplia o mercado de consumo, aparecendo como financiador de políticas anticíclicas.

Portanto, acontece na sociedade uma disputa por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal. Este é um espaço de luta política, em que diferentes forças buscam inserir seus interesses, visto que é ele que irá assegurar recursos suficientes para o financiamento das políticas sociais (SALVADOR, 2011, p.387).

A política social aparece como uma política pública, ou seja, como um tipo de política pública entre outros. Assim, tanto a política pública como a política social são políticas de ação (*policies*), que fazem parte de uma área do conhecimento denominada *policy science*, todavia, a política social é um tipo de política pública (*public policy*). Mesmo que o Estado seja o responsável pela política pública, ela também envolve demandas e escolhas privadas, de modo que pode e deve ser controlada pelos cidadãos, isto é, com controle democrático (PEREIRA, 2011, 173-174).

Em síntese, a política social como um ramo da política pública expressa a representação de interesses contraditórios, aparecendo como resultado de uma trama complexa de correlação de forças. Embora ela possa ser entendida como uma ação do Estado para realizar a integração social, bem como podendo ser respostas antecipadas e oferecidas na medida exata para que sejam refuncionalizadas aos interesses do capital, não podemos perder de vista que ela também é resultado da capacidade de mobilização e organização das classes e grupos subalternos, podendo, portanto, também representar seus interesses.

2.3 GESTÃO PÚBLICA E TRABALHO ASSOCIADO

Até aqui apresentamos a concepção de Estado e de política social que orienta o trabalho. Entendemos que ambas são de suma importância para abordarmos as ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária. Deste modo, e para continuarmos avançando, precisamos adentrar na esfera da gestão, mas para isso também é necessário nos situarmos no contexto brasileiro.

Marcio Pochmann (2008) coloca que o modo de produção capitalista no Brasil alicerçou suas bases de desenvolvimento econômico no trabalho assalariado realizado nas fazendas, na segunda metade do século XIX. Desde então, três grandes movimentos históricos configuram a evolução do trabalho no Brasil.

O primeiro se refere ao movimento em direção ao trabalho livre, que compreende o período da abolição da escravatura (1888) até a Revolução de Trinta (1930). Nesse momento a economia brasileira se caracterizava pela exportação de bens primários, visto que sua inserção na economia mundial dependia da produção e venda no mercado externo de produtos agropecuários. Assim, a força de trabalho concentrava-se no meio rural (POCHMANN, 2008, p.39).

Para Pochmann (2008, p.39), nesse período destaca-se a formação de mercados regionais de trabalho assalariado, que eram formados pela grande oferta da força de trabalho, visto que na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre a incorporação da população negra não foi imediata.

Isso foi possível, em parte, devido ao grande movimento migratório relativo à transferência de parte do excedente de força de trabalho da Europa para o chamado *Novo Mundo*. Assim, houve não apenas a fase de *branqueamento* da população brasileira, mas a marginalização do negro e a constituição de uma grande oferta sobrando de trabalhadores imigrantes, acima das necessidades do capital existente no período em todo o país (POCHMANN, 2008, p.39).

Portanto, mesmo que o período seja caracterizado como um movimento em direção ao trabalho livre, não podemos deixar de citar as marcas do sistema escravista que o acompanharam e perduram até nossos dias.

No que tange ao segundo movimento histórico de evolução do trabalho no Brasil, Pochmann (2008) demarca que ele transcorreu durante a Revolução de Trinta (1930) e o início do último governo da ditadura militar (1980).

[...] o mercado de trabalho tornou-se nacional e o assalariamento passou a ser predominante no conjunto das formas de uso da mão de obra no Brasil. Contribuiu para isso, a difusão do ciclo da industrialização nacional, possibilitado pela nova forma de inserção do país na economia mundial, inicialmente pela substituição de produtos importados por produção doméstica (1930-54) e, posteriormente, pelo movimento de internalização da produção de bens e serviços relativos a Segunda Revolução Industrial e Tecnológica (1870-1910), como o automóvel, química fina, avião, eletrodomésticos, dentre outros, entre 1955 e 1980 (POCHMANN, 2008, p.39).

Entre as décadas de 1930 e 1970 o Brasil viveu um rápido e atribulado avanço da urbanização, de modo que a constituição do mercado de trabalho nacional ocorreu com a criação de um grande excedente de força de trabalho, que foi estimulada pela forte migração interna do campo para cidade. Isso proporcionou a estruturação do mercado de trabalho, mas também privou a força de trabalho dos frutos do crescimento econômico, dando forma a um segmento de despossuídos em meio à ampliação do assalariamento. Assim, o assalariamento formal e informal, a ampla presença de baixos salários, bem como a grande quantidade de trabalhadores autônomos, deram forma a um padrão de sociedade salarial incompleto (POCHMANN, 2008, p.40).

Pochmann (2008) aponta que o terceiro movimento histórico de evolução do trabalho no Brasil encontra-se em curso desde 1981, possuindo como principal característica o esgotamento do projeto de industrialização.

A predominância de elevada oscilação no conjunto das atividades econômicas, caracterizada pela estagnação da renda per capita, culminou com a geração adicional de um maior contingente de mão de obra sobrando, deserdado das condições necessárias de incorporação social e ocupacional provenientes do modelo de políticas públicas implementadas durante os anos de 1930 a 1980 (POCHMANN, 2008, p.40).

A desestruturação do mercado de trabalho ganhou ainda maior dimensão com a implantação do programa neoliberal desde os anos 1990, com a inserção brasileira na economia mundial de forma passiva e subordinada. A ausência de crescimento econômico aliada ao processo de abertura produtiva, comercial, tecnológica e financeira acabou por destruir ocupações existentes, do campo e da cidade, em consequência da ampliação das importações, da reforma do Estado e da desnacionalização do parque produtivo. Deste modo, recentemente o mercado de trabalho brasileiro passou a registrar o avanço do desassalariamento,

do desemprego e das ocupações precárias (POCHMANN, 2008, p.40-41).

Nesse contexto, o cooperativismo no Brasil surgiu ainda no século XIX, com os imigrantes europeus¹⁷. Eles trouxeram na bagagem as experiências do cooperativismo e começaram a organizá-las em terras brasileiras. No aspecto legal, as primeiras legislações cooperativistas aparecem no início do século XX, na República Velha. No ano de 1907, o governo federal publica o decreto nº 1.637, que colocou pela primeira vez as cooperativas no arcabouço jurídico nacional. Ele as concebia como uma espécie de sociedade mercantil, e ainda, o mesmo decreto tratava tanto dos sindicatos profissionais como das cooperativas, bastante vinculadas ao movimento operário (KRUPPA et al., 2012, p.17).

No entanto, mesmo com esse vínculo inicial, no transcorrer do século XX o cooperativismo se transformou, tanto no Brasil como no mundo, de modo que se tornou restrito a poucos setores econômicos, deixando de fazer parte da organização dos trabalhadores. De tal sorte, quem assume o comando do cooperativismo, como entidade organizadora e representante única das cooperativas no Brasil é a Organização das Cooperativas Brasileiras¹⁸ (OCB) (KRUPPA et al., 2012, p.17).

Com os efeitos da crise social do desemprego em massa a partir da década de 1990, ao lado do cooperativismo tradicional surge um “novo cooperativismo”, um cooperativismo popular expresso em:

[...] cooperativas de empresas recuperadas pelos empregados, de assentamentos de reforma agrária, de humildes prestadores de serviços nas periferias das metrópoles, de catadores de material reciclável no lixo, de camponeses e artesãos empobrecidos (KRUPPA et al., 2012, p.17).

Em muitos casos, esse “novo cooperativismo”, denominado Economia Solidária não é concebido de forma jurídica, visto que em diversas situações a legislação impede a formalização dessas iniciativas. Assim sendo, essas experiências contrastam com as cooperativas agropecuárias que reúnem milhares de pequenos, médios e grandes proprietários rurais, que atuam disputando mercados nacionais e internacionais. Então, as cooperativas do agronegócio atuam como grandes empresas, de modo que esse fato explica que a OCB tenha se

¹⁷ Singer (2002, p.122) aponta que as cooperativas de consumo e as cooperativas agrícolas no campo eram a principal forma realizada.

¹⁸ A OCB tornou-se a representante oficial das cooperativas no Brasil com a lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

transformado num sindicato patronal das cooperativas (KRUPPA et al., 2012, p.17).

Leonardo Vieira Wandelli (2012) coloca que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu art.6^o¹⁹ expõe o trabalho como direito social fundamental, bem como o coloca como fundamento da República, no art.1^o, IV²⁰. Ainda, coloca o trabalho como o fundamento da ordem econômica e a busca do pleno emprego como um dos seus princípios, no art.170, caput e VIII, respectivamente²¹, sendo que a ordem social tem como base a primazia do trabalho, no art.193²². Além do exposto, o art.5^o, §1^o²³, garante aplicação imediata dos direitos fundamentais, inclusive dos direitos sociais (WANDELLI, 2012, p.36).

Nesse sentido, Wandelli (2012) ainda aponta que:

[...] o modelo de sociedade salarial includente levou a uma tamanha redução do conceito de trabalho, de modo a considerar apenas as formas de trabalho seletivamente adaptadas ao mercado, que até mesmo as expressões do trabalho vizinhas ou assimiladas ao trabalho assalariado – autônomo, cooperativado, parceria, experiências empresariais autogetionárias, microemprendimentos, economia solidária, trabalho rural em regime de economia familiar, trabalho remunerado não subordinado no terceiro setor etc., e que compõem uma faixa muito substancial das pessoas que trabalham – foram excluídas da proteção jurídica inerente ao reconhecimento do trabalho como direito fundamental (WANDELLI, 2012, p.332-333).

Portanto, embora a Constituição Federal de 1988 apresente avanços no que tange ao trabalho, todavia, as demais legislações de proteção jurídica aos trabalhadores ainda possuem como paradigma o emprego, portanto, a relação patrão e empregado. Assim sendo, de um lado nota-se o esvaziamento do conceito de trabalho, vinculando-o necessariamente a subordinação, e de outro, a necessidade de proteção a essas formas de trabalho negligenciadas pelo ordenamento jurídico (WANDELLI, 2012, p.333).

¹⁹ “Art. 6^o São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o *trabalho*, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2017b, grifo nosso).

²⁰ “Art. 1^o A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] IV - os valores sociais *do trabalho* e da livre iniciativa” (BRASIL, 2017b, grifo nosso).

²¹ “Art. 170. A ordem econômica, fundada na *valorização do trabalho humano* e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] VIII - busca do pleno emprego” (BRASIL, 2017b, grifo nosso).

²² “Art. 193. A ordem social tem como base o *primado do trabalho*, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais” (BRASIL, 2017b, grifo nosso).

²³ “Art. 5^o Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] § 1^o As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm *aplicação imediata*” (BRASIL, 2017b, grifo nosso).

Contudo, nesse contexto do mundo do trabalho, mais especificamente no que tange ao trabalho associado, como já vimos anteriormente, permeia uma trama complexa de relações entre a sociedade civil e sociedade política, ou, em termos gramscianos, a luta por hegemonia. Assim, entendemos que os trabalhadores demonstrarem que não precisam dos patrões coloca em xeque o modo de produção capitalista.

Além disso, Behring e Boschetti (2006) apontam que desde os anos 1990 temos vivido uma contrarreforma do Estado frente às conquistas da constituição de 1988. O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) deu continuidade ao que já vinha desde o governo de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), um conjunto de “reformas” orientadas pelo mercado, de cariz neoliberal, com ênfase nas privatizações e que desprezavam as conquistas de 1988.

Essa reforma seguiu uma tendência internacional a partir da década de 1980, que se convencionou denominar de Nova Gestão Pública. Até então, o modelo predominante era o modelo burocrático²⁴ de administração pública, que tem como seu principal teórico Max Weber (1864-1920), apoiando-se na legalidade e na observância de procedimentos previamente estabelecidos, com o intuito de restringir possíveis abusos e favorecimentos de Chefes de Estado, primando pela efetiva separação entre o público e o privado (FRANZESE, 2011, p.41).

Sob a justificativa de que esse modelo não era capaz de atender as novas demandas da sociedade, aliado ao contexto de crise econômica/ fiscal e o mercado globalizado, o desafio da reforma era redefinir o papel e os padrões de gestão e intervenção estatais. Essa reforma de orientação gerencial inicia-se na Inglaterra e espalha-se pela maioria dos países desenvolvidos, sob duas diretrizes centrais: o ajuste fiscal e a mudança institucional (FRANZESE, 2011, p.43).

No Brasil, um conjunto de medidas que envolviam privatizações, reformas macroeconômicas, descentralização, aprovação da Lei de

²⁴ Desse modelo decorre o princípio da impessoalidade, ou seja, que os cidadãos devem ser tratados da mesma forma, sendo que é este princípio que rege a contratação e funcionários públicos, portanto, são contratados pelo mérito. Outra característica é a hierarquia, que permite o controle e punição do subordinado pelo superior. “Os burocratas executam diretrizes de governo estabelecidas pelos políticos e respondem a estes pelo princípio da hierarquia; já o político, que comanda o governo e a burocracia, responde a população, por meio de eleições” (FRANZESE, 2011, p.42).

Responsabilidade Fiscal²⁵ (LRF) e aumento da carga tributária conduziram o ajuste fiscal e limitaram os gastos públicos. As privatizações envolveram estatais de diversas áreas, tais como: transporte ferroviário, papel e celulose, comércio exterior, energia elétrica e telefonia, além do incentivo de privatização de estatais estaduais, como os bancos, por exemplo. A LRF restringiu o endividamento de estados e municípios, impondo limites a uma série de gastos. Do mesmo modo, a descentralização das políticas públicas também acabou transferindo uma série de gastos para os municípios. Com a perda de receita promovida pela descentralização fiscal da Constituição Federal de 1988, o governo federal ampliou a arrecadação com base em contribuições sociais, isto é, tributos nos quais não incide a partilha intergovernamental. Essa ação aumentou a carga tributária no país de 24,5% do PIB em 1993, para 37% em 2007 (FRANZESE, 2011, p.44).

A mudança institucional ficou a cargo do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), criado em 1995 e conduzido pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Sua proposta seguia o padrão das experiências internacionais, ou seja, o paradigma gerencial que coloca para gestão pública princípios da gestão privada, como a busca por eficiência e resultados, sendo que o novo modelo para macroestrutura do Estado previa privatizações, terceirizações e publicização (FRANZESE, 2011, p.45).

²⁵ Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Quadro 1 – Estratégia de Reforma do Aparelho do Estado.

	Forma de Propriedade			Forma de Administração		Instituições Estratégicas
	Estatal	Pública Não Estatal	Privada	Burocrática	Gerencial	
Núcleo Estratégico (Legislativo, Tribunais, Presidência, Cúpula dos Ministérios)					○	Carreiras e Concursos
Atividades Exclusivas (Segurança Pública, Controle, Fiscalização, Subsídios, Seguridade Social Básica)	○				○	Agências Executivas
Serviços Não Exclusivos (Universidades, Hospitais, Centros de Pesquisa, Museus)	Publicização	○				Organizações Sociais
Produção para o Mercado (Empresas Estatais)	Privatização		○		○	Empresa Privada

Fonte: (Bresser Pereira, 1996 apud FRANZESE, 2011, p.45).

Com base na figura acima, nota-se que o modelo de administração gerencial está presente em todas as formas de propriedade, até mesmo o Núcleo Estratégico, mas, sem abandonar o modelo burocrático. Nas atividades exclusivas as agências executivas²⁶ se tornariam autarquias especiais, regulamentadas por meio de contrato de gestão. Aos serviços não exclusivos propõe-se um processo de publicização, que consiste em transferir a implementação de políticas públicas para agências autônomas, do setor público não estatal, que foram denominadas de Organizações Sociais²⁷. Segundo o Plano de Reforma elas seriam mais adequadas a uma série de políticas sociais, em decorrência de proporcionarem ao gestor maior flexibilidade e autonomia na organização e prestação dos serviços, como no caso e

²⁶ Nesse período foi criada apenas uma agência executiva federal, que é o Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).

²⁷ Criadas pela lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

compras e recrutamento de pessoal. Isso é formalizado por meio de um contrato de gestão, de modo que o órgão estatal contratante passa a ser uma entidade supervisora. No que tange as empresas estatais, sugere-se a privatização, como foi realizado com grande parte delas (FRANZESE, 2011, p.46).

Muitas das diretrizes do MARE foram disseminadas para estados e municípios, como o ajuste fiscal, a renegociação das suas dívidas com a união, privatizações e programas de demissão voluntária. Ainda foram desenvolvidas novas tecnologias de gestão, como o processo eletrônico de compras e controle da arrecadação. Também vale citar o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), que contou com a adesão de 84% dos governos estaduais e promoveu avanços na economia de recursos nos estados, todavia, não atingiu essa melhoria no que tange ao monitoramento de custos e atividades realizadas (FRANZESE, 2011, p.48).

Inclusive, destacam-se os avanços com a utilização do PPA (plano plurianual) como instrumento de planejamento, que se relaciona a gestão e ao orçamento, a partir do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, o foco se deu entre planejamento e orçamento, e não articulando diferentes setores, demonstrando a forte compartimentalização das ações entre diferentes secretarias (FRANZESE, 2011, p.48).

Nesse íterim, esse desmonte do Estado vem se acentuando. Podemos citar a quase metade do orçamento público destinado ao pagamento da dívida pública e seus juros, e ainda, o fortalecimento da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que atinge diretamente os recursos destinados às políticas sociais. Assim, na atual conjuntura, o Estado brasileiro busca garantir as condições gerais de produção, seja transferindo recursos para capital financeiro com os dividendos da dívida pública, ou sob a égide dos cortes e contingenciamentos da intervenção estatal, abrindo espaço para iniciativa privada. O contingenciamento consiste no retardamento ou na inexecução de parte da programação de despesa prevista na legislação, diante da justificativa de receitas insuficientes. Assim, outros mecanismos como a PEC 241/55, conhecida como PEC do teto, que congela os gastos públicos pelos próximos 20 anos, bem como a reforma trabalhista e a tentativa de reforma da previdência social, direcionam e corroboram as intenções de fortalecer o capital para a retomada da acumulação aos níveis esperados.

Isso tudo impacta diretamente a gestão das políticas públicas e

sociais, incluindo a relação entre Estado e sociedade civil. Marco Aurélio Nogueira (1998) e Evelina Dagnino (2002) apontam duas características fundamentais que as norteiam, são elas: a técnica e a política. A primeira se refere a todos os procedimentos complexos intrínsecos a burocracia, enquanto a segunda remete ao processo decisório, sendo eminentemente político e ideológico. Isso nos remete ao caráter eminentemente contraditório da política social.

Assim, torna-se necessário descobrir os vínculos orgânicos das ações públicas voltadas para a Economia Solidária, sejam eles estruturais, conceituais e políticos. De modo, a descortinar ações fragmentadas e setorizadas, que mesmo atendendo interesses opostos fortalecem uma das classes fundamentais.

Por se caracterizar como uma política de desenvolvimento local e voltar-se aos trabalhadores que fogem do desemprego, “[...] a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado [...]” (PRAXEDES, 2009, p.57). Assim, ao perpassar as políticas de educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito, financiamento, etc., pode criar um contexto que seja propulsor dessas iniciativas. Sendo necessárias ações de planejamento, execução e avaliação dessas diferentes áreas (PRAXEDES, 2009, p.57).

Na construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia solidária, deve-se buscar uma ação integrada, complementar e descentralizada (de recursos e ações) entre os entes da federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos, cumprindo o papel de identificar, elaborar e fomentar políticas públicas de desenvolvimento de economia solidária, considerando a intersetorialidade e articulação das instâncias de governo e primando pela participação e o controle social (PRAXEDES, 2009, p.59).

Nesse sentido, a Economia Solidária entrou no cenário político brasileiro justamente no momento de contrarreforma do Estado, com uma reorganização do Estado antes mesmo que muitos aspectos da Constituição Federal de 1988, no nosso caso, no tocante ao trabalho, tenham sido atingidos. Isso aliado ao mundo do trabalho e suas transformações, como veremos adiante.

Como vimos à proteção jurídica ao trabalho possui como paradigma a relação patrão e empregado, desconsiderando outras formas de organização presentes no mundo do trabalho. Dentre essas formas está a Economia Solidária, de

modo que esse limbo jurídico prejudica a organização dos trabalhadores e apoio governamental a essas iniciativas.

E ainda, temos que considerar o atual desmonte do Estado, o fortalecimento da Desvinculação de Receitas da União (DRU), com a PEC 241/55, a reforma trabalhista e a tentativa de reforma da previdência social. Medidas que estão longe de favorecer o conjunto dos trabalhadores, pois privilegiam o capital, mantendo intocado o pagamento da dívida pública e seus juros junto aos bancos.

3 TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Sabendo que nosso trabalho versa sobre as ações públicas voltadas para o trabalho na Economia solidária e considerando que ela é utilizada como estratégia de geração de trabalho e renda, se faz necessário retomarmos a concepção de trabalho no modo de produção capitalista. Do mesmo modo, também é importante tratarmos da sua gênese com o cooperativismo, bem como as críticas a essas iniciativas.

Embora existam muito mais divergências do que convergências entre os autores que defendem e criticam a Economia Solidária, e até mesmo entre os que compõem cada um desses grupos, como veremos no próximo capítulo, o que nos parece evidente é que estamos tratando de uma atividade que é concebida como trabalho. Portanto, neste item, nos propomos a discutir exatamente isso, o trabalho na Economia Solidária.

Para tanto, primeiramente abordaremos o trabalho como atividade exclusivamente humana, para posteriormente adentrarmos nas transformações do mundo do trabalho. Em seguida, ainda abordaremos algumas críticas ao cooperativismo.

3.1 TRABALHO E CAPITALISMO

O trabalho é uma atividade exclusivamente humana²⁸, de modo que a exploração encontra seu fundamento na apropriação de seu excedente. Assim, o homem se constitui pelo trabalho, entretanto, no modo de produção capitalista o que reina é a exploração do homem pelo homem.

Harry Braverman (1987) aponta que todas as formas de vida desempenham atividades em seu meio ambiente para sua própria utilidade, dos vegetais aos animais. Contudo, essas atividades não podem ser consideradas trabalho, visto que os materiais necessários são retirados da natureza tal como são. Assim, define que “[...] o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses

²⁸ No decorrer deste capítulo, quando utilizarmos a expressão *homem* estamos nos referindo ao gênero humano, formado por homens e mulheres.

materiais para melhorar sua utilidade” (BRAVERMAN, 1987, p.49). Deste modo, o autor ainda observa que embora alguns animais partilhem essa capacidade com a espécie humana, o que importa não é a semelhança, mas sim a diferença. Assim, fundamenta-se na célebre obra de Karl Marx (1818-1883), *O Capital*.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p.256-257).

Assim, de acordo com Braz e Netto (2009) o trabalho humano se difere na medida em que exige instrumentos para o seu desenvolvimento, que não se realiza cumprindo determinações genéticas e que não atende a um conjunto limitado de necessidades. Os autores destacam que a finalidade é antecipada idealmente, ou seja, há uma intencionalidade prévia (BRAZ; NETTO, 2009, p.32).

Portanto, amparando-se em Marx, Braverman (1987) defende que a concepção de trabalho não se confunde com formas instintivas dos animais, mas se refere a uma capacidade humana que é consciente e proposital, visto que ações instintivas são inatas antes que aprendidas. Embora, tenha sido constado em experimentações que “[...] a minhoca pode aprender a passar por um labirinto; os chimpanzés podem ser estimulados a ‘inventar’ e fazer instrumentos [...]” (BRAVERMAN, 1987, p.50), não mostrou-se possível a capacidade de manipular a representação de símbolos. Isso, principalmente no que se refere a linguagem articulada, na forma de palavra, que possibilita a continuidade na experiência instrumental do homem. Desta forma, o homem ao agir sobre o mundo externo e transformá-lo, ele também muda²⁹ (BRAVERMAN, 1987, p.50-52).

O trabalho é sempre uma atividade coletiva, isto é, o sujeito nunca é isolado, sempre se insere num conjunto mais ou menos estruturado de outros

²⁹ Friedrich Engels (1820-1895) em 1876 escreve o texto intitulado *O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. Nesse trabalho o autor discorre sobre os processos responsáveis pela transformação do macaco em homem com todos os limites científicos da sua época. Coloca que o trabalho é a fonte de toda riqueza juntamente com a natureza, que é responsável de fornecer os materiais que o trabalho converte em riqueza. Entretanto, ressalta que o trabalho é muito mais que isso, “[...] É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 2004, p.11).

sujeitos, na medida em que o trabalho exige coletivização de conhecimentos. Desta forma, significa convencer ou obrigar outros sujeitos a realização de atividades, sendo possível somente pela linguagem articulada. O trabalho proporcionou ao gênero humano um salto na dinâmica da natureza, orgânica e inorgânica, que fez surgir um novo tipo de ser, o ser social. Portanto, o homem enquanto ser social é fruto de um processo histórico (BRAZ; NETTO, 2009, p.34).

Nesse sentido, a aranha tece sua teia por instinto e não pode delegar essa função a outra, de modo que há uma unidade entre concepção e execução, enquanto no trabalho humano essa unidade pode ser dissolvida. Assim, para o homem a ideia de uma pessoa pode ser executada por outra. A essa capacidade humana de executar um trabalho Marx denomina “força de trabalho”. De modo, que o trabalho humano é o recurso exclusivo da humanidade para enfrentar a natureza, tanto o exercido diretamente como o armazenado em produtos, tais como ferramentas, maquinaria ou animais domesticados (BRAVERMAN, 1987, p.53).

Segundo Braz e Netto (2009), o surgimento do excedente econômico com a exploração do trabalho levou a dissolução da comunidade primitiva. Ela foi sucedida pelo modo de produção escravista, por volta de 3.000 anos antes de Cristo, configurando a Antiguidade. Na comunidade primitiva os grupos humanos guerreavam e matavam prisioneiros por não haver como explorá-los. A possibilidade de o homem produzir o excedente, ou seja, produzir mais do que consome tornou compensador escravizar e explorar. Assim, essa sociedade organizou-se pautada na força e violência, sob dois polos, os proprietários de terras e de escravos que exploravam a massa de homens em situação de escravidão. Nesse contexto, o comércio (comerciantes e mercadores) começa a desenvolver, visto que parte do excedente toma forma de mercadoria, o que implica no aparecimento do dinheiro como meio de troca (BRAZ; NETTO, 2009, p.65).

O escravismo que foi a base da civilização grega e teve continuidade no Império Romano, mas não foi o único dominante na Antiguidade. No extremo oriente, constituiu-se o que se designou chamar de modo de produção asiático. Um Estado com forte poder político central que se responsabilizou por obras hidráulicas de grande porte (drenagem e irrigação) e manteve o controle das terras e da agricultura, caracterizando-se por formas políticas despóticas e estagnação social (BRAZ; NETTO, 2009, p.66).

O auge do escravismo ocorreu com o Império Romano, entretanto, também foi à crise deste que culminou no seu fim, aliada a pressão das invasões bárbaras, por volta da metade do primeiro milênio de nossa era. Neste momento instaura-se o feudalismo que terá vigência até o último terço do segundo milênio depois de Cristo. A centralidade do império foi substituída pelos feudos, unidades econômico-sociais fundadas no trato da terra. O feudo pertencia a um nobre (senhor) que sujeitava os produtores diretos (servos). Além de ser explorado pelo senhor, o servo tinha que pagar tributos, inclusive o dízimo para Igreja, todavia, possuía instrumentos de trabalho e retirava seu sustento da terra. Era uma relação que implicava em compromissos mútuos, pois se o servo devia realizar serviços, o senhor era incumbido de proteger a vida do servo (BRAZ; NETTO, 2009, p.68).

O processo de crise do feudalismo e as lutas entre suas classes fundamentais levará a Revolução Burguesa, por conseguinte, ao mundo moderno. A expansão da economia mercantil urbana e a centralização do poder político irão culminar no surgimento do Estado absolutista. É a partir do século XIV, com este modelo de Estado, que surgem estruturas próprias do Estado Moderno: uma força armada com comando único, uma burocracia e um sistema fiscal (BRAZ; NETTO, 2009, p.72).

A tomada do poder político pela burguesia configurou-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia, consolidando-se enquanto classe e construindo hegemonia político-cultural, derrotando a feudalidade nos confrontos maiores da Inglaterra (1688/89) e França (1789), com as Revoluções Burguesas. O século XIX abre-se com o Estado Burguês e proporcionando condições para concretização do modo de produção capitalista, cuja burguesia é uma classe fundamental (BRAZ; NETTO, 2009, p.75).

De acordo com Braverman [...] “A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda da força de trabalho” (BRAVERMAN, 1987, p.49-54). Os trabalhadores são separados dos meios de produção, deste modo, não lhes resta alternativa a não ser vender sua força de trabalho para o empregador que detém estes meios. O trabalhador não possui nenhuma restrição como a servidão ou o escravismo, prevalece à concepção liberal, em que ele está livre para vender sua força de trabalho.

Para Marx (2013) o trabalho nada mais é do que a utilização da

força de trabalho. Assim, “Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p.256).

Braz e Netto (2009) demonstram esse conjunto didaticamente da seguinte forma:

- a) os meios de trabalho – tudo aquilo que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra que é um meio universal de trabalho;
- b) os objetos de trabalho – tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano;
- c) a força de trabalho – trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis a satisfação de necessidades. (BRAZ; NETTO, 2009, p.58).

Deste modo, a esse conjunto de elementos denominam-se forças produtivas. Embora a produção não exista sem os meios e o objeto de trabalho, que constituem os meios de produção, a força de trabalho é, por assim dizer, o elemento mais valioso. Isso na medida em que representa o acúmulo de gerações com os conhecimentos que envolvem o trabalho (BRAZ; NETTO, 2009, p.58).

Logo no primeiro capítulo de *O Capital*, Marx (2013) adverte que “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’ [...]” (MARX, 2013, p.113). A mercadoria é concebida como um objeto externo que satisfaz as necessidades humanas, de modo que “a natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão” (MARX, 2013, p.113). Assim, como observa o autor, para que algo seja considerado mercadoria, precisa ser produzida para ser trocada, vendida no mercado e não consumida por aquele que produz. A utilidade de alguma coisa caracteriza seu valor de uso, enquanto seu valor de troca é caracterizado pelo tempo médio socialmente necessário para sua produção, com uma expressão monetária de seu valor baseada em leis de oferta e procura.

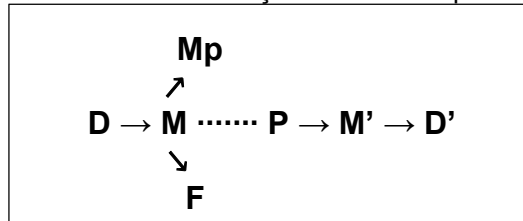
Ao colocar que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho presente na sua produção, pode parecer que quanto mais preguiçoso e inábil for o homem maior será o valor da mercadoria. Entretanto, Marx (2013) está se referindo a força de trabalho social média, ou seja, ao “[...] tempo de

trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 2013, p.117).

A força de trabalho que fora vendida passa a fazer parte do processo de produção valorizando o capital investido inicialmente. A isso, dá-se o nome de mais-valia, que pode ser absoluta ou relativa. A primeira caracteriza-se pelo aumento da jornada de trabalho mantendo o valor da força de trabalho, enquanto a segunda, amplia-se o resultado do trabalho pela via da mecanização (MARX, 2013).

A circulação mercantil capitalista é expressa pela seguinte fórmula:

Quadro 2 – A circulação mercantil capitalista.



Fonte: (BRAZ; NETTO, 2009, p.118).

O ponto de partida é o dinheiro (D) investido na produção de mercadorias, com o qual se compra mercadorias (M), máquinas, instalações, matérias-primas e brutas, que constituem os meios de produção (Mp) e a força de trabalho (F). De modo que o processo de produção (P) é constituído pela força de trabalho valendo-se das máquinas e instrumentos para incidir sobre as matérias primas e brutas, confeccionando novas mercadorias (M'), que serão vendidas por uma soma de dinheiro (D') superior a que se investiu inicialmente (D), voltando à circulação. O objetivo desse processo é fazer retornar mais dinheiro, o capital acrescido de mais-valia que é a diferença ente D e D', isto é, ao colocar o capital em movimento espera-se ampliar seu montante inicial, constituindo-se o lucro. Essa é a razão pela qual o capitalista mantém seu protagonismo social, esse é seu papel nas relações sociais de produção (BRAZ; NETTO, 2009, p.118).

A fórmula referida acima se difere da seguinte: $D \rightarrow M \rightarrow D^+$. Isso porque esta fórmula se refere à intervenção do capital comercial na circulação de mercadorias. O comerciante investe dinheiro na compra de mercadorias também com o intento de conquistar mais dinheiro, entretanto, essa diferença não resulta de mais-valia, mais sim da diferença de preço pago para adquirir a mercadoria e preço pelo qual a mercadoria foi vendida. Noutras palavras, D^+ é dinheiro mais lucro do

comerciante (BRAZ; NETTO, 2009, p.96).

Nesse processo, outra contribuição de Karl Marx (2013) se refere à subsunção real e formal do trabalho ao capital. A subsunção real é a primeira forma de subordinação do trabalho ao capital no que tange ao processo de valorização do último. Caracteriza-se pela separação do trabalhador dos meios de produção, de modo que ele é transformado em trabalhador assalariado, sendo essa condição que o subordina.

Essa condição ocorre primeiramente na cooperação. Marx (2013) nos chama a atenção para que no capitalismo, os trabalhadores assalariados não podem cooperar sem serem empregados pelo mesmo capitalista, que compra ao mesmo tempo a força de trabalho de um conjunto de trabalhadores. “Ao cooperar com outros de modo planejado, o trabalhador supera as limitações individuais e desenvolve sua capacidade genérica.” (MARX, 2013, p.405). Assim, observa que uma massa de trabalhadores que coopera perante o comando do mesmo capital, precisa com que oficiais e suboficiais industriais, ou seja, dirigentes, gerentes, capatazes, exerçam o comando durante o processo de trabalho em nome do capital.

A subordinação real ocorre com o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, com o desenvolvimento tecnológico no modo de produção capitalista. Ela se expressa na mais-valia relativa, com a intensificação do trabalho e alienação do trabalhador. “[...] Abusa-se da maquinaria para transformar o trabalhador, desde a tenra infância, em peça de uma máquina parcial” (MARX, 2013, p.494).

De acordo com Karl Marx, “seja qual for à forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmo estágios.” (MARX, 2013, p.641). Portanto, a sociedade não pode parar de consumir e produzir. Assim, “[...] todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (MARX, 2013, p.641).

Independentemente do modo de produção e de suas formas de organização do trabalho, a humanidade precisa produzir para viver, mas a dinâmica do modo de produção capitalista impõe a exploração do trabalho do homem pelo homem. Karl Marx e Friedrich Engels, no Manifesto do Partido Comunista (1848), apresentam que a história da humanidade é a história da luta de classes, da luta entre classes opressoras e oprimidas. Assim foi no escravismo, no feudalismo e é no capitalismo. Neste último, isso se expressa numa relação contraditória e antagônica

que opõe os burgueses, detentores dos meios de produção, aos proletários, a quem não resta outra opção a não ser vender sua força de trabalho (MARX; ENGELS apud BOYLE, 2006).

Neste item buscamos demonstrar a importância do trabalho para formação do gênero humano, bem como a relação de dominação entre os homens, especialmente no modo de produção capitalista. Assim, caminhando da constituição do ser social às relações de produção capitalistas, com ênfase no processo de trabalho. A discussão realizada neste item nos será importante para avançarmos no trabalho na Economia Solidária, como faremos mais adiante.

3.2 DA GÊNESE ÀS CRÍTICAS DO COOPERATIVISMO³⁰

As primeiras experiências cooperativistas remetem a Inglaterra, como estratégia dos trabalhadores para enfrentar os impactos da Revolução Industrial. Essas experiências que nutriram sonhos de visionários que buscavam reformar a sociedade também foram alvo de polêmicas entre autores clássicos.

A cooperação enquanto ação entre duas ou mais pessoas para um fim comum é tão antiga quanto à própria vida humana, de modo que ela pode se apresentar de maneira formal ou informal. A primeira situação é verificada frequentemente em zonas rurais, com vizinhos que se reúnem em mutirão, seja para preparar a terra, semear, colher ou desempenhar outras atividades. A segunda situação faz parte de estatutos previamente elaborados, com regras para o auxílio mútuo, objetivos da sociedade, direitos e deveres dos sócios, entre outros (PINHO, 1966a, p.17).

Por conseguinte, Diva Benevides Pinho (1966b) salienta que cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas, mesmo que esse equívoco ocorra frequentemente. O cooperativismo é entendido como uma doutrina, que possui como “[...] objeto a correção social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas” (PINHO, 1966b, p.8).

³⁰ Iniciamos a discussão da crítica marxista ao cooperativismo no artigo intitulado *Economia Solidária e proteção social na contemporaneidade*, em coautoria com Líria Maria Bettiol Lanza e Luis Alberto Maccagnan, que se encontra no prelo para publicação da Revista Eletrônica Mundo do Trabalho Contemporâneo.

Considera-se que a primeira cooperativa com fins econômicos e sociais é a obra dos Pioneiros de Rochdale³¹, fundada em 1844 na Inglaterra, caracterizando-se como uma cooperativa de consumo. Entretanto, de acordo com Pinho (1966a) é possível identificar organizações que se aproximavam dos princípios rochdaleanos antes mesmo dessa experiência. A autora identifica que essas “pré-cooperativas” resultaram da iniciativa de grupos religiosos, como os Shakers na América do Norte, outras realizadas por operários ingleses e franceses com o intuito de solucionar seus problemas econômicos, e outras como fruto do idealismo de socialistas, como Nova Harmonia fundada por Robert Owen (1771-1858) em 1828 na América do Norte, as colônias icarianas inspiradas por Étienne Cabet (1788-1856) ou os falanstérios de Charles Fourier (1772-1837). E ainda, se voltarmos mais no tempo, encontraremos essas raízes nas:

“[...] corporações de artes e ofícios da Idade Moderna, nas confrarias da Idade Média, nas sociedades de auxílio-mútuo para enterros e seguros dos gregos e romanos, ou ainda em certas formas de arrendamento de terras para exploração em comum, utilizadas pelos babilônios” (PINHO, 1966a, p.18).

Todavia, as condições para o desenvolvimento do cooperativismo surgiram a partir da Revolução Industrial, após meados do século XVIII. Nesse sentido, assim como para Pinho (1966a), são as pré-cooperativas seculares que nos interessam, visto que para autora elas têm a mesma origem que o socialismo, separando-se em seguida.

Paul Singer (2002) identifica que os socialistas utópicos³² Robert

³¹ Para mais informações vide obra intitulada *Os 28 tecelões de Rochdale*, de autoria de G. J. Holyoake. O livro narra a história dos probos pioneiros de Rochdale que fundaram uma cooperativa de consumo, cujos princípios mais tarde seriam sistematizados por Charles Gide (1847-1932), consagrando os princípios do cooperativismo. Pinho (1966a) coloca que em 1843, operários da indústria da flanela de Rochdale, distrito de Lancashire na Inglaterra, reivindicaram aumento de salários aos patrões, de modo que apenas dois aceitaram. Alguns operários incitaram a greve e por represália alguns industriais preferiram fechar as fábricas a atender a reivindicação. Diante da situação, um pequeno grupo de tecelões se reuniu para melhorar sua situação econômica em novembro do mesmo ano e algumas soluções foram rejeitadas, entre elas a emigração, por entenderem ser uma “condenação por delito de pobreza” e a proteção da lei dos indigentes, que levaria a perda da independência. Assim, 28 tecelões optaram por criar um armazém cooperativo, que após um ano de economia foi inaugurado em 21 de dezembro de 1844, na Travessa do Sapo (“Toad Lane”), em Rochdale (PINHO, 1966a, p.19-24).

³² A própria palavra socialismo surgiu por volta de 1830, quase que concomitantemente na França e na Inglaterra, sendo um conceito pouco preciso e utilizado no geral como oposição a individualismo. Em seguida passou a ser associada ao movimento de formação de cooperativas, de modo que apenas mais tarde passou a designar um sistema social em oposição ao capitalismo. Enquanto a palavra utopia tem referência no livro homônimo de Thomas Morus, que imaginava uma nova sociedade numa ilha, onde não havia as mazelas da sociedade real existente. Os

Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837) e Saint-Simon³³ (1760-1825) estão entre os que mais contribuíram para o desenvolvimento da Economia Solidária, isso por entender que esta possui suas raízes históricas nas experiências desses autores. Portanto, embora a expressão Economia Solidária seja contemporânea, essa forma de organizar o trabalho para enfrentar as vicissitudes da vida cotidiana é bem mais antiga.

Robert Owen era proprietário de um complexo têxtil em New Lanark e no início do século XIX resolveu limitar a jornada de trabalho e não empregar crianças, sendo que para elas construiu escolas. A forma com que Owen tratava seus empregados fez com que eles ampliassem o desempenho no trabalho, fazendo a empresa se tornar mais lucrativa, embora também houvesse ampliado os custos com pagamento. Deste modo, Owen ganhou fama de filantropo e se tornou respeitado por suas iniciativas (SINGER, 2002, p.25).

A Revolução Francesa inaugurou um período de guerras na Europa que findou em 1815 com a derrocada de Napoleão para os britânicos em Waterloo. Com o fim das guerras napoleônicas a Grã-Bretanha entrou em crise, diante disso, Owen entendia que a depressão era causada pelo desaparecimento da demanda por armamentos. Assim, Singer (2002) coloca que em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento dos pobres ao invés de serem meramente distribuídos fossem investidos em compras de terras e construção de aldeias cooperativas. Em cada uma das aldeias viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias para a própria subsistência, podendo o excedente ser trocado entre aldeias. Com cálculos cuidadosos Owen buscava demonstrar que haveria economia de recursos, visto que os pobres seriam reinseridos na produção e em pouco tempo não seria necessário continuar a subsidiá-los³⁴.

Entretanto, diante da negativa do governo britânico Owen passou a radicalizar sua proposta, de modo que quanto mais explicava seu plano, mais notório

socialistas utópicos nunca se apresentaram como representantes da classe operária ou mesmo de qualquer outra, visto que tinham o intento de defender os interesses da humanidade em geral (TEIXEIRA, 2002, p.27-28).

³³ Claude-Henri de Rouvroy, o Conde de Saint-Simon, nasceu em Paris, na França.

³⁴ Para Singer (2002) o raciocínio de Owen antecede a tese de John Maynard Keynes (1883-1946) em 119 anos. Isso porque em qualquer crise econômica capitalista a ociosidade forçada de parte da força de trabalho gera um empobrecimento na sociedade, que se concentra nos trabalhadores excluídos da atividade econômica. Assim, proporcionar trabalho para eles significa expandir a criação de riqueza.

se tornava que ele não estava preocupado apenas em baratear o custo dos pobres, mas sim numa mudança do sistema social. Owen acabou perdendo admiradores e desiludido partiu para os Estados Unidos, mas sem abandonar o desejo de erguer uma aldeia cooperativa num meio social que julgava ser menos deteriorado. Atingiu o objetivo em 1825, em New Harmony, estado de Indiana, mas a iniciativa sofreu sucessivas cisões, de modo que Owen permaneceu até 1829, quando mais uma vez desiludido voltou à Inglaterra (SINGER, 2002, p.25-26).

Enquanto Owen tentava obter êxito em New Harmony seus discípulos colocavam em prática suas ideias disseminando sociedades cooperativas³⁵. Em 1828, a Brighton Association inicia uma publicação mensal intitulada *The Co-operator*, redigida pelo Dr. William King e dedicada ao cooperativismo. No seu primeiro número registra-se a existência de 04 cooperativas, em meados de 1829 este número salta para 70, sendo que no fim do mesmo ano já alcançava 130. Em agosto de 1830 a publicação encerra suas atividades registrando mais de 300 cooperativas (SINGER, 2002, p.28).

Esse movimento coincide com o surto do sindicalismo, desencadeado em 1824 com a revogação da lei que proibia qualquer organização dos trabalhadores. Com essa ascensão do cooperativismo as ideias de Owen foram assumidas pelo movimento sindical, que em 1833-34 fundou o *Grand National Consolidated Trades Union*. Passou a ser comum que grevistas que trabalhavam em ramos com poucas máquinas se colocassem na condição de competidores dos empregadores com planos de produção cooperativa, ao invés de pararem a produção. Assim, a greve tornava-se um instrumento para eliminar a condição de assalariado e não melhorá-la, mas substituí-la pela autogestão (SINGER, 2002, p.29).

Para Owen o comércio objetivando o lucro era parasitário, visto que

³⁵ A primeira cooperativa Owenista foi um jornal cooperativo, fundado por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres, com o intuito de realizarem suas atividades profissionais e viverem juntos em comunidade. Formaram a London Co-operative Society e publicaram o jornal chamado *The Economist*, mas pouco tempo depois deixaram de viver juntos. Em 1823 surgiu outro jornal, chamado *The Political Economist and Universal Philantropist*. Em 1826, surge a Comunidade de Orbiston, liderada por Abram Combe, todavia, a comunidade findou com sua morte, visto que o irmão e herdeiro a despejou para pagar as dívidas assumidas. Em 1827, surgiu a Brighton Co-operative Trading Association, liderada por Dr. William King, conhecido como “médico dos pobres”. A princípio havia o objetivo de formar uma comunidade de tipo owenista, mas para formar um fundo de capital iniciou-se como um armazém cooperativo. Muitas cooperativas desenvolveram-se desta em Brighton, Worthington, Findon, Turnbridge Wells, Canterbury e Gravensed. Em 1830, King deixa a comunidade por problemas de família e ela desaparece em 1832 (SINGER, 2002, p.27-28).

os distribuidores tem que ser mantidos pelos produtores, assim, rejeitava toda a atividade que visava o lucro. Isso levou as sociedades owenistas a criar bazares³⁶ para troca de produtos ou bolsas equitativas de trabalho, que funcionava como uma moeda própria (SINGER, 2002, p.30-31).

Singer (2002) também menciona Charles Fourier, que possuía o sonho de que algum capitalista financiasse seu projeto denominado *Falanstério*. Caracteriza-se por ser uma comunidade com cerca de 1.800 pessoas trabalhando de acordo com suas paixões, os meios de produção seriam de todos os membros, mas na forma de propriedade acionária. O resultado do trabalho de todos seria repartido em proporções fixas, sendo 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento. Seu sistema de mercado combina a preferência dos membros por diferentes tipos de produto e diferentes tipos de trabalho. Ele também pensou numa forma de evitar que a sociedade se polarizasse entre ricos e pobres, propondo uma forma de redistribuição, que consistia no rendimento maior das ações de quem possuía uma quantidade menor delas, e também, que todos deveriam ter uma renda mínima. Nesse socialismo de mercado de Fourier, a figura do Estado era dispensável (SINGER, 2002, p.36-37).

As obras dos socialistas utópicos foram contemporâneas, se situavam na passagem do século XVIII para o XIX, de modo que para Owen a Revolução Industrial Inglesa proporcionava-lhe visibilidade das consequências da industrialização. Enquanto que para Fourier e Saint-Simon, a França que viveria a febre da industrialização cinquenta anos mais tarde, levava-os a ter uma visão idílica. Suas obras caracterizavam-se por ser [...] projetos de organização da sociedade, desligados da realidade política e social da época, e fé inabalável na ciência e na educação como meios de transformação da realidade (TEIXEIRA, 2002, p.28).

Karl Marx e Friedrich Engels, no Manifesto do Partido Comunista (1848), já realizavam a crítica aos socialistas utópicos por entender que eles não reconheciam qualquer iniciativa histórica do proletariado ainda em formação, embora entendessem os antagonismos de classe e os elementos destruidores do capitalismo (MARX; ENGELS apud BOYLE, 2006).

³⁶ Contemporaneamente podemos notar a semelhança dessa iniciativa aos clubes de troca da Economia Solidária, que se caracterizam por serem espaços de troca de produtos e serviços, valendo-se inclusive de moeda social.

Substituem a atividade histórica pela própria imaginação pessoal; as condições históricas da emancipação por condições fantásticas; e a organização espontânea e gradativa do proletariado em classes pela organização social pré-fabricada por eles. Em sua opinião, a história do futuro resume-se na propaganda e na realização prática de seus planos de organização social (MARX; ENGELS apud BOYLE, 2006, p.63).

Assim se convenciam de que estavam zelando dos interesses da classe operária, que só enxergavam como a classe mais sofredora. Isso porque eles ainda rejeitavam a ação política e, sobretudo, revolucionária, visto que buscavam atingir seus objetivos por meios pacíficos e experiências de pequena escala destinadas ao fracasso (MARX; ENGELS apud BOYLE, 2006).

No livro I de *O Capital*, ao tratar sobre a mercadoria Marx coloca: “[...] imaginemos uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho.” (MARX, 2013, p.153). O resultado da associação é um produto social, com parte dele retornando como meio de produção e a outra parte consumida pelos membros da associação, como meios de subsistência. O modo de distribuição dependerá do próprio organismo social de produção e do histórico de desenvolvimento dos produtores (MARX, 2013).

[...] A figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra do seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontram-se sob seu controle consciente e planejado. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento (MARX, 2013, p.154).

Portanto, tal organização do trabalho está para além do modo de produção capitalista, visto que se trata de homens livres e conscientes. Assim, tal imaginação não pode ser confundida com o Cooperativismo, ou mesmo contemporaneamente com a Economia Solidária, visto que se coloca num horizonte que está além da divisão da sociedade em classes.

Ao tratar sobre o cooperativismo, Karl Marx aponta a importância das cooperativas, mas também seus riscos. No *Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), Marx (2016a) coloca que a conquista da lei da jornada de trabalho de dez horas pelo operariado inglês foi à primeira derrota da economia política burguesa para a economia política da classe

operária. E ainda frisava que o futuro reservava uma vitória maior com o movimento cooperativo e suas fábricas levantadas pelos esforços dos operários. Mesmo que o valor dessas experiências não possa ser exagerado, elas demonstraram pela ação que a produção pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões, portanto, que os meios de trabalho não precisam servir como meio de dominação e exploração (MARX, 2016a apud BETTIOL LANZA et al.).

[...] tal como o trabalho escravo, tal como o trabalho servo, o trabalho assalariado não é senão uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer ante o trabalho associado desempenhando a sua tarefa com uma mão voluntariosa, um espírito pronto e um coração alegre (MARX, 2016a).

Entretanto, o período de 1848 a 1864 demonstrou que por melhor que seja o princípio e utilidade prática do trabalho cooperativo, se ele for mantido por esforços de operários isolados, não poderá combater o monopólio, libertar o povo ou amenizar as desigualdades sociais. Para avançar nesse sentido ele deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais, bem como incrementado por meios nacionais (MARX, 2016a apud BETTIOL LANZA et al.).

Em outro momento Marx encaminha críticas a Ferdinand Lassalle (1825-1864) em razão da unificação de dois partidos operários alemães, visto que o programa³⁷ do partido privilegiava as teses de Lassalle, que defendia as cooperativas.

“O Partido Operário Alemão exige, para produzir a solução da questão social, a criação de cooperativas de produção com subvenção estatal e sob o controle democrático do povo trabalhador. Na indústria e na agricultura, as cooperativas de produção devem ser criadas em proporções tais que delas surja a organização socialista do trabalho total” (LASSALLE apud MARX, 2012, p.39-40).

A crítica de Marx é contundente:

Depois da “lei de bronze do salário” de Lassalle, temos agora a panaceia do profeta! E ela é “conduzida” de forma digna! O lugar da luta de classes existente é tomado por uma fraseologia de escrevinhador de jornal – “a questão social”, a cuja “solução” se “conduz”. A organização socialista do trabalho total, em vez de surgir do processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da “subvenção estatal”, subvenção que o Estado

³⁷ Em 1875, em razão da unificação dos dois partidos operários alemães, que são a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, dirigida por Ferdinand Lassalle, e o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores, dirigido por Wilhelm Liebknecht, Wilhelm Bracke e August Bebel, Marx encaminhou à cidade de Gotha um conjunto de observações críticas ao programa do futuro Partido Social-Democrata da Alemanha.

concede a cooperativas de produção “criadas” por *e/e*, e não pelos trabalhadores. É algo digno da presunção de Lassale imaginar que, por meio de subvenção estatal, seja possível construir uma nova sociedade da mesma forma que se constrói uma nova ferrovia! (MARX, 2012, p.40).

As críticas de Marx continuam com ele colocando que trabalhadores da Alemanha em sua maioria não é o proletariado, mas sim camponês. Em seguida coloca que democrático se refere a governo do povo, portanto, a exposição de Lassale é confusa. E é ainda mais para o povo trabalhador que realiza essas reivindicações, demonstrando que é um povo que não está no poder e não está maduro para ele. Para concluir este item, complementa expondo que o fato de querer instaurar as condições de produção coletiva em escala social (primeiro no próprio país), significa apenas subverter as atuais condições de produção que as cooperativas “[...] só tem valor na medida em que são criação dos trabalhadores e independentes, não sendo protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses (MARX, 2012, p.40-41 apud BETTIOL LANZA et al.).

No livro III de *O Capital*, ao tratar sobre o crédito, Marx (2008) coloca que o sistema de ações é a negação da propriedade individual, todavia, não supera o caráter privado da riqueza, apenas lhe dá uma nova forma. Coloca que as cooperativas de trabalhadores representam a primeira brecha dentro do antigo sistema, entretanto, ainda reproduzem os defeitos do atual sistema.

“[...] Mas dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho” (MARX, 2008, p.587).

Elas demonstram como se constitui um novo modo de produção que se liberta naturalmente do anterior, isso a partir de certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção que lhes correspondem. O sistema de fábrica do modo de produção capitalista proporcionou o desenvolvimento da cooperativa operária e do sistema de crédito. Este último contribui para que as empresas capitalistas privadas se tornem progressivamente em empresas capitalistas por ações, de modo que é o mesmo que irá fornecer os meios para uma expansão gradual das empresas cooperativas, em escala mais ou menos nacional (MARX, 2008, p.587 apud BETTIOL LANZA et al.).

Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva (MARX, 2008, p.587).

A partir do exposto, verificamos que em Marx o cooperativismo pode servir tanto como instrumento de luta dos trabalhadores como meio de sua própria exploração.

Nesse sentido, Rosa Luxemburgo (1871-1919) também contribui para pensar as cooperativas no modo de produção capitalista ao criticar os artigos e o livro³⁸ de Eduard Bernstein (1850-1932), expondo que o socialismo defendido por ele se resume a transformar os pobres em ricos, com dois meios para isso: pela democracia econômica (sindicatos) e pelas cooperativas. Com os sindicatos se suprimiria o lucro industrial e com as cooperativas o lucro comercial (LUXEMBURGO, 2005, p.80).

Para Rosa Luxemburgo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida, visto que constituem uma produção socializada em miniatura, todavia, esta é acompanhada por uma troca capitalista. O argumento da autora reside no fato de que na economia capitalista é a troca que domina a produção e que devido à concorrência necessária para existência da empresa, acontece uma exploração implacável da força de trabalho, isto é, são os interesses capitalistas que dominam o processo de produção. Isso quer dizer, “praticar todos os métodos bem conhecidos que permitem a uma empresa capitalista refrear a concorrência de outras empresas” (LUXEMBURGO, 2005, p.81). A autora observa que é uma situação contraditória, diante do fato de que os operários que governam a si próprios, também são os próprios capitalistas (LUXEMBURGO, 2005 apud BETTIOL LANZA et al.).

É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução. São esses fatos que o próprio Bernstein constata, mas que evidentemente não compreende quando, com a senhora Potter-Webb, vê na falta de “disciplina” a causa do fracasso das cooperativas de produção na Inglaterra. O que aqui se qualifica vulgar e superficialmente de “disciplina” outra coisa não é se não regime absoluto natural ao Capital, e que evidentemente os operários não podem empregar contra si mesmos (LUXEMBRUGO, 2005, p.81).

³⁸ Os artigos foram publicados na *Neue Zeit* eram intitulados de “*Problemas do Socialismo*”. O livro a que a autora se refere é intitulado de *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (os fundamentos do Socialismo e as finalidades da Social-Democracia).

Assim sendo, a única alternativa da para garantir sua existência é buscar suprimir essa contradição, que a situa sob as leis da livre concorrência, mesmo que seja de maneira artificial. Em outras palavras, significa garantir-lhe um mercado, que pode ser oferecido pela cooperativa de consumo. Desta forma, Rosa Luxemburgo atrelava a existência das cooperativas de produção às cooperativas de consumo, sendo que melhor das hipóteses elas deveriam se contentar “com pequenos mercados locais e que se limitam a alguns produtos de primeira necessidade, de preferência aos produtos alimentares” (LUXEMBURGO, 2005, p.82). Portanto, os ramos de maior importância para a produção capitalista, como a indústria têxtil, mineira, metalúrgica, construção de máquinas, entre outros, ficam excluídos das cooperativas de produção (LUXEMBURGO, 2005 apud BETTIOL LANZA et al.).

Eis porque, sem ter em conta o seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pela simples razão de pressupor sua realização geral, antes de tudo, a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção e de troca, constituindo no fundo, por conseguinte, um retrocesso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média (LUXEMBURGO, 2005, p.83).

A reforma social baseada em cooperativas deixa de lado a luta contra o capital de produção, dirigindo-se principalmente a lutar contra o pequeno e médio capital comercial (LUXEMBURGO, 2005 apud BETTIOL LANZA et al.).

Entendemos que Rosa Luxemburgo avança nas críticas já realizadas por Marx, com as possibilidades do seu tempo histórico. Ela aponta um dilema que assombra a cooperativas: tornar-se uma empresa capitalista diante das imposições do mercado, ou dissolver-se diante dos interesses dos trabalhadores.

Outro autor que nos auxilia a pensar essas iniciativas é Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924), diante das particularidades do regime político que vivia. Para Lenin (2004), após da revolução de Outubro³⁹ e graças a NEP (Nova Política Econômica) a cooperação adquiriu importância, mesmo que os sonhos dos velhos cooperadores fossem fantasiosos, visto que não compreendiam a luta política. Considerando que a classe operária estava exercendo o poder do Estado, de modo

³⁹ Refere-se à Revolução de Outubro na Rússia, também conhecida como Revolução Bolchevique ou Revolução Vermelha.

que os meios de os meios de produção também eram do Estado, Lenin entendia que a tarefa então era agrupar a população em cooperativas, de forma que a partir disso o socialismo se realizaria por si só. Com NEP realizou-se uma concessão ao camponês encarado como comerciante, com o intuito de combinar o interesse privado e seu controle pelo Estado (LENIN, 2004 apud BETTIOL LANZA et al.).

[...] Uma coisa é fantasiar sobre toda espécie de associações operárias para construção do socialismo e outra é aprender na prática a construir esse socialismo, de tal modo que cada pequeno camponês possa participar nessa construção. Já alcançamos agora esse degrau. E é indubitável que, tendo-o alcançado, o aproveitamos muitíssimo pouco (LENIN, 2004, p.658).

Lenin (2004) destaca que é necessário organizar politicamente a cooperação, garantindo-lhe vantagens de ordem material (taxa de juro bancário, etc.). “[...] é necessário conceder a cooperação meios do Estado que ultrapassem, ainda que pouco, os meios concedidos as empresas privadas, mesmo até o nível dos concedidos à indústria pesada, etc.” (LENIN, 2004, p.658). Lenin observa que um regime social não surge sem o patrocínio de uma determinada classe, visto o apoio que o capitalismo teve, deste modo, defendia a necessidade de se apoiar o regime cooperativo.

Segundo Lenin (2004), naquele contexto existia a necessidade de fazer a população compreender as vantagens das cooperativas, sendo esse conhecimento necessário para transição socialista. No entanto, para isso seria necessário toda uma época de desenvolvimento cultural das massas populares. Assim, a NEP já representava um progresso, visto que atingia o nível do camponês mais comum. Lenin acreditava que poderia alcançar isso num período dez ou vinte anos (LENIN, 2004 apud BETTIOL LANZA et al.).

[...] sem a alfabetização completa, sem um grau suficiente de inteligência, sem habituar suficientemente a população a utilizar os livros e sem uma base material para isso, sem certas garantias, digamos, contra as más colheitas, a fome, etc., sem isso não podemos alcançar nosso objetivo (LENIN, 2004, p.659).

O desafio seria ligar o entusiasmo revolucionário a habilidade de um comerciante inteligente e instruído, o que de acordo com Lenin (2004), seria o bastante para formar um bom cooperador.

Indubitavelmente, as cooperativas em um Estado Capitalista são instituições capitalistas coletivas, mas diferem-se das empresas capitalistas como

empresas coletivas. No entanto, no Capitalismo de Estado⁴⁰ as cooperativas também se diferem das empresas capitalistas de Estado, no sentido de serem empresas privadas, mas coletivas. Deste modo, não se diferem das empresas socialistas, caso a terra onde estão e os meios de produção pertencesse ao Estado (classe operária) (LENIN, 2004).

Os antigos cooperadores, como Robert Owen, sonhavam em transformar a sociedade de forma pacífica, sem considerar questões centrais como a luta de classes, a conquista do poder político pela classe operária e a derrubada do domínio da classe dos exploradores (LENIN, 2004).

Por isso temos razão ao considerar socialismo «cooperativo» como uma pura fantasia, qualquer coisa de romântico e mesmo trivial pelos seus sonhos de que é possível transformar, pela simples cooperativização da população, os inimigos de classe em colaboradores de classe, e a guerra de classes em paz de classes (a chamada paz civil) (LENIN, 2004, p.661).

No entanto, com o poder político e os meios de produção⁴¹ do Estado pertencendo à classe operária, o desenvolvimento da cooperação se identificava com o socialismo. O que antes se centrava na luta política, na revolução, na conquista do poder, entre outros, mudava para o “[...] trabalho pacífico de organização «cultural».” (LENIN, 2004, p.661). E ainda, caso não fosse a responsabilidade de defenderem sua posição internacional, a responsabilidade se deslocaria para ação cultural (LENIN, 2004).

Diante do exposto, buscamos apresentar neste item o cooperativismo desde seu início até as críticas realizadas por autores marxistas clássicos, que travaram debates teóricos com outros autores das suas épocas, estabelecendo polêmicas que não só perduram até os dias de hoje, como também nos ajudam a compreender as experiências de Economia Solidária.

Nos capítulos seguintes, quando adentrarmos nas iniciativas de trabalho associado contemporaneamente conhecidas como Economia Solidária, será possível notarmos os vestígios das experiências dos socialistas utópicos, bem com a atualidade das críticas realizadas pelos marxistas. No entanto, também não podemos deixar de considerar o trabalho associado como um instrumento de luta

⁴⁰ O Capitalismo de Estado foi melhor explorado no artigo *Acerca do Infantilismo "de Esquerda" e do Espírito Pequeno-Burguês*, de autoria do próprio Lenin.

⁴¹ Com exceção daqueles que o Estado Operário entregou voluntariamente, temporariamente e condicionalmente em concessão para os exploradores.

dos trabalhadores contra o capital, que pode inclusive, contra-atacar com o mesmo instrumento.

3.3 DAS RAÍZES DA AUTOGESTÃO AO “NOVO COOPERATIVISMO”

A autogestão é um dos pilares das experiências de Economia Solidária, portanto, ambos os conceitos possuem uma estreita relação. No entanto, a palavra autogestão não surge juntamente coma expressão Economia Solidária, embora ela também possa ser considerada recente. E ainda, de acordo com Bottomore (2001, p.23) a autogestão pode ser compreendida em sentido estrito, referindo-se a participação direta dos trabalhadores na tomada de decisão nas empresas em que os meios de produção são socializados, podendo inclusive ocorrer por meio de delegados e conselhos de trabalhadores. Em sentido mais geral, se refere a um modo de organização de toda a economia, formada por vários níveis de conselhos e assembleias.

Alain Guillerm e Yvon Bourdet (1976) colocam que a palavra⁴² foi introduzida na França no início da década de 1960, para se referir à experiência da Iugoslávia de Josip Broz Tito⁴³ (1892-1980) e seu rompimento com o stalinismo. Entretanto, na própria Iugoslávia a autogestão não era vista como uma inovação, mas sim um regresso ao marxismo autêntico, que o stalinismo havia pervertido.

Na busca de definir a expressão com maior precisão Guillerm e Bourdet (1976) realizam uma comparação entre o conceito de autogestão e os conceitos de participação, co-gestão, controle operário e cooperativa.

A participação é entendida como fazer parte de uma atividade que já existe, possuindo sua própria estrutura e finalidade. O participante se junta a um grupo existente e com eles colabora, faltando-lhe iniciativa mesmo contribuindo. Para ilustrar, um operário não qualificado depende do engenheiro para executar o trabalho, situação que priva o trabalhador não apenas de iniciativa, mas do saber. Assim, esse trabalhador é heterogerido, situação que é oposta a autogestão. Entretanto, essa situação também supõe uma adesão voluntária e o sentimento de

⁴² A palavra francesa “*autogestion*” é a tradução da palavra servo-croata “*samoupravlje*” (“*samo*”, como equivalente eslavo do prefixo grego “*auto*”, e, “*upravlje*”, com significado aproximado de “*gestão*”) (GUILLERM; BOURDET, 1976, p.11).

⁴³ Foi presidente da Iugoslávia de 1953 a 1980.

contribuir para uma empresa, o que um paradoxo no capitalismo, visto que a opção que fica para o trabalhador é pode escolher entre tornar-se desempregado, renunciando a alimentar a si e sua família, ou vender a única coisa que lhe restou, a força de trabalho (GUILLERM; BOURDET, 1976, p.19-20).

Assim, além da participação objetiva, também existir a subjetiva. Ainda valendo-se do exemplo anterior, enquanto a automação completa não ocorre, os operários ainda são úteis, portanto, é preciso fazer com que eles se interessem para que a adesão subjetiva se realize. Assim, conceder participação aos operários é proporcionar o sentimento de papel ativo, original e espontâneo. O despertar desse interesse pode ocorrer de diversas formas, como a participação nos lucros, inclusive com a distribuição de ações da empresa. Ele se opõe a concepção marxista da luta de classes, tendo à função de prender o trabalhador a empresa e fazendo-o desejar que a empresa produza lucros, isto é, integrando a classe operária ao capitalismo (GUILLERM; BOURDET, 1976, p.21-22).

Com a co-gestão esse interesse atinge a própria organização da empresa, podendo ocorrer na organização técnica do trabalho e na política geral da fábrica. Ela não reduz o operário ao papel instrumental, mas busca reintegrá-lo, ainda que parcialmente, com sua iniciativa e criatividade no processo de produção. O empresário não confia unicamente no corpo de engenheiros, mas também permite em certa medida que os operários escolham os melhores meios para atingir os objetivos. Essa também é uma forma de interessar os operários, que pode ser combinada com a participação nos lucros, favorecendo a integração ao capitalismo. A co-gestão também se situa na direção das empresas, com operários participando dos conselhos de administração e podendo intervir na política global da empresa (GUILLERM; BOURDET, 1976, p.23-24).

O controle operário por sua vez é uma contestação maior ao poder patronal do que a co-gestão, visto que esta acontece de forma institucionalizada, enquanto o primeiro é uma intervenção conflituosa, ocorrendo principalmente em greves. Inclusive, pode arrancar do patronato concessões que resultam em melhores condições de trabalho ou atenuam formas de exploração. Como exemplo, isso ocorreu com operários da Fiat, na Itália, quando cessaram a produção reivindicando um ritmo menos rápido de trabalho. Como não aconteceu negociação, os operários reunidos em comitês de base, e depois orientados por sindicatos impuseram seu controle, o controle operário (GUILLERM; BOURDET, 1976, p.25).

No que se refere a cooperativa, como já vimos no item anterior, principalmente no que tange as contribuições de Karl Marx, cabe-nos acrescentar conforme Alain Guillerme e Yvon Bourdet (1976), mais uma contribuição de Marx durante a Comuna de Paris.

A Comuna, exclamam, pretende abolir a propriedade, a base de toda civilização! Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela visava a expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma verdade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é comunismo, o “irrealizável” comunismo! Mas como se explica, então, que os indivíduos das classes dominantes, que são suficientemente inteligentes para perceber a impossibilidade de manter o sistema atual – e eles são muitos –, tenham se convertido em apóstolos abstrusos e prolixos da produção cooperativa? Se a produção cooperativa é algo mais que uma fraude e um artil, se há de substituir o sistema capitalista, se as sociedades cooperativas unidas devem regular a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista – o que seria isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo “realizável”? (MARX, 2011, p.60).

Todas as referências da tradição marxista, especialmente as de Marx, nos servem para demarcar a diferença entre cooperativa e autogestão. A cooperativa assinala uma forma local, de tal modo que essa limitação serve de diferenciação, isto é, para designar a generalização do sistema de cooperativas, Alain Guillerme e Yvon Bourdet (1976) se valem de uma nova expressão: autogestão.

O sistema iugoslavo coexiste com um Estado, assim sendo, não realiza a generalização do sistema de autogestão. Isso quer dizer que essa generalização não se confunde com a transformação de todas as empresas em cooperativas.

Portanto, não é a multiplicação de cooperativas que pode, sozinha, engendrar a autogestão; é a transformação de todas as estruturas econômicas e sociais em uma imensa cooperativa, ou, para retomar os termos de Marx, a conversão da “produção social em largo e harmonioso sistema de trabalho cooperativo” (GUILLERME; BOURDET, 1976, p.30).

A princípio não há diferença entre cooperativa e autogestão, entretanto, historicamente aparece à diferença de natureza, que a generalização do sistema cooperativo com abolição do Estado, que Alain Guillerme e Yvon Bourdet denominam autogestão. Aqui aparece a diferença entre a autogestão no sentido estrito e mais geral, isto é, entre a cooperativa e autogestão concebida por Alain

Guillerm e Yvon Bourdet.

Nesse sentido Nascimento (2004) entende mesmo diante de uma diversidade de conceitos, a Economia Solidária caracteriza-se como um “[...] conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade” (NASCIMENTO, 2004, p.01). Portanto, a expressão Economia Solidária é utilizada para designar experiências de associações, cooperativas, empresas ou mesmo grupos informais, formados e geridos por trabalhadores que detêm os meios de produção com o objetivo de gerar trabalho e renda, isto é, valorizando o próprio trabalho.

Deste modo, Nascimento (2004) defende que é possível identificar a autogestão ao longo da história, com as primeiras experiências surgindo na Europa do século XIX.

Na longa história da classe operária, podemos traçar cinco ondas de longa duração que apontam na perspectiva do socialismo autogestionário:

- O movimento dos “visionários”, como Robert Owen e a gestão operária; Fourier e os falansterios; Louis Blanc e as oficinas nacionais; Lassale e as oficinas autogestionárias; Proudhon e o mutualismo; Williams Morris e os pequenos grupos espontâneos; Theodor Hertzka e as comunas autogestionárias.
- Grupos e movimentos sociais, como, marxismo, anarquismo, sindicalismo e socialismo cooperativo.
- Revoluções ou experiências práticas de autogestão: A Comuna de Paris (1871); a Revolução Russa (1905); a revolução Socialista de Outubro de 1917; a revolução húngara de 1919; a revolução Alemã de 1919; a Revolução italiana de 1919; a revolução espanhola de 1936-1939; a revolução argelina de 1962; as revoluções no Leste europeu; na Hungria em 1956; na Polônia em 1956; a revolução Tcheca da “Primavera de Praga” em 1968; o movimento social Solidarnosc e na Polônia em 1980-81. Diversas experiências de práticas autogestionárias na Europa nos anos 60 e 70, sobretudo na França (tipo LIP), na Itália e em Portugal.
- Novos sistemas de autogestão, com o experiências de organização na produção (co-gestão, consultas coletivas, delegados sindicais etc), a autogestão como sistema na Iugoslávia, a partir de 1950.
- Uma onda mais recente, caracterizada pela existência em diversos países, do movimento da Economia Solidária.

Diante do exposto, Nascimento (2004) entende que esse “novo cooperativismo” denominado Economia Solidária, retorna aos princípios dessas experiências. No entanto, entendemos que a autogestão realizada em sentido estrito pelas iniciativas de Economia Solidária, configura-se como uma forma de produzir, ou seja, vincula-se ao processo de trabalho.

Portanto, ainda não é possível sua conceituação como modo de

produção num sentido mais amplo, visto que isso seria possível apenas com a generalização desse cooperativismo de trabalhadores, isto é, com a extinção do Estado e o alcance da autogestão, sob os argumentos de Alain Guillerme e Yvon Bourdet.

Tanto neste item, como no anterior, buscamos evidenciar as determinações do modo de produção capitalista que incidem sob as iniciativas de trabalho formadas e geridas por trabalhadores, que contemporaneamente são denominadas de Economia Solidária. Historicamente os trabalhadores encontraram nessas experiências uma forma de luta para enfrentar as mazelas vivenciadas no mundo do trabalho, entretanto, dilemas como os colocados por Rosa Luxemburgo não desaparecem frente à autogestão restrita realizada nessas iniciativas.

Também é preciso salientar, que os autores clássicos que tratamos até aqui não poderiam prever como o cooperativismo se desenvolveria no decorrer da história. Frisamos isso, pois é preciso considerar as transformações do mundo do trabalho, do capitalismo, e até mesmo da forma de intervenção do Estado na questão social. Estado esse que passou a acolher em certa medida demandas do conjunto de trabalhadores para garantir hegemonia e direção, como vimos anteriormente.

No entanto, para classe trabalhadora no que tange ao trabalho, tal como coloca Karl Marx em suas ponderações, não podemos deixar de observar nessas práticas o gérmen da transformação, mas isso, desde que elas estejam aliadas as lutas políticas, pois, do contrário, serão apenas mais uma forma de organizar o trabalho no modo de produção capitalista, servindo como integração social.

3.4 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Desde que o capitalismo ascendeu como modo de produção os processos de trabalho passaram por diversas alterações que foram fruto do desenvolvimento das forças produtivas. Essas transformações impactam diretamente as condições de vida dos trabalhadores, estendendo-se da produção até a reprodução social, de modo que o mercado de trabalho e a forma de ser da classe trabalhadora sofreram alterações.

Historicamente o capital tem explorado o trabalho para ampliar seus ganhos e manter a estrutura de dominação. No contexto capitalista, caracterizado pela exploração do trabalho, se faz necessário diferenciar intensidade e produtividade do trabalho. Quando os resultados são fruto somente dos meios materiais, caracteriza-se como produtividade, mas, quando decorrem de um maior envolvimento e desgaste do trabalhador, denomina-se de intensidade (DAL ROSSO, 2008, p.26).

Ao tratar da maquinaria e grande indústria, Marx (2013) coloca que “na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina.” (MARX, 2013, p.494). Antes, era o trabalhador que colocava o meio de trabalho em movimento, entretanto, na fábrica ocorre o contrário, é o trabalhador que faz o papel de apêndice da máquina. Tal característica do processo de trabalho é de fundamental importância para a compreensão do processo de exploração do trabalho.

Sadi Dal Rosso (2008), ao forjar a expressão “mais trabalho”, busca caracterizar um envolvimento superior dos trabalhadores que também resulta em um desgaste maior, com efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional. Portanto, esse aumento de intensidade do trabalho se refere a aumentar a exploração do mesmo. Esse grau de intensidade pode ser definido pelo próprio trabalhador, como ocorre no trabalho autônomo, familiar e cooperativo, ou, pode ser definido pelo empregador, visto que o trabalhador ao vender sua força de trabalho fica nas mãos do comprador, que busca aproximar o tempo real de trabalho do tempo contratado. Todavia, na segunda opção temos que considerar duas características: a capacidade de luta e resistência dos trabalhadores; e, a existência de padrões de intensidade construídos no decorrer do tempo (DAL ROSSO, 2008, p.23-25).

O aumento da intensidade ocorre de duas maneiras: “[...] quando as transformações tecnológicas fazem crescer a carga de trabalho; a outra, quando a reorganização do trabalho eleva a carga, na presença ou não de mudança técnica.”. (DAL ROSSO, 2008, p.45). O autor observa que a jornada de trabalho compreende momentos de trabalho e não-trabalho que se alternam, e a estes tempos mortos denomina-se porosidade. Historicamente é possível notar a intensidade no processo de trabalho, de modo que como recurso metodológico, Dal Rosso (2008) cria uma tipologia das ondas de intensificação do trabalho, convergindo-as com a mais-valia

relativa.

A primeira, ocorre durante a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX). As jornadas de trabalho intermináveis colocavam em risco a vida dos trabalhadores, de modo que os próprios trabalhadores e setores da sociedade se mobilizaram buscando controles legais sobre as horas da jornada de trabalho. Depois de algumas décadas o parlamento vota leis que restringem a jornada de trabalho e implanta um sistema de fiscalização, freando a exploração do trabalho pela via da mais-valia absoluta. Com a limitação da jornada de trabalho, os capitalistas passam a investir em equipamentos para aumentar a produção. Essas mudanças técnicas no trabalho proporcionadas pela introdução de máquinas que operam em maior velocidade, vão exigir que o trabalhador também aumente sua velocidade. Por conseguinte, ocorre o aumento da intensidade na exploração do trabalho, “[...] o homem não mais comanda a máquina, é ela que o comanda” (DAL ROSSO, 2008, p.47). Essa forma de produzir valor é chamada de mais-valia relativa, que acontece no mesmo tempo pelo aumento da produtividade do capital fixo e pelo aumento da intensidade do trabalho.

A segunda situa-se nos Estados Unidos do final do século XIX e início do XX. Estamos nos referindo ao aumento do rendimento do trabalho pela sua reorganização, realizada pelo taylorismo e fordismo. Frederick Winslow Taylor (1856-1915) propõe a administração científica do trabalho que resulta em significativos aumentos de intensidade. Para Taylor o problema é o subtrabalho, expresso pela baixa eficiência e rendimento, de modo que “[...] o estudo do tempo e dos movimentos mínimos necessários ocupa o principal lugar.” (DAL ROSSO, 2008, p.62). A partir desses estudos ele reduz o número de trabalhadores e amplia a produtividade, valendo-se de uma superestrutura burocrática, visto que o antigo supervisor dá lugar a diversos subchefes. Taylor defende uma relação harmônica e de cooperação entre os empregadores e os trabalhadores (DAL ROSSO, 2008, p.56-62).

Henry Ford (1863-1947), moderniza o taylorismo com a esteira e a cadeia de produção, de modo que o ritmo e a velocidade são determinados por um mecanismo mecânico, dispensando os diversos subchefes que o controlavam no taylorismo. Esse método de administração hegemônico entre 1920 e 1970 ficou conhecido mundialmente como fordismo. (DAL ROSSO, 2008, p.56-62). “[...] Em síntese, o sistema taylorista-fordista altera a organização do trabalho para obter

resultados superiores. É, então, um exemplo clássico de intensificação por reorganização do trabalho na ausência de revolução tecnológica” (DAL ROSSO, 2008, p.62).

A terceira ocorre no Japão com Taiicho Ohno (1912-1990), engenheiro que se define como criador do sistema de produção Toyota, que se constrói na crítica ao fordismo. Ohno entende que o fordismo é montado para o desperdício, visto que “[...] A superprodução, os tempos de espera, os transportes desnecessários, os processos de fabricação, os estoques não vendidos, as idas e vindas perdidas e os defeitos de produção são perdas” (DAL ROSSO, 2008, p.63). Com relação ao trabalhador japonês, ele considera que sua baixa eficiência tem relação com o desperdício do tempo de trabalho. Ainda nos anos 1950 aproveitando-se de uma baixa na demanda, a Toyota demitiu de 20% a 30% da sua força de trabalho, travando uma briga com o sindicato, derrotando-o e constituindo um próprio da empresa. Assim, a reorganização do trabalho que aumentava a produtividade foi atingida por: “[...] atribuir a cada trabalhador o cuidado de diversas máquinas, inclusive aquelas que realizam tarefas diferentes, o que implica uma reconversão do trabalho especializado em trabalho polivalente” (DAL ROSSO, 2008, p.65). Isso, também se deve a automação, que permite as máquinas dotadas de alguma inteligência serem controladas simultaneamente por um trabalhador. Ele também ajustou a produção à demanda e inseriu o sistema kanbam, que consiste num conjunto de sinais luminosos que proporcionam um fluxo de informações que vai na direção do trabalhador (DAL ROSSO, 2008, p.63-70).

Nesse sentido, no início dos anos 1970 ocorreu uma crise estrutural do sistema produtivo, aquilo que se chamou de crise do petróleo na verdade se configurou como um processo de reestruturação produtiva que ainda não se encerrou. Assim, desencadeou-se um processo de toyotização do ocidente. A Reestruturação produtiva fundamenta-se naquilo que o ideário dominante chamou de empresa enxuta, ou seja, limita o trabalho vivo em detrimento do trabalho morto (ANTUNES, 2012, p.60-65). A partir disso, o processo de financeirização da economia se acentuou, num processo de mundialização do capital, que comumente denomina-se como uma crise do taylorismo e fordismo (CHESNAIS, 1996 apud ANTUNES, 2012, p.59-60).

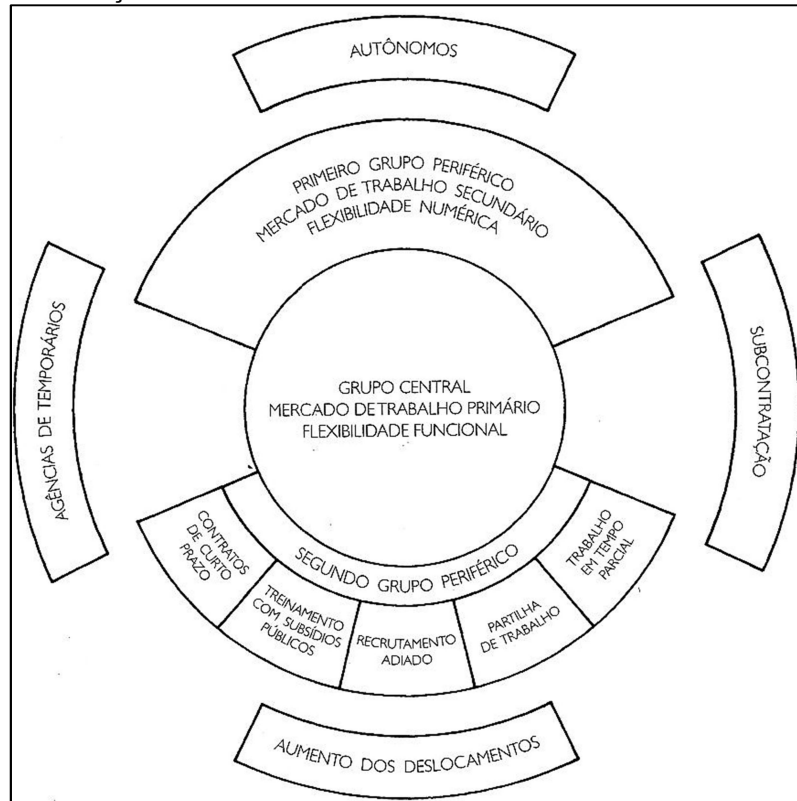
Robert Castel (2010, p.513-515), referindo-se a França, coloca que essa crise do início dos anos 1970 abala principalmente o emprego. No entanto, o

desemprego é apenas a forma mais visível dessa transformação da conjuntura, em que a precarização do trabalho também se apresenta. O contrato de trabalho por tempo indeterminado, que é a forma mais estável de emprego atingia em 1975 80% da população ativa, caiu para menos de 65% hoje, portanto, está em vias de perder sua hegemonia. Assim, tem se desenvolvido “formas particulares de emprego” que se estendem a uma infinidade de situações heterogêneas, como os contratos de trabalho por tempo determinado, interinidade, trabalho de tempo parcial e diferentes formas de “empregos ajudados”, ou seja, mantidos pelos poderes públicos na luta contra desemprego. Essas formas denominadas de atípicas, já representavam mais de dois terços das contratações anuais.

David Harvey (2010, p.140) coloca que a recessão de 1973, que foi acentuada pelo choque do petróleo retirou o mundo capitalista da estagflação e colocou em movimento um conjunto de processos que durante as décadas de 1970-80 que geraram um conturbado período de reestruturação econômica e reajustamento social e político. Esse movimento expressa a passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, a chamada acumulação flexível. Ela é marcada por um confronto com o fordismo, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho e dos mercados, de forma a proporcionar o surgimento de novos setores de produção, de serviços financeiros, de mercados, sobretudo, uma intensificação da inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Para Harvey (2010) o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação, fazendo a força de trabalho se compor da seguinte forma:

Figura 1 – Estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível.



Fonte: Flexible Patterns of Work, editado por C. Curson, Institute of Personnel Management apud HARVEY, 2010, p.143).

Os dois grupos distintos apontados na figura se caracterizam como centro e periferia. O primeiro é um grupo que se encontra em movimento de diminuição, sendo formado por trabalhadores em tempo integral, com perspectiva de longa permanência nas organizações. Esse grupo desfruta de maior segurança no emprego, possuindo perspectivas de promoção e aperfeiçoamento, com vantagens indiretas como pensão e seguro. Ele ainda deve atender a expectativa de ser adaptável e flexível, movendo-se inclusive geograficamente caso necessário. A periferia é constituída por dois subgrupos, de modo que o primeiro é formado por empregados de tempo integral, com habilidades facilmente encontradas no mercado, de trabalho rotineiro e manual menos especializado, com a tendência a uma alta taxa de rotatividade. Enquanto o segundo caracteriza-se por uma flexibilidade numérica ainda maior, sendo formado por empregados de tempo parcial, casuais, com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratados e treinados com subsídio público, possuindo ainda menos seguranças de emprego. Este último subgrupo periférico teve um crescimento significativo nos últimos anos (HARVEY, 2010, p.143-144).

Diante do caráter transnacionalizado do capital, “[...] sua configuração local, regional e nacional se amplia em laços e conexões na cadeia produtiva, que é cada vez mais internacionalizada” (ANTUNES, 2009, p.115). Portanto, Antunes (2009) observa que as indústrias são cada vez mais mundializadas, de modo a fazerem surgir e desaparecer regiões industriais, mediante os interesses do capital.

No mundo do trabalho contemporâneo o emprego está cada vez mais concentrado em atividades de serviços e isso nos leva a considerar a materialidade e imaterialidade do trabalho. Tanto no material como no imaterial o trabalhador faz uso além da sua energia física, ele emprega sua capacidade de concepção, criação, análise, afetividade, ou seja, o trabalhador é ocupado como um todo na sua atividade. As atividades atuais passam a agregar cada vez mais tecnologias de informática, comunicação e automação, por conseguinte, passam a ocupar mais a dimensão do conhecimento, da inteligência e emoção do trabalhador. “Assim como a Revolução Industrial repercutiu sobre a classe trabalhadora dando origem a classe operária industrial, a Revolução Informacional gera a classe dos trabalhadores imateriais intensificados” (DAL ROSSO, 2008, p.31). Nessa direção, bens intangíveis como informação e conhecimento também tem ganhado espaço, mas é importante frisar que eles não deixam de ser mercadorias, que dentro de suas características satisfazem “[...] necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão” (MARX, 2013, p.113).

David Harvey (2013) também defende a tese de uma característica importante que permanece na atualidade, referimos-vos a acumulação por espoliação. Ele defende que a acumulação primitiva, baseada na atividade predatória, fraudulenta e violenta não ficou restrita a origem do capitalismo (HARVEY, 2013, p.120-121).

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão das populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação de caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no

comércio sexual) (HARVEY, 2013, p.121).

A partir disso notamos a complexidade do mundo do trabalho na atualidade e as suas transformações, ainda que a estrutura de classes permaneça como elemento fundamental para dominação e exploração.

Harvey (2013) aponta que durante boa parte do século XX, nos países capitalistas avançados, mesmo sem transformações revolucionárias, os partidos políticos da classe trabalhadora conseguiram melhorias nas condições de vida mediante a institucionalização de proteções sociais. Todavia, como apontado, a classe trabalhadora não tem conseguido dar respostas a atual configuração do capital, sobretudo, porque o programa das esquerdas tradicionais calcado na relação de classe, não foi capaz de agregar movimentos sociais como o feminismo e ambientalismo, por ignorar ou considerar uma luta secundária.

Atualmente, Ricardo Antunes (2009) forjou a expressão *classe-que-vive-do-trabalho*, na busca de conferir “[...] validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora” (ANTUNES, 2009, p.101). Tal conceito abarca a totalidade dos que vendem sua força de trabalho, no entanto, possui como núcleo central os trabalhadores produtivos que valorizam diretamente o capital, isto é, o proletariado industrial que produz diretamente mais-valia.

A expressão de Antunes (2009, p.102) também contempla os trabalhadores improdutivos, ou seja, os que o trabalho é consumido como valor de uso e não cria valor de troca. O trabalho improdutivo é utilizado como serviço, seja para o uso público ou do capitalista, portanto, abrange uma grande variedade de trabalhadores assalariados que estão inseridos no setor de serviços, seja em bancos, no comércio, no turismo, nos serviços públicos e até mesmo os que trabalham nas fábricas, mas não criam valor diretamente. Este é um segmento em expansão no capitalismo contemporâneo e embora possam ser vistos como custos e despesas inúteis, são vitais para o sistema.

Assim, entende-se “[...] que todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo [...]” (ANTUNES, 2009, p.101). Deste modo, a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* incorpora a totalidade dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário, mas não elimina a centralidade do trabalhador produtivo. Além do proletariado industrial e dos trabalhadores do setor de serviços ela também agrega o proletariado rural, que

vendem sua força de trabalho para o capital, o proletariado precarizado, subproletariado moderno, o part time, o novo proletariado dos McDonald's, os trabalhadores hifenizados, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas, os trabalhadores assalariados da chamada "economia informal" e os trabalhadores desempregados (ANTUNES, 2009).

Essas transformações do mundo do trabalho têm levado a um trabalho precarizado, que há algumas décadas eram postos de trabalho preenchidos pelos imigrantes. São "[...] os *gastarbeiters* na Alemanha, o *lavoro nero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekasseguis* no Japão, entre tantos outros exemplos" (ANTUNES, 2009, p.105).

No que se refere a divisão sexual do trabalho, o trabalho feminino⁴⁴ representa mais de 40% da força de trabalho em países capitalistas avançados. No espaço fabril, atividades baseadas no capital intensivo são frequentemente masculinas, enquanto as de trabalho intensivo são femininas, e muitas vezes, também destinadas a trabalhadores imigrantes e negros (ANTUNES, 2009).

Assim, se o setor de serviços é um segmento em expansão no capitalismo contemporâneo, existe no proletariado fabril, típico do binômio taylorismo/fordismo, uma tendência a redução. Isso, em decorrência da reestruturação produtiva, da empresa enxuta, da expansão ocidental do Toyotismo e das formas de horizontalização do capital produtivo. Nesse sentido, também vale citar a flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, que por vezes também se expressa como desterritorialização, estimulada pela telemática (ANTUNES, 2009).

Dessa noção ampliada se excluem os gestores do capital e seus altos funcionários, que possuem papel de controle no processo de trabalho e na valorização e reprodução do capital. Também se excluem os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural proprietária. A definição de Antunes (2009) é pensada basicamente pela condição de assalariamento e pela venda da própria força de trabalho, de modo que quando se refere a "economia informal", também compreende como a *classe-que-vive-do-trabalho* os assalariados sem carteira de trabalho, os trabalhadores por conta própria.

⁴⁴ A mulher trabalhadora realiza um trabalho duplo: "[...] dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica" (ANTUNES, 2009, p.108). Portanto, ela também sofre uma dupla exploração: no espaço público, com seu trabalho remunerado; e, no trabalho doméstico, não mercantil, possibilita a reprodução da força de trabalho, dela e da família (ANTUNES, 2009).

Nesse sentido, entendemos que essa “economia informal” é geradora de nuances, uma zona cinzenta que complexifica a noção de trabalhador. Assim, Pamplona (2001) ao trabalhar a questão do auto-emprego contribui para avançarmos nessa perspectiva. Ele observa que “[...] É consenso entre os autores que o auto-empregado deva ter independência, autonomia e controle sobre seu trabalho e seus meios de produção” (PAMPLONA, 2001, p.78). Ainda coloca que uma caracterização mais esmiuçada deve considerar que o auto-emprego é uma situação em que o trabalhador independente controla o processo de trabalho, com todos os seus elementos constitutivos, todavia, sua renda não é definida previamente. Seus rendimentos dependem não apenas de seu trabalho e de seu capital, mas também da demanda direta do mercado pelos seus bens e serviços, portanto, resulta da diferença custos e receitas. Deste modo, seu principal intento é prover o próprio emprego e não acumular capital.

“O trabalhador independente (*selfemploying labourer*), [...], é seu próprio assalariado, os seus próprios meios de produção defrontam-se-lhe na sua imaginação como capital. Na sua condição e capitalista de si mesmo, auto-emprega-se como assalariado” (MARX, 1985, p.113 apud PAMPLONA, 2001, p.74).

Embora a concepção de Pamplona (2001) corresponda a um tipo ideal diante da heterogeneidade do trabalho por conta própria, ele mesmo admite que se deva entender o auto-emprego como um *continuun*, ou seja, que vai desde os casos mais puros até os menos, de todas à algumas características satisfeitas. Os autônomos, os pequenos e microempregadores que possuem diversos clientes representam os casos mais puros, enquanto os membros de cooperativas e os auto-empregados de maior porte representam casos menos puros.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) coloca quatro situações de ocupação na condição de auto-emprego: empregadores, trabalhadores por conta própria, membros de cooperativas de produtores e trabalhadores familiares auxiliares. A primeira se refere a trabalhadores que trabalhando por conta ou com demais sócios contratam um ou mais empregados de forma contínua por certo tempo. A segunda caracteriza-se por trabalhadores por conta própria, que podem ou não ter sócios, mas que não contratam nenhum empregado de forma contínua por certo tempo. O terceiro são os membros de cooperativas de produtores, os trabalhadores cooperados que produzem bens e serviços, bem como participam com os outros cooperados das definições da organização, entretanto, os

trabalhadores não cooperados são considerados assalariados. Por fim, os trabalhadores familiares auxiliares são concebidos como não assalariados que trabalham num estabelecimento da família voltado para o mercado, no entanto, não são considerados sócios devido a dedicação não ser comparável ao chefe do estabelecimento (PAMPLONA, 2001, p.80).

Portanto, entendemos que a Economia Solidária se situa nessa área do auto-emprego, em que as nuances de suas relações dificultam a noção de trabalhador, num contexto em que o mundo do trabalho sofreu profundas transformações. Ainda que nessas iniciativas a gestão seja feita pelos trabalhadores, eles não estão imunes as determinações do capital.

No que se refere a intensificação do trabalho na Economia Solidária, evidencia-se que quando grupos de trabalhadores assumem uma empresa em estado de falência, por exemplo, seu trabalho pode se tornar bem mais intenso do que outrora. Portanto, ocorre um “maior desgaste físico, intelectual e psíquico, sem que isso corresponda a um maior e melhor resultado do trabalho” (DAL ROSSO, 2008, p.22). Isso porque existe a tendência de se trabalhar mais quando o rendimento é menor (DAL ROSSO, 2008).

Deste modo, as transformações do mundo do trabalho têm nos colocado de frente a situações complexas, que dificultam a compreensão de quem são os trabalhadores. E isso, não apenas pelos próprios trabalhadores, mas também pelos mecanismos de proteção social, que como vimos no item dois, não tem alcançado esses trabalhadores. E ainda, talvez pior, os tem responsabilizado por ter ou não trabalho, diante da atual configuração do mundo do trabalho.

Mesmo que a autogestão em sentido estrito, isto é, a organização do trabalho realizada pelo coletivo de trabalhadores num empreendimento associado possa dar a aparência de que eles controlam o processo trabalho, isso não ocorre de fato. Isso porque seus rendimentos continuam a depender da demanda do mercado, de um ponto de equilíbrio entre custos e receitas, que é determinante para sobrevivência da experiência.

Diante do que trabalhamos até o momento e para avançarmos na nossa pesquisa, se faz necessário adentrarmos no caso brasileiro da Economia Solidária, para entendermos as correlações de forças que incidem sobre as iniciativas de Economia Solidária. Forças essas que são estruturais como vimos, assim como políticas, com veremos.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERSPECTIVA

Entendemos que a Economia Solidária é um termo que não só agrega diversas experiências de trabalho associado, mas também diferentes perspectivas teóricas, portanto, uma concepção unânime não a permeia.

Como vimos no capítulo anterior, Kraychete (2000, p.15) corrobora que as duas últimas décadas do século XX registraram transformações na estrutura do mercado de trabalho, que se traduzem no aumento do desemprego, na diminuição do número dos trabalhadores assalariados e no crescimento do número dos trabalhadores por conta própria. Assim sendo, o autor ainda observa que em decorrência desse contexto a reprodução da vida de parcelas crescentes da população passou a depender do trabalho individual, familiar ou associativo.

Pode-se afirmar que essas atividades, em seu conjunto, sustentam uma economia dos setores populares, envolvendo, mesmo que de modo disperso e fragmentado, um extenso fluxos de produtos, serviços e modalidades diversas de trocas e mercados. Convém observar que, face a existência de diferentes denominações – economia popular, economia popular e solidária, socioeconomia solidária – convencionamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (KRAYCHETE, 2000, p.15).

Portanto, sob a expressão da “economia dos setores populares”, além do trabalho individual e familiar, também se assenta o trabalho associativo, em suas diferentes formas. Essa expressão abarca uma gama de atividades, entretanto, sem idealizar e imputar valores as suas práticas.

No entanto, o presente trabalho versa sobre Economia Solidária, isto é, uma parcela desse segmento da “economia dos setores populares” que é adjetivada, não apenas pelo trabalho associado, mas também por um conjunto de princípios que norteiam suas práticas, sendo eles a autogestão, a cooperação e a solidariedade.

Diante disso, iremos apresentar um conjunto de autores em algumas perspectivas, de forma a construir um quadro teórico e prático das iniciativas de Economia Solidária, sobretudo, no que tange a sua relação com o Estado. Ainda

iremos abordar o recente histórico da Economia Solidária em terras brasileiras, do instituinte ao instituído.

4.1 OS DEFENSORES E CRÍTICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como coloca Leite (2009; 2015), não existe entre os teóricos da Economia Solidária⁴⁵ uma unanimidade no que tange a expressão e suas práticas. No entanto, o movimento da Economia Solidária foi capaz de definir uma concepção⁴⁶ que foi acolhida pelo Estado desde a criação da SENAES, como vimos na seção anterior. Inclusive, defendendo a construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático. Assim sendo, vamos buscar apresentar algumas dessas concepções, mais precisamente no caso brasileiro, bem como a sua relação com o Estado.

Ao que temos notícia, até mesmo a expressão Economia Solidária surge de forma concomitante na Europa e no Brasil. Na Europa, a expressão Economia Solidária, enquanto conceito é fruto de pesquisas desenvolvidas pelo CRIDA (*Centre de Recherche et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie*), sob a coordenação de Jean-Louis Laville. Ele buscava dar conta de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, que na maioria das vezes, assumiam forma associativa para responder problemas locais específicos. Articulava duas noções historicamente dissociadas, a solidariedade e as atividades econômicas, numa elaboração coletiva (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004, p.109). No Brasil, a expressão é a atribuída a Paul Singer, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) que em 1996, ao participar da campanha de Luiza Erundina para prefeitura de São Paulo concebeu um plano para enfrentar o desemprego, que por sugestão de Aloízio Mercadante (candidato a vice-prefeito) denominou-se Economia Solidária (SINGER, 2017a). Em 1996 publica no jornal Folha de São Paulo um artigo intitulado “A Economia Solidária contra o desemprego”, sendo a primeira vez que utiliza a expressão.

Silva e Nagem (2011), também amparados em Leite (2009),

⁴⁵ A Economia Solidária é um conceito utilizado em vários continentes, com significados variados que giram em torno da ideia de solidariedade em contraste com o individualismo. Para mais informações vide obras: *Dicionário Internacional da Outra Economia*, coordenado por Antonio David Catani, Jean-Louis Laville, Luis Inácio Gaiger e Pedro Hespanha; e, *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, organizado por Boaventura Sousa Santos.

⁴⁶ Ver na Introdução deste trabalho.

entendem que entre os autores que defendem a Economia Solidária e suas experiências, podemos citar dois grupos: os que entendem a economia solidária como um modo de produção, que se contrapõe ao modo de produção capitalista, de modo que neste grupo estão Paul Singer (2002) e Euclides André Mance (1999); no segundo, encontramos Luis Razzeto (1997), Genauto França Filho⁴⁷ e Jean-Louis Laville⁴⁸ (2006), Luiz Inácio Germany Gaiger (2003), que concebem a Economia Solidária como um modelo de produção, que convive e se relaciona com o modo de produção capitalista. Outro grupo seria o dos críticos, formado por Robert Castel (2010) e Anibal Quijano (2002), que entendem a Economia Solidária como uma reação as crises do modo de produção capitalista, que tenderia a desaparecer quando as crises passassem.

Também vale frisar que embora os críticos não tenham se dedicado sobre a temática com o mesmo empenho que os defensores, os apontamentos que realizam são pertinentes para pensarmos essas experiências.

Nesse sentido, outro ponto merece destaque, a abordagem da Economia Solidária realizada na Europa e na América Latina. Enquanto na Europa os estudos se amparam em Karl Polanyi (1886-1964), na América Latina eles são marcados pela tradição marxista, com a perspectiva de transformação social. Assim sendo, é preciso distinguir Economia Social de Economia Solidária.

Para Lima e Souza (2014, p.158), a Economia Social é mais discutida em países europeus, principalmente França e Espanha. Ela também se vincula as formas cooperativas de organização, que possuem o papel secundário na economia, com existência durante o século XX. No entanto, a partir dos anos 1970, sobretudo na Espanha e Itália, tiveram um papel importante como possibilidade de atenuação do desemprego. Por conseguinte, surgiram cooperativas de processos de terceirização organizadas pela igreja e algumas ONGs, principalmente na Espanha, denominadas de *sociedades laborales*⁴⁹.

⁴⁷ Professor da Universidade Federal da Bahia. Graduado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (1991), com mestrado em Administração pela mesma universidade (1993) e doutorado em Sociologia pela Université de Paris VII (2000).

⁴⁸ Professor de Economia Solidária no Conservatório Nacional das Artes e Ofícios (CNAM), de Paris. Também é investigador no LISE (Laboratório Interdisciplinar para a sociología económica, CNRS-CNAM) e no IFRIS (Instituto de Investigación Inovação Sociedade de Paris) (LAVILLE, 2017a).

⁴⁹ São sociedades anônimas de responsabilidade limitada, em que a maioria do capital social, ou seja, 51% é de propriedade dos trabalhadores (LIMA; SOUZA, 2014, p.158).

Na França⁵⁰, a própria expressão Economia Solidária se referia a discussão de relações de proximidade e não mercantis existentes nas sociedades, sendo esse debate inserido na sociedade com o enfraquecimento do assalariamento e o desenvolvimento de formas alternativas, tais como: clubes de troca de mercadorias com uso de “moeda social”, autoconstrução coletiva, microcrédito, entre outras (LAVILLE, 1994; EME; LAVILLE, 1994 apud LIMA; SOUZA, 2014, p.159).

Lima e Souza (2014), ainda lembram a crítica do sociólogo Robert Castel⁵¹ (2010) realiza uma crítica a Jean-Louis Laville. Para ele essas iniciativas são pouco inovadoras e portadoras de futuro, diante da sua tentativa de diferenciação das formas de assistência e voluntariado. Embora reconheça que podem existir serviços que buscam mobilizar recursos monetários e não monetários, articular a esfera pública e privada, eles são pouco visíveis e não passam da experimentação. Entende que a preocupação que envolve a questão do emprego e da coesão social, expressas na “economia solidária” merecem ser respeitadas, no entanto, na conjuntura atual se mostra mais uma intenção do que uma política.

Essas atividades estão em via de expansão, particularmente através do tratamento “social” do desemprego, no seio do qual é, amiúde, difícil decidir se o objetivo perseguido é o retorno ao emprego ou a instalação numa situação que é, justamente, “intermediária” entre o trabalho e a assistência (CASTEL, 2010, p.575).

Segundo Castel (2010, p.575), essas iniciativas têm sua utilidade numa conjuntura catastrófica, de modo que seria um eufemismo chamá-las de políticas de emprego.

Na América Latina, bem como no Brasil, o surgimento do conceito Economia Solidária ocorre no debate sobre a informalidade, precarização do emprego e da pequena produção familiar (LIMA; SOUZA, 2014, p.159). Nos demais países da América Latina, Leite (2014) destaca três autores que discutem a temática, a saber: Luis Razeto Migliaro⁵², que possui a ideia de superação do

⁵⁰ Para mais informações vide obras: *Economia Solidária: uma abordagem internacional*, de autoria de Genauto França Filho e Jean-Louis Laville; e, *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*, organizada por Genauto França Filho, Jean-Louis Laville, Alzira Medeiros e Jean-Phillipe Magnen.

⁵¹ Sociólogo francês que nasceu em 1933 e faleceu em 2013. Para mais informações vide a seguinte obra do autor: *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*.

⁵² Nasceu em Los Andes, no Chile, em 26 de julho de 1945. Também possui nacionalidade italiana, mas vive em Santiago, no Chile. É professor de Filosofia, com licenciatura em Filosofia e Educação, e mestrado em Sociologia. Ele tem realizado um extenso trabalho de assessoria a iniciativas de Economia Solidária em diversos países da América Latina (RAZETO, 2017a).

capitalismo a partir de novas formas de produção e consumo, mas que se distanciam da experiência socialista; José Luis Coraggio⁵³ que a concebe como economia de sobrevivência das camadas populares, mas que também entende a possibilidade de superação do capitalismo; e, Aníbal Quijano⁵⁴, que demarca as contradições que as experiências evidenciam.

No caso brasileiro, um dos principais teóricos é Paul Israel Singer⁵⁵. Assim como já vimos neste trabalho, a Economia Solidária tem suas origens vinculadas a luta dos trabalhadores contra o capitalismo, acompanhando-o desde a emergência do capitalismo industrial. Coloca que socialistas utópicos, como Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858), estão entre os que mais contribuíram para o desenvolvimento do cooperativismo, identificando essas práticas como Economia Solidária (SINGER, 2002, p.24-38).

A Economia Solidária seria um modo de produção entre outros, ou seja, “[...] surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2003, p.13). Singer (2002) entende que a Economia Solidária pode ser mais que um modo de integrar pessoas com o desejo de trabalhar, visto que ela pode ser uma alternativa superior ao capitalismo. Todavia, não necessariamente superior em termos econômicos, mas sim, em proporcionar as pessoas que a praticam uma vida melhor. O autor coloca que a Economia Solidária é um modo de produção intersticial, em outras palavras, “[...] inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo” (SINGER, 2002, p.116). Diante disso, observa que a questão seria de como a Economia Solidária poderia organizar a sociedade para além da sua divisão de classes e competição (SINGER, 2002, p.114-117).

Portanto, para Singer (2000, p.47) o capitalismo engloba diversos modos de produção, que atuam junto dele, embora ele seja predominante, isto é, hegemônico. São os trabalhadores por conta própria (que constituem a produção

⁵³ Nascido em 1938 na Argentina, formou-se em Economia (1958) pela Universidade de Buenos Aires

⁵⁴ Nascido em 1928, em Yanama, província de Yungay, Departamento de Áncash, no Peru.

⁵⁵ Nascido em 24 de março de 1932, na cidade de Viena, Áustria. Chegou ao Brasil com oito anos de idade e retomou a escola, sendo que no ensino médio formou-se em eletrotécnica. Trabalhou na indústria, filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e foi um dos líderes da greve dos 600 mil, em 1953. Motivado pela experiência operária e a militância no Partido Socialista Brasileiro (PSB) cursou Ciências Econômicas e Administrativas (1959) na Universidade de São Paulo. Doutorado-se com a tese “Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana” (1966), sob orientação de Florestan Fernandes. Também foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

simples de mercadorias), as empresas sem finalidade de lucro (sejam públicas ou privadas), a produção para autossustentabilidade nos lares e cooperativas autogestionárias que constituem o embrião, o “implante socialista”. Singer defende que mesmo no socialismo outros modos de produção não deveriam ser proibidos, pois, isso violaria direitos humanos essenciais. Entende que todos devem possuir o direito de escolher como organizar suas atividades econômicas, desde que não fiquem direitos alheios. Assim, entre os modos de produção conhecidos, apenas a servidão e a escravidão deveriam ser proibidos.

Mesmo concordando com a expressão de “implantes socialistas”, Machado (2000, p.57) nos chama a atenção de que esses estão sempre em risco enquanto estiverem no interior do capitalismo, pois estão sujeitos a descaracterização. No entanto, Chinaglia coloca que o capitalismo é capaz de exercer hegemonia sobre diversas formas de produção, inclusive essas, justamente porque “[...] não ferem, não atingem e não disputam o grande poder que está concentrado no sistema financeiro hoje, nas chamadas empresas do conhecimento de alta tecnologia e nas grandes empresas de maneira geral” (CHINAGLIA, 2000, p.69). O autor ainda alerta para o risco de mistificação em torno dos “implantes socialistas”, como as experiências do orçamento participativo, que discute 1% ou 2% dos recursos do estado ou município quando a maior parte está destinada a pagamento de juros de dívidas. Desta forma, proporcionando o equívoco de que seria uma ação verdadeiramente revolucionária.

De acordo com Singer (2003) diversas empresas operam sob os princípios da economia solidária, de modo que qualquer generalização se torna arriscada. Todavia, ainda assim aponta diversos empreendimentos característicos da Economia Solidária:

As cooperativas de produção industrial e de serviços, providas de capital farto, melhor tecnologia, de modo a mostrarem-se competitivas no mercado; as cooperativas com capital modesto, que trabalham com tecnologias herdadas e enfrentam dificuldades para se manter no mercado; o grande número de pequenas associações de trabalhadores marginalizados ou de pessoas estigmatizadas (pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, etc.), que procuram desenvolver alguma atividade produtiva, mas que sobrevivem em grande medida com doações e/ou trabalho de apoiadores; juntando-se a essas, estão as cooperativas de trabalho, ou seja, as que possuem a capacidade de trabalho de

seus membros para venda da prestação de seus serviços (de limpeza, jardinagem, vigilância, etc.) e se aproximam perigosamente das falsas cooperativas, as empreiteiras, que se configuram por empresas capitalistas que objetivam explorar o trabalho dos cooperados sem pagar os devidos direitos trabalhistas; os clubes de trocas, compostos por pequenos produtores de mercadorias buscam construir um mercado ao emitir uma moeda própria que viabiliza o intercâmbio entre os participantes; também há as cooperativas de consumidores (de crédito, habitação, etc.) que pertencem a economia solidária apenas quando se referem a esses trabalhadores (SINGER, 2003, p.22-23).

Essa variedade de organizações permite formular “[...] a hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos de atividade econômica” (SINGER, 2003, p.23). No entanto, o autor observa que para a hipótese se tornar realidade é preciso garantir bases de sustentação a Economia Solidária. Entre elas estariam às fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores, bem como apoio institucional e legal das autoridades governamentais. Portanto, o apoio estatal aparece como fundamental para que essas iniciativas tenham êxito.

Outro autor, Euclides André Mance⁵⁶, defende as redes de colaboração solidária. Em suas obras busca demonstrar como organizar essas redes, desde a formação pedagógica com a educação popular a produção. Ainda entende ser uma alternativa pós-capitalista à globalização, capaz de promover crescimento econômico de forma sustentável. Para Mance (1999), o conceito de colaboração solidária é mais complexo que o de Economia Solidária.

Ao consideramos a colaboração solidária como “um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de responsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício da liberdade pessoal e pública”, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade (MANCE, 1999, p.179).

Embora o autor considere as elaborações de Singer importantes, ele possui suas divergências, entre elas destacamos o apoio governamental. Mance (1999) entende que se o consumo solidário for praticado nas comunidades locais, as

⁵⁶ Nascido em 21 de setembro de 1963, na cidade de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo. Graduou-se em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR (1987) e é mestre em educação pela mesma universidade (1999) (MANCE, 2017a).

redes de colaboração solidária poderão surgir sem o apoio governamental ou de qualquer outra entidade, uma vez que os fluxos de valor, matérias e informações provocam demanda produtiva ou de consumo.

[...] sendo praticados a produção e o consumo solidários em laços de realimentação, qualquer unidade produtiva pode vender toda a sua produção, gerando um excedente de valor econômico que permite criar novas unidades produtivas solidárias que, conectadas em rede, podem atender a uma diversidade ainda maior de elementos demandada pelo consumo final e produtivo de novas células (unidades de produção e consumo), incorporando um número progressivamente maior de consumidores e produtores em um movimento auto-sustentável de expansão, remontando solidariamente as cadeias produtivas (MANCE, 2002, p.24).

Assim, vale frisar que de acordo com o autor, para que isso aconteça é necessária à decisão coletiva da rede de buscar consumir em razão do bem-viver de todos.

O autor entende que um “outro mundo”, pós-capitalista, não é apenas possível, mas já está brotando em diversos lugares com as práticas fundadas na solidariedade, promovendo liberdades responsáveis e enfrentando formas de opressão, exclusão e injustiças. Defende que o fortalecimento e expansão das redes de colaboração solidárias são essenciais para construção de um novo mundo, de modo que os Fóruns Sociais Mundiais possuem essa capacidade conexão (MANCE, 2002, p.259-261).

Para Luzio dos Santos (2014), mesmo que Singer e Mance possuam ideais próximos, eles se distanciam na sua efetivação. Enquanto Mance defende um modelo distante do Estado para garantir autonomia, Singer compreende que o apoio governamental para o desenvolvimento da Economia Solidária é fundamental. E inclusive, que certa concorrência entre as iniciativas é importante para evitar acomodação e ineficiência, pois, para o autor a Economia Solidária deveria provar sua capacidade e eficiência dentro do capitalismo.

Na proposta de Mance, oferta e demanda se equacionam de forma matemática proporcionando uma harmonia em conjunto com outras variáveis de um modelo complexo. No entanto, ele desconsidera características do gênero humano, como a multiplicidade de necessidades, desejos e a imprevisibilidade (LUZIO DOS SANTOS, 2014, p.96).

Assim como Singer, Luiz Inácio Germany Gaiger⁵⁷ (2003) entende que as raízes mais longínquas da Economia Solidária estão no século XIX europeu, com o movimento operário e as primeiras cooperativas, de modo que as experiências estavam ligadas a matrizes intelectuais que evoluíram por diferentes caminhos, a saber: socialistas, utópicos, anarquistas, cooperativistas, cristãos e socialistas.

Gaiger (2003, p.183) observa que setores da esquerda passaram a integrar a Economia Solidária reconhecendo ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares. Ainda encarando-a como uma área de trabalho institucional e um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza.

No que tange as formulações de que a Economia Solidária seria um novo modo de produção alternativo ao capitalismo, Gaiger (2003, p.186) ponderadamente discorda, argumentando que um modo de produção não existe isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho. O autor alerta que o termo modo de produção não é unívoco nos textos de Marx, sendo que foi utilizado para designar uma forma concreta de produzir, adquirindo um caráter mais descritivo, mas também de forma mais ampla, para caracterizar um estágio geral de desenvolvimento tecnológico. Entretanto, vale frisar que formas de produção não dominantes podem existir mesmo diante de uma forma de produção dominante, como é o assalariamento.

Atualmente, as experiências de Economia Solidária experimentam uma dupla subsunção ao capitalismo, a saber: os efeitos da lógica de acumulação e as regras de intercâmbio; e, adotar a base técnica do capitalismo, isto é, os processos materiais de produção. Isso limita a lógica da Economia Solidária, uma vez que ela é obrigada a conviver com tensionamentos que a leva a fazer concessões de seus princípios (GAIGER, 2003, p.201).

Ainda coloca que:

Antes, cabe admitir que a adesão dos trabalhadores às práticas de cooperação e reciprocidade não se mantém porque os mesmos se vêem instados moralmente a fazê-lo, mas primordialmente por verificarem, por eles próprios, que desse modo satisfazem mais plenamente os seus interesses, que obviamente não necessitam ser apenas utilitários, embora

⁵⁷ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1981), mestrado e doutorado em Sociologia pela Université Catholique de Louvain (1986, 1991), Bélgica. É Professor Titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Também coordena, com José Luis Coraggio, a Rede de Investigadores Latino-americanos em Economia Social e Solidária (RILESS) e dirige a Revista Otra Economía.

em certa medida não possam deixar de sê-lo. Reside nesse ponto a importância decisiva de demonstrar a superioridade da forma social de produção solidária, diante de outras alternativas oferecidas ao trabalhador (GAIGER, 2003, p.208).

Desse conjunto de interesses próprios e alheios se origina o interesse comum, base da ação de classe (GAIGER, 2003, p.208). Assim, nos parece evidente que o autor reconhece as limitações estruturais do capitalismo, mas também, não deixa de considerar os avanços da forma de produção solidária.

No entanto, Rosângela Nair de Carvalho Barbosa (2007) chama atenção para as recomendações vinculadas aos empréstimos realizados por instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). “O combate à pobreza e a geração de renda decorrente de ações criativas e empreendedoras de pequenas e médias constituem estratégia de atenção aos países devedores da periferia capitalista” (BARBOSA, 2007, p.201). A autora observa que garantidas às recomendações de ajuste fiscal e desregulação do Estado diante da proteção social, a economia fica a mercê do capital financeiro e produtivo monopolizados. Deste modo, surgem instituições voltadas a minimizar a miséria e gerar renda, para que os trabalhadores pobres possam se manter por conta própria.

Luzio dos Santos (2014) observa que para Barbosa (2007) “[...] o desemprego, a pobreza, e todos os problemas sociais que acarretam exclusão social são proporcionados por uma estrutura social perversa” (LUZIO DOS SANTOS, 2014, p.96), portanto, querer transferir a resolução destes problemas pra cada sujeito é no mínimo incoerente e injusto. Assim, a condição estrutural aliada à “[...] inúmeras adversidades, como baixa escolaridade, histórico de miséria e subserviência, dificuldade de acesso a tecnologia e financiamento [...]” (LUZIO DOS SANTOS, 2014, p.96) impactam diretamente na viabilidade das iniciativas econômicas, de modo que querer transferir a responsabilidade dessas mazelas para suas vítimas apelando para o empreendedorismo coletivo, proporciona mais uma perversidade. Ainda lembra que essas iniciativas de cooperativismo popular são por muitas vezes utilizadas para driblar direitos do trabalho, com a terceirização e precarização do trabalho.

Assim, nos deparamos com o paradoxo exposto por Lima (2009), ao se referir ao trabalho associado.

Em que medida representa passos na direção de autonomia e possibilidade de emancipação dos trabalhadores, ou mais uma artimanha do capital para precarização das relações de trabalho, ou, ainda, simplesmente uma forma secundária de organização do trabalho e mesmo alternativa de emprego? (LIMA, 2009, p.114).

Para Antunes (2012, p.66), as cooperativas nasceram como instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores, contra a precarização do trabalho e o desemprego, entretanto, diante das transformações do mundo do trabalho, os capitais vêm criando falsas cooperativas, com o intuito de precarizar ainda mais os direitos do trabalho, e até mesmo atingir sua redução e destruição. As cooperativas dos trabalhadores, entendidas como originais se contrapõe as cooperativas de sentido patronal, que na fase capitalista das megafusões, se tornam empreendimentos para destruir os direitos do trabalho.

Assim, trata-se de um processo de desconstrução do trabalho em que se proliferam formas alternativas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc., sendo aquilo que Vasopollo (2005) denominou de expressões de trabalho atípico. Elementos presentes nas lutas sociais dos anos 1960, como o controle operário e participação social ganham uma nova roupagem, distinta e eminentemente patronal, ou seja, sob condução do capital (BERNARDO, 2000, 2004 apud ANTUNES, 2012, p.66).

Embora a Economia Solidária possa atuar como um mecanismo de incorporação de trabalhadores que foram expulsos do mercado de trabalho e das relações de emprego assalariado, ocorre o equívoco dela ser entendida como uma real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado, como se pela franja do sistema pudesse reverter a lógica capitalista (ANTUNES, 2009, p.113).

Assim, Lima (2009) coloca que a autogestão nessas iniciativas tem se apresentado como uma forma de gestão no mercado e para o mercado. Portanto, observa que suas possibilidades de emancipação estão mais vivas no imaginário dos militantes do que dos trabalhadores participantes, entretanto, ela ainda pode ser vista como a proposta de reconstrução de um projeto coletivo.

Entretanto, esses trabalhadores que passaram a desenvolver atividades não lucrativas e não mercantis, desenvolvem uma atividade útil e, portanto, positiva. Entretanto, não se pode esquecer que essas atividades cumprem uma funcionalidade em relação ao sistema, a de não ter nenhuma preocupação

pública e social com seus trabalhadores desempregados (ANTUNES, 2009, p.113).

Diante do exposto, parece-nos evidente que a característica comum entre os defensores da Economia Solidária é a de entendê-la como um projeto em processo, mesmo diante de suas diferenças. No entanto, também nos é igualmente evidente suas limitações frente às determinações do modo de produção capitalista, isto é, os impasses que essas iniciativas vivenciam no mercado.

4.2 A RECENTE HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Na primeira década do século XXI a Economia Solidária ganhou visibilidade no cenário brasileiro devido a acontecimentos que ocorreram a partir do I Fórum Social Mundial⁵⁸. Entretanto, Singer (2003) atribui seu (re)surgimento em terras brasileiras a partir da década de 1980 com movimentos sociais que lutam contra o desemprego. Desde então, a Economia Solidária tem se situado numa arena de lutas em que suas experiências transitam entre a precariedade e a emancipação dos trabalhadores.

De acordo com Singer (2003) as origens históricas da Economia Solidária remontam ao capitalismo industrial, “[...] como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e a organização fabril da produção” (SINGER, 2002, p.24). Ela ressurgiu no Brasil na década de 1980, de forma espalhada, mas é na metade dos anos 1990 que se impulsiona. Ela é fruto de “[...] movimentos sociais que reagem a crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990” (SINGER, 2003, p.25).

A partir de 1991, com o apoio de assessores de sindicatos, operários recuperaram empresas falidas que os empregava, constituindo assim cooperativas de produção e salvando seus postos de trabalho. Anos mais tarde, diversas empresas com essa origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG). Nesse período, o

⁵⁸ O Fórum Social Mundial (FSM) foi criado com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos, que defende as políticas neoliberais em todo mundo desde 1971. O comitê organizador de 2001 foi constituído por oito entidades brasileiras, a saber: Abong, Attac, CBJP, Cives, CUT, Ibase, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁵⁹ (MST) que luta pela reforma agrária, já buscava organizar cooperativas para viabilizar economicamente os seus assentamentos (SINGER, 2003, p.25).

Entre os anos de 1992 e 1994, em decorrência da mobilização do Movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida⁶⁰, surgiram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). Elas fazem parte de universidades e atuam na organização da população, especialmente a mais pobre, em cooperativas de produção ou trabalho, oferecendo apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política, entre outras assessorias (SINGER, 2003, p.25).

Com o decorrer do tempo também foram surgindo outras entidades importantes no apoio a Economia Solidária, a saber: a Agência de desenvolvimento Solidário⁶¹ (ADS); a Unitrabalho⁶²; o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos⁶³ (DIEESE); entre outras (SINGER, 2003, p.26).

Diante disso, cabe salientar que a Economia Solidária, conforme aponta Lima (2015), se enquadra na perspectiva de rede de movimentos sociais e dos novos movimentos sociais. O autor faz a primeira constatação amparado em Castells (1999), Scherer-Warren (2008), e a segunda com base em Sader (1988) e Melucci (2001). Ou seja, ela não surgiu de demandas específicas, mas sim, da incorporação de outros movimentos sociais e suas demandas em um outro movimento, portanto, sendo uma somatória deles.

⁵⁹ Podemos dizer que o marco histórico de constituição do MST ocorre em Cascavel-PR, no ano de 1984, com o 1º Encontro Nacional (STRAZZACAPPA, 2006, p.11). Entretanto, considerando o processo histórico, sua gestação data de setembro de 1979, ainda na ditadura militar, quando ocorreu a ocupação da Fazenda Macali, em Roda Alta-RS (MORISSAWA, 2001, p.123). De acordo com Stédile e Fernandes, o MST nasceu simultaneamente nos Estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, isso em função de um conjunto de fatores, vinculados principalmente ao desenvolvimento da agricultura, ainda que o movimento se considere herdeiro das Ligas Camponesas (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.18).

⁶⁰ O movimento cunhado a partir do conceito de solidariedade. É constituído por uma rede de mobilização, formada por comitês locais e da sociedade civil organizada, com o objetivo de enfrentar a fome. (AÇÃO DA CIDADANIA, 2017a).

⁶¹ Fundada em 1999 pela CUT, Unitrabalho, FASE e DIEESE. Surgiu da necessidade de se constituir novos referenciais de geração de trabalho e renda, tendo como fundamento a Economia Solidária e o desenvolvimento sustentável. (ADS, 2017a).

⁶² Formada em 1996, se configura por ser uma Rede Nacional de Universidades que apoia trabalhadores na luta por melhores condições de vida e trabalho. Atua em projetos de ensino, pesquisa e extensão. (UNITRABALHO, 2017a).

⁶³ Fundado em 1995 com o intuito de desenvolver pesquisas que auxiliassem os trabalhadores. Sindicatos, federações e confederações nacionais de trabalhadores são filiados a entidade. (DIEESE, 2017a).

Para Lima (2015), a concepção é de que o movimento social não é atrelado ao Estado, no entanto, disputa o espaço do Estado inserido em redes interorganizacionais e pluri-identitárias. Pode-se dizer que a Economia Solidária se afasta do modelo de análise concebido com o movimento operário e sindical, com um projeto de classe e conquistas específicas no aparelho do Estado, ou contra ele. Ela considera a busca de direitos de cidadania e uma sociedade mais justa. Os limites entre o Estado e o movimento social tornam-se confusos, na medida em que ativistas de movimentos sociais engajam-se em políticas públicas reivindicadas por eles. Assim, mesmo que os novos movimentos se diferenciem do tradicional enfrentamento de classes, eles mantêm a objetividade de lutar contra uma carência material (LIMA, 2015, p.63).

Para demonstrar, o autor cita o MST, o movimento sindical e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis⁶⁴ (MNCR). Coloca que o MST organiza cooperativas agrícolas como uma estratégia do movimento, mas não a única, visto que o movimento tem outras formas de luta para atingir a reforma agrária. No que tange ao movimento sindical, há a criação da ANTEAG voltada para o apoio da ocupação de fábricas e constituição de cooperativas, sendo seguida pela criação da ADS e da UNISOL, com os mesmos objetivos. Já o MNCR, tem a proposta fundamentada nas associações e cooperativas, com relação com o mercado, no que se refere a apoio e parcerias (LIMA, 2015, p.64).

Junto aos movimentos já citados, Lima (2015) também aponta o movimento de luta antimanicomial⁶⁵, o movimento operário-sindical e os Projetos Alternativos Comunitários (PACs). O primeiro deu origem as cooperativas sociais⁶⁶,

⁶⁴ Surgiu em meados de 1999, com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Mas, foi fundado em junho de 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília-DF. O evento contou com a participação de mais de 1.700 catadores e catadoras (MNCR, 2017a).

⁶⁵ O movimento tem suas primeiras manifestações em 1976, com a constituição do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e do Movimento de Renovação Médica (REME), que proporcionam espaços de discussão. Desses espaços surge o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), que denuncia a assistência psiquiátrica ofertada e busca a humanização dos serviços. Em 1987, ocorrem dois eventos importantes, a I Conferência Nacional de Saúde Mental e o II Congresso Nacional do MTSM. O último evento, conta com a participação de associações, usuários e familiares, marcando um momento de renovação teórica do MTSM, sendo estabelecido o lema “por uma sociedade sem manicômios”. A partir desse momento consolida-se Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), sendo realizado em 1993 o I Encontro Nacional da Luta Antimanicomial em Salvador-BA (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007, p.402-403).

⁶⁶ Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. A lei, considera pessoas em desvantagem: os deficientes físicos e sensoriais; os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de

que além dos doentes mentais, passou a contemplar também pessoas consideradas em desvantagem, como os egressos do sistema prisional, deficientes físicos, entre outros. Com o intuito de atender usuários do sistema de saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), elas funcionam como comunidades terapêuticas e de geração de trabalho e renda.

No que tange ao movimento operário-sindical, a ANTEAG, a UNISOL, a ADS e o Movimento das Fábricas Ocupadas⁶⁷ tiveram como origem as fábricas ocupadas por trabalhadores na década de 1980. Entretanto, na primeira década do século XXI, com a recuperação da economia e a mudança da lei de falências⁶⁸, as ocupações se tornaram pontuais. Ainda é preciso considerar que a diversidade de acordos com ex-proprietários, fez com que nem sempre os trabalhadores se identificassem com a Economia Solidária (LIMA, 2015, p.65).

Outra referência são Projetos Alternativos Comunitários (PACs), desenvolvidos pela Cáritas Brasileira⁶⁹, que é um órgão vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica. No início de 1980, os PACs⁷⁰ se configuravam por serem iniciativas de geração de trabalho e renda junto a populações excluídas, com o intuito de organizar atividades de produção e consumo, de forma autônoma para evitar a dependência (LIMA, 2015, p.66).

Essas experiências foram ganhando espaço e progressivamente a Economia Solidária atingiu as políticas públicas. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o responsável por colocá-las em prática, a partir da década de 1990. Nesse sentido, cabe destacar as experiências de: Porto Alegre-RS, a partir de 1996, com o Portosol, uma instituição comunitária de crédito que contava com apoio do poder

hospitais psiquiátricos; os dependentes químicos; os egressos de prisões; os condenados a penas alternativas à detenção; os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

⁶⁷ Surgiu em 2002, com a ocupação das fábricas da Cipla e Interfibra, em Joinville-SC, e em junho de 2003 ocorre a ocupação da Flaskô, em Sumaré-SP. No país, as fábricas ocupadas chegaram a ser 35, mas apenas a Flaskô permanece. A proposta é pela estatização das fábricas (LIMA, 2015, p.65).

⁶⁸ Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

⁶⁹ Fundada em 1956. Faz parte das 164 organizações-membros da Rede Cáritas Internacional. No Brasil, está organizada em uma rede com 183 entidades-membros, sendo 12 regionais, a saber: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe). Também conta com uma sede nacional e desenvolve suas atividades em 450 municípios (CÁRITAS BRASILEIRA, 2017a).

⁷⁰ Para mais informações vide obra: *Vinte anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*, organizada por Ademar de Andrade Bertucci e Roberto Marinho Alves da Silva.

público; a de Belém-PA, a partir de 1997, cedendo espaço de comercialização aos empreendimentos populares e formando cooperativas; a de Santo André-SP, com a formação de uma ITCP junto a uma instituição de ensino privada e apoio a formação de uma cooperativa de coleta de lixo; a de São Paulo-SP, em 2001, que depois da realização de um Fórum de Economia Solidária na cidade, criou a Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade (SDTS); e a do estado do Rio Grande do Sul, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) (LIMA, 2015, p.68).

Entretanto, mesmo com todas as experiências que já vinham acontecendo, entendemos que o evento fundamental que irá desencadear a institucionalização da Economia Solidária e ampliar suas experiências pelo país é o Fórum Social Mundial. Nesse sentido, a ilustração abaixo permite observar a Economia Solidária no Brasil.

Figura 2 – Economia Solidária no Brasil.



Fonte: CIRANDAS (2017a).

O I Fórum Social Mundial ocorreu em Porto Alegre-RS, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001 e contou com a participação de 16 mil pessoas, que vieram de 117 países. Entre as diversas oficinas realizadas, foi promovida a de “Economia Popular Solidária e Autogestão”, que contou com a participação de 1.500 pessoas e tratava da organização dos trabalhadores, das políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda (CIRANDAS, 2017a).

A partir dos interesses manifestados neste espaço foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), formado por redes e organizações diversas, das áreas urbana e rural, como estudantes, igrejas, sindicatos, universidades, práticas governamentais, entre outros, sendo ao todo 12

entidades e redes nacionais (CIRANDAS, 2017a). O quadro abaixo agrega todas as que participaram desse momento.

Quadro 3 – Entidades e redes nacionais que deram origem ao GT-Brasileiro.

Quantidade	Entidades e redes nacionais
1	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES)
2	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)
3	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE)
4	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG)
5	Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE)
6	Cáritas Brasileira
7	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB)
8	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs)
9	Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT)
10	UNITRABALHO
11	Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED)
12	Alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária

Fonte: CIRANDAS (2017a).

O GT-Brasileiro buscou articular o campo da Economia Solidária a nível nacional, realizando plenárias para elaboração dos princípios da então denominada Economia Solidária e investindo em divulgação. Entretanto, a articulação do movimento era constituída principalmente por entidades de apoio e fomento, bem como por um segmento de gestores públicos, que apontavam para a necessidade de combinar a ampliação regional com investimento nos empreendimentos de economia solidária (CIRANDAS, 2017a).

Ao final do ano de 2002, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o GT-Brasileiro elaborou e enviou uma carta ao governo, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Isso ocorreu durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada entre os dias 9 e 10 de dezembro de 2002, na cidade de São Paulo-SP, contando com mais de 200 pessoas, entre trabalhadores, gestores públicos e entidades de representação, assessoria e fomento. O documento estabelecia um diálogo com o futuro governo, de modo que apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação de uma secretaria nacional (CIRANDAS, 2017a).

A II Plenária Brasileira de Economia Solidária foi realizada durante o Fórum Social Mundial de janeiro de 2003, também realizado em Porto Alegre-RS, sendo aberta pelo GT-Brasileiro e presidida por Paul Singer. O evento contou com 800 participantes, sendo principalmente representantes de empreendimentos, entidades de fomento e redes internacionais. Também foi definida uma agenda de mobilização pelas regiões do país, sendo o GT-Brasileiro legitimado como promotor da Economia Solidária. Nessa plenária, também foi lançado e distribuído o livro: “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária” (CIRANDAS, 2017a).

A partir disso, a Economia Solidária foi institucionalizada no Brasil em âmbito federal com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego. Isso aconteceu no ano de 2003, sob a gestão do Presidente Lula, em cumprimento de seu programa de governo, por meio da lei nº 10.683 e do decreto nº 4.764.

Todavia, no grupo de trabalho responsável pela estruturação da secretaria nacional havia uma diversidade de concepções sobre Economia Solidária, que era reflexo do debate acadêmico e expressava-se nas propostas para o nome do movimento, como: Socioeconomia Solidária, Economia Popular Solidária, Economia Social, Economia da Comunhão, entre outros. Nesse contexto, a expressão Economia Solidária prevaleceu, com o intuito de representar a diversidade do movimento (LIMA, 2014, p.70).

Segundo Barbosa (2007), a partir dessa experiência pioneira é preciso entender que pela primeira vez o governo assume outra via para o trabalho, que não seja o emprego assalariado. Até esse momento, a estratégia pública para desocupação envolvia: promoção do emprego, qualificação profissional e seguro-desemprego. A geração de renda já era entendida como uma alternativa, nos casos de: desempregados e trabalhadores pobres das periferias das cidades e do campo. Todavia, era desarticulada e com práticas pontuais, sem um aspecto mais estruturante da atividade econômica. Portanto, a criação da SENAES fortalece uma ressignificação do trabalho, para além do emprego assalariado (BARBOSA, 2007, p.193).

Nesse contexto, Barbosa (2007) ainda frisa que a SENAES conta com o apoio das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), que passaram a

representar e difundir a Economia Solidária. A organização em um programa aconteceu com o objetivo de fortalecer o conjunto de ações desenvolvidas.

A III Plenária Brasileira de Economia Solidária aconteceu em junho de 2003 e teve em sua preparação um processo de mobilização em 17 estados, sendo que em todo este processo contou com a participação de cerca de 900 pessoas em todo o país. Neste evento foi definida a denominação de Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), como expressão desse movimento, bem como decidida sua composição e funcionamento, sendo seu objetivo articular e mobilizar a Economia Solidária pelo país com base na carta de princípios e na plataforma de lutas, neste momento aprovadas. Nesta ocasião se iniciou uma interlocução entre o FBES e a SENAES com o objetivo de realizar um intercâmbio, a fim de desenvolver a Economia Solidária no país. O evento também foi responsável por desencadear a criação dos fóruns estaduais e regionais que proporcionaram a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária com os trabalhadores do país, realizado entre os dias 13 e 15 de agosto de 2004, com a participação de 2.500 pessoas (CIRANDAS, 2017a).

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) aconteceu em Brasília, entre os dias 26 e 29 de junho de 2006. Como preparação houve a realização de conferências estaduais com a escolha de delegados e a definição de propostas e reivindicações (CIRANDAS, 2017a). Essa preparação iniciou-se em 2005, sob a expectativa de que o futuro Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) realizasse sua convocação. Todavia, com a morosidade de sua instalação, essa tarefa foi assumida pelo Ministério do Trabalho, em conjunto com os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS), entendidos como parceiros da política em âmbito federal. As resoluções da I CONAES afirmavam os fundamentos da Economia Solidária, bem como reforçavam a necessidade de políticas públicas e de sua institucionalização. Apenas duas questões suscitaram embate no momento, a saber: a quantidade mínima de sócios a compor a proposta de nova lei geral do cooperativismo, 5 ou 7; e, que local deveria abrigar a política de Economia Solidária, ou seja, deveria possuir um Ministério próprio ou permanecer no Ministério do Trabalho (CUNHA, 2014, p.84).

Na I CONAES, a expressão Economia Solidária se consolidou, mas foi ampliada da concepção inicial de Singer (2002), que se referia a trabalho

autogestionário, na medida em que a discussão do trabalho em cooperativas foi deslocada para o desenvolvimento e inclusão social (LIMA, 2014, p.70).

No que se refere a organização e funcionamento do FBES, vale frisar as características dos segmentos que o compõem, que são apontadas no quadro abaixo.

Quadro 4 – Características das organizações que compõem o FBES.

Segmento	Característica
Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)	1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;
Entidades de Assessoria e/ou Fomento (EAF)	Desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa;
Gestores Públicos (GP)	Elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais.

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2017a).

Desde seu início, o FBES teve um expressivo crescimento, visto que em 2002 estava em 5 estados, em 2003 as plenárias estaduais ocorreram em 17 estados, e em 2006 já alcançava os 27 estados brasileiros (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2017a).

Até o momento da IV Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em março de 2008, a representação nacional do FBES era formada por 16 entidades de representação de EES⁷¹, redes mistas⁷² e a Rede de Gestores de

⁷¹ Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (ABCRED), Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol), União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil).

⁷² Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

Políticas Públicas de Economia Solidária⁷³. Portanto, a representação acontecia por meio da Coordenação Nacional, mas também agregava 3 representantes de cada Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), sendo que 2 são trabalhadores de EES (de preferência, um do setor rural e outro do urbano) e 1 de entidade ou de rede de gestores (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2017a).

Com a IV Plenária Nacional de Economia Solidária o FBES busca se reestruturar, se definindo como um instrumento da Economia Solidária, de forma estabelecer duas principais atividades: participação na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com atores de outros movimentos sociais; e, a partir das bases, apoiar o fortalecimento do movimento de Economia Solidária. Os segmentos de representação continuaram, entretanto, os fóruns estaduais, microrregionais e municipais passaram a ter critérios obrigatórios para seu reconhecimento e avaliação (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2017a).

Essa reorganização do FBES passa a vigorar a partir de 2011, ficando da seguinte forma:

Quadro 5 – Constituição do FBES.

Instância	Função
Plenária Nacional	Instância máxima de deliberação do FBES, dando as diretrizes políticas para orientar a Coordenação Nacional e a Coordenação Executiva
Coordenação Nacional	(re)orienta as ações da Coordenação Executiva, deliberando em última instância sobre decisões políticas, operacionais e administrativas do FBES. É composta pelas entidades nacionais (no limite de até 12 representantes, a partir da comprovação de atuar em, no mínimo, 7 fóruns estaduais), pela representação dos fóruns estaduais (3 por estado: 2 EES e 1 entidade de apoio local) e da indicação da rede de gestores (2 por região e 2 nacionais)
Coordenação Executiva Nacional	Interlocução com movimentos sociais e instituições privadas e públicas além de gestão política do cotidiano. 13 representantes: 7 representantes de empreendimentos das regiões do país (2 do Norte, 2 do Nordeste, 1 do Sul, 1 do Sudeste e 1 do Centro-oeste); 5 representantes das Entidades e Redes nacionais e 1 representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Além disso, a Coordenação Executiva tem a função de acompanhar os trabalhos da Secretaria Executiva Nacional, sediada em Brasília.

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2017a).

Também é importante citar que a partir de agosto de 2011, as entidades nacionais a participarem da composição do FBES são: União Nacional

⁷³ Se configura por ser uma articulação de gestores de políticas de Economia Solidária de Governos Municipais, Governos Estaduais e do Governo Federal. Surgiu por iniciativa de gestores de políticas públicas que participaram do processo de criação do FBES.

das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Cáritas Brasileira, Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs) e Rede Unitrabalho (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2017a).

Nesse período também aconteceu a II CONAES, que foi realizada em Brasília entre os dias 16 e 18 de junho de 2010, que teve como tema “o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”, que foi sintetizado no lema “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”. Como preparação, ela contou com 27 conferências estaduais, em que foram eleitos 1.460 delegados, sendo 730 de empreendimentos solidários, 365 do poder público e 365 de organizações da sociedade civil, mantendo a proporcionalidade da conferência anterior (CUNHA, 2014, p.85).

A V Plenária Nacional de Economia Solidária ocorreu entre os dias 9 e 13 de dezembro de 2012, em Luziânia-GO, e contou com a participação de cerca de 600 trabalhadores. Essa plenária buscou definir a orientação política do movimento, de forma que, como parte do processo ocorreram plenárias por todo país, que envolveram cerca de 10.000 trabalhadores (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2017a).

[...] aprofundamos o debate acerca da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular e luta emancipada das/os trabalhadoras/es associadas/os. A economia solidária é, assim, uma proposta transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para superação do modelo capitalista (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2017a).

Portanto, a Economia Solidária enquanto movimento social se articulou por todo país, bem como seu processo de institucionalização, numa relação estreita que se estabeleceu entre o FBES e a SENAES. Todavia, esses processos não se esgotam, continuam e tomam novos contornos, de acordo com as correlações de forças que permeiam a sociedade civil e política no país.

A III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) aconteceu entre os dias 26 e 29 de novembro de 2014, em Brasília-DF, reunindo mais de 1.600 participantes, entre delegados, convidados e observadores. Ela

contou com o tema: Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.

Em um dos eixos do documento final, ela traz demandas inerentes a consolidação da política de Economia Solidária. Dentre elas, destacam-se: aprovação da Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, criando o Sistema Nacional de Economia Solidária⁷⁴, além de outras providências; alteração da Lei Geral do Cooperativismo⁷⁵, que privilegia as grandes cooperativas (RUEDA, 2017).

Em 2017, o FBES mapeou a situação da institucionalização da política de Economia Solidária nos estados brasileiros. Ainda que a institucionalização da Economia Solidária a nível federal tenha ocorrido em 2003, ela vem sendo implementada de forma bastante diferenciada no território brasileiro. Nesse sentido, o único estado brasileiro com plano aprovado, orçamento destinado e que se encontra em execução é Minas Gerais. Os estados de Alagoas, Paraíba e Rio de Janeiro⁷⁶ possuem planos aprovados, mas que não estão em execução. Entre os estados que possuem os textos dos planos finalizados estão Bahia, Ceará, Maranhão, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Amazonas. Os demais estados⁷⁷ possuem o texto em elaboração ou ele ainda não foi iniciado (RUEDA, 2017).

No que tange aos municípios⁷⁸, a nível de Brasil poucos possuem legislações próprias, com a criação de programas e/ou incubadoras, com conselho,

⁷⁴ O Projeto de Lei 4685/2012 encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados (RUEDA, 2017).

⁷⁵ Alteração da lei nº 5.764/1971. Refere-se ao projeto de lei do Senado nº3, de 2007, que se encontra em tramitação no Senado Federal. Entretanto, a proposta ainda não contempla todas as especificidades dos EES (RUEDA, 2017). Também vale citar, que no ano de 2012 foi promulgada a lei nº 12.690, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

⁷⁶ O Estado do Rio de Janeiro vive um desmonte da política estadual, inclusive com a extinção Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Solidário (SEDES).

⁷⁷ Em elaboração: Amapá, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo e Santa Catarina. Não iniciados: Piauí, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Acre, Pará, Roraima e Rondônia. Vale frisar, que o estado de São Paulo não apoia políticas dessa natureza; o Acre já possui orçamento e por isso não fortaleceu essa perspectiva da política por meio de um plano estadual; No Rio Grande do Norte, o Fórum estadual determinou que a responsabilidade da construção do plano era da gestão pública, visto que já havia construído diretrizes em conferências estadual e nacional (RUEDA, 2017).

⁷⁸ Em um breve levantamento no site da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Disponível em: <<http://www.rededegestoresecosol.org.br/legislacoes/municipal/>>), identificamos 43 (quarenta e três) municípios com legislações, são eles: Macéio-AL; Salvador-BA; Vitória da Conquista-BA; Fortaleza-CE; Cariacica-ES; João Pessoa-PB; Recife-PE; Apiacás-MT;

fomento, feiras e espaços de comercialização, etc. Como apontado anteriormente, muitas ações desenvolvidas estão vinculadas a outras políticas, inclusive com recursos delas.

No ano de 2011, o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016/PT) integrou as ações do governo federal no campo da Economia Solidária ao Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com a tarefa de promover a inclusão produtiva. Nesse sentido, com ações orientadas para três objetivos:

- i) contribuir com o esforço nacional para a superação da pobreza extrema por meio de iniciativas econômicas solidárias de ocupação e renda; ii) contribuir com a capacidade de auto-organização e autogestão de grupos populacionais e comunidades caracterizadas por vulnerabilidades sociais; e iii) fortalecer e expandir a ES como estratégia emancipatória⁷⁹ de desenvolvimento sustentável e solidário (SILVA; SCHIOCHET, 2013, p.72).

Entretanto, com um golpe orquestrado por meio do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer (2016-atual/PMDB) ascende ao posto de Presidente da República, buscando implementar desmontes das políticas públicas e sociais, por meio da PEC 241/ PEC 55, que congela os gastos públicos por 20 anos, das reformas trabalhista e da previdência, que estão em curso, entre uma série de contingenciamentos realizados pelo governo sob a alegação da escassez de receitas.

Nesse âmbito, a Economia Solidária não passou imune. Entre os duros golpes, podemos colocar a indicação para o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária, o policial civil aposentado Natalino Oldakoski, que não possui nenhum histórico de atuação com a temática. Essa indicação aconteceu em função de Paul Singer optar por deixar o cargo, após a saída de Dilma Rousseff. Posteriormente, a SENAES ainda é rebaixada para condição de subsecretaria e tem recursos contingenciados, num valor que representa 70% de seu orçamento.

São José dos Quatro Marcos-MT; Tangará da Serra-MT; Porto Velho-RO; Belo Horizonte-MG; Contagem-MG; Lafaiete-MG; Montes Claros-MG; Teófilo Otoni-MG; Varginha-MG; Rio de Janeiro-RJ; Campinas-SP; Carapicuíba-SP; Guarulhos-SP; Hortolândia-SP; Itapira-SP; Lins-SP; Osasco-SP; Rio Claro-SP; Santo André-SP; São Carlos-SP; São José do Rio Preto-SP; São Paulo-SP; Curitiba-PR; Foz do Iguaçu-PR; Londrina-PR; São José dos Pinhais-PR; Paiçandu-PR; Balneário Camboriú-SC; Blumenau-SC; Itajaí-SC; Cachoeirinha-RS; Caxias do Sul-RS; Novo Hamburgo-RS; Porto Alegre-RS; Santa Maria-RS. Vale frisar, que mesmo sabendo que a página da internet consultada agrega informações privilegiadas sobre a temática, reconhecemos que podem existir mais legislações municipais pelo país.

⁷⁹ Termo utilizado aqui para expressar a não subordinação a um patrão, endossando a associação de trabalhadores.

Quadro 6 – Estrutura organizacional do Ministério do Trabalho.

Art. 2º O Ministério do Trabalho tem a seguinte estrutura organizacional:	
I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Trabalho:	a) Gabinete;
	b) Secretaria-Executiva: <ol style="list-style-type: none"> 1. Corregedoria; 2. Coordenação-Geral do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; 3. Departamento de Tecnologia da Informação; e 4. Subsecretaria de Orçamento e Administração;
	c) Consultoria Jurídica;
	d) Ouvidoria-Geral;
	e) Assessoria Especial de Controle Interno;
	f) Assessoria Especial de Gestão Estratégica; e
	g) Assessoria Especial de Apoio ao Ministro;
II - órgãos específicos singulares:	a) Secretaria de Políticas Públicas de Emprego: <ol style="list-style-type: none"> 1. Departamento de Emprego e Renda; 2. Departamento de Gestão de Benefícios; e 3. Departamento de Políticas de Empregabilidade;
	b) Secretaria de Inspeção do Trabalho: <ol style="list-style-type: none"> 1. Departamento de Fiscalização do Trabalho; e 2. Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho;
	c) Secretaria de Relações do Trabalho; e
	d) Subsecretaria de Economia Solidária;
III - unidades descentralizadas:	Superintendências Regionais do Trabalho;
IV - órgãos colegiados:	a) Conselho Nacional do Trabalho;
	b) Conselho Nacional de Imigração;
	c) Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
	d) Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e
	e) Conselho Nacional de Economia Solidária; e
V - entidade vinculada:	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro.

Fonte: (BRASIL, 2017c, grifo nosso).

O quadro acima demonstra a atual estrutura do Ministério do Trabalho, com as mudanças realizadas pelo governo de Michel Temer. Abaixo podemos verificar as competências da Subsecretaria de Economia Solidária.

Art. 22. À Subsecretaria de Economia Solidária compete:

- I - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária, o fomento e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e das suas redes de cooperação;
- II - promover pesquisas e estudos que contribuam para a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias apropriadas ao desenvolvimento das iniciativas de economia solidária;
- III - coordenar, orientar e apoiar tecnicamente as atividades do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- IV - estimular a criação, a manutenção e a ampliação de oportunidades de trabalho e de acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa;
- V - estimular as relações sociais de produção, distribuição e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade, na satisfação e na valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VI - contribuir com as políticas de microfinanças, de maneira a estimular as finanças solidárias, o cooperativismo de crédito e outras formas de organização desse setor;
- VII - coordenar a articulação e o desenvolvimento de parcerias com organizações governamentais, organizações da sociedade civil, entidades de classe, universidades e outras instituições para o desenvolvimento de programas e ações de apoio e fomento à economia solidária;
- VIII - promover a expansão dos empreendimentos solidários, mediante a abertura de canais de comercialização e a divulgação dos conceitos de comércio justo e solidário e do consumo ético e responsável;
- IX - promover a articulação de políticas de financiamento e o desenvolvimento de linhas de crédito que sejam mais adequadas e viabilizem a criação de novos empreendimentos, o desenvolvimento e a consolidação dos já existentes;
- X - fomentar iniciativas de assessoramento técnico e de gestão para a viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários;
- XI - promover ações de educação, formação e qualificação técnica para o desenvolvimento da economia solidária;
- XII - promover campanhas e eventos públicos que tenham por objetivo a divulgação e a promoção da economia solidária;
- XIII - promover estudos, emitir manifestações técnicas e elaborar proposições legislativas que visem ao reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários para acesso às políticas públicas, ao tratamento tributário adequado e ao fortalecimento institucional das políticas públicas de economia solidária; e
- XIV - apoiar iniciativas das instituições de ensino superior com vistas à criação de campo acadêmico e científico da economia solidária por meio do fomento às incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários.

Ainda com base no decreto foi possível identificar a partir dos cargos, que a subsecretaria conta com um gabinete e quatro divisões. O chefe de gabinete é Ricardo Costa Gonçalves, e no que tange as divisões, três se encontram com a coordenação geral vaga, como é possível verificarmos abaixo.

Quadro 7 – Divisões da Subsecretaria de Economia Solidária.

	Divisão	Coordenador
1	Coordenação-Geral de Formação e Assessoria Técnica	Cargo Vago
2	Coordenação-Geral de Estudos, Incubação e Tecnologias Sociais	Cargo Vago
3	Coordenação-Geral de Produção, Comercialização e Consumo	Cargo Vago
4	Coordenação-Geral de Crédito e Finanças Solidárias	Lourenço Pereira Pinto Neto

Fonte: (BRASIL, 2017c).

Deste modo, verifica-se o desmonte do apoio às iniciativas de Economia Solidária pelo governo federal, com o rebaixamento da secretaria nacional, o contingenciamento de recursos e até mesmo com divisões possuindo cargos vagos.

É necessário citar que a Economia Solidária entrou na agenda política com os programas de geração de trabalho e renda, que estavam presentes nas políticas assistenciais e de desenvolvimento local. Muitos EES surgiram, por exemplo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável (DLIS) e do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR); sempre adotando a perspectiva da empregabilidade (SCHIOCHET, 2009).

Em sua trajetória ela se forjou dentro de outras políticas, como as políticas de trabalho e renda, de assistência social, de desenvolvimento rural, de desenvolvimento econômico, etc. Essas políticas englobam a Economia Solidária, mas não a concebem como uma política específica. Muitas destas políticas possuem alto grau de institucionalização, e algumas delas são organizadas em sistemas públicos, como: o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SEPTR); o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Logo, ao se tratar da institucionalização da Política Pública de Economia Solidária, também se fará necessário incluir a relação entre ela e outras políticas (SCHIOCHET, 2009, p.58).

Schiochet ainda lembra que:

[...] a ideia de tornar “legal” a política de economia solidária por si só também pode ser ingênua. Em si não é a lei (texto formal) que cria direitos e deveres. A lei somente se tornará ação viva caso a economia solidária apresente força política para exigir a permanência das iniciativas em curso. E esta força depende, por sua vez, da força ético-política originária das alianças e compromissos entre a economia solidária e demais sujeitos e lutas emancipatórias. Nesta força reside a perspectiva de que a criação de novas institucionalidades signifique a afirmação de novos valores e de

novas bases para o processo de desenvolvimento (SCHIOCHET, 2009, p.58).

Deste modo, no decorrer da sua recente história, o movimento da Economia Solidária sempre foi agregando outros movimentos e suas pautas pela perspectiva do trabalho. No caso, o trabalho associado, sendo entendido não apenas como uma estratégia de geração de trabalho e renda, mas também como outro modelo de desenvolvimento, característica essa defendida pelo movimento. Todavia, também é importante notar que o recente desenvolvimento da Economia Solidária foi desencadeado principalmente por entidades apoiadoras da sociedade civil.

Indubitavelmente, do ponto de vista da sua institucionalização como política pública, muito ainda se precisa avançar para sua consolidação. Notamos que em nível federal aconteceu uma maneira, ou seja, com a criação de uma secretaria no então Ministério do Trabalho e Emprego, entretanto, espalhou-se de forma diversificada pelo país, isto é, por estados e municípios. Assim, mesmo nossa tentativa de verificar esse panorama no Estado brasileiro torna-se complicada, na medida em que não é possível saber como a Economia Solidária tem sido tratada nessas diversas localidades e diferentes instituições.

No entanto, o que nos parece evidente é que sua institucionalização como política pública e social pode ser uma mediação importante para os trabalhadores que compõem essas experiências. Retomando nossa concepção de política pública e social, entendemos que o apoio governamental a essas iniciativas torna-se importante para que elas atinjam êxito, ou seja, para enfrentarem os dilemas impostos pelo modo de produção capitalista e seu mercado. Isso porque, como já colocamos, ela se tornou uma atividade importante para os trabalhadores que passaram a integrá-la.

Mesmo conseguindo captar elementos da trama complexa que envolve a recepção da Economia Solidária em nível federal, isto é, os importantes papéis do Fórum Social Mundial, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, do Partido dos Trabalhadores, principalmente com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, das recomendações das instituições financeiras multilaterais, assim como as experiências dessas iniciativas, sabemos que a intervenção estatal é fruto do Estado burguês no capitalismo monopolista. Em outras palavras, na busca pela hegemonia,

esse Estado faz concessões para se legitimar, portanto, buscar o consenso, mas sem abrir mão do que é essencial para garantir a dominação. E ainda, refuncionalizando a reivindicação a sua utilidade, ou seja, desresponsabilizando-se pelos trabalhadores desempregados.

Portanto, para fins deste trabalho nos valem da expressão ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária a fim de considerar sua construção como política pública, mas também, sem desconsiderar os entraves enfrentados por essa temática, sobretudo, por seus trabalhadores, que como a bibliografia nos mostra tem vivenciado um embuste do capital.

No entanto, é preciso frisar que esse jogo democrático está em constante movimento, portanto, o futuro das iniciativas de Economia Solidária depende da capacidade de mobilização do movimento e das alianças que estabelecer, bem como das intenções dos grupos que estão no poder. Assim, a própria proteção social desses trabalhadores, depende dessa trama.

5 AS AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA-PR

Depois de realizarmos uma revisão de bibliografia em que foi possível situarmos o debate do cooperativismo com autores clássicos, debatermos o mundo do trabalho e suas transformações e apresentar as divergências entre os autores que versam sobre Economia Solidária, bem como sua institucionalização em território nacional, buscamos nesta seção avançar nos objetivos propostos na pesquisa, isto é, adentrar nas ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR.

Para tanto, primeiramente trataremos da região metropolitana de Londrina-PR, em seus aspectos gerais relacionados ao trabalho, bem como apresentaremos as instituições participantes da pesquisa. Isso porque entre as instituições e municípios identificados como realizadores de uma ação pública voltada para o trabalho na Economia Solidária, apenas alguns optaram por participar da pesquisa.

Os próximos três itens que compõem este capítulo abordaram as análises de nossa pesquisa, sendo ela dividida em três eixos expressos em cada item, a saber: as ações públicas; as características dos EES; e, as concepções de Economia Solidária.

5.1 A REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA-PR

A presente pesquisa buscou abranger a Região Metropolitana de Londrina (RMLO), que é composta por 25 (vinte e cinco) municípios. Assim sendo, neste item buscaremos apresentar características gerais da região demarcada, bem como os dados da pesquisa.

Figura 3 – Mapa da Região Metropolitana de Londrina.

Fonte: SMPOT/DP/GPI.

A Constituição Brasileira de 1988 garantiu aos Estados da federação a prerrogativa de institucionalizar regiões metropolitanas (RMs), aglomerações urbanas (AUs) e microrregiões (MRs) para integrarem a organização, o planejamento e a gestão de funções públicas de interesse comum, entretanto, sem perderem a autonomia municipal. A região metropolitana de Londrina foi a primeira do interior do Brasil, sendo instituída pela Lei Complementar n.º 81, em 17 de junho de 1998, possuindo inicialmente 06 (seis) municípios, mas desde então, a lei sofreu alterações para inclusão de outros municípios, conforme demonstra o quadro abaixo (LONDRINA, 2014).

Quadro 8 – Leis estaduais que instituem a RMLO.

	Lei	Municípios	Total
1	Lei Complementar 81 - 17 de Junho de 1998	Cambé Ibiporã Jataizinho Londrina Rolândia Tamarana	06
2	Lei Complementar 86 - 07 de Julho de 2000	Bela Vista do Paraíso	01
3	Lei Complementar 91 - 05 de Junho de 2002	Sertanópolis	01
4	Lei Complementar 129 - 14 de Julho de 2010	Alvorada do Sul Assaí Primeiro de Maio	03
5	Lei Complementar 144 - 05 de Abril de 2012	Jaguapitã Sabáudia Pitangueiras	03
6	Lei Complementar 147 - 16 de Julho de 2012	Florestópolis Porecatu	02
7	Lei Complementar 157 - 09 de Julho de 2013	Arapongas	01
8	Lei Complementar 165 - 14 de Novembro de 2013	Centenário do Sul Guaraci Lupionópolis Miraselva Prado Ferreira Rancho Alegre Sertaneja Uraí	08
		Total	25

Fonte: Casa Civil do Governo do Estado do Paraná (2017).

Todos os municípios que compõem a RMLO possuem uma população estimada de 1.085.479 habitantes, conforme dados do IBGE, que possuem como referência o ano de 2016. Abaixo, podemos verificar esses dados com base no censo de 2010, inclusive com a distinção entre homens e mulheres, da área urbana e rural.

Quadro 9 – Dados demográficos da região metropolitana de Londrina.

CENSO 2010							ESTIMATIVA 2016
Município	Zona Rural		Zona Urbana		Total	Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres			
1	Alvorada do Sul	1.576	1.369	3.629	3.709	10.283	11.148
2	Arapongas	1.219	1.080	49.820	52.031	104.150	116.960
3	Assaí	1.446	1.321	6.566	7.021	16.354	16.104
4	Bela Vista do Paraíso	467	416	6.850	7.346	15.079	15.634
5	Cambé	1.969	1.812	45.330	47.622	96.733	104.592
6	Centenário do Sul	981	875	4.581	4.753	11.190	11.279
7	Florestópolis	352	326	5.335	5.209	11.222	11.145
8	Guaraci	535	492	2.039	2.161	5.227	5.463
9	Ibiporã	1.229	1.074	22.208	23.687	48.198	52.848
10	Jaguapitã	969	876	5.140	5.240	12.225	13.287
11	Jataizinho	436	386	5.437	5.616	11.875	12.560
12	Londrina	7.421	5.760	235.638	257.882	506.701	553.393
13	Lupionópolis	277	236	1.984	2.095	4.592	4.885
14	Miraselva	222	210	701	729	1.862	1.880
15	Pitangueiras	410	364	1.031	1.009	2.814	3.107
16	Porecatu	1.422	1.325	5.614	5.828	14.189	13.863
17	Prado Ferreira	224	195	1.516	1.499	3.434	3.693
18	Primeiro de Maio	394	355	5.007	5.076	10.832	11.265
19	Rancho Alegre	241	244	1.712	1.758	3.955	3.977
20	Rolândia	1.664	1.449	26.795	27.954	57.862	64.028
21	Sabáudia	529	470	2.522	2.575	6.096	6.644
22	Sertaneja	374	338	2.522	2.583	5.817	5.678
23	Sertanópolis	1.030	897	6.718	6.993	15.638	16.429
24	Tamarana	3.346	3.058	2.930	2.928	12.262	13.939
25	Uraí	1.098	1.016	4.583	4.775	11.472	11.678
TOTAL		29.831	25.944	456.208	488.079	1.000.062	1.085.479

Fonte: IBGE (2017).

Dos municípios da RMLO é possível verificar que apenas 03 (três) tem uma população estimada superior a 100.000 habitantes, sendo eles: Arapongas, Cambé e Londrina. Entre 50.000 e 100.000 é possível encontramos 02 (dois) municípios, a saber: Ibiporã e Rolândia. Entre os demais, ainda é possível encontrar 08 (oito) que possuem uma população estimada inferior a 10.000 habitantes,

estando entre eles: Guaraci, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Prado Ferreira, Rancho Alegre, Sabáudia e Sertaneja. Assim, 12 (doze) municípios, a maioria deles, tem uma população estimada entre 10.000 e 20.000 habitantes. Ainda é possível observar que Assaí, Florestópolis, Porecatu e Sertaneja têm a estimativa de que a população diminuiu.

No que tange a área urbana, a população de homens é inferior na maioria dos municípios, sendo superior apenas em Florestópolis, Pitangueiras, Prado Ferreira e Tamarana, totalizando 04 (quatro) municípios. Enquanto na área rural, o único município em que as mulheres são maioria é Rancho Alegre. Tamarana é o único município em que a população rural supera a urbana em números absolutos.

De acordo com dados sistematizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) a RMLO possui uma área territorial de 9.069.047 Km² (ITCG, 2017), com uma densidade demográfica de 119,69 hab/km². Também com base no censo de 2010 do IBGE aponta um índice de idosos de 41,19%, o que nos leva a acreditar que a população de idosos é superior a 400.000 habitantes.

No que tange ao trabalho, a RMLO possui uma população economicamente ativa (PEA) de 538.478 pessoas, segundo dados do IBGE (2010). De acordo com dados do MTE, mais precisamente da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), o número de empregos é de 291.270, para um número de estabelecimentos de 31.884 (IPARDES, 2017).

De acordo com o Datapédia (2018), entre a população ocupada acima de 18 anos (2000 - 2010), o Brasil conta com 21,73% de trabalhadores por conta própria, enquanto o Paraná conta com 22,61%. Também tomando como referência a população ocupada acima de 18 anos (2000 - 2010), mas com relação a empregados sem carteira assinada, o Brasil possui 13,33%, enquanto o Paraná possui 15,52%. No que se refere à RMLO a situação é a seguinte:

Quadro 10 – Percentagem de Trabalhadores sem Carteira de Trabalho Assinada e Trabalhadores Autônomos na RMLO, por município.

CENSO 2010			
Município		Empregados Sem Carteira Assinada	Trabalhadores Autônomos
1	Alvorada do Sul	22,59%	20,86%
2	Arapongas	12,37%	18,08%
3	Assaí	24,46%	23,13%
4	Bela Vista do Paraíso	22,92%	19,02%
5	Cambé	14,61%	19,43%
6	Centenário do Sul	17,70%	14,96%
7	Florestópolis	11,13%	10,10%
8	Guaraci	19,27%	17,45%
9	Ibiporã	14,12%	22,82%
10	Jaguapitã	17,01%	14,05%
11	Jataizinho	20,94%	16,71%
12	Londrina	13,55%	20,39%
13	Lupionópolis	21,64%	15,36%
14	Miraselva	18,98%	18,59%
15	Pitangueiras	23,83%	12,13%
16	Porecatu	14,03%	10,64%
17	Prado Ferreira	15,43%	18,50%
18	Primeiro de Maio	26,73%	26,05%
19	Rancho Alegre	23,58%	17,21%
20	Rolândia	12,32%	18,78%
21	Sabáudia	20,04%	20,94%
22	Sertaneja	26,77%	18,37%
23	Sertanópolis	18,80%	22,84%
24	Tamarana	33,34%	24,95%
25	Uraí	24,81%	23,59%

Fonte: DATAPÉDIA (2018).

Os números acima transitam ora para mais, ora para menos, com relação à média nacional e estadual, mas demonstram que o trabalho informal e autônomo, e por vezes desprotegido, também é expressivo na RMLO. Pelas dificuldades de formalização dos EES, bem como com a possibilidade dessas iniciativas serem utilizadas para burlar a legislação trabalhista vigente até outrora, entendemos que os trabalhadores da Economia Solidária podem se situar no

conjunto dos trabalhadores citados nos percentuais acima. Embora essa seja uma hipótese, ela é de difícil comprovação, uma vez que a base de dados que poderia nos ser extremamente útil, não se encontra completamente alimentada pelos envolvidos na Economia Solidária na RMLO. Estamos nos referindo ao CADSOL⁸⁰ (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários), uma base de dados que permitiria a consulta de quais e quantos EES estão localizados na RMLO.

Sem a possibilidade de utilização dessa ferramenta, no que tange propriamente a nossa pesquisa e dito anteriormente na introdução deste trabalho, buscamos identificar as ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária por meio de contatos telefônicos realizados junto aos municípios da RMLO, bem como a EAF identificadas na área de abrangência delimitada para pesquisa. Esse procedimento nos apresentou o seguinte panorama.

Quadro 11 – Municípios da RMLO que realizam alguma ação pública voltada para o trabalho associado.

	Municípios	Qtd. EES	Forma Jurídica	Ramo de Atividade
1	Alvorada do Sul	01	Associação	Coleta Seletiva
2	Assaí	01	Associação	Coleta Seletiva
3	Bela Vista do Paraíso	01	Associação	Coleta Seletiva
4	Cambé	01	Associação	Artesanato/ Alimentação
5	Ibiporã	01	Cooperativa	Costura
6	Jaguapitã	01	Associação	Coleta Seletiva
7	Londrina	69	Associação/ Cooperativa/ Grupo informal	Artesanato/ Alimentação/ Agricultura familiar/ Costura/ Coleta Seletiva
8	Pitangueiras	02	Associação	Agricultura familiar/ Coleta Seletiva
9	Primeiro de Maio	01	Associação	Coleta Seletiva
10	Sertaneja	01	Associação	Coleta Seletiva

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos contatos telefônicos, 2017.

No quadro acima é possível visualizar os municípios em que foi identificada a realização de alguma ação que perpassasse por iniciativas de trabalho associado, mas que não necessariamente se identificassem como praticantes da Economia Solidária. Também foi possível identificar a quantidade de

⁸⁰ A portaria nº 1.780, de 19 de novembro de 2014, institui o CADSOL, e expõe que ele possui por “finalidade o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas”.

empreendimentos, sua forma jurídica e o ramo de atividade. Vale destacar que no caso de Londrina foram identificadas ações na Secretaria de Assistência Social e na CMTU-LD.

Da mesma forma que buscamos identificar os municípios, buscamos identificar as entidades de apoio e fomento que realizam alguma ação pública que perpassa por iniciativas de trabalho associado, mas que não necessariamente se identificassem como praticantes da Economia Solidária.

Quadro 12 – Entidades da RMLO que realizam alguma ação pública voltada para o trabalho associado.

Entidades de Apoio		Municípios	Qtd. EES	Forma Jurídica	Ramo de Atividade
1	Cáritas Arquidiocesana de Londrina	Londrina	62	Associação/ Cooperativa/ Grupo informal	Artesanato/ Alimentação/ Agricultura familiar/ Costura/ Coleta Seletiva
2	INSTITUTO EMATER	Alvorada do Sul/ Centenário do Sul/ Florestópolis/ Guaraci/ Ibiporã/ Jaguapitã/ Londrina/ Lupionópolis/ Primeiro de Maio/ Prado Ferreira/ Rolândia/ Tamarana	13	Associação/ Cooperativa	Assentamento de reforma agrária/ agricultura familiar
3	Instituto Colmeia de Cidadania	Arapongas	1	Associação	Crédito (fundo rotativo)
4	INTES	Cambé/ Ibiporã/ Londrina/ Rolândia/ Tamarana	2	Cooperativa	Agricultura familiar/ Costura
5	PPCPO	Arapongas/ Londrina/ Uraí	2	Associação	Certificação participativa/ Agricultura familiar
6	PROVOPAR-LD	Londrina	62	Associação/ Cooperativa/ Grupo informal	Artesanato/ Alimentação/ Agricultura familiar/ Costura/ Coleta Seletiva

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos contatos telefônicos, 2017.

O que nos chamou a atenção ao buscar sistematizar essas informações foi o fato de existirem parcerias entre as entidades e até mesmo entre elas e os municípios, o que pode trazer a sensação de sobreposição de ações, e que em alguns momentos até existe, mas o que há de predominante é a terceirização da intervenção, com convênios que se tornam mantenedores das ações realizadas por entidades executoras.

Nesse sentido, a Cáritas de Apucarana possui uma parceria com o Instituto Colmeia de Cidadania para que este realize o trabalho de apoio e fomento

junto aos EES. O Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina, instituído por lei, como veremos mais adiante nesse trabalho, possui um convênio com o PROVOPAR-LD para realização das ações de apoio e fomento aos EES; e uma parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Londrina para formação em Economia Solidária, ação que entendemos já ser realizada pelo PROVOPAR-LD, portanto, sobreposta, ainda que possa ser realizado numa perspectiva diferente, o fato é que algo voltado para formação já existe.

Tanto a INTES como o PPCPO se caracterizam por ser programa e projeto de extensão, respectivamente, da Universidade Estadual de Londrina que dependem de financiamento externo, ou seja, convênios com órgãos governamentais que subsidiam a extensão universitária por meio da concorrência de editais públicos. Quanto aos objetivos, a INTES possui o foco primeiro de trabalhar com Economia Solidária, enquanto o PPCPO de trabalhar com agroecologia, de modo que as ações do último perpassam a Economia Solidária, mas não é seu objetivo fim.

Em síntese, entre os municípios participantes da pesquisa, temos Londrina com o Programa Municipal de Economia Solidária e a CMTU-LD, e entre as entidades de apoio e fomento temos o Instituto EMATER, o Instituto Colmeia de Cidadania, o PPCPO e o PROVOPAR-LD. Importante citar que devido ao convênio celebrado entre a Prefeitura de Londrina, na figura do Programa Municipal de Economia Solidária com o PROVOPAR-LD, o questionário aplicado foi respondido apenas pelo PROVOPAR-LD, visto que ambos entendiam estar tratando da mesma intervenção.

Ainda como outro momento da pesquisa, realizamos dois debates de grupo, sendo um com catadores de material reciclável de uma das cooperativas de Londrina, que possui contrato de prestação de serviços via CMTU-LD, e outro com trabalhadores de diferentes EES acompanhados pelo PROVOPAR-LD, na execução do convênio com a Prefeitura de Londrina, via Inclusão Produtiva da Política Municipal de Assistência Social. O primeiro grupo foi realizado com a diretoria de uma cooperativa de catadores de material reciclável, contando com a participação de 03 (três) pessoas. O segundo foi realizado com membros de diversos EES acompanhados pelo PROVOPAR-LD, contando com a participação de 12 (doze) pessoas, sendo 03 (três) agentes públicos entre elas. Importante citar que ambos os encontros foram gravados para serem transcritos posteriormente.

Abaixo, apresentaremos as instituições participantes da pesquisa, de modo que já abordaremos algumas questões dos formulários dirigidos as EAF e GP e os debates de grupo, com o intuito de contribuir com os histórico das instituições participantes da pesquisa. Em seguida adentraremos nos eixos de análise, abordando os formulários aplicados junto as EAF e GP, os questionários aplicados junto aos EES e os dois debates de grupo realizados com EES.

5.1.1 O Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina-PR

No ano de 2003, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) lança o Programa Fome Zero como estratégia de enfrentamento a fome. No município de Londrina, também administrado pelo Partido dos Trabalhadores com a gestão do Prefeito Nedson Micheleti (PT/ 2001-2008), agentes públicos das secretarias municipais de Assistência Social, Agricultura e Abastecimento, Mulher, CODEL (Companhia de Desenvolvimento de Londrina), Projeto 1000 ONG's e PROVOPAR-LD participaram de discussões e elaboraram uma proposta preliminar do Programa Londrina Fome Zero, que posteriormente incorporou as secretarias de Saúde, Educação e Idoso (NISHIMURA, 2005, p.87).

A proposta⁸¹ inicial contemplava ações mais emergenciais, mas também propunha ações estruturantes na perspectiva de buscar a autonomia das pessoas. Em 2001, algumas ações que já estavam em pratica foram incorporadas com outras políticas públicas no Programa Londrina Fome Zero⁸², que foi lançado oficialmente no dia 24 de outubro de 2003, com a presença de José Graziano, Ministro de Segurança Alimentar e Combate a Fome (NISHIMURA, 2005, p.87).

⁸¹ A proposta passou por um debate que envolveu diferentes segmentos da sociedade civil, com a realização de uma audiência pública proposta pela então vereadora do PT Márcia Helena Carvalho Lopes, em abril de 2003; e de uma reunião com os Conselhos Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Educação e da Saúde, em maio de 2003 (NISHIMURA, 2005, p.87).

⁸² O Programa possuía algumas características, a saber: intersetorial, visto que propunha a intervir de modo multi e interdisciplinar, envolvendo diferentes políticas setoriais; interligação entre a sociedade civil e o poder público, com a articulação de proposições da sociedade civil organizada; controle social, com a constituição o Comitê Gestor do Programa Londrina Fome Zero, que contava com a participação da sociedade civil e do poder público e possuía a atribuição de acompanhar, fiscalizar e deliberar ações que poderiam ampliar a atuação do Programa; e, estímulo ao desenvolvimento das potencialidades do usuário e de sua família visando autonomia, sendo que essa característica devia permear os quatro eixos o Programa (NISHIMURA, 2005, p.87-88).

O programa tem por objetivo promover e otimizar ações de atendimento das necessidades sociais básicas e de segurança alimentar dos cidadãos e cidadãs que estão em situação de risco social, primando pelo atendimento descentralizado com vistas a melhoria da qualidade de vida e inserção nas políticas públicas, em conformidade com a promoção e garantia dos direitos sociais (NISHIMURA, 2005, p.88).

O Programa estrutura-se em quatro eixos, a saber: ações de combate à fome; abastecimento alimentar; renda mínima; geração de renda e capacitação profissional. O último eixo atua em duas perspectivas: a da capacitação profissional com o intuito de responder a demanda do mercado formal de trabalho; e, a perspectiva de fortalecer e consolidar os grupos de geração de trabalho e renda com o objetivo de proporcionar sua autonomia por meio da Economia Solidária (NISHIMURA, 2005, p.91).

Em 29 de agosto de 2002, ocorreu o I Encontro de Economia Solidária em Londrina⁸³, com a participação de Euclides Mance, que palestrou sobre “Redes de Economia Solidária” e “Economia Solidária: Sociedade Civil e Poder Público”, e Dalila Maria Pedrini, que palestrou sobre “Gestão Cooperativa: Relato da Experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau”. Nessa oportunidade, agentes públicos das secretarias municipais de Assistência Social, Mulher, Agricultura e Abastecimento e CODEL se reuniram com Mance para discutir a realidade e potencial para o desenvolvimento da Economia Solidária no município. Nesse momento já se identificava o apoio⁸⁴ de diferentes secretarias a diversos grupos de geração de trabalho e renda (NISHIMURA, 2005, p.92).

O trabalho desencadeado pelo Programa Londrina Fome Zero, mais tarde, no ano de 2005, culminaria no Programa Municipal de Economia Solidária. O trabalho desenvolvido pelo eixo de geração de renda e capacitação profissional colocava desafios que estavam sendo gestados desde 2003, como a ausência de um local de comercialização (NISHIMURA; COSTA, 2010, p.124).

O Programa Municipal de Economia Solidária continuava a possuir

⁸³ Aproximadamente 172 pessoas participaram do evento.

⁸⁴ Nesse sentido, identificou-se: 26 grupos entendidos como organizações não governamentais trabalhando com resíduos sólidos e com apoio da CMTU-LD; 2 com apoio da Secretaria da Mulher; 8 com apoio da Secretaria de Assistência Social, sendo que 3 também recebiam apoio da CMTU-LD; e, 1 da Secretaria de Agricultura e abastecimento. Além da perspectiva de implantação de mais 15 grupos, pela Secretaria de Assistência Social. Entre os ramos de atividade econômica estavam: alimentação; artesanato; higiene e limpeza; hortaliças; e, reciclagem de resíduos sólidos (NISHIMURA, 2005, p.92).

um caráter intersetorial e a envolver diferentes secretarias, tais como: Assistência Social; Educação; Ambiente; Cultura; Saúde; entre outras. Ainda estavam expressas no Programa três linhas de ação, a saber: apoio financeiro aos grupos de geração de trabalho e renda; capacitação conceitual, técnica e de gestão; e, apoio a construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo (NISHIMURA; RIZZOTTI, 2010, p.157).

A primeira é caracterizada pelo repasse de materiais e não de recursos financeiros, visto que existe um impeditivo legal para este. Os recursos são provenientes do tesouro municipal, mais precisamente no Fundo Municipal de Assistência Social, cuja aplicação é deliberada pelo Conselho da referida política. Parte dos recursos é repassada⁸⁵ ao PROVOPAR-LD com a previsão de gastos de materiais de consumo. Importante lembrar que para realização deste fomento existe a necessidade de elaboração de um projeto junto ao EES (NISHIMURA; RIZZOTTI, 2010, p.158).

No entanto, Nishimura e Rizzotti (2010, p.158) observam que aqui reside um dos limites da intervenção, uma vez que grupos que necessitam de bens duráveis precisam buscar alternativas. Mesmo porque, muitas vezes as formas de crédito não correspondem à realidade dos grupos, no que se refere a critérios de elegibilidade e juros praticados. As autoras entendem que o fomento realizado pelo Programa está organizado em bases de investimento social, ou seja, supõe uma contrapartida por parte dos grupos. Essa contrapartida solidária pode ocorrer em duas modalidades: 10% do valor total revertido em produtos para atender instituições assistenciais da comunidade e outros; ou, 30% do valor total revertido em serviços, com a habilidade daquele grupo sendo partilhada com outro grupo ou pessoas. O tempo para essa contrapartida pode variar de três meses a um ano, ou até mesmo ser prorrogado. Mas isso depende da avaliação dos agentes públicos envolvidos com a assessoria e o próprio grupo.

Nishimura e Rizzotti (2010, p.159) reconhecem que essas modalidades de fomento estão cercadas de controvérsias e divergências, isso porque de um lado estão os que defendem a inserção no Programa como um direito, questionando a contrapartida, de outro, estão os que entendem a ausência de

⁸⁵ Vale frisar que esse repasse ocorre por meio de convênio celebrado entre as partes, para realização do trabalho de assessoria aos EES acompanhados pelo Programa Municipal de Economia Solidária.

contrapartida como uma medida paternalista. Entretanto, as autoras defendem que se trata de uma política de direitos que oportuniza que as pessoas vivenciem trocas de experiências e saberes.

A segunda linha de ação do Programa é a capacitação conceitual, técnica e de gestão. A primeira se refere à formação em Economia Solidária, com os elementos que lhe são inerentes e a diferenciando de práticas excludentes. A capacitação técnica envolve a qualificação e aperfeiçoamento do fazer, contemplando novas técnicas e desenvolvimento da capacidade criativa. A de gestão refere-se a processos inerentes a todos os EES, como fluxo de caixa, controle de estoque, planejamento, entre outros, ou seja, refere-se à gestão coletiva do empreendimento (NISHIMURA; RIZZOTTI, 2010, p.159).

A terceira linha de ação é o apoio à construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo. Ela se iniciou desde as primeiras discussões com os grupos de geração de trabalho e renda, com as dificuldades relacionadas à comercialização e ao isolamento. Assim, destacou-se a necessidade do apoio mútuo entre os grupos para fortalecer o movimento da Economia Solidária (NISHIMURA; RIZZOTTI, 2010, p.159).

Nesse sentido, por meio de recursos do governo federal, foi construído no município de Londrina um Centro Público de Economia Solidária, que iniciou suas atividades em fevereiro de 2007, mas foi inaugurado em junho do mesmo ano. O espaço situado na Avenida Rio de Janeiro nº1.278, esquina com Avenida Juscelino Kubitscheck, se caracteriza por ser um centro de referência da Economia Solidária, que também oferece suporte a comercialização, através da loja⁸⁶ que funciona no local. Importante lembrar que são os próprios membros dos EES que trabalham como vendedores dos produtos expostos (NISHIMURA; COSTA, 2010, p.128).

No ano de 2008, o Programa Municipal de Economia Solidária é instituído pela lei nº 10.523, com o objetivo⁸⁷ de “[...] apoiar iniciativas coletivas de

⁸⁶ Atualmente o Programa oportuniza mais dois locais fixos de comercialização, a saber: o Espaço Paineiras, inaugurado em 2008, situado no parque Arthur Thomas, com funcionamento aos sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h; e, a Casa da Economia Solidária Café e Arte, inaugurada em 2015, fica localizada na Praça Sete de Setembro, na Rua João Cândido, esquina com Rua Piauí. Além desses espaços fixos, o Programa busca viabilizar uma série de feiras, em que destacamos a FEISOL (Feira da Economia Solidária).

⁸⁷ O art. 7º da referida lei trata dos demais objetivos do Programa, que são: I. Propiciar acesso à geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária; II. Contribuir para a melhoria da elevação da qualidade de vida pela criação de fontes de renda; III. Incentivar a constituição de

geração de trabalho e renda que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade” (LONDRINA, 2008, p.01). Quanto à estrutura organizacional, o Programa continuava a ser intersetorial, bem como sua estrutura administrativa e coordenação⁸⁸, que continuavam a ser de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social. O artigo 5º, da referida lei coloca:

- I - Projeto de Assessoria aos Empreendimentos Econômicos Solidários, que assessora, desde o processo de formação dos grupos de geração de trabalho e renda e após a sua organização, propiciando conforme a necessidade, capacitação nas áreas conceitual, técnica e de gestão;
- II - Projeto de Investimento Solidário, que objetiva o acesso a materiais de consumo para o processo de produção das iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda;
- III - Projeto Rede Solidária, que visa apoiar e fortalecer a organização de rede solidária de produção, comercialização e consumo;
- IV - Projeto Oficinas Solidárias, que tem o intuito de propiciar informações sobre a Economia Solidária, da perspectiva do trabalho coletivo, autogestionário, cooperativo e solidário;
- V - Projeto de Educação para o consumo crítico e solidário, que tem por objetivo sensibilizar diferentes segmentos sobre a Economia Solidária e o consumo justo e solidário;
- VI - Havendo outras necessidades posteriores, faculta-se ao Programa Municipal de Economia Solidária a formatação de outros projetos que visem o atendimento a suas finalidades, respeitado a disponibilidade orçamentária e mediante aprovação do Conselho Geral de Gestão (LONDRINA, 2008, p.02).

É possível notar que os projetos destacados acima seguem a direção das três linhas de ação abordadas anteriormente, de modo a realizar

cadeias produtivas na Economia Solidária; IV. Apoiar os empreendimentos econômicos solidários nos aspectos relacionados ao comércio justo e solidário; V. Propiciar o acesso as ações de Economia Solidária, por meio de estruturas físicas descentralizadas e territorializadas; VI. Apoiar o cooperativismo popular e solidário; VII. Promover a intersectorialidade e multidisciplinaridade das ações do Poder Público Municipal (LONDRINA, p.03).

⁸⁸ O Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, expresso pelo Decreto nº 1005, de 5 de outubro de 2010, coloca que a Gerência de Inclusão Produtiva, subordinada da Diretoria de Proteção Social Básica (DPSB), compete: “I. Planejar, executar e avaliar os serviços socioassistenciais básicos de inclusão produtiva – geração de trabalho e renda; II. Emitir pareceres, relatórios e outros documentos sobre assuntos de sua área de competência; III. Desenvolver ações integradas com outras gerências, diretorias, secretarias, com outros órgãos e conselhos, bem como com outras organizações públicas, privadas e comunitárias, objetivando a inclusão produtiva dos usuários dos serviços de proteção social básica; IV. Conduzir a execução do Plano Municipal de Assistência Social no âmbito de sua competência; V. Promover o assessoramento das ações direcionadas às organizações coletivas de geração de renda; VI. Acompanhar e monitorar recursos advindos de convênios com Município, Estado ou União, direcionados à inclusão produtiva – geração de trabalho e renda; VII. Supervisionar estagiários das áreas afins; VIII. Organizar eventos, cursos de capacitação, encontros e seminários sobre assuntos de sua área de competência; IX. Administrar, capacitar e assessorar os integrantes da equipe da Gerência de Inclusão Produtiva nas várias fases de organização e desenvolvimento dos grupos de geração de trabalho e renda; X. Promover ações formativas e informativas, difundindo o conceito e a prática da Inclusão Produtiva, na perspectiva da Economia Solidária para multiplicadores e consumidores críticos e solidários; XI. Desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência” (LONDRINA, 2010, p.12).

assessoria aos EES, no seu processo de formação e desenvolvimento. No que tange aos beneficiários do Programa, a legislação coloca que a participação será formalizada por meio de termo de adesão e também define o público a ser atendido pelo programa:

Art. 8º São considerados beneficiários da Política Pública Municipal de Fomento à Economia Solidária, grupos de geração de trabalho e renda informais ou formais que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade, compostos por trabalhadores e trabalhadoras com mais de 16 anos de idade, residentes e domiciliados no Município de Londrina que cumpram ao menos um dos seguintes requisitos: estejam desempregados e/ou se encontrem em situação de vulnerabilidade social e/ou sejam procedentes da agricultura familiar e/ou se encontrem em situação de violência, e/ou indígenas da comunidade local e/ou usuários dos serviços de saúde mental (LONDRINA, 2008, p.04).

A caracterização dos usuários evidencia que o apoio ao trabalho na Economia Solidária não se estende a todos que desejam, mas a grupos específicos que acabam por vivenciar de forma mais aguda as expressões da questão social.

Embora o Programa seja municipal e instituído por lei, desde o início sua execução esteve atrelada ao PROVOPAR-LD, que por meio de convênios tem realizado o trabalho de apoio aos EES acompanhados pelo Programa.

5.1.2 Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina (PROVOPAR-LD)

O Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina (PROVOPAR-LD) é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, fundado em 28 de agosto de 1985. Dentre os objetivos da instituição estão: organizar, capacitar e promover ações do voluntariado, voltado para atividade na área de combate a pobreza e promoção da cidadania; realizar trabalhos de natureza assistencial, cultural e social, promover a integração do PROVOPAR-LD com órgãos oficiais que atuam no campo social; melhoria dos atendimentos prestados pelas diversas instituições, executar e apoiar ações voltadas à população em situação de risco e vulnerabilidade social; promover, executar, capacitar e apoiar atividades e projetos, direcionados à educação para o trabalho, geração de renda e ações de apoio a projetos de economia solidária (PROVOPAR, 2018).

Atualmente o PROVOPAR-LD possui dois convênios em vigência, a

saber: convênio socioeducativo⁸⁹; e, inclusão produtiva. Ambos são vinculados a Proteção Social da Política Municipal de Assistência Social, sendo o último o que nos interessa, pois realiza o trabalho de assessoria aos grupos inseridos no Programa Municipal de Economia Solidária. O convênio é denominado de “Serviço Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva – Modalidade II: Fortalecimento de iniciativas locais no campo da geração de trabalho e renda”, possuindo abrangência das áreas urbana e rural, no valor de R\$ 943.823,52, com período de vigência de 01/01/2016 à 31/12/2017 (FORMULÁRIO B).

Nesse sentido, o quadro abaixo evidencia os 62 EES acompanhados pelo PROVOPAR-LD em convênio com a Prefeitura de Londrina, para execução do trabalho de acompanhamento aos EES do Programa Municipal de Economia Solidária.

Quadro 13 – Empreendimentos assessorados pelo PROVOPAR-LD por meio de convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Londrina-PR.

PROVOPAR-LD		
EES		Atividade
1	Beta doces	Alimentação
2	Betel Sabores	Alimentação
3	Cantinho da coxinha	Alimentação
4	Delícias de Guaravera	Alimentação
5	Dolce Meninas	Alimentação
6	Espaço dos Salgados	Alimentação
7	Expressão Bolos e Massas	Alimentação
8	Flor do Campo	Alimentação
9	Ideias Doces	Alimentação
10	Jê Salgados e Massas	Alimentação
11	Mama Kiss	Alimentação
12	MultiPães	Alimentação
13	Pão Fresquinho	Alimentação
14	Romas Massas	Alimentação
15	Sabor de Quero Mais	Alimentação

⁸⁹ Refere-se ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que possui o caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais. O convênio atende crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, em 11 projetos no município, a saber: Viva Vida e CFC CSU; Viva Vida e CFC União da Vitória; Viva Vida e CFC São Jorge; Viva Vida Leonor; Viva Vida Vista Bela; Viva Vida Interlagos; CFC Santiago; Viva Vida e CFC João Turquino; Viva Vida Mister Thomas; Viva Vida Centro B; Viva Vida Infraero.

16	Salgados e Cia	Alimentação
17	Tri Festas	Alimentação
18	Vovó Mia Bolos	Alimentação
19	Ateliê 3 nós	Artesanato
20	Arte Nossa	Artesanato
21	Arte em Biscuit	Artesanato
22	Arte cCores	Artesanato
23	Arte Trabalho e Arte	Artesanato
24	Arte em Papel	Artesanato
25	As Caprichosas	Artesanato
26	Art Lar	Artesanato
27	Arte Criativa	Artesanato
28	Belas Artes	Artesanato
29	Bellas Bonecas	Artesanato
30	Casa de Pano	Artesanato
31	Cassya Ramos	Artesanato
32	Crochê Ideal	Artesanato
33	Dona Patch	Artesanato
34	Encanto Rural	Artesanato
35	El Shadai Laços	Artesanato
36	Fibras no Tear	Artesanato
37	Manacial Decor	Artesanato
38	Meditart Religare	Artesanato
39	Marrecle Crochê	Artesanato
40	Mães e Filhos For Bag	Artesanato
41	Moda da Casa	Artesanato
42	Mimos da Casa	Artesanato
43	Olívia Flores Artificiais	Artesanato
44	Panos e Agulhas	Artesanato
45	Peça Única Artesanato	Artesanato
46	Pérolas Artesanato	Artesanato
47	Retalhos de Amor	Artesanato
48	Tito Artesão	Artesanato
49	Tudo a Ver com Crochê	Artesanato
50	Universo em Crochê	Artesanato
51	Uniartes	Artesanato
52	Centro de Estética	Prestação de Serviço
53	Donna Bela	Prestação de Serviço

54	Parceria da Beleza	Prestação de Serviço
55	Galoja	Vestuário
56	Agricultura Familiar	Hortifruti
57	Fino Sabor	Alimentação/ Hortifruti
58	Aromoas di Fiori	Artesanato/ Hortifruti
59	Jeito de Ser Artes	Artesanato/ Vestuário
60	Charm Artesanato	Artesanato/ Prestação de Serviço
61	Marreca Confecção	Vestuário Confecção
62	Decorart	Vestuário Confecção

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para EAF, 2017.

Vale citar, que os agentes públicos contratados pelo PROVOPAR-LD para trabalhar na assessoria aos EES ficam lotados no Centro Público de Economia Solidária, se locomovendo até os EES para realização deste trabalho, mas também o realizando *in loco*.

Mesmo que no item anterior tenhamos visto que um dos limites da intervenção seria a dificuldade de atender EES que necessitam de bens duráveis, o debate de grupo nos apontou uma alternativa utilizada pelo PROVOPAR-LD.

[...] [não existe] dentro do convênio, uma verba específica para compra de equipamento. Já houve lá no começo, lá no início que tinha o BNDES que propiciou a compra de vários equipamentos na época. Esses equipamentos, hoje a gente não consegue mais comprar. Então naquela época houve sim compra de equipamento, de forno de mesa, de geladeira, de freezer, que hoje está em comodato com alguns empreendimentos. Quando os empreendimentos conseguem ter autonomia de se organizar e comprar seu equipamento, esse empreendimento devolve (DEBATE DE GRUPO B).

Portanto, alguns EES conseguem ter acesso aos meios de trabalho, isto é, maquinários, desde que estes estejam com possibilidades de serem emprestados. Isso porque todo equipamento sofre a ação do tempo, com a depreciação e com sua tecnologia podendo se tornar ultrapassada. Anda, vale frisar que com o termo de comodato a responsabilidade pela manutenção do equipamento passa para o EES, que tem que devolvê-lo em funcionamento.

5.1.3 Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU-LD)

Em 1993 nasce a Companhia Municipal de Urbanização (COMURB)

com o objetivo de assumir as atribuições da extinta Secretaria Municipal de Serviços Públicos. Ela inicia suas atividades como órgão da administração indireta da Prefeitura Municipal de Londrina com as finalidades de gerenciar o transporte coletivo e de ações de desenvolvimento urbano da cidade (CMTU, 2018a).

Seguindo as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, a fiscalização do trânsito passou a ser responsabilidade do município, fazendo com que a COMURB passasse a ser denominada Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU-LD), por meio da Lei Municipal nº 8191 de 19 de junho de 2000 (CMTU, 2018a).

A CMTU-LD é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, com personalidade jurídica de direito privado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76. Ela foi instituída pela lei municipal nº 5.496, de 27 de julho de 1993, que coloca no art. 5º as suas competências.

Art. 5º Compete à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD:

I - Administrar o Fundo de Urbanização de Londrina - FUL, podendo, à conta desses recursos, promover a realização de investimentos em projetos e programas de desenvolvimento urbano do Município de Londrina e a comercialização de equipamentos urbanos;

II - Executar programas e obras de desenvolvimento de áreas urbanas, bem como de planos de renovação das que se apresentarem em processo de deterioração, elaborados pelos órgãos próprios da Prefeitura do Município de Londrina;

III - Executar, mediante delegação específica do Prefeito, obras e serviços do Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Londrina;

IV - Explorar economicamente e administrar, mediante delegação específica do Executivo, os mercados municipais, quiosques e todas as demais atividades desenvolvidas em vias, logradouros e equipamentos públicos, constituindo-se em permissionária desses serviços e podendo, por meio de processo licitatório, delegá-los a terceiros;

V - Executar serviços, gerenciar e fiscalizar o trânsito, no que lhe couber, e proceder às vistorias veiculares e técnicas, no âmbito do Município de Londrina, na forma do estabelecido pela Lei Federal nº 9.503/97;

VI - Gerenciar a coleta e o tratamento do lixo domiciliar e hospitalar, manter e fiscalizar a limpeza pública do Município de Londrina;

VII - Operar, gerenciar, planejar e fiscalizar o sistema de transporte coletivo de passageiros do Município de Londrina;

VIII - Delegar, como concessionária, a empresas privadas a execução dos serviços de transporte coletivo de passageiros, sob regime de concessão, mediante concorrência pública, atendidas as formalidades legais;

IX - Administrar e explorar economicamente todos os terminais urbanos de transporte coletivo no Município de Londrina;

X - Administrar os serviços de táxis, moto-táxis, transporte de cargas - caminhões, caminhonetas ou similares e transporte escolar no Município de Londrina;

XI - Arrecadar e fiscalizar, executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas referentes à taxa de publicidade e licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.

XII - Administrar e explorar diretamente os serviços de coleta seletiva e

de reciclagem de lixo.

XIII - Promover o gerenciamento e a operacionalização do trânsito urbano no Município, inclusive emitindo pareceres a esse respeito e em conformidade com as jurisdições estaduais e federais;

XIV - gerenciar, promover e explorar economicamente o Condomínio Terminal Rodoviário de Londrina;

XV - gerenciar os serviços de saneamento, compreendendo água, esgoto e resíduos sólidos, praticando todos os atos de planejamento, controle e fiscalização dos serviços.

XVI - Implantar e gerenciar os equipamentos de sinalização do sistema viário, seja no controle de tráfego, na viabilização da fiscalização ou na circulação de veículos em geral;

XVII - Gerenciar a instalação de equipamentos e elementos de publicidade em vias e logradouros públicos, bem como o disposto no artigo 186 da Lei 4.607, de 17 de dezembro de 1990;

XVIII - Gerenciar a utilização de equipamentos ou sistemas relacionados com as atividades de operação e fiscalização do trânsito no sistema viário (LONDRINA, 1993, p.1-2, grifo nosso).

Como evidencia os incisos VI e XII, compete a CMTU-LD gerenciar a coleta e o tratamento do lixo domiciliar, e mais especificamente, no tocante a nosso tema de estudo, os serviços de coleta seletiva e de reciclagem de lixo.

No entanto, vale frisar que a coleta seletiva em Londrina existe desde 1996, sendo que até o ano de 2001 era realizada de porta em porta por caminhões da prefeitura. Nesse período, com as chamadas “frentes de trabalho”, todo material coletado era enviado para uma central de triagem operada pelos trabalhadores, que recebiam um valor fixo. Também existiam 35 (trinta e cinco) Postos de Entrega Voluntária (PEV's), que a prefeitura instalou em locais estratégicos da cidade (FUNDACIÓN AVINA, 2012, p.11).

A inclusão dos catadores nesse processo acontece em 2001, com projeto da Prefeitura de denominado 1000 ONG's que estimulou os catadores a se organizar em ONG's e organizava o trabalho por meio do sistema porta a porta, com a entrega do saco verde para os domicílios participantes da coleta do material reciclável. No momento, também existiam a CEPEVE (Central de Prensagem e Vendas) e a COMAREL (Conselho das Organizações dos Profissionais da Reciclagem dos Resíduos Sólidos de Londrina), que tinham o objetivo de apoiar e fortalecer essas ONG's na parte organizacional e de comercialização (FUNDACIÓN AVINA, 2012, p.12).

[...] através [...] de apoiadores que começou a discussão de associações e ONG's, que foi do projeto mil ONG's, que era da prefeitura, né?! Então desde o início teve esse... apoio (DEBATE DE GRUPO A).

Após a Prefeitura ter que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público para retirar 60 catadores do lixão, foi implantado o Programa “Reciclando Vidas”, que buscava organizar os catadores em associações por meio da ONG’s. A criação das ONG’s amenizou três problemas, a saber: a extinção da frente de trabalho; a falta de materiais para os catadores autônomos; e a retirada dos catadores do lixão. Entretanto, não foi capaz de melhorar as condições de vida e trabalho dos catadores (FUNDACIÓN AVINA, 2012, p.15).

Em 2004, existiam cerca de 500 pessoas em 26 ONG’s de reciclagem, em 2006, já eram 29 ONG’s. A Prefeitura não administrava e não cobrava das ONG’s qualquer tipo de regularidade quanto ao vínculo trabalhista com os catadores. Os recursos repassados as ONG’s possibilitavam custear as despesas com a organização do trabalho e até mesmo de regularização de CNPJ (FUNDACIÓN AVINA, 2012, p.15-16).

No ano de 2008, por meio de ações do Programa Municipal de Economia Solidária, houve uma aproximação com as diversas ONG’s que tinham um histórico de individualismo e disputas. A intervenção possibilitou reflexões que valorizaram as afinidades, a identificação como catador e acabou levando a junção de várias associações de catadores (FUNDACIÓN AVINA, 2012, p.17).

A questão dos técnicos né... da gestão da equipe técnica por parte da CMTU, teve o acompanhamento da própria Economia Solidária [...] ajudou a gente a elaborar o primeiro estatuto e participou da nossa primeira assembleia [...] então nos tivemos essa parceria com a prefeitura via Economia Solidária. A UEL através do... como que chama aquele... é da INTER né?! (DEBATE DE GRUPO A).

Nesse sentido, em 2009, O “Programa Londrina Recicla” foi instituído pelo Decreto Municipal nº 829/2009. Ele “[...] passou a estimular a formação de cooperativas de trabalho, a qualificação e aprimoramento das práticas já existentes, assim como a humanização do trabalho realizado pelos catadores” (CMTU, 2018b). Em março de 2010, por meio de dispensa de licitação, conforme estabelece a Lei Federal de Licitação nº 8.666/1993, em seu Artigo nº 24, inciso XXVII, a CMTU-LD formaliza o primeiro contrato de prestação de serviços de coleta seletiva com a COOPER REGIÃO. Com o decorrer do tempo, outras cooperativas

foram formadas e contratadas⁹⁰, sendo que desde 2015, sete cooperativas que atuam na coleta seletiva de Londrina.

Como vimos, a CMTU-LD, possui uma importante trajetória no trabalho junto aos catadores.

Quadro 14 – Empreendimentos assessorados pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina – CMTU-LD.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA - CMTULD			
EES		Atividade	Município
1	COOPER REGIÃO – Cooperativa de trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina	Coleta Seletiva	Londrina-PR
2	COOPEROESTE – Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem da Região Oeste de Londrina	Coleta Seletiva	Londrina-PR
3	COOCEPEVE – Cooperativa dos Profissionais da Reciclagem	Coleta Seletiva	Londrina-PR
4	COOPER REFUM – Cooperativa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis Refum	Coleta Seletiva	Londrina-PR
5	COOPERMUDANÇA – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Londrina	Coleta Seletiva	Londrina-PR
6	ECORECIN – Cooperativa de Coleta de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis	Coleta Seletiva	Londrina-PR
7	COOPERNORTH – Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos da Região Norte de Londrina	Coleta Seletiva	Londrina-PR

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para GP, 2017.

Atualmente sete cooperativas são responsáveis por realizar a coleta seletiva no município de Londrina.

[...] a coleta seletiva é realizada em 100% da área urbana, incluindo distritos, patrimônios e vilas rurais totalizando 230.095 domicílios, recolhendo em média 9.010.379 kg de material reciclável que é comercializado diretamente no mercado. Do total de domicílios da cidade, os serviços são distribuídos para as 7 cooperativas devidamente credenciadas que empregam 343 recicladores, divididos da seguinte forma: COOPER REGIÃO atende 39%; COOPEROESTE atende 14%; a COOCEPEVE atende 11%; a COOPERMUDANÇA Atende 10%; a COOPERNORTH atende 10%; a COOPER REFUM atende 9% e a ECORECIN atende 8%. O apoio da CMTU às cooperativas custou R\$ 5.544.545,26 em 2017 (CMTU, 2018b).

Assim, o trabalho de apoio da CMTU-LD demonstra o processo de

⁹⁰ Esses contratos preveem: valor pela prestação do serviço de coleta; subsídios para apoio administrativos e técnicos; para compra de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI); repasse para o recolhimento do INSS; e, repasse para pagamento de locação dos barracões de armazenamento e triagem dos materiais recicláveis recolhidos (CMTU, 2018b).

estruturação da intervenção do município junto à coleta seletiva, por conseguinte, aos catadores. Nesse sentido, vale destacar o volume de recursos repassados as cooperativas, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 15 – Valor dos contratos dos Empreendimentos assessorados pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina – CMTULD.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA – CMTULD							
EES	Qtd. de domicílios	Valor por domicílio	Valor global do contrato	Início Término	Repasse		
					INSS	Aluguel do barracão	
1	COOPER REGIÃO	84.961	R\$ 1,39	R\$ 185.275,79	06/06/2016 04/10/2017	Sim	Sim
2	COOPEROESTE	31.313	R\$ 1,39	R\$ 82.825,07	06/06/2016 04/10/2017	Sim	Sim
3	COOCEPEVE	24.482	R\$ 1,39	R\$ 57.609,98	06/06/2016 04/10/2017	Sim	Sim
4	COOPER REFUM	18.806	R\$ 1,39	R\$ 50.720,34	06/06/2016 04/10/2017	Sim	Sim
5	COOPERMUDANÇA	21.953	R\$ 1,39	R\$ 69.814,67	06/06/2016 04/10/2017	Sim	Sim
6	ECORECIN	17.136	R\$ 1,39	R\$ 43.469,04	06/06/2016 04/10/2017	Sim	Sim
7	COOPERNORTH	21.342	R\$ 1,39	R\$ 61.105,38	06/06/2016 04/10/2017	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para GP, 2017.

Os contratos garantem aos catadores o pagamento do INSS e do aluguel do barracão de trabalho. Indubitavelmente, eles são uma conquista, mas o histórico também tem demonstrado que eles têm ocorrido por curtos períodos. Recentemente, o contrato teve seu aditivo de mais longa duração.

[...] três anos. O contrato mais longo que a gente conseguiu desde lá o período do primeiro de 2009, até agora esse é o mais... (DEBATE DE GRUPO A).

O relato do debate de grupo nos trouxe a informação da renovação do contrato e de seu novo período. Diante do exposto, foi possível perceber todo apoio municipal destinado a organização do trabalho referente a coleta seletiva em Londrina, sem o qual não seria possível a existência das cooperativas de catadores de material reciclável como prestadoras de serviço.

5.1.4 Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Instituto EMATER)

No Paraná, na década de 1950 os agricultores e suas famílias começaram a ter os primeiros contatos com extensionistas rurais. Essas intervenções⁹¹ resultaram em documentos chamados “Realidade Municipal”, que possuíam informações sobre a situação das atividades agrícolas e das condições de vida das famílias da área rural, inclusive indicando caminhos para melhoria de ambos. Esses documentos serviram de base para formulação de planos e projetos, pelos próprios extensionistas, como também por prefeituras e outras organizações privadas (EMATER, 2018).

No ano de 1956, os extensionistas eram funcionários do ETA (Escritório Técnico de Agricultura), que contava com 11 escritórios e métodos de extensão inspirados nos desenvolvidos nos Estados Unidos da América. Com o intento de aprimorar o crédito rural, foi atribuída aos extensionistas a responsabilidade de orientação aos tomadores de empréstimos, sendo que em 1959, a organização de utilidade pública ACARPA⁹² (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná) assumiu as funções do ETA (EMATER, 2018).

No ano de 1977 a EMATER é criada como empresa pública de direito privado, responsável por absorver as atividades da ACARPA. Nesse período, as parcerias, especialmente com o IAPAR (Instituto Paranaense de Pesquisa Agropecuária) e com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), bem como os programas de Crédito Rural e a Política de Preços Mínimos foram fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos. Nesse ínterim, também foi desenvolvido um esforço na organização de cooperativas, que se tornaram importantes para o sistema cooperativista agrícola do país (EMATER, 2018).

Na década de 1990, o trabalho da EMATER se destacou pelos programas realizados em regiões com baixa aptidão agrícola com vistas à inclusão social e econômica das comunidades mais pobres, apoiadas pelo Programa Paraná

⁹¹ Os técnicos percorriam a área rural, observando as lavouras, criações e as condições de vida das famílias, bem como orientando os agricultores sobre novas formas de produção agrícola, saneamento, alimentação, entre outros, por meio de reuniões, visitas, dias de campo, etc. (EMATER, 2018).

⁹² Após a grande geada de 1975, que atingiu drasticamente o cultivo de café, o cultivo da soja começou a ser introduzido acompanhado de novas tecnologias. Nesse sentido, a ACARPA liderou o processo de difusão de tecnologias, com práticas de implantação e manejo de lavouras e criações, controle de pragas, conservação dos solos, entre outros (EMATER, 2018).

12 Meses (EMATER, 2018).

No ano de 2005, o regime jurídico da EMATER foi modificado, transformando a empresa em autarquia com a denominação Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). De modo, que a atividade Assistência Técnica e Extensão Rural passou a envolver mais e novas instituições, como as prefeituras, as cooperativas, as ONGs e as empresas. Com a Lei Estadual de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), a lei 17.447 de 27 de Dezembro de 2012, o Instituto EMATER passou a possuir a responsabilidade de apoiar e promover a articulação harmônica das instituições envolvidas em prol do desenvolvimento do Estado do Paraná, além das ações de assistência técnica (EMATER, 2018).

O Instituto EMATER conta com diversas unidades regionais, sendo que a de Londrina situa-se na Rodovia Celso Garcia Cid, Km 375.

Quadro 16 – Empreendimentos assessorados pelo Instituto EMATER.

INSTITUTO EMATER			
	EES	Atividade	Município
1	COAFAS – Cooperativa Solidária de Produção comercialização e Turismo Rural da Agricultura Familiar do Norte do Paraná	Agricultura	Londrina, Cambé, Ibiporã, Rolândia e Tamarana
2	COOCAFAT – Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Tamarana e Região	Agricultura	Tamarana
3	APPRCS – Associação de Pequenos Produtores de Centenário do Sul	Agricultura	Centenário do Sul
4	Associação de Tomaticultores de Primeiro de Maio	Agricultura	Primeiro de Maio
5	COPACON – Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista	Agricultura	Londrina

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para EAF, 2017.

O Instituto EMATER declarou realizar o apoio a três cooperativas e duas associações. Obviamente, todas vinculadas à agricultura, mas de diferentes cidades da região, sendo que a COAFAS desenvolve atividades em cinco cidades da RMLO. Como é possível verificar no quadro acima, a COAFAS é a única que traz a palavra “solidária” no nome, enquanto a COPACON é vinculada ao MST, mais precisamente aos Assentamentos Eli Vive I e II, do distrito de Lerroville, em Londrina.

5.1.5 Instituto Colmeia de Cidadania

O Instituto Colmeia de Cidadania caracteriza-se por ser uma associação, inscrita sob o CNPJ 21.454.291/0001-68, situada na Rua Osório Ribas de Paula, nº 824, no município de Apucarana-PR.

Fundado em 2012, o Instituto Colmeia de Cidadania atua na região de Apucarana no desenvolvimento de atividades de organização de projetos de Economia Solidária, Cooperativismo Habitacional, defesa de direitos, superação de vulnerabilidades sociais.

Em Apucarana desde 2013, acompanha o projeto da Secretaria da Mulher e Assuntos da Família, atendendo hoje cerca de quatrocentas mulheres. O Instituto Colmeia de Cidadania, está representado dentro do Conselho Municipal de Economia Solidária (COMSOL). É entidade membro da Cáritas Diocesana de Apucarana (QUESTIONÁRIO E).

Vale frisar, que o Instituto Colmeia de Cidadania possui um convênio com a Cáritas Diocesana de Apucarana, que inclusive viabiliza parte de suas atividades.

Quadro 17 – Empreendimentos assessorados pelo Instituto Colmeia de Cidadania.

INSTITUTO COLMEIA DE CIDADANIA			
	EES	Atividade	Município
1	Rede de Mulheres Solidárias	Agricultura; Artesanato	Apucarana-PR
2	Colmeia Alimentando a Cidadania	Agricultura; Artesanato	Arapongas-PR
3	Colmeia Solidária Força e União	Agricultura; Artesanato	Jandaia do Sul-PR
4	Colmeia Mandaguari	Agricultura; Artesanato	Mandaguari-PR

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário E para EAF, 2017.

O Instituto Colmeia de Cidadania declarou assessorar EES que desenvolvem atividades de agricultura e artesanato. Entretanto, como é possível verificar abaixo, sua área de atuação contempla cidades que estão fora da região metropolitana de Londrina, como Apucarana, Jandaia do Sul e Mandaguari.

5.1.6 Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO)

A Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SETI), em parceria com o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), instituições de ensino superior e a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB),

por meio do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), instituiu o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO). O Programa possui por objetivo “[...] facilitar o processo de certificação orgânica para as propriedades rurais de base familiar” (CPRA, 2018).

Em todo Paraná existem oito núcleos do PPCPO, além do núcleo do CPRA, sendo eles situados em instituições de ensino superior, a saber: Universidade Estadual do Paraná (Unespar Litoral), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) (CPRA, 2018).

O Programa encontra-se na sua fase III, sendo que na UEL é vinculado ao Centro de Ciências Agrárias, mais precisamente ao Departamento de Agronomia.

[...] visa contribuir para a consolidação do Paraná como um dos maiores produtores orgânicos do país, fomentando a inovação tecnológica no tocante à produção orgânica por pequenos produtores rurais e, também a associação dos agricultores familiares no desenvolvimento de associativismo/cooperativismo para a comercialização em escala da produção orgânica. Atualmente o programa atende 54 propriedades, sendo destas, 34 certificadas⁹³: 22 propriedades certificadas pelo TECPAR CERT, 8 propriedades certificadas pela Rede Ecovida e 4 propriedades que receberam a certificação de conformidade orgânica pelas duas certificadoras (QUESTIONÁRIO C).

Por meio do PPCPO, equipes técnicas assessoram e asseguram, junto ao produtor orgânico, o cumprimento das exigências legais da certificação orgânica. Isso ocorre através de visitas, reuniões e estudos, técnicos e produtores analisam o potencial de cada propriedade para a certificação orgânica (CPRA, 2018). No PPCPO desenvolvido pela UEL, estão sendo atendidos:

[...] pequenos produtores rurais e assentados da reforma agrária que atuam com a agricultura familiar em Londrina e municípios da região como Uraí, Assaí, Jataizinho, Marilândia do Sul, Tamarana, Ortigueira, Alvorada do Sul, São Jerônimo da Serra, Cornélio Procópio, Cambé, Ibiporã, Apucarana, Rolândia, Congonhinhas, Santa Cecília do Pavão e Jaguapitã (QUESTIONÁRIO C).

Portanto, o PPCPO da UEL, assim como os demais núcleos do

⁹³ Portanto, existem 20 propriedades em conversão, ou seja, em transição para agricultura orgânica.

Estado do Paraná, tem desenvolvido suas atividades por meio do financiamento da SETI.

O Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO) também realiza seus trabalhos na área rural, mas seus trabalhos estão direcionados para a certificação participativa de produtos orgânicos, com a assessoria para a constituição de grupos da Rede Ecovida de Agroecologia.

A Rede funciona de modo horizontal e descentralizado, sendo apoiada na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Essas organizações de produtores se articulam com organizações de consumidores e outras instituições formando um Núcleo Regional, sendo a soma dos núcleos a Rede Ecovida de Agroecologia⁹⁴. A certificação participativa é trabalhada como um processo pedagógico, que envolve agricultores, técnicos e consumidores (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2018).

Quadro 18 – Empreendimentos assessorados pelo Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos.

PROGRAMA PARANAENSE DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS					
EES em Rede		EES		Atividade	Município
1	Núcleo Peroba Rosa – Rede Ecovida	1	Grupo Guaravera – Rede Ecovida	Agricultura	Londrina-PR
		2	Grupo Apucarana – Rede Ecovida	Agricultura	Londrina-PR
		3	Grupo Pininga – Rede Ecovida	Agricultura	Londrina-PR

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para EAF, 2017.

A certificação participativa envolve um processo e geração de credibilidade entre todos os envolvidos, isto é, “[...] partindo da palavra da família agricultora e se legitimando socialmente, de forma acumulativa, nas distintas instâncias organizativas que esta família integra” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2018).

Diante do exposto, é possível perceber que existe uma intervenção em todo o estado do Paraná no que tange a certificação orgânica pelo PPCPO, o que envolve todas as universidades do estado como núcleos deste trabalho.

⁹⁴ Ela foi fundada no ano de 1998, a partir de ONG's e organizações de agricultores da região sul do país. Hoje, conta com 27 núcleos regionais, envolvendo 20 ONG's e 340 grupos de agricultores, o que corresponde a cerca de 4.500 famílias envolvidas (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2018).

Assim, buscamos apresentar todas as instituições participantes da pesquisa, sejam elas entidades de apoio e fomento ou órgãos públicos. A seguir, adentraremos nas ações públicas realizadas por elas.

5.2 AS AÇÕES PÚBLICAS

Aqui vamos apresentar as ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária identificadas na região metropolitana de Londrina. Depois de colocarmos as instituições identificadas e as que aceitaram participar da pesquisa, vamos buscar aqui pormenorizar a ação pública desenvolvida por elas, identificando suas ações de assessoria, apoio e fomento. Os dados que trataremos a seguir foram sistematizados a partir dos formulários preenchidos pelos responsáveis pelo trabalho das entidades de apoio e fomento.

Abaixo é possível verificar o tipo da assessoria oferecida, assim como a quantidade de instituições participantes da pesquisa que as realizam.

Quadro 19 – Tipo de apoio (assessoria, assistência ou capacitação) a entidade oferece.

TIPO DE APOIO (ASSESSORIA, ASSISTÊNCIA OU CAPACITAÇÃO)	QTD. DE ENTIDADES QUE OFERECE
Assistência técnica e/ou gerencial	2
Qualificação profissional, técnica, gerencial	3
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	4
Assistência jurídica	0
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	3
Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica	3
Assessoria na constituição, formalização ou registro	4
Elaboração de projetos	2
Incubação	0
Outros	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para EAF e GP, 2017.

Dentre os apoios oferecidos, nos chama a atenção o fato de nenhuma das entidades oferecerem assistência jurídica e incubação. Isso porque, a assistência jurídica envolve não somente a assistência judiciária, mas também a consultoria e a orientação jurídica, ou seja, no nosso caso, pressupõe uma orientação acerca da celebração de contratos, normas e riscos de serviços e

produtos oferecidos a consumidores, entre outros. A incubação, embora seja o apoio típico de incubadoras universitárias, em tese, não é oferecido apenas por elas, e consiste no fato de realizar apoio no desenvolvimento do empreendimento. Assim, embora possa ser entendida como período de acompanhamento na formação e desenvolvimento do empreendimento, ela também não foi indicada por nenhuma entidade, talvez, por identificar-se diretamente com as incubadoras.

Quadro 20 – Categorias sociais dos empreendimentos assessorados pelas instituições participantes da pesquisa.

CATEGORIAS SOCIAIS DOS EMPREENDIMENTOS	QTD. DE ENTIDADES
Agricultores familiares	4
Artesãos	2
Artistas	0
Assentados da reforma agrária	3
Catadores de material reciclável	2
Garimpeiros ou mineiros	0
Técnicos, profissionais de nível superior	0
Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	0
Desempregados (desocupados)	1
Não se aplica ou não há predominância	0

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para EAF e GP, 2017.

Entre as categorias sociais dos empreendimentos assessorados destacam-se os agricultores familiares e assentados de reforma agrária, situados na área rural. Na área urbana foram citados os artesãos, catadores de materiais recicláveis e desempregados.

A lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, coloca em seu art. 3º:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família

(BRASIL, 2006).

Embora os assentados da reforma agrária possam ser entendidos como agricultores familiares, como o são, a expressão assentado da reforma agrária não apenas indica que eles são beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária⁹⁵ (PNRA), mas também pode expressar a concepção de luta do MST para que a propriedade da terra atinja sua função social.

Nos quadros abaixo se encontram sistematizadas as instituições e os empreendimentos que elas assessoram, podendo ser observadas em quadros separadamente.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º, inciso XXII garante a propriedade privada, entretanto, o inciso XXIII faz a ressalva de que a propriedade deverá atender sua função social. Ainda, no art. 186, coloca que a função social é atingida quando a propriedade rural atende:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

Portanto, estamos nos referindo a pequenos agricultores que fazem a gestão de suas propriedades, sendo importante salientar que a agricultura familiar é a responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o país, isto é, que chegam à mesa da população. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros até 20 mil habitantes, correspondendo por 35% do PIB brasileiro e absorvendo 40% da população economicamente ativa do país (BRASIL, 2017d).

Para ilustrar, ela responde pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, responde por 60% da produção de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do Brasil. Além disso, emprega 74% das pessoas ocupadas no campo, ou seja, sete em cada dez postos de trabalho no meio rural são de agricultores familiares (BRASIL, 2017d).

⁹⁵ Ele tem por objetivo melhorar a distribuição da terra. Para pleitear o acesso a terra, as famílias devem estar inscritas no Cadastro das Famílias Candidatas à Reforma Agrária, realizado nas superintendências do INCRA.

No que tange aos participantes da pesquisa que declararam possuir relação ou participar de movimentos sociais, sindicatos e/ou pastorais, estiveram entre os citados: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná); MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); e, Cáritas. Assim, destaca-se nessa resposta a ausência de referência aos fóruns de Economia Solidária, seja o nacional, estadual ou regional. Em 08 de julho de 2017, a partir da mobilização de diversas EAF e EES, aconteceu no Assentamento Dorcelina Folador em Arapongas, o 3º Encontro Regional de Economia Solidária, com o intuito de reorganizar o Fórum Regional de Economia Solidária de Londrina. Nesse momento, vários dos que participaram da pesquisa estavam presentes e até mesmo participando da organização, ainda assim, os fóruns não apareceram na resposta do formulário para EAF.

Deste modo, conforme vimos anteriormente, os fóruns de Economia Solidária, ou seja, a Economia Solidária enquanto movimento social (LIMA, 2015) se distingue do modelo operário sindical, que busca conquistas no Estado a partir de um projeto de classe. Por ela estar inserida em redes interorganizacionais e disputando o espaço do Estado, com militantes envolvendo-se em políticas públicas, os limites entre movimento social e Estado se tornam nebulosos. Por essa razão, o movimento acaba se parecendo mais com conselhos de participação sócio-política e conferências realizadas pelas políticas públicas, do que um espaço de articulação para luta política, embora ainda lute contra uma carência material. E talvez por isso, exista a sensação de que a participação nesse espaço, não é a participação em um movimento social, o que é decorrente da institucionalização da Economia Solidária.

Entendemos que essa névoa provém da forma com que a Economia Solidária foi e é institucionalizada no Brasil. Mesmo que isso tenha acontecido no governo federal em 2003, anteriormente já estava ocorrendo em alguns municípios e posteriormente continuou a ocorrer em estados e municípios, mas sempre de forma diversificada, sem uma direção única, que poderia ser propiciada por uma política nacional. Deste modo, tanto a sua concepção quanto objetivos podem variar de uma localidade para outra, seja nos estados, municípios ou entidades de apoio e fomento. No caso de Londrina, foi institucionalizada como Programa Municipal intersetorial, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e contando com recursos desta.

Os quadros abaixo sistematizam as respostas referentes as ações

que são desenvolvidas pelas EAF e Órgãos Governamentais junto aos empreendimentos.

Quadro 21 – Ações que as Instituições desenvolvem junto aos empreendimentos.

DESCREVA AS AÇÕES QUE A ENTIDADE DESENVOLVE JUNTO AOS EMPREENDIMENTOS.			
Segmento		Instituição	Ações
1	EAF	INSTITUTO EMATER	Assessoria, Assistência Técnica e Extensão Rural, Capacitação.
2	EAF	PROGRAMA PARANAENSE DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS	1) Assessoria técnica individual na produção orgânica; 2) Encontros da rede Ecovida: oficina de técnicas de baixo custo que consistem no manejo de resíduos, fertilização do solo, prática de plantio de mudas, proteção de fontes hídricas, e teóricas que consiste da formação e do estabelecimento de um grupo da rede Ecovida, a confecção dos documentos exigidos pela certificação participativa e reunião dos grupos e do núcleo. 3) Agendamento das reuniões de vistoria para a certificação por auditoria (TECPAR) 4) Reunião de verificação – certificação participativa (Ecovida)
3	EAF	INSTITUTO COLMEIA DE CIDADANIA	Acompanhamento e Formação
4	GP	COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA - CMTULD	Para as cooperativas de catadores contratadas para realização dos serviços de coleta seletiva, são realizados treinamento quanto ao funcionamento correto de uma cooperativa, segurança e saúde no trabalho, e quais as exigências contratuais e os procedimentos de prestação de contas, assim como a organização documental das cooperativas.
5	EAF	PROVOPAR-LD	-Acompanhamento técnico semanal (plano de negócios, ficha técnica, precificação, viabilidade econômica do produto, instrumentos de gestão) -Reuniões de organização e planejamento a fim de fomentar rede de comercialização coletiva (espaços fixos e descentralizados) -Reunião de comissão de comercialização com objetivo de discutir as dificuldades do coletivo na busca por alternativas e estratégias de ação para a superação das demandas; -Reflexões para a organização dos coletivos territoriais para fortalecer ações descentralizadas da economia solidária; -Organização de eventos e encontros de formação em Economia Solidária; -Oportunizar a troca de experiência entre EES; -Articula com as equipes dos CRAS, rede de serviços e comunidade (escolas, Unidades Básica de Saúde, igrejas, lideranças, e outros) para a divulgação, sensibilização e potencialização do acesso de famílias/pessoas a programas de geração de trabalho e renda; -Desenvolve ações conjuntas com o CRAS, visando identificar potencialidades para o trabalho coletivo. -Articula com a rede de serviços o desenvolvimento de ações integradas visando a garantia de acesso das famílias às demais políticas públicas; -Desenvolve ações voltadas ao trabalho coletivo para a geração de trabalho e renda;

			<ul style="list-style-type: none"> -Possibilita o trabalho autogestionável para a geração de renda; -Investe na potencialização de habilidades, por meio de capacitação técnica, conceitual e de gestão que promovam e fortaleçam empreendimentos econômicos solidários; -Organiza e realiza feiras para o fortalecimento da rede solidária de produção, comercialização e consumo. -Organiza ações que visam a autonomia e o protagonismo dos atores dos Empreendimentos Econômicos solidários. -Realiza oficinas de sensibilização sobre a temática da economia solidária junto à comunidade em geral, difundindo o conceito e a prática da economia solidária, formando multiplicadores e consumidores; -Organiza e desenvolve seminários, fóruns e demais ações que promovam o fortalecimento da rede solidária de produção, comercialização e consumo; -Realiza estudo sócio territorial.
--	--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para EAF e GP, 2017.

Mais uma vez, a heterogeneidade se faz presente ao observarmos algo da Economia Solidária, mas desta vez, como é possível verificarmos no quadro anterior, estamos nos referindo às ações públicas de apoio e fomento realizadas pelas EAF e GP. Das cinco instituições participantes da pesquisa, três trabalham diretamente com Economia Solidária, enquanto duas a perpassam com suas atividades. Podemos dizer que as ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária se situam em três eixos principais, que buscam realizar formações em: Economia Solidária; gestão do empreendimento; e, área técnica e/ou produtiva.

As ações voltadas para área técnica e/ou produtiva estão presentes na intervenção de todas as instituições, dependendo eminentemente da atividade econômica dos empreendimentos acompanhados. Na área rural, ações de assistência técnica e extensão são majoritárias e acabam por envolver orientações técnicas para o manejo produtivo convencional e agroecológico, com a certificação de produtos orgânicos, por exemplo. Na área urbana, elas não são esmiuçadas, sendo recorrentes as expressões de produção, comercialização e consumo, próprias da economia, mas que como já vimos, denotam uma intervenção em EES que desenvolvem suas atividades da área do artesanato, alimentação, costura e prestação de serviços.

A gestão do empreendimento aparece de diferentes formas, seja com a orientação para organização e confecção de documentos, tais como para certificação, plano de negócios, precificação, viabilidade econômica do produto,

enfim, diversos instrumentos de gestão. Esta acaba por envolver também a comercialização, com a definição de estratégias e locais de venda.

A formação em Economia Solidária está expressa nas instituições que trabalham diretamente com a temática, entretanto, na CMTU-LD a expressão utilizada é cooperativa. Como já vimos neste trabalho, ela guarda diferenças com a Economia Solidária. Isso porque a cooperativa é uma forma jurídica em que os EES podem se situar, mas sua mera organização é destituída da concepção política que a Economia Solidária carrega, com a defesa dos princípios de autogestão e solidariedade.

O acompanhamento aos EES é outra ação evidente, acontecendo de diferentes formas, agregando as ações voltadas para área técnica e/ou produtiva, de gestão e de formação em Economia Solidária. Por se tratar de empreendimentos coletivos, em que a autogestão, ao menos em tese se faz presente, existe a necessidade de articulação desses diversos conhecimentos para cada empreendimento.

Grosso modo, mais do que heterogêneas, as ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária identificadas nas instituições participantes da pesquisa são setorizadas e fragmentadas. Como apontam Behring e Boschetti (2006) às políticas sociais são respostas às expressões da questão social, mas que em geral, apresentam essas características. Até mesmo uma ação pública que pode ser considerada articulada, que é a do PROVOPAR-LD na execução do convênio com a Prefeitura de Londrina, mais precisamente com a Inclusão Produtiva da Secretaria de Assistência Social. Isso porque, mesmo possuindo um marco legal municipal, ela está toda organizada a partir da política de Assistência Social, dependendo de regulamentações das outras esferas de governo, como uma personalidade jurídica adequada ao EES, por exemplo.

No que tange a coleta seletiva, foi colocado no debate de grupo que:

[...] a coleta seletiva está locada dentro da CMTU. Então, às vezes isso atrapalha um pouco, porque como nós trabalhamos com reciclagem e a reciclagem faz parte da secretaria do... do meio ambiente, deveria estar na secretaria do meio ambiente. Então... muitas discussões que tem em torno disso, não chega muito até nós, ou nem acontece muito no município, porque está locado no lugar errado né... deveria estar na secretaria do meio ambiente e a gente estar mais próximo do CONSEMMA⁹⁶, das leis que são criadas dentro do município em relação a isso, então isso deixa, principalmente os catadores um pouquinho... menos articulados que nos

⁹⁶ Conselho Municipal de Meio Ambiente.

outros estados e ou municípios, que tem a coleta seletiva dentro da secretaria do meio ambiente. E isso nos enfraquece um pouco, porque daí a CMTU é uma empresa mista né?! Que tem mais a questão de prestar serviço e não essa visão da questão... que se estivesse na secretaria do meio ambiente, de se preocupar com a questão dos tripés, dos três, economia, social e ambiental, então... eu acho que a gente fica um pouco deslocado (DEBATE DE GRUPO A).

Deste modo, como vimos com Praxedes (2009), a Economia Solidária também exige ações transversais que articulem instrumentos de várias áreas, uma vez que ela perpassa diversas políticas e essa articulação pode se tornar propulsora dessas iniciativas. Uma ação integrada é inerente à construção de uma política pública, com intersectorialidade, articulação, participação e controle social.

Quadro 22 – Dificuldades e/ou desafios enfrentados na assessoria, assistência ou capacitação.

QUAIS AS DIFICULDADES E/OU DESAFIOS ENFRENTADOS NA ASSESSORIA, ASSISTÊNCIA OU CAPACITAÇÃO?			
Segmento		Instituição	Dificuldades/ Desafios
1	EAF	INSTITUTO EMATER	Desafios na capacitação através de módulos e formação continuada. Transparência da entidade assistida para assessoria em gestão. Sucessão de lideranças nas organizações, poucos querem ocupar papéis formais (Presidente, Vice, Conselho Fiscal). Pouca participação da mulher, jovens. Formação de REDE de organizações, confiança entre as mesmas. Capacitação dos dirigentes das organizações em aspectos associativos (Associações e Cooperativas).
2	EAF	PROGRAMA PARANAENSE DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS	1) O entendimento dos integrantes na formação da rede Ecovida; 2) A confecção, a atualização e o registro dos documentos individuais: cadastro das unidades produtivas e plano de manejo orgânico.
3	EAF	INSTITUTO COLMEIA DE CIDADANIA	A participação das pessoas e ao associativismo por se tratar de um serviço autogestionário.
4	GP	COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA - CMTULD	A maior dificuldade é atingir todos os cooperados, até o momento em apenas uma cooperativa, a melhor gerenciada conseguimos atingir 100% dos cooperados, as demais as orientações são passadas apenas para os membros da diretoria, poucas buscam nosso apoio em treinamentos, e os treinamentos que oferecemos por meio de parceiros, há desinteresse por partes das cooperativas em participar.
5	EAF	PROVOPAR-LD	As diversas situações de vulnerabilidades que as pessoas enfrentam no seu dia a dia dificultam a permanência no programa municipal de economia solidária, pois os sujeitos têm necessidades imediatas a serem supridas e muitas vezes a renda obtida com o empreendimento é insuficiente, desta forma não conseguem se manter enquanto grupo. Porém diante de um horizonte de desigualdades algumas as pessoas que se afastam do PMES retornam depois de um tempo na busca pelo trabalho coletivo e renda.

			<p>Por outro lado, o trabalho realizado pela Inclusão Produtiva na perspectiva da Economia Solidária possibilita aos usuários, para além da geração de trabalho e renda. Vislumbra uma possibilidade de transformação pessoal e profissional, pois estar dentro do movimento de Economia Solidária com princípios humanistas que estão na contramão da economia capitalista, renova a esperança de um mundo mais igualitário com relações mais horizontalizadas, trabalhar nos princípios da solidariedade, autogestão cooperação preço justo é desafiador estando inserido dentro de um mercado capitalista.</p> <p>A reflexão a leitura de mundo a formação política, o desconstruir do que está posto pela sociedade nos impulsiona no trabalho diário junto aos empreendimentos da economia solidária por acreditar que esta economia é possível.</p> <p><u>Dificuldades encontradas:</u> espaços de produção públicos adequados para produção na área de alimentos nos diversos territórios; vulnerabilidades do público atendido.</p>
--	--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para EAF e GP, 2017.

Em meio às dificuldades para realização das ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária desenvolvidas pelas instituições pesquisadas, destacamos o apontamento a participação. Seja ela para ocupar cargos dentro de empreendimentos formalizados, seja para efetivar a autogestão. Como vimos com Bottomore (2001), a autogestão em sentido estrito, refere-se à participação direta dos trabalhadores na tomada de decisão nas empresas em que os meios de produção são socializados, sendo que isso pode ocorrer por meio de delegados e conselhos de trabalhadores. Os quadros diretivos se tornam importantes para decisões imediatas do cotidiano, visto que a rotina e intensidade de trabalho não permitem a realização de assembleias permanentes em empreendimentos com muitos associados, entretanto, isso em nada impede que as decisões tomadas sejam colocadas a apreciação do coletivo de trabalhadores posteriormente. Em empreendimentos com poucos associados à tomada de decisões se torna fácil na medida em que o diálogo cotidiano no trabalho permite sanar dúvidas e realizar escolhas.

Outro ponto que merece destaque são as situações de vulnerabilidade, mas que apenas a renda foi diretamente exposta. Primeiro é preciso evidenciar que essa expressão pode deslocar nosso debate para esfera individual, quando na verdade ela se refere às expressões da questão social, isto é, o embate capital versus trabalho. Assim a ausência de trabalho e renda é algo inerente ao capitalismo, ainda mais na idade do monopólio, que como vimos com as transformações do mundo do trabalho, dispensa cada vez mais contingentes de

trabalhadores.

As dificuldades referentes aos meios de produção impactam diretamente na viabilidade econômica dos EES assessorados, uma vez que eles compõem um dos três elementos indispensáveis ao processo de trabalho. Se a força de trabalho é do trabalhador que se autoemprega, e vale lembrar que é a única coisa que ele possui, os meios e objetos de trabalho são indispensáveis para que o processo se realize. No entanto, vale lembrar que a demanda por produtos ou serviços também é indispensável para esses empreendimentos, uma vez que a renda resulta da diferença entre custos e receitas.

Quadro 23 – Conquistas que consideram ter atingido na assessoria, assistência ou capacitação.

QUAIS AS CONQUISTAS QUE CONSIDERAM TER ATINGIDO NA ASSESSORIA, ASSISTÊNCIA OU CAPACITAÇÃO?			
Segmento		Instituição	Conquistas
1	EAF	INSTITUTO EMATER	Aumento de número de participantes nas entidades. Maior número de produtos oferecidos (Itens) pela organização formal. Melhor qualidade dos produtos oferecidos. Capacitação em Boas Práticas de Fabricação. Participação de mercados. Parcerias com Universidades colaborando com o desenvolvimento de Marketing. Possibilidade de troca de experiências e informações. Parcerias com entidades privadas na capacitação de produção. Elaboração de Projetos e Planos pelas organizações formais.
2	EAF	PROGRAMA PARANAENSE DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS	1) A consolidação dos grupos e a formalização perante a rede Ecovida de um núcleo na região de Londrina.
3	EAF	INSTITUTO COLMEIA DE CIDADANIA	A ocupação de espaços para feira, a geração de renda das famílias associadas.
4	GP	COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA - CMTULD	A busca de nosso trabalho em oferecer a capacitação para melhorar a organização e gerencia interna das cooperativas, para trazer melhores condições de trabalho e renda dos catadores.
5	EAF	PROVOPAR-LD	O fortalecimento do movimento de economia solidária no município de Londrina na articulação com outros municípios.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para EAF e GP, 2017.

Entre as conquistas, a tônica é a consolidação dos empreendimentos enquanto núcleos produtivos. Mas junto desse êxito, também aparece à melhora nas condições de vida. Entendemos que essa melhora pode

ocorrer desde as orientações para o trabalho, com as devidas precauções para segurança e vai até a obtenção de renda. No entanto, esses apontamentos de conquistas não significam que a totalidade do EES experimentem essas benesses, como poderemos constatar na próxima seção.

Quadro 24 – Equipe técnica envolvida com a assessoria.

DESCREVA A EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA COM A ASSESSORIA. (QUANTIDADE E PROFISSÃO).			
Segmento		Instituição	Ações
1	EAF	INSTITUTO EMATER	ATER Região Londrina (19 Municípios de abrangência SEAB) – 09 Técnicos Agropecuários; 16 Engenheiros Agrônomos; 01 Engenheiro de Pesca; 03 Assistente Social; 03 Médicos Veterinários; 03 Zootecnistas; Possuímos apoio de outras regiões do Estado e Unidade Estadual: Contadores; Administradores de Empresas; Engenheiros de Alimentos; Sociólogos.
2	EAF	PROGRAMA PARANAENSE DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS	2 Agrônomos, 1 Médica Veterinária, 1 Estudante de Economia. Externos: 1 Agrônoma, 1 Bióloga, 1 Estudante de Agronomia e 1 Geógrafa – específicos na assessoria técnica do grupo Pininga através do projeto de sacolas camponesas.
3	EAF	INSTITUTO COLMEIA DE CIDADANIA	Estamos atuando com três Educadores Populares.
4	GP	COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA - CMTULD	Atualmente que desenvolve o trabalho de organização e capacitação das cooperativas é a equipe que atua na coordenação da coleta seletiva, mas a técnica com mais conhecimento e que oferece treinamento e assessoria é uma Analista em Gestão Ambiental, graduada em gestão Ambiental e mestre em Engenharia Urbana.
5	EAF	PROVOPAR-LD	1 coordenadora de gestão (formada em Serviço Social); 1 assistente administrativo (formada em Ciências Sociais); e, 7 coordenadores de projeto (formados em: 3 em Psicologia; 2 em Pedagogia; 1 em Ciências Sociais; 1 em Administração).

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para EAF e GP, 2017.

Pelo que é possível constatar no quadro acima, a maioria das instituições pesquisadas conta com equipes de trabalho multiprofissionais. A diversidade de profissionais se faz importante na medida em que as atividades produtivas e de gestão exigem conhecimentos técnicos, por conseguinte, orientações especializadas são de suma importância para o desenvolvimento do trabalho dos EES. Nos chama a atenção que o PROVOPAR-LD possui apenas um profissional técnico para gestão administrativa, enquanto o Instituto Colmeia de Cidadania não possui nenhum em suas equipes. Todavia, ambos realizam a

contratação esporádica de profissionais, caso necessário.

Em síntese, mesmo que a heterogeneidade seja uma marca das ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária realizadas pelas diversas instituições participantes da pesquisa, ela ainda mantém algumas características gerais. No que tange ao financiamento, as entidades de apoio e fomento possuem mantenedores, como é o caso do Instituto Colmeia de Cidadania e do PROVOPAR-LD, respectivamente. A primeira, conta com o apoio da Cáritas de Apucarana, organismo da Igreja Católica, enquanto a segunda, possui convênio com a Prefeitura e Londrina, com recursos advindos do Fundo Municipal de Assistência Social. CMTU-LD e EMATER se situam em instâncias diferentes, sendo uma vinculada ao Município de Londrina e outra ao Estado do Paraná, mas ambas contando com recursos estatais para o desenvolvimento do trabalho. O PPCPO, embora esteja ligado a UEL, se configura como um projeto de extensão, portanto, possui tempo para que seu financiamento termine, assim sendo, acaba por viver a instabilidade de conseguir acessar recursos de outros editais para manter suas atividades.

Mesmo que as ações guardem diferenças entre si, elas mantem a intervenção pautada no que denominamos três eixos de formação: Economia Solidária; gestão do empreendimento; e, área técnica e/ou produtiva. A primeira referente a formações que envolvem cooperativismo, associativismo, Economia Solidária, enfim, o trabalho associado nas suas diferentes formas de organização. A segunda, referente a gestão desses empreendimentos envolve formação e orientações para gestão administrativa e financeira pensadas a partir da atividade econômica desenvolvida pelo empreendimento. Este eixo acaba por envolver questões pertinentes à comercialização, como locais e estratégias de venda. A terceira e última envolve a área técnica, por conseguinte, depende da atividade econômica desenvolvida pelo empreendimento, seja ela na área urbana ou rural, com a agricultura, artesanato, alimentação, costura, prestação de serviços, entre outros.

Nesse contexto, o desenvolvimento dessas ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária, isto é, o Estado em ação nessa temática nos desperta a atenção para a relação entre público e privado que se estabelece. Mais precisamente, essa combinação que se faz para realizar o enfreto das expressões da questão social no capitalismo monopolista. Embora o monopólio

contraponha a lógica liberal do período anterior, ele não rompe com o *ethos* individualista, mas o recupera de modo mais adequado. O Estado burguês atravessa o ideário liberal na medida em que adota políticas sociais para intervir nas expressões da questão social, mas o recupera imputando aos indivíduos a responsabilidade pelas expressões da questão social vivenciadas.

Se assim é, o potencial legitimador da ordem monopólica contido na psicologização ultrapassa de longe a imputação ao indivíduo da responsabilidade do seu destino social; bem mais que este efeito, por si só relevante, implica um tipo novo de relacionamento 'personalizado' entre ele e instituições próprias da ordem monopólica que, se não se mostram aptas para solucionar as refrações da 'questão social' que o afetam, são suficientemente lábeis para entretecer, nos 'serviços' que oferecem e executam, desde a indução comportamental até os conteúdos econômicos-sociais mais salientes da ordem monopólica - num exercício que se constitui em verdadeira 'pedagogia' psicossocial, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas (NETTO, 2011, p.42).

Deste modo, Netto (2011, p.37) identifica esse processo como a psicologização da vida social, não ocorrendo somente quando imputa responsabilidade as pessoas pelas suas condições de vida, pelo sucesso ou pelo fracasso, mas também quando por meio de atendimento institucional “personalizado” proporciona a sensação de inserção social, que nada mais é do que ajustamento. Mesmo a criação de ações públicas para proporcionar o desenvolvimento do indivíduo, não exclui sua responsabilização. Noutras palavras, na medida em que se implementa ações públicas para enfrentar as expressões da questão social, a permanência delas é transferida para responsabilidade daqueles que as vivenciam. Nesse sentido, os espaços públicos e privados são redefinidos, observando-se a permanência do setor estatal, mas também a expansão do que é denominado “terceiro setor”.

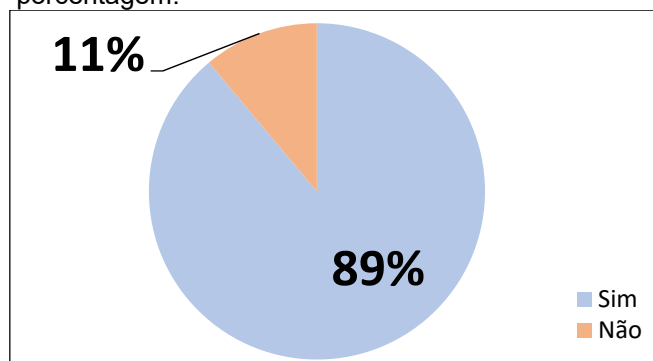
Portanto, as ações públicas se apresentam imbuídas de empreendedorismo e responsabilização do trabalhador, ou seja, ressitua o ideário liberal que coloca na vontade individual de iniciativas empreendedoras aliadas a instâncias psicológicas da vida social. Muito embora, algumas dessas iniciativas tenham surgido da capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores. No entanto, o que definitivamente nos chama a atenção é a convergência que ocorre entre as ações públicas e as reivindicações dos trabalhadores, que são refuncionalizadas na medida exata para atender os interesses da idade do

monopólio.

5.3 AS CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Neste item buscamos apresentar a pesquisa realizada junto aos empreendimentos, com o objetivo de apresentar suas características gerais. É importante colocar que contamos com a colaboração das instituições para aplicação do instrumento. Foram aplicados 18 formulários aos EES, de modo que abaixo segue os dados sistematizados. Vale frisar, que neste item trataremos todos os empreendimentos participantes da pesquisa como empreendimentos econômicos solidários (EES), mesmo que eles não se identifiquem como tal, como veremos no gráfico abaixo. Isso porque a princípio entendemos que eles possuem as características dos EES, de cooperação e solidariedade, sendo organizados como cooperativas, associações e grupos informais, além de se serem alvos da mesma ação pública.

Gráfico 1 – Empreendimentos que se identificam como praticantes da Economia Solidária em porcentagem.



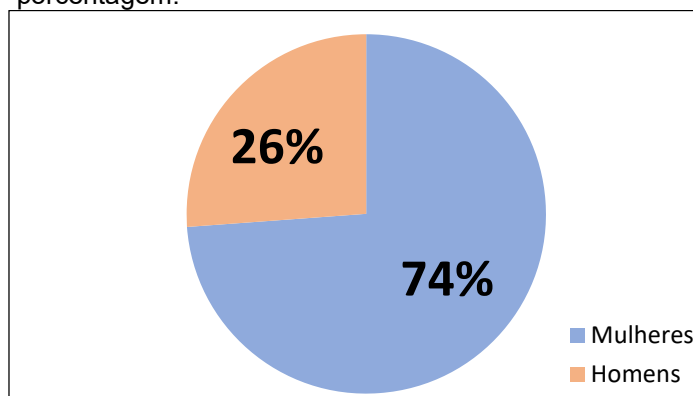
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Em meio aos empreendimentos participantes da pesquisa, houve aqueles que não se identificavam como praticantes da Economia Solidária, mesmo que suas práticas e características estivessem nessa perspectiva. Entendemos que isso pode ser explicado a partir de duas possibilidades.

O primeiro, é que entre os empreendimentos participantes da pesquisa também estavam os acompanhados por instituições que o trabalho perpassa a Economia Solidária, mas não é seu objetivo fim, por conseguinte,

poderiam não se identificar como tal. O segundo, é que se for acompanhado por uma instituição que o trabalho com a Economia Solidária é seu objetivo fim, evidencia-se um problema com a formação em Economia Solidária junto ao empreendimento. Entretanto, ambas as possibilidades estariam ligadas a formação em Economia Solidária, que contempla o cooperativismo popular e o associativismo, de modo que enquanto uma situação demonstra ausência de formação, a outra evidencia um problema nela.

Gráfico 2 – Participantes dos EES por sexo em porcentagem.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

No que se refere aos participantes dos empreendimentos, identificamos que as mulheres são a maioria, como é possível verificar no gráfico acima. Danièle Kergoat (2003) nos ensina que homens e mulheres devem ser entendidos antes de qualquer coisa, como construções sociais.

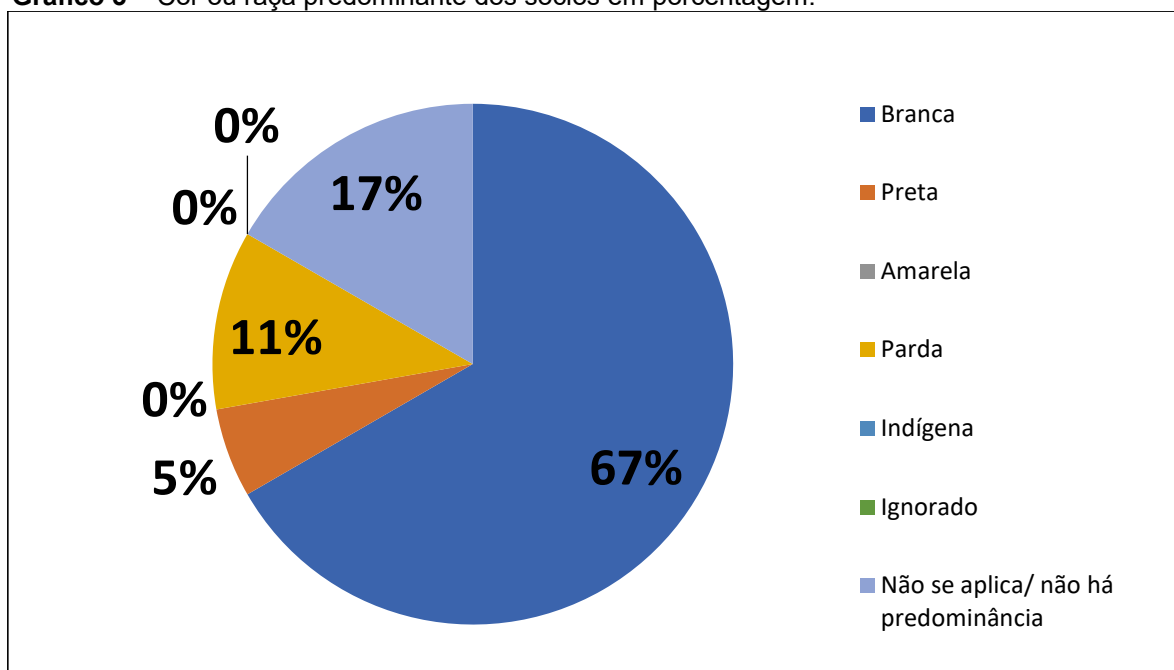
Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003, p.01).

Portanto, a divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais de sexo, adaptando-se historicamente a cada sociedade. Ela se caracteriza pelos homens ocuparem a esfera produtiva, enquanto as mulheres ocupam a reprodutiva. Essa divisão está sob a égide de dois princípios organizadores, a saber: o da separação, que coloca que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o da hierarquização, que coloca que o trabalho do homem “vale” mais que o trabalho

da mulher. Esse processo reduz o gênero ao sexo biológico e as práticas sociais a “papéis” (KERGOAT, 2003, p.01).

Essa abordagem permite tornar o social sexuado, compreendendo a tensão antagônica que se desenvolve a partir da divisão sexual do trabalho, que acaba por criar grupos sociais com interesses contraditórios. Desta forma, as formações sociais de “casal” e/ou “família” são expressões das relações sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal, consideradas espaços de interação social, que irão recriar o social no processo que o torna sexuado (KERGOAT, 2003, p.05).

Gráfico 3 – Cor ou raça predominante dos sócios em porcentagem.



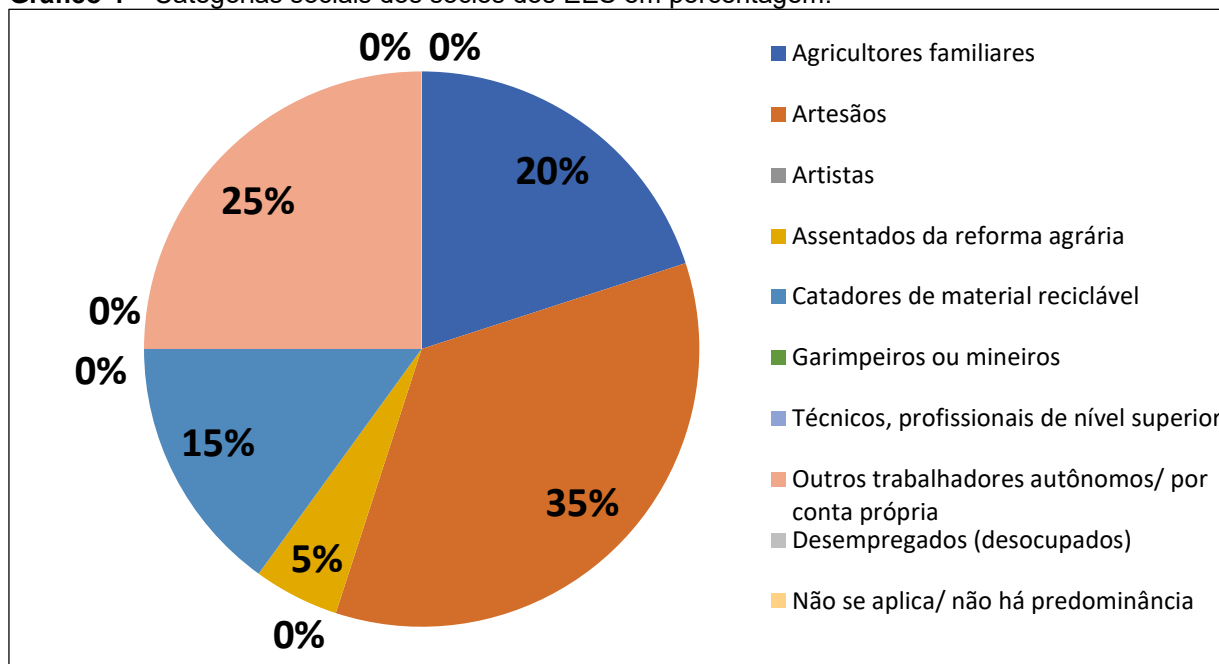
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Entre os empreendimentos pesquisados, nenhum se declarou pertencente a algum povo ou comunidade tradicional. Em sua maioria são empreendimentos formados por pessoas brancas, seguidos por empreendimentos em que não há predominância ou não se aplica. Os negros e pardos são minoria nos empreendimentos pesquisados, somando 5% e 11%, respectivamente.

No entanto, quando observamos as categorias sociais a que os sócios pertencem, verificamos que das três cooperativas de catadores de material reciclável participantes da pesquisa, uma possui predominantemente pessoas negras, outra, pessoas pardas e uma não há predominância ou não se aplica. Da agricultura, os três EES participantes da pesquisa possuem predominantemente

peças brancas, enquanto os outros 12 EES, das áreas de artesanato, alimentação, costura e prestação de serviço, apenas um possui a predominância de pessoas pardas, dois não possuem predominância ou não se aplica, sendo os demais, isto é, 9 EES formados por pessoas brancas.

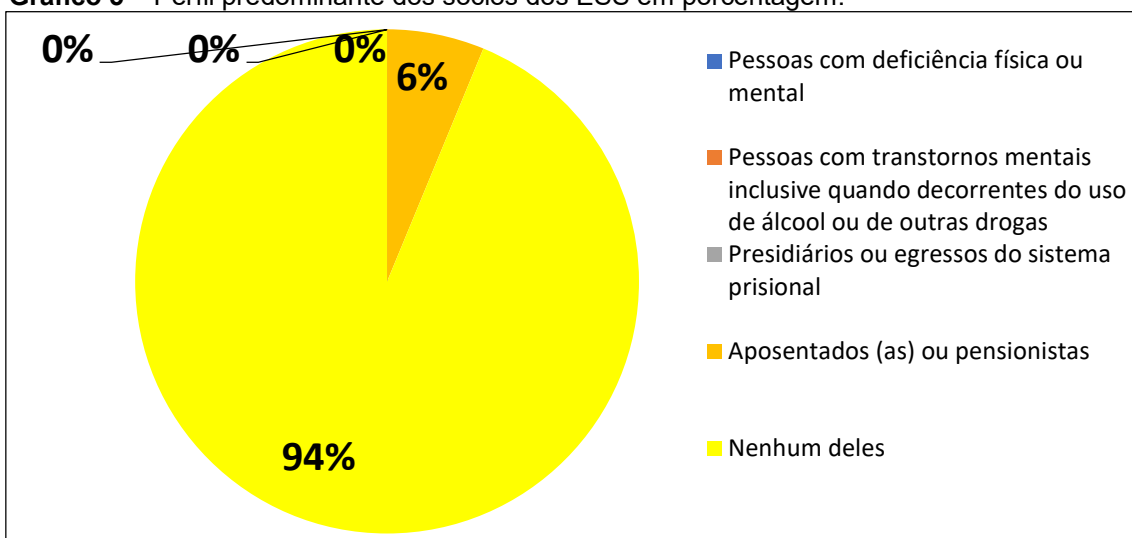
Gráfico 4 – Categorias sociais dos sócios dos EES em porcentagem.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Dentre as categorias sociais dos sócios dos empreendimentos, destacam-se os artesãos, outros trabalhadores autônomos ou por conta própria, agricultores familiares e assentados de reforma agrária, e os catadores de material reciclável. Aqui, também se destaca a divisão sexual do trabalho, uma vez que atividades referentes às áreas de alimentação, artesanato e costura, estão intimamente ligadas ao que podemos denominar de esfera doméstica. Sendo que o [...] “trabalho doméstico” é uma forma histórica particular do trabalho reprodutivo, forma inseparável da sociedade salarial (KERGOAT, 2003, p.06). E vale destacar que essas são atividades predominantes nos EES acompanhados pelo PROVOPAR-LD.

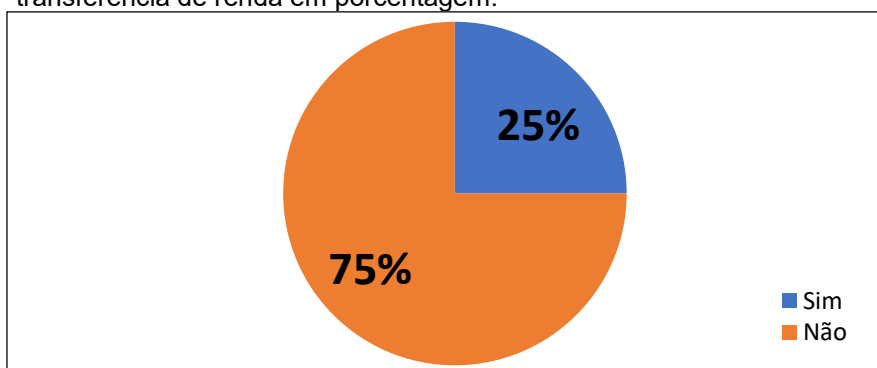
Gráfico 5 – Perfil predominante dos sócios dos ESS em porcentagem.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

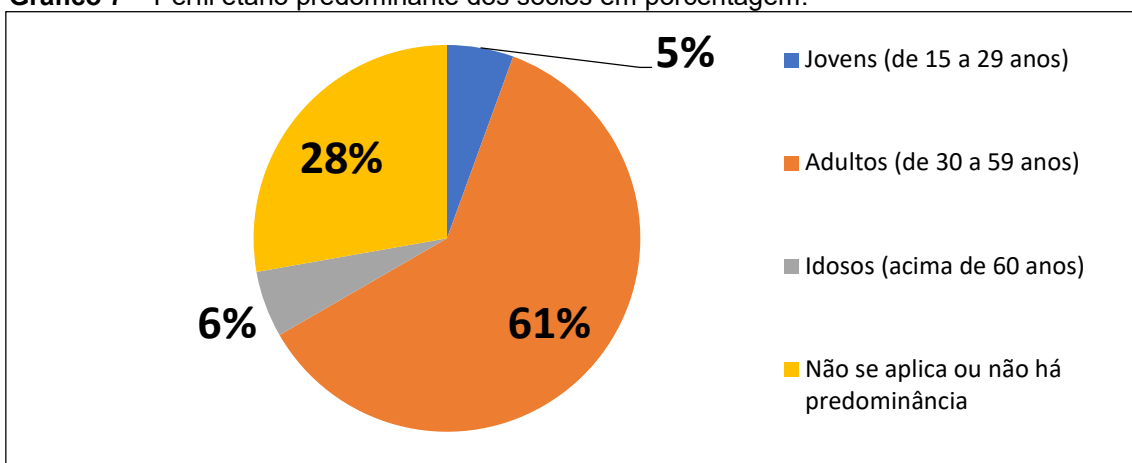
Entre os empreendimentos pesquisados, o único perfil predominante identificado foi de aposentados e pensionistas. Isso evidencia que o trabalho nos EES não é a principal fonte de renda para aposentados e pensionistas, mas sim uma complementação de renda.

Gráfico 6 – EES em que os sócios são beneficiários de programas de transferência de renda em porcentagem.



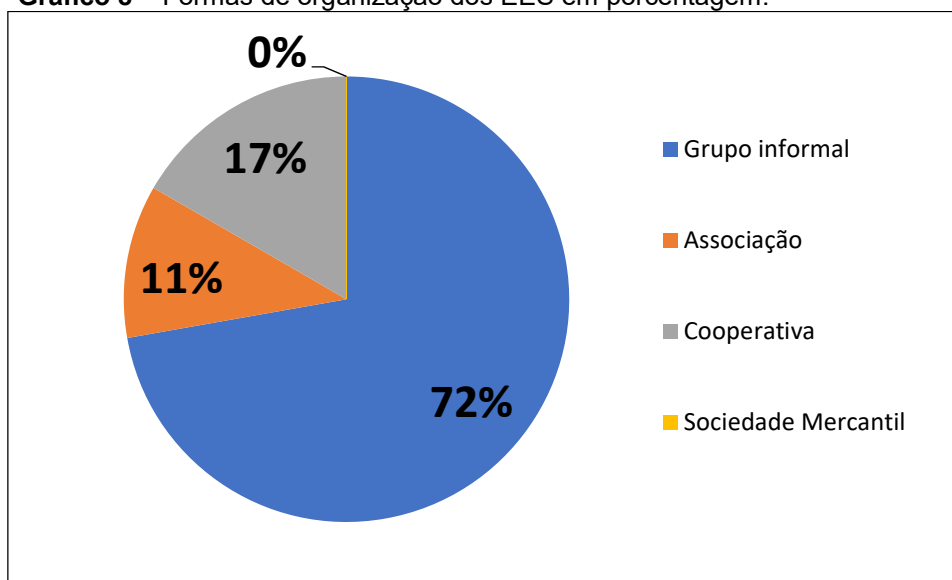
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

O que também chama nossa atenção é que 75% dos EES não possuem sócios que recebem benefícios de transferência de renda. Isso nos faz pensar a relação direta que isso pode possuir com a renda obtida no trabalho nos EES. Como veremos a seguir, embora a maioria dos trabalhadores associados a EES recebam uma remuneração ou retirada que possa ser considerada baixa, isso pode ser o suficiente para que ele e suas família não recebam este tipo e benefício, ou ainda, que rendimentos de outras fontes os deixem fora do critério.

Gráfico 7 – Perfil etário predominante dos sócios em porcentagem.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Assim, no que tange ao perfil etário, os empreendimentos são formados predominantemente por adultos, seguidos de idosos e jovens. Neste item, também se destaca a quantidade de empreendimentos em que não se aplica ou não há predominância de perfil etário. Assim, notamos que grande parte dos trabalhadores associados está entre a população economicamente ativa.

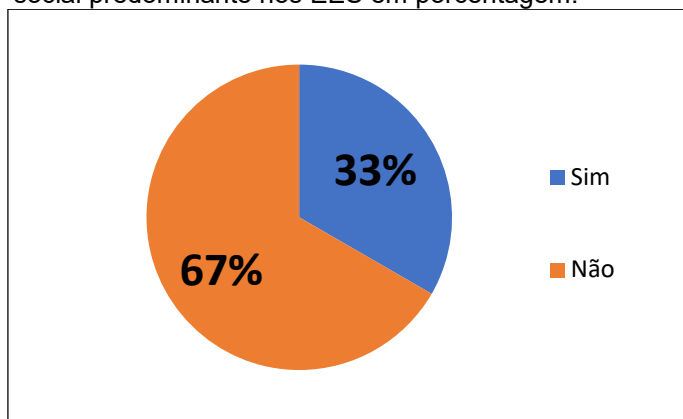
Gráfico 8 – Formas de organização dos EES em porcentagem.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

A ampla maioria dos empreendimentos pesquisados na RMLO é informal, seguidos das cooperativas e associações. Situação que nos aproxima da hipótese colocada no item anterior, de que os trabalhadores da Economia Solidária estariam no trabalho informal e sem carteira de trabalho (CTPS) assinada, isto é, com a proteção do contrato de trabalho. A proximidade dessa hipótese aumenta

ainda mais ao observar o quadro abaixo.

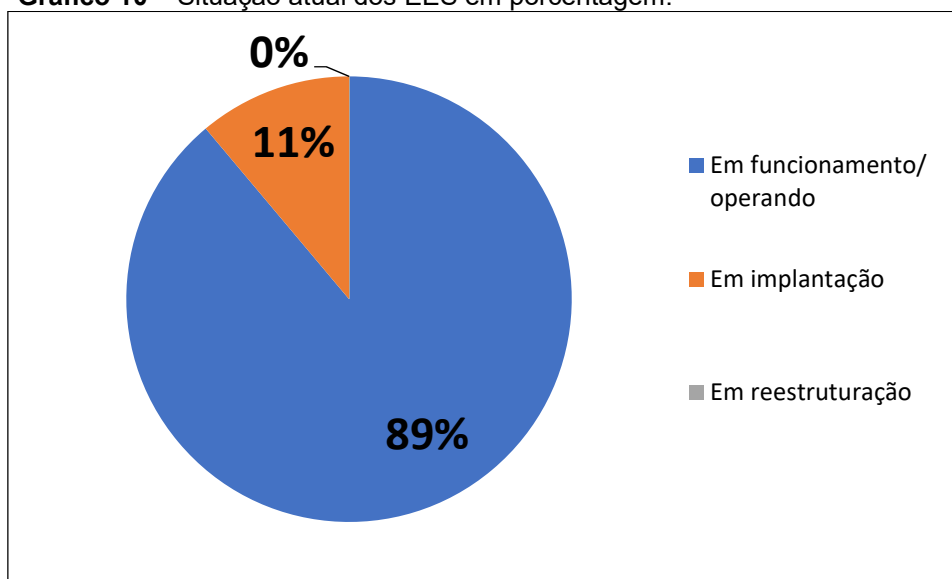
Gráfico 9 – Contribuição dos sócios com a previdência social predominante nos EES em porcentagem.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Em meio aos EES participantes da pesquisa, em apenas 33% dos empreendimentos os sócios realizam contribuição com a previdência social. Isso reflete diretamente na proteção ao trabalho, uma vez que sem contribuição não apenas a possibilidade de aposentar-se que está em jogo, mas também a proteção contra as intempéries da vida cotidiana, como a acidentes de trabalho, desemprego, maternidade, entre outros. Portanto, a desproteção no que tange ao trabalho permeia os trabalhadores associados aos EES, situação diretamente relacionada à informalidade dos EES.

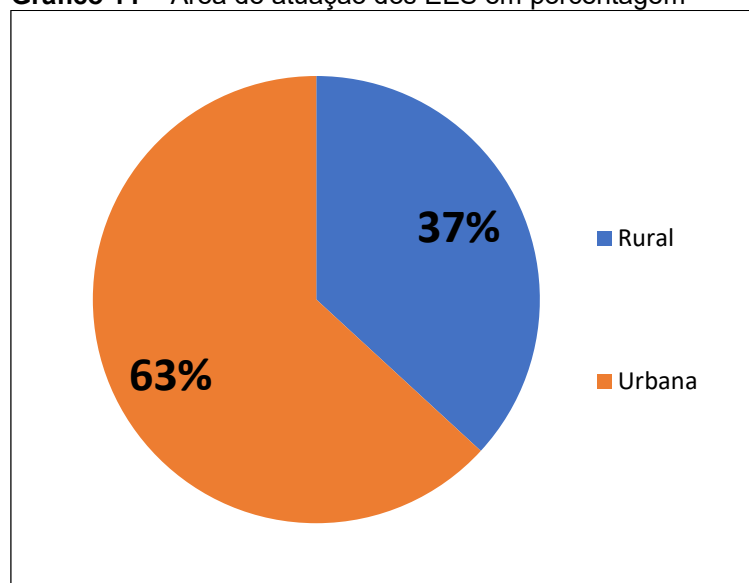
Gráfico 10 – Situação atual dos EES em porcentagem.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

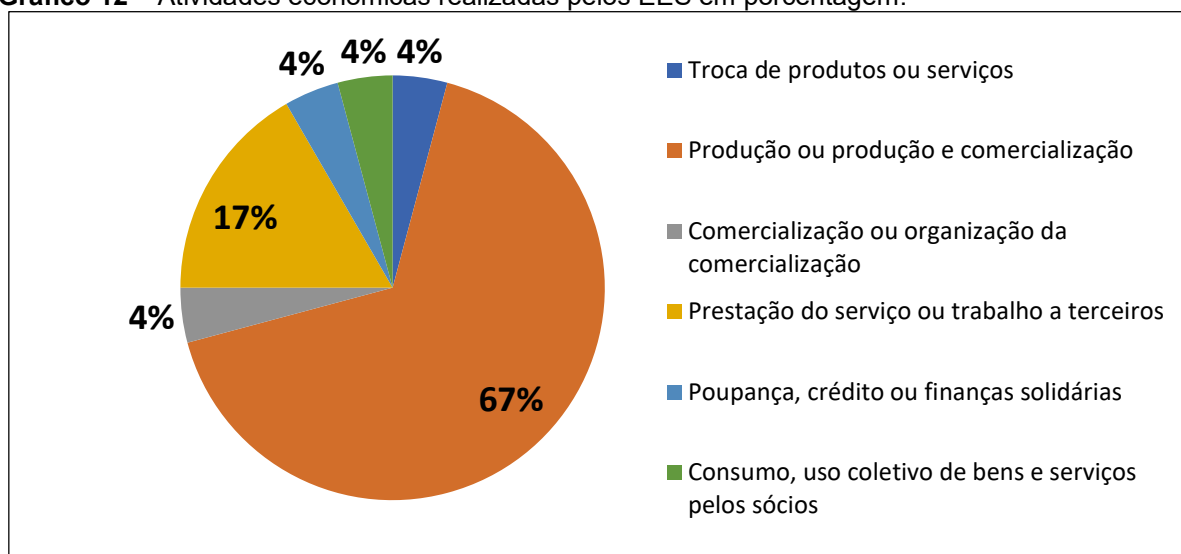
A grande maioria dos empreendimentos foi identificada como operando, isto é, em funcionamento, seguida de empreendimentos em fase de implantação. Essa implantação se refere ao processo inicial de organização dos EES, podendo ele estar passando por formações necessárias a seu funcionamento, como formação em Economia Solidária, para o processo produtivo e para gestão.

Gráfico 11 – Área de atuação dos EES em porcentagem



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Tanto o trabalho na área urbana como na rural carregam particularidades, que vão desde o processo de trabalho aos critérios para acessar as formas de proteção instituídas. Por exemplo, para aposentadoria, tanto os trabalhadores da área urbana quanto da rural devem comprovar 15 anos de contribuição, mas a idade mínima é diferente. Enquanto os trabalhadores urbanos precisam possuir 65 anos para o homem e 60 anos mulher, sendo que entre os segurados especiais (agricultor familiar, pescador artesanal, indígena) esse requisito abaixa 5 anos, portanto, 60 anos para o homem e 55 anos para mulher. E até mesmo a documentação para comprovação dos segurados especiais não se limitam a carteira de trabalho e previdência social (CTPS), visto que devem apresentar documentos que comprovem essa situação, tais como: declaração do sindicato, contratos de arrendamento, documentos da época em que conste a sua ocupação, entre outros.

Gráfico 12 – Atividades econômicas realizadas pelos EES em porcentagem.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Em meio às atividades econômicas desenvolvidas pelos EES, predominantemente está à produção ou a produção e comercialização com 67%, seguida da prestação de serviços ou trabalho a terceiros com 17%. As demais alternativas como a troca de produtos ou serviços, a comercialização ou a organização para comercialização, poupança, crédito ou finanças solidárias e consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios ficaram com 4% cada.

Nesse sentido, lembramos diretamente do momento que discutimos trabalho e capitalismo. Isso porque atividades de produção pressupõem três elementos básicos para sua realização, conforme apontado por Braz e Netto (2009): os meios de trabalho; os objetos de trabalho; e, a força de trabalho. Sabemos que nos EES o conjunto de trabalhadores se torna o próprio capitalista ou assalariado, isso acaba por depender se o trabalho resulta numa forma de valorizar o próprio trabalho ou de ampliar a exploração, por uma autoexploração.

De qualquer modo, os EES que envolvem produção ou produção e comercialização não podem fugir do fato que precisam de um investimento inicial para ser o ponto de partida de seu processo de trabalho. Em meio aos EES participantes da pesquisa, notamos que isso ocorre através de fomento, nos EES acompanhados pelo PROVOPAR-LD, e pelos contratos, com os EES envolvidos com a CMTU-LD, que são o ponto de partida, o dinheiro (D).

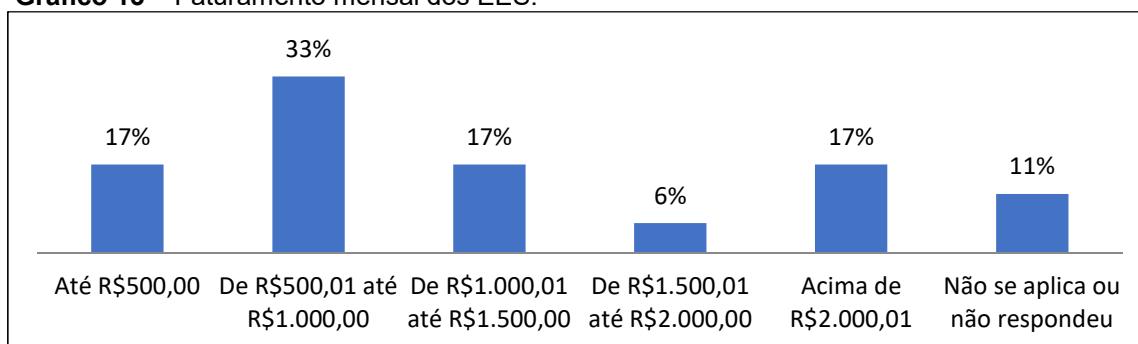
Depois da realização de um planejamento com o EES, o PROVOPAR-LD repassa os materiais necessários à produção, que são nada menos

que mercadorias (M), podendo em alguns casos realizar empréstimos dos meios de produção (Mp), como maquinários, mas nas demais situações, cabe ao EES prover os instrumentos de trabalho. Assim, o processo de produção (P) constitui-se pela força de trabalho (F), que no caso é o trabalhador associado ao EES, valendo-se das máquinas e dos instrumentos de trabalho para transformar mercadorias (matérias primas e brutas) em novas mercadorias (M'). Estas são vendidas por uma soma de dinheiro superior a que foi inicialmente investida (D'), voltando à circulação. Esse processo possui como objetivo fazer retornar mais dinheiro, o capital acrescido de mais-valia que é a diferença ente D e D', mas que os EES denominam de sobra, uma vez que a diferença de dinheiro ampliada retorna como renda para o EES e o valor inicial do dinheiro retorna para reiniciar o processo de produção.

Nas cooperativas de catadores de material reciclável o processo de trabalho inicia-se com a prestação de serviços, isto é, depois que as pessoas geram resíduos (rejeito, orgânico ou reciclável) em seus domicílios, a cooperativa com a equipe de transbordo realiza a coleta porta a porta, conduzindo todo material coletado para os entrepostos. Nestes espaços o material coletado é triado, pesado e encaminhado para venda. As cooperativas operam realizando retiradas mensais aos trabalhadores associados, que no final de cada ano decidem o que fazer com as sobras.

Assim, no processo de trabalho dos EES, entendemos que o trabalho pode se tornar bem mais intenso, uma vez que toda responsabilidade do processo produtivo é dos trabalhadores associados. Desta forma, como aponta Dal Rosso (2008), pode ocorrer um maior desgaste físico, intelectual e psíquico, sem que isso corresponda a melhores ganhos, visto existe a tendência de se trabalhar mais quando o rendimento é menor.

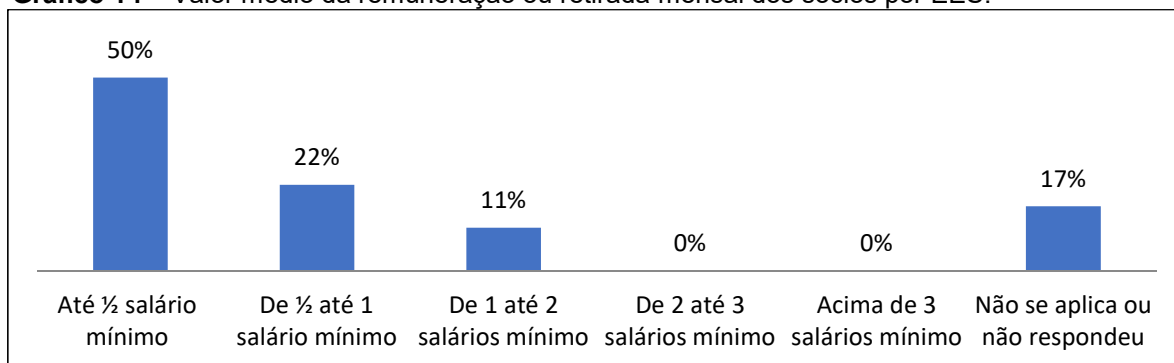
Gráfico 13 – Faturamento mensal dos EES.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Tanto os rendimentos obtidos pelos EES quanto as retiradas feitas pelos sócios nos chamam a atenção, visto que estão entrelaçados. De acordo com Gonçalves (2018), atualmente o Brasil conta com cerca de 20 mil EES, que reúnem cerca de 14 milhões de pessoas e movimentam aproximadamente 3% do PIB, ou o equivalente a quase R\$ 200 bilhões, se considerarmos o PIB de 2016 (R\$ 6,266 trilhões). Contudo, os EES da RMLO possuem rendimentos que podemos considerar baixos, uma vez que, conforme o gráfico acima nos aponta, 50% dos EES possuem rendimentos até R\$ 1.000,00. Isso implica diretamente na sua sustentabilidade, uma vez que precisa oportunizar as retiradas aos sócios, para que esses satisfaçam suas condições imediatas de vida, e ao mesmo tempo, oferecer condições do empreendimento continuar operando.

Gráfico 14 – Valor médio da remuneração ou retirada mensal dos sócios por EES.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Seguindo a observação anterior, ao verificarmos a remuneração ou retirada mensal dos trabalhadores associados aos EES o panorama fica mais elucidativo. Em 50% dos EES a retirada dos sócios é de até meio salário mínimo, enquanto para 22% é de meio até um salário mínimo, e para 11% é de um até dois salários mínimos. No debate de grupo com EES acompanhados pelo PROVOPAR-LD, foram expressas as seguintes opiniões sobre a renda.

[...] Pra mim está bom.

[...] É uma renda que complementa. Assim, para mim, claro que eu não posso falar da minha renda, do meu produto [que] eu pago todas as minhas contas, mas ela me ajuda muito. Ela complementa o que eu preciso ali, ela tá ali para me ajudar. É boa sim.

[...] A minha renda, ela não está à altura com o meu gasto. Eu tô mantendo. O que eu falei, Faz quatro meses que eu estou. Se eu estivesse um ano eu acho que as minhas mercadorias estariam muito mais conhecida do que antes [...].

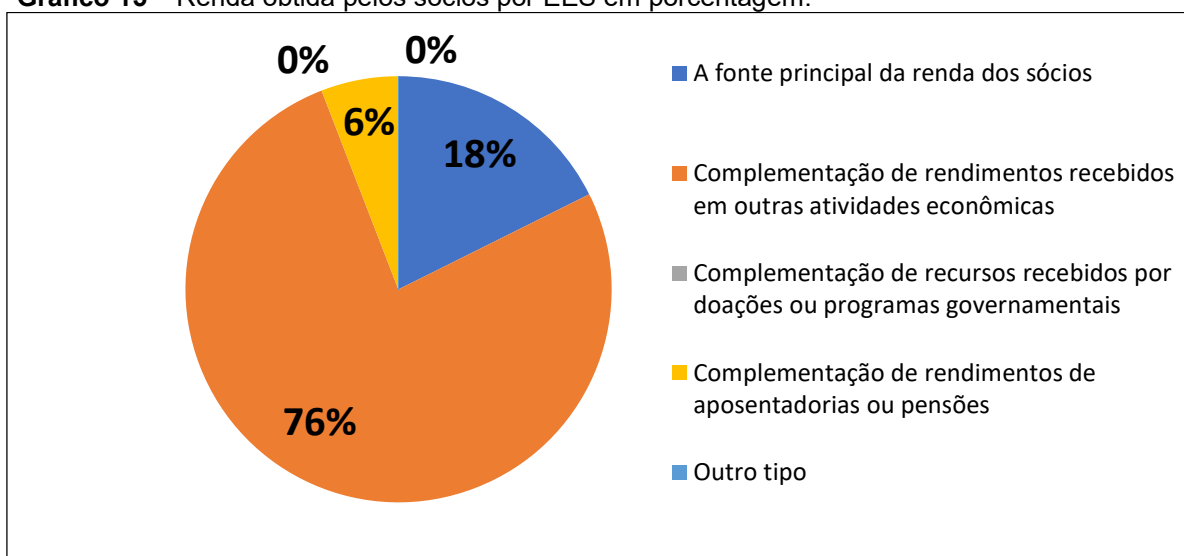
[...] A minha me sustenta. [...] Porque, se eu tenho que comer hoje, é sinal que eu estou vendendo e que eu estou produzindo, se não, eu estaria passando fome.

[...] Então, o nosso grupo, por ser grande a gente não tem assim um material pra trabalhar. Eu comprei algumas coisas, a gente está pagando. Mas não tem lucro não. Não está dando para dividir. Até hoje eu nunca vi um real (DEBATE DE GRUPO B).

Deste modo, a satisfação pelos rendimentos é expressa a partir da ideia de complementação de renda, ou até mesmo da sobrevivência proporcionada pelo trabalho. Entretanto, o descontentamento também aparece, na medida em que o trabalho ainda não proporcionou qualquer renda. Ao observamos a retirada mensal dos sócios por EES, verificamos que das 3 cooperativas de catadores de material reciclável participantes da pesquisa, em 2 as retiradas estão entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto em 1, fica entre meio e um salário mínimo. Enquanto dos 12 EES acompanhados pelo PROVOPAR-LD, 9 possuem retirada mensal inferior a meio salário mínimo.

O que contrapõe o intuito primordial em ações públicas voltadas para esses empreendimentos, ou seja, gerar trabalho e renda. De um lado cria-se trabalho, mas de outro, não a renda suficiente para prover as condições imediatas de vida. O tacaño rendimento auferido pelos EES complementa a renda de famílias, mas na maioria dos casos não é capaz de se tornar a principal fonte de renda familiar. Assim, o apoio das ações públicas as experiências de Economia Solidária se distanciam de associar-se a ideia de proteção, acabando por atribuir aos trabalhadores os custos pela reprodução social, mas sobretudo, pelo êxito ou fracasso nessas iniciativas.

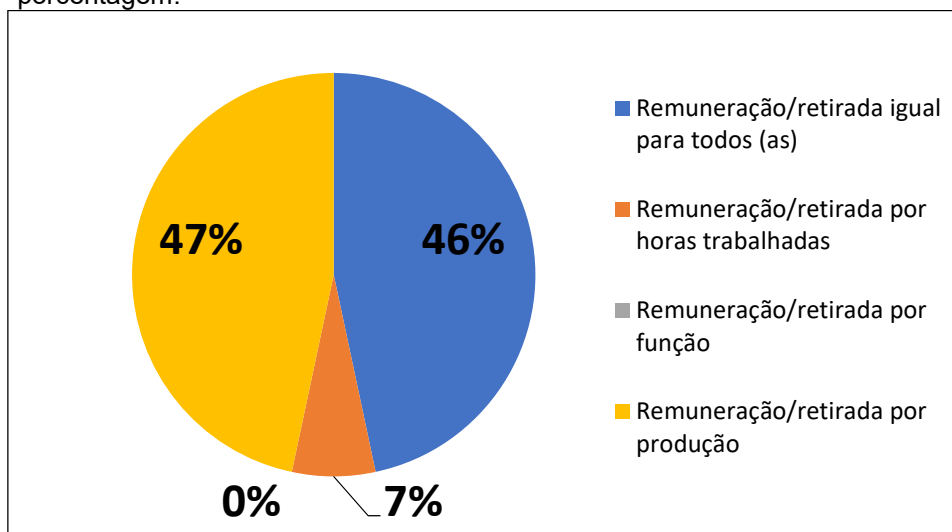
Gráfico 15 – Renda obtida pelos sócios por EES em porcentagem.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Assim sendo, observamos que o gráfico acima corrobora a ideia de complementação da renda, visto que em 76% dos EES os sócios entendem a renda como complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas. Em 18% dos EES, a renda obtida é a principal para os sócios, enquanto para sócios de 6% dos EES, ela é complementação de rendimentos de aposentadorias e pensões. Portanto, em 82% dos EES a renda é complementar a outras fontes de renda dos sócios.

Gráfico 16 – Forma de remuneração ou retirada dos sócios por EES em porcentagem.

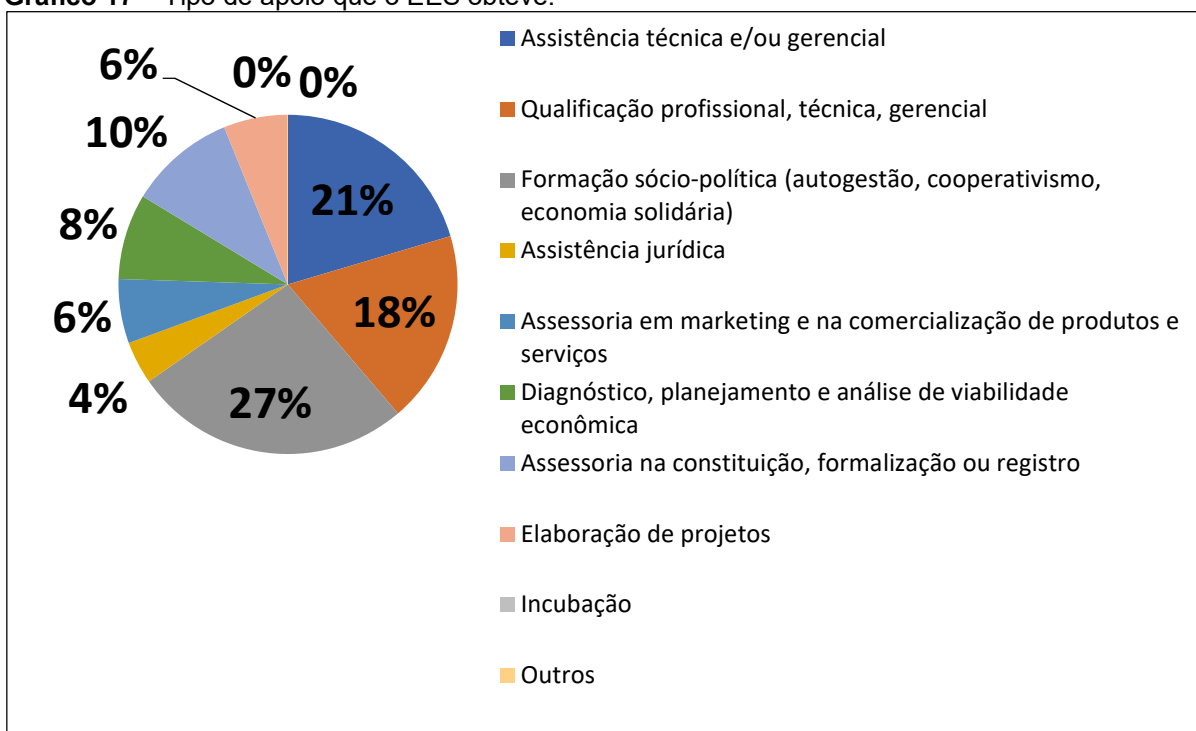


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Esse é outro quesito importante de ser considerado, pois define a forma de remuneração. Em 46% dos EES a retirada é igual para todos os associados, enquanto para 47% a retirada é por produção, e em apenas 7% dos EES a retirada é realizada por horas trabalhadas. Nos EES o trabalho é remunerado pela atividade produtiva e comercial que o trabalhador participa, podendo em alguns casos a remuneração ser atribuída ao posto de trabalho, que necessita de uma habilidade específica.

Em meio aos EES participantes da pesquisa, todos eles tiveram acesso à assessoria, assistência ou capacitação, o que era esperado, visto que nossos procedimentos metodológicos pressupunham aplicar os questionários da pesquisa a EES acompanhados por instituições participantes. No que se refere a que tipo de apoio, a situação é a seguinte:

Gráfico 17 – Tipo de apoio que o EES obteve.



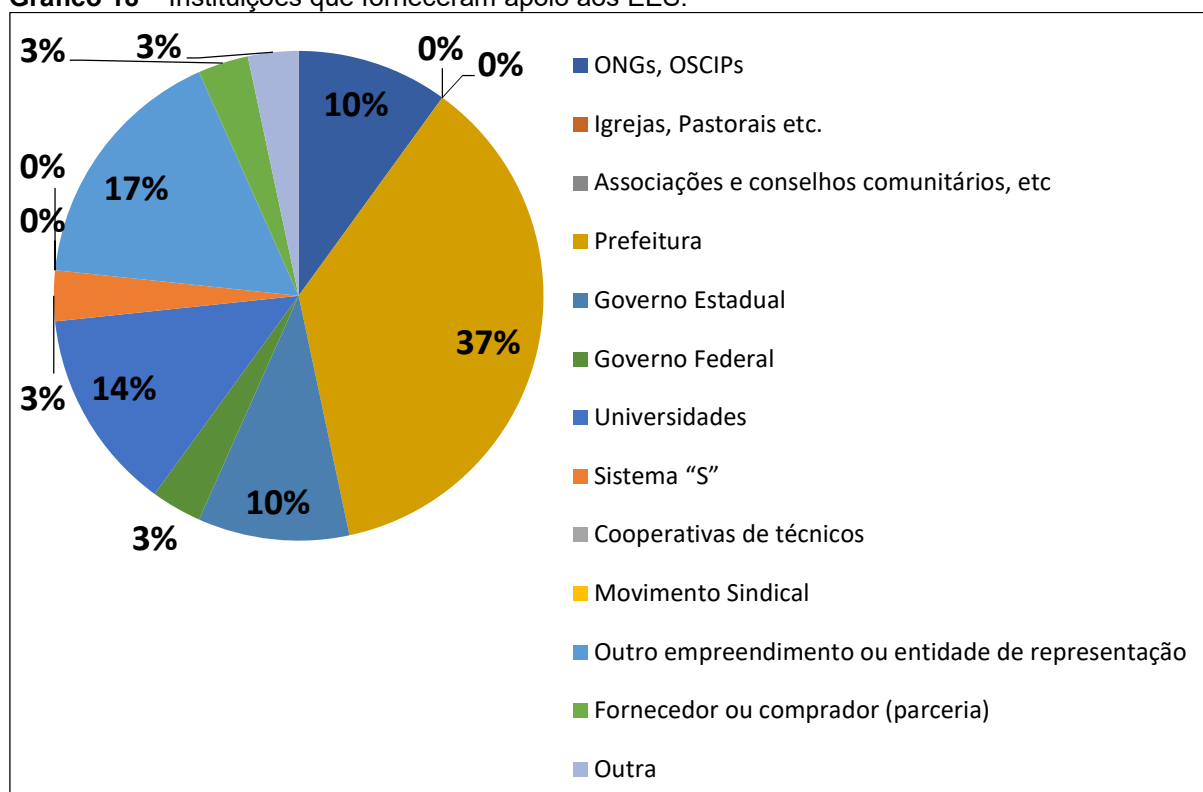
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

É possível relacionar as informações do gráfico acima com as ações públicas realizadas pelas instituições participantes da pesquisa, uma vez que identificamos três eixos principais nessas ações, que são formações em: Economia Solidária; gestão do empreendimento; e, área técnica e/ou produtiva. Isso devido aos três pontos de destaque no gráfico acima, que são: a formação sócio-política com 27%; a assistência técnica e/ou gerencial com 21%; e, a qualificação profissional, técnica e gerencial.

No entanto, aqui a assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços parece ficar num segundo plano, como se fosse um passo a frente desses três eixos principais de formação. O que a nosso ver é problemático, visto que a atividade comercial é essencial para circulação de mercadorias, por conseguinte, para tornar sustentável o EES. Isso implica em mais do que oferecer espaços de comercialização, refere-se a estudos de mercado que sejam capazes de oferecer indícios de que produtos e em que quantidade é capaz de oferecer sustentabilidade ao EES. No entanto, o que vimos é uma aventura dos trabalhadores associados e seus EES no mercado, sendo necessário lembrar que estamos na idade do monopólio. Ou seja, a capacidade de concorrência desses EES é pequena frente as grandes empresas, o que faz inclusive que esses EES

concorram entre si, dependendo da atividade produtiva.

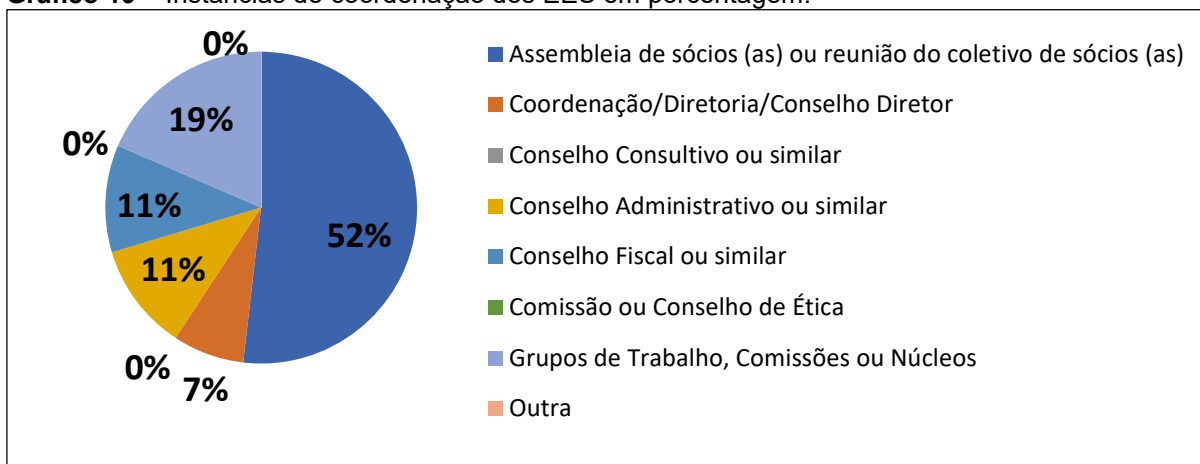
Gráfico 18 – Instituições que forneceram apoio aos EES.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

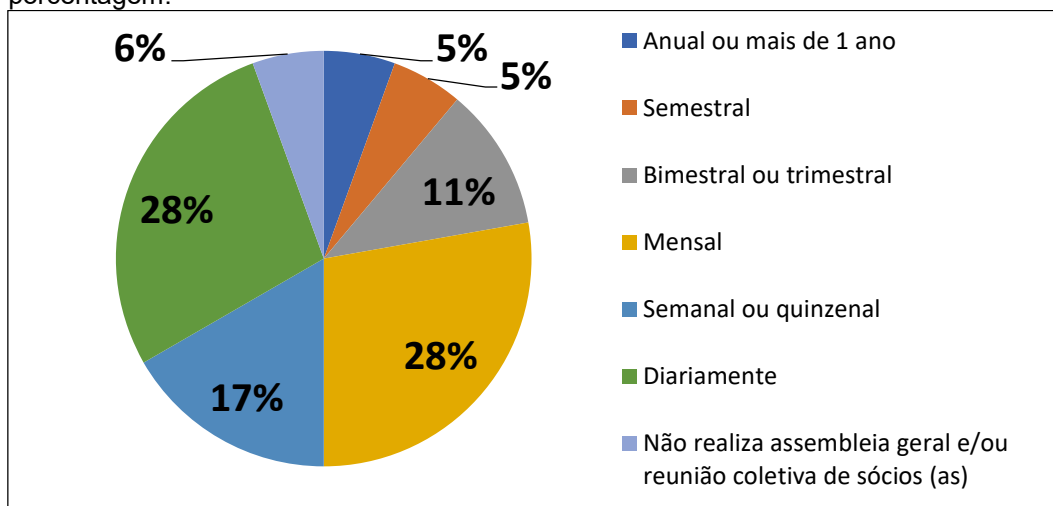
Entre as instituições que forneceram apoio aos EES, destacam-se as prefeituras (37%), outros empreendimentos ou entidades de representação (17%), Universidades (14%), ONG's e OSCIPs (10%) e Governo Estadual (10%). Com 3% aparecem o Governo Federal, o Sistema "S", fornecedor ou comprador (parceria) e outros. Não foram mencionadas as Igrejas e Pastorais, as associações e Conselhos Comunitários, Cooperativas de técnicos e Movimento Sindical. Assim sendo, em meio aos EES participantes da pesquisa também é notória a diversidade de apoiadores, que em algum momento apoiaram essas experiências.

Isso também nos leva a pensar a diversidade de ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina que já estiveram em execução, mas não permaneceram em atividade.

Gráfico 19 – Instâncias de coordenação dos EES em percentagem.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

No que tange a organização dos EES, 52% declarou possuir assembleia ou reunião dos sócios, 19% grupos de trabalho, comissões ou núcleos, 11% conselho fiscal ou similar, 11% conselho administrativo ou similar, 7% coordenação ou diretoria. Entre os que não foram citados então o conselho consultivo ou similar, comissão ou conselho de ética e outros. Mesmo com as diferenças entre os EES, todos eles possuem alguma instância decisória, o que é de suma importância para sua gestão coletiva.

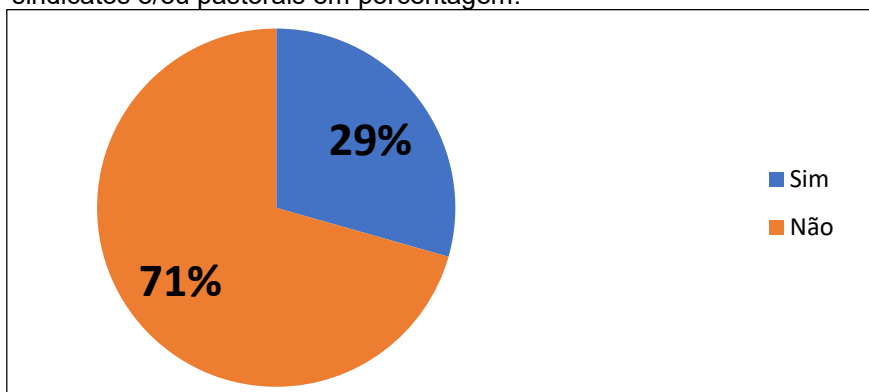
Gráfico 20 – Periodicidade de assembleia geral ou reunião coletiva dos sócios em percentagem.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Quanto a periodicidade de assembleia geral ou reunião coletiva dos sócios do EES, ou seja, referente a tomada de decisões, 28% declararam realiza-las diariamente, outros 28% a realizam mensalmente, 17% a faz semanal ou

quinzenalmente, 11% bimestral ou trimestral, 5% as realizam semestralmente e outros 5% a fazem por ano ou mais tempo. O que nos chama a atenção é que 6% declararam não realiza-las.

Gráfico 21 – Relação dos EES na participação em movimentos sociais, sindicatos e/ou pastorais em percentagem.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

Da mesma forma que ocorreu com as instituições, identificamos um problema quanto à participação dos EES em movimentos sociais, sindicatos e/ ou pastorais. Em meio aos EES participantes da pesquisa, 29% declararam participar de movimentos sociais, sindicatos e/ ou pastorais, enquanto 71% não.

Gráfico 22 – Principais conquistas obtidas pelos EES em percentagem.

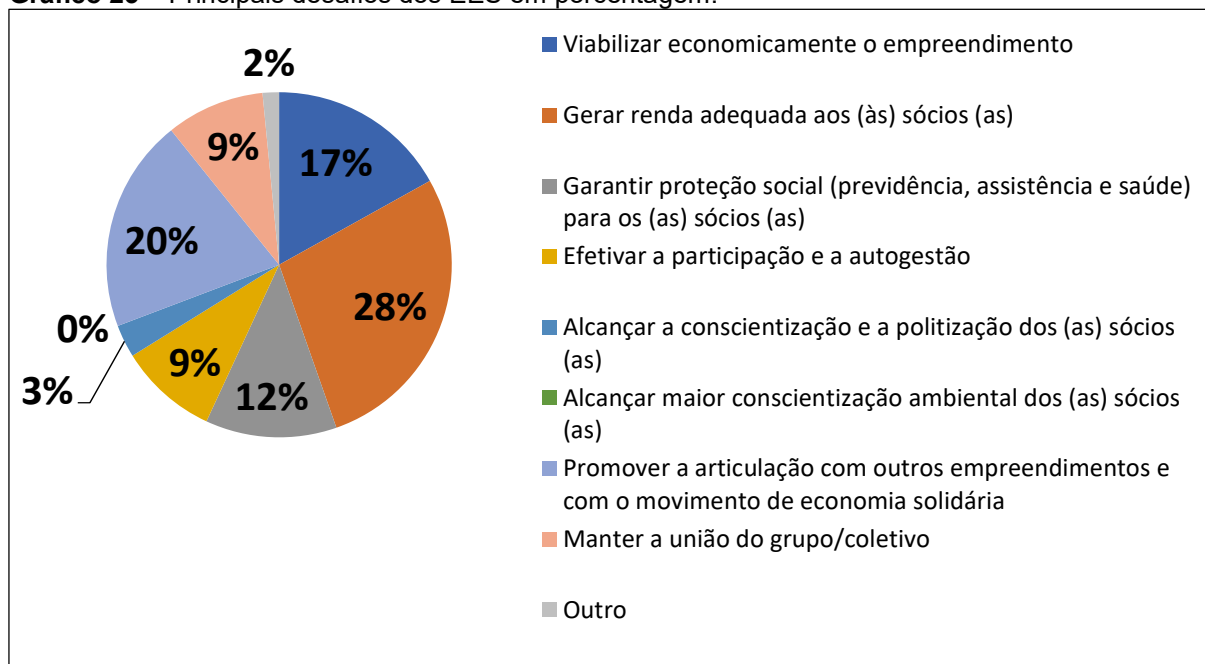


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

No que se refere às principais conquistas, destacam-se a geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios com 26%, a autogestão e

exercício da democracia também aparece com 26% e a integração do grupo/coletivo com 25%. Enquanto o comprometimento social dos sócios e a conscientização e compromisso político aparecem com 9% cada, seguidos por outros com 3% e conquistas para comunidade local com 2%.

Gráfico 23 – Principais desafios dos EES em porcentagem.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Formulário para EES, 2017.

No contraponto as conquistas aparecem entre os desafios apontados, gerar renda adequada aos sócios com 28%, seguidos de promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária com 20%, viabilizar economicamente o empreendimento com 17%, garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os sócios com 12%, efetivar a participação para autogestão com 9%, manter a união do grupo coletivo também com 9%, alcançar a conscientização e politização dos sócios com 3% e outros com 2%. Não foi mencionado alcançar maior conscientização ambiental dos sócios.

Neste item buscamos apresentar as características gerais dos EES participantes da pesquisa. Dentro desses aspectos gerais, foi possível identificar que eles são majoritariamente formados por mulheres, sendo os EES da agricultura, artesanato, alimentação, costura e prestação de serviços formados predominantemente por pessoas brancas. Em contrapartida, os EES vinculados a coleta seletiva são formados por pessoas negras e pardas, e são os que possuem os melhores rendimentos. Das 3 cooperativas de catadores de material reciclável

participantes da pesquisa, em 2 as retiradas estão entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto em 1, fica entre meio e um salário mínimo, enquanto dos 12 EES acompanhados pelo PROVOPAR-LD, 9 possuem retirada mensal inferior a meio salário mínimo. Os rendimentos proporcionados pelos EES complementam a renda de famílias, mas na maioria dos casos não é capaz de se tornar a principal fonte de renda familiar.

5.3 AS CONCEPÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como foi possível verificar no capítulo anterior, a expressão Economia Solidária não é um termo unívoco, ou seja, diferentes concepções são atribuídas a ela. Neste item iremos tratar das concepções de Economia Solidária vinculadas às ações dos órgãos públicos e das entidades de apoio e fomento, bem como também abordaremos às concepções dos trabalhadores, identificadas por meio dos debates de grupo. Isso porque entendemos que as concepções de Economia Solidária que permeiam os órgãos públicos e as entidades de apoio são norteadoras para sua intervenção, por conseguinte, para as ações públicas que desempenham.

O quadro abaixo apresenta a concepção de Economia Solidária presentes nas ações realizadas pelas entidades de apoio e fomento, bem como pelos órgãos públicos junto às iniciativas de Economia Solidária.

Quadro 25 – Ações que a entidade desenvolve e relação com a Economia Solidária.

AS AÇÕES QUE A ENTIDADE DESENVOLVE SÃO REALIZADAS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA? COMENTE.			
Segmento		Instituição	Ações
1	EAF	INSTITUTO EMATER	São com maior foco em Desenvolvimento Rural, visão de negócios, RENDA RURAL, havendo uma grande diversificação de clientes atendidos, há grupos de agricultura convencional e orgânica, comércio justo, entre outros.
2	EAF	PROGRAMA PARANAENSE DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS	As ações dos grupos e do núcleo da rede Ecovida são coletivas, de certa maneira nota-se nos integrantes, uma autonomia no pensar, trocas de experiências produtivas e comerciais, autogestão e comércio solidário (confecção de cestas e comercialização em um espaço único – feira) mas não é discutido ou tratado especificamente estes e outros conceitos de economia solidária.

3	EAF	INSTITUTO COLMEIA DE CIDADANIA	Sim. Atuamos com o direcionamento da ECOSOL, pois acreditamos que para além do empoderamento financeiro, a ECOSOL possibilita nova visão de humanidade, criando relações fraternas, capazes de modificar o ambiente onde as pessoas vivem.
4	GP	COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA – CMTU-LD	Um dos principais enfoques no trabalho desenvolvido na coleta seletiva é a geração de trabalho e renda, dentro da perspectiva da Economia Solidária, por meio de cooperativas de trabalho de catadores.
5	EAF	PROVOPAR-LD	Não respondeu.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Questionário para EAF e GP, 2017.

Diante do quadro, assim como já vimos, podemos constatar que o Instituto EMATER e o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos não possuem o objetivo direto de trabalhar com iniciativas de Economia Solidária. Muito embora, o trabalho realizado por essas instituições perpassa por empreendimentos que possuem essas características, valendo-se inclusive de conceitos e expressões usualmente utilizados pelos envolvidos na Economia Solidária. Do mesmo modo, sabemos que a CMTU-LD, o Instituto Colmeia de Cidadania e o PROVOPAR-LD realizam atividades voltadas para perspectiva da Economia Solidária.

Embora muitos princípios sejam evocados nesse momento, os trabalhadores trouxeram problematizações nos debates de grupo que nos fazem pensar essa relação. Isso tanto no debate de grupo com trabalhadores da cooperativa de coleta de materiais recicláveis (DEBATE DE GRUPO A), como com os dos diversos EES acompanhados pelo PROVOPAR-LD (DEBATE DE GRUPO B).

[...] o conceito da economia solidária, é uma volta à raiz, porque é como se viviam os colonos antigamente. Quem teve o prazer de conhecer o avô sabe que as colônias eram assim. Pessoal se uniam no trabalho, trocavam comidas, trocavam serviço. Então tinha uma união maior. Não era aquela coisa de um visar mal o outro como é o comércio normal. É uma união que o pessoal só quer crescer e crescer junto. Não é aquela coisa que cada um por si (DEBATE DE GRUPO B).

Vemos a Economia Solidária ser entendida como outra forma de viver, no entanto, assemelhando-se a uma colônia, com a troca de serviços e a ajuda mútua prevalecendo em detrimento de relações monetárias.

Para mim, [...] [a Economia Solidária] é humano e ao mesmo tempo é contraditório. Porque é uma das perguntas que eu fiz pro próprio professor Paul Singer na UEL, num debate⁹⁷ que teve. Como ser empreendimento de Economia Solidária, prestando serviço pro poder público, que tem as regras todas voltadas para o capitalismo, né?! E você conseguir, é... trabalhar os princípios da Economia Solidária, quando você presta um serviço com regras, com horários, com cobranças. Porque a Economia Solidária, ela não prega isso, né?! Ela não prega que tem que ter um que manda, né?! Ela não prega que você tem que estabelecer horário... tem um grupo e cada um dedica pro grupo aquele momento que ele pode e não o que é estabelecido, né?! Mais ou menos assim, né?! Então é um desafio, né?! A gente, né... tem vivenciado todo dia isso dentro da nossa cooperativa, né?! Então, o cooperativismo... a Economia Solidária do lado do capitalismo. É impossível existir um só [...] impossível porque se nós deixarmos a autonomia que se prega dentro da Economia Solidária, nós não vamos conseguir cumprir um contrato que o capitalismo nos impõem (DEBATE DE GRUPO A).

Aqui se evidencia um equívoco com a concepção de trabalho, visto que mesmo o trabalho na Economia Solidária não significa ausência de organização e planejamento, que são inerentes ao processo de trabalho. Assim, como vimos anteriormente com Braverman (1987), o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, que altera a natureza, compreendendo tanto ela como o homem como um processo em constante transformação. O trabalho na Economia Solidária, inserido na dinâmica capitalista, indubitavelmente impõe dilemas aos trabalhadores, no entanto, esses também devem ser discutidos e decididos com o coletivo de trabalhadores para busca de soluções, como pressupõe a autogestão, princípio defendido pela Economia Solidária.

Assim sendo, um dilema para o cooperativismo dos trabalhadores que foi posto por Rosa Luxemburgo (2005) perdura até os dias de hoje. Entendemos que esse dilema é presente nas iniciativas de Economia Solidária, pois na economia capitalista é a troca que domina a produção, sendo à existência de qualquer empresa determinada pela sua capacidade de concorrência. Deste modo, acontece uma inexorável exploração da força de trabalho, visto que são os interesses capitalistas que dominam o processo de produção. Ou seja, para s EES significa praticar os mesmos métodos das empresas capitalistas, uma vez que precisam concorrer no mercado com outras empresas. Essa situação conduz o EES extinguir-se ou tornar-se capitalista, pois dessa contradição o EES sucumbe pelos interesses dos trabalhadores serem mais importantes, ou ele torna-se uma empresa capitalista.

⁹⁷ Refere-se ao VII Seminário de Economia Solidária da INTES/UEL, VI Seminário do Programa Municipal de Economia Solidária, I Seminário de Economia Solidária da Cáritas Arquidiocesana de Londrina e o I Fórum Regional de Economia Solidária, realizados em conjunto nos dias 22 e 23 de setembro de 2011 na Universidade Estadual de Londrina.

Ou seja, ele deixa de possuir aquele caráter híbrido, que se refere a sua organização interna, para tornar-se uma empresa tipicamente capitalista.

No entanto, o que também nos chama a atenção é a ausência de problematizações para o enfrentamento desse dilema, problematizações que envolvam decisões coletivas. A força do contrato impele uma decisão que vem de cima para baixo, ou seja, a necessidade da execução da prestação de serviços de coleta do material reciclável. Situação que nos faz pensar diretamente no processo de constituição das cooperativas de catadores de material reciclável, que como vimos, contou com a intervenção da Prefeitura de Londrina para sua formação, desde o Projeto 1000 ONG's.

Porque a cooperativa é regida através do estatuto e do regimento interno, e no regimento interno está as normas que a cooperativa tem que aplicar, mas as normas, algumas delas, tem que ser bem exigente. Porque se você for deixar aqui à vontade... se não deixar assim... com a característica de privado não vai... você vai deixar ela rolar e o que que vai acontecer? Não é patrão, mas tem que agir como se fosse patrão... não naquela característica assim, eu mando, é meu, eu posso, não, não é dessa forma, mas nos vem acompanhando quase no mesmo estilo. Tem que achar alguém que impunha e achar alguém que obedece, se não, não vai, igual nos prestar serviço... calcula se não tivesse esses aqui para delegar, ó vocês vão lá faz, o caminhão, tem que abastecer, te que ir lá, e daí? E se, se deixasse cada fazer o que bem quer? Difícil né?! Então é uma coisa que... tem que ter os dois lados (GRUPO DE DEBATE A).

Mais uma vez, e embora estejamos tratando de iniciativas autogestionárias, identificamos a divisão do trabalho entre os que pensam e os que fazem. E o dilema das exigências do mercado, no caso, de realizar o trabalho da prestação de serviços que foi celebrado em contrato aparece novamente. Gaiger (2003) coloca a dupla subsunção que as iniciativas de Economia Solidária experimentam ao conviver com o capitalismo, com os efeitos da lógica da acumulação e as regras de intercâmbio, assim como ter que adotar a base técnica do capitalismo com os processos de trabalho inerentes a elas. Deste modo, isso gera tensionamentos que conduzem a fazer concessões aos princípios postos na Economia Solidária. Assim, fato do dirigente justificar que precisa agir como um “patrão” demonstra uma dessas concessões realizadas. Isto é, esse tensionamento permite que os EES abram mão da vivência dos princípios da Economia Solidária, por conseguinte, essas concessões podem chegar a tal ponto que o EES torna-se uma empresa capitalista. Deste modo, permanece apenas a liberdade burguesa de selar contratos.

Outra concepção que nos chama a atenção é a seguinte:

[...] Não é economia solidária, é família solidária.

[...] Chega as barraquinhas, todo mundo ajuda a montar. Aí outra tá com a mala pesada sobe escada e vai levar. É família solidária, não é economia.

[...] A gente aprende a lidar com isso. A gente fica uma Família. Quando eu entrei, eu não pensava nisso [...].

[...] Eu só pensava em mim mesmo, mas não. Eu vejo que a gente tem que ser solidário um com o outro. A gente aprende com isso. Eu aprendi bastante. No começo achava que tinha que vender. Eu achava que aquilo era só o meu produto que tinha que vender. Não, tem que vender de todos. Ser mais solidário com as pessoas. A gente aprende muito isso, a pessoa de sair e o outro vende para você, paga certinho, é família!

[...] Que nem eu era, um solitário. Passei a ser uma família solidária. Até enrolei a língua aqui. Quer dizer, que nem eu falei antes no começo, eu fabricava, saía vender, comprar e embalar. Era de segunda à segunda. Hoje não por causa da feira. Aliviou um pouco, entendeu? Tem um pouco mais de tempo (DEBATE DE GRUPO B).

A nosso ver a ênfase atribuída às relações sociais entre os grupos e mesmo a concepção de família, acaba por romantizar as experiências, uma vez que a renda obtida é complementar a outras rendas dos trabalhadores. O que também, faz com que as experiências se aproximem do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Política de Assistência Social.

O fato de você comprar a sua matéria-prima, você cuidar do seu negócio, acho que isso é interessante. Porque não é você chegar ali na loja e comprou uma glicerina e fez o seu sabonete depois vai à venda. Você vai calcular tudo que você gastou. Você vai colocar o seu preço justo, você vai calcular se esse dinheiro vai dar para comprar outra glicerina. Então, assim, a gente é autogestão, a gente tem mais controle naquilo que a gente está fazendo e isso é bom para tudo. [...] você é o seu próprio patrão e você aprende a controlar o dinheiro de uma outra forma. Fora claro, ser solidário, como vocês falaram tudo, mas você começa a controlar o seu produto, você começa a controlar a sua despesa, o que você gastou. Acho que isso é outra coisa (DEBATE DE GRUPO B).

Essas concepções nos fazem pensar na relação entre estrutura e superestrutura, pois [...] Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1982, p.25). Assim, como Marx e Engels advertiam no Manifesto Comunista ao criticar os socialistas utópicos, substitui-se a luta política pela imaginação pessoal, como se as práticas de trabalho coletivo dos empreendimentos e a relação entre eles fosse suficiente para transformar a realidade social.

A forma social de produção solidária, nos termos de Gaiger (2003), se mostra superior na medida em que os trabalhadores satisfazem seus interesses

mais plenamente do que em outra situação, interesses esses que não precisam ser apenas utilitários, mas que também não podem deixar de ser. Deste modo, a permanência dos trabalhadores nos EES acontece não por um aspecto moral, por conta da vivência dos princípios da Economia Solidária, mas porque de alguma maneira o trabalho nessa forma de organização lhe é útil, ainda que em última instância seja o fato de possuir ou não trabalho.

Porque o que a gente escuta... é assim porque... o cooperado, as cooperativas e as associações, principalmente de catador que a gente entende, sempre o cooperado, ele aparece... nos aparecemos sempre como um coitadinho, nos não somos coitadinhos, nos somos prestadores de serviços e vivemos desse serviço. Então, nos temos que agir, vamos falar uma... frase mais fácil... dançar conforme o toque, entendeu? Não é porque nós somos catadores que nós somos coitadinhos que alguém vai ter que por na nossa boca não, nós tem que fazer, e para fazer, tem que alguém mandar nós fazer. Então o poder público vem... olha só... você me contrata e eu tenho várias pessoas na minha responsabilidade, você contrata eu, você vem e me cobra para mim fazer o serviço, se eu não pedir para eles fazer, quem vai fazer? Quem vai lá fazer? Tem que ser mais ou menos nesse caminho. Não podemos ser tão solidários como manda nós ser solidários, tem que ser solidários dentro daquilo que nós não aparece lá como patrão, como dono, como eu, né?! A gente tem que ser bastante solidário na carência, no amor, mas em prestação de... prestar serviço de qualidade solidário não pode existir, se não, não faz. Tem que ser mesmo a outra parte, não é privado, mas... (DEBATE DE GRUPO A).

Da mesma forma que a concepção de trabalho é tratada de forma equivocada, a expressão solidária também é, uma vez que o significado atribuído a ela é o do senso comum, de ajuda e imbuído de aspectos psicologizantes e subjetivos. Assim, ela é destituída do sentido de responsabilidade recíproca, de laços que convergem num sentido de classe. Mais uma vez é preciso lembrar de Rosa Luxemburgo (2005) ao criticar o posicionamento de Bernstein e da Senhora Potter-Webb, que entendem que o fracasso das cooperativas de produção na Inglaterra era devido a indisciplina. Para a autora, a indisciplina nada mais é do que o regime do capital que os trabalhadores não podem empregar contra si mesmos. No nosso caso e em outras palavras, seria a realização da autoexploração do conjunto de trabalhadores sobre si mesmos, na medida em que são os próprios capitalistas que encontra na indisciplina o instrumento da resistência. Assim, entendemos que duas hipóteses permeiam a situação: pode ser que a percepção dos “indisciplinados” esteja vinculada a uma visão da diretoria enquanto chefia, nesse caso, seria a relação com um patrão; e, pode ser que realmente a chefia se coloque como patrão.

Mas o que nos parece evidente é que o contrato de prestação de serviço junto ao município garante a demanda de trabalho, embora exija muito esforço das cooperativas para sua realização. Isto é, mesmo que o domínio do processo de trabalho escape da cooperativa na medida em que precisam cumprir o contrato de prestação de serviço e a sustentabilidade do empreendimento dependa de um ponto de equilíbrio entre custos e receitas, a existência do conjunto de trabalhadores demonstrando que não precisam de um burguês para gerir o processo de trabalho é prova de que não é necessária essa figura. Justamente por isso, entendemos que o trabalho nas cooperativas de catadores de material reciclável em Londrina, pode ser um espaço privilegiado para constituição de classe, pois é somente a luta política que permitirá isso, conforme já apontavam Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista. E não o amor de agentes públicos e instituições, que como vimos, podem entender o catador como “coitadinho”, expressando amor aos mais sofredores. Portanto, a luta por melhores condições de trabalho implica numa luta por um melhor contrato, e esta deve ser realizada pelo conjunto de trabalhadores da cooperativa, para que ela supere sua fase corporativa e se constitua enquanto classe, numa perspectiva política. Deste modo, fazendo a luta por outra forma de organização do trabalho e por recursos públicos.

Desta forma pretendemos alcançar os objetivos propostos, buscando contribuir com os estudos e trabalhadores da Economia Solidária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou tratar das ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR. Para tanto, os três primeiros capítulos deste trabalho dedicaram-se a realizar uma revisão de bibliografia, para que fosse possível situarmos a Economia Solidária não só em terras brasileiras, mas também suas raízes vinculadas ao cooperativismo e autogestão, bem como tratar de autores clássicos e contemporâneos que versaram sobre experiências deste tipo.

A revisão de bibliografia também possibilitou evidenciar que a expressão contemporânea Economia Solidária remete a práticas de trabalho associado que sempre estiveram presentes em formas de resistências dos trabalhadores. Esse “novo cooperativismo” nada mais é do que o ressurgimento dessas iniciativas de outrora, guardadas as devidas proporções de seu tempo histórico. Mas também, o que nos parece inegável é a vinculação do trabalho associado sob a expressão Economia Solidária com a intervenção pública no enfrentamento ao desemprego. De certo modo, reconhece-a como uma forma de organização do trabalho, mas este não se estende a esfera legal, com a constituição de uma política pública e uma personalidade jurídica adequada aos EES. No Brasil a expressão surge com Paul Singer, professor universitário e militante do Partido dos Trabalhadores na elaboração de uma proposta de governo para disputa da prefeitura de São Paulo e a partir disso, se espraiou por prefeituras governadas pelo mesmo partido, até que em 2002 ascende ao governo federal com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, a partir da elaboração de Paul Singer, entendemos que a expressão ressoou em experiências diversas pelo país, independente da vinculação com o partido, fazendo inclusive, que essa ascensão ao governo federal fossem reivindicação de diversas organizações e trabalhadores. Isso porque, obviamente as experiências de Economia solidária reverberariam em setores da esquerda, uma vez que estamos tratando de cooperativismo de trabalhadores.

As experiências são permeadas de polêmicas, de críticos e defensores, desde os clássicos com o cooperativismo a contemporaneamente com o que se denominou Economia Solidária. Independente disso, entendemos ser relevante as práticas de inúmeros trabalhadores do campo e da cidade que tem se

inserido em experiências de Economia Solidária, encontrando nelas algum significado, seja de vivências ou em última instância o fato de possuir ou não um trabalho.

A região estudada conta com 25 municípios e uma população estimada de 1.085.479 habitantes, conforme dados do IBGE. Entre os principais municípios da região estão Londrina, com mais de 500.000 habitantes, Arapongas e Cambé com população estimada superior a 100.000 habitantes, e Ibiporã e Rolândia, com população estimada entre 50.000 e 100.000. Os municípios de Guaraci, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Prado Ferreira, Rancho Alegre, Sabáudia e Sertaneja possuem uma população inferior a 10.000 habitantes cada, enquanto Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Centenário do Sul, Florestópolis, Jaguapitã, Jataizinho, Porecatu, Primeiro de Maio, Sertanópolis, Tamarana, Uraí possuem uma população estimada entre 10.000 e 20.000 habitantes.

No que se refere ao trabalho, a RMLO possui uma população economicamente ativa (PEA) de 538.478 pessoas, de acordo com IBGE (2010), e com base em dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), o número de empregos é de 291.270, para um número de estabelecimentos de 31.884 (IPARDES, 2017). De acordo com o Datapédia (2018), entre a população ocupada acima de 18 anos (2000 - 2010), a percentagem de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada varia nos municípios da RMLO de 11,13% a 33,34%, enquanto dos trabalhadores autônomos varia de 10,10% a 26,05%. Isso demonstra que o trabalho informal e autônomo, e por vezes desprotegido, também é expressivo na região. Assim, consideramos a hipótese de que os trabalhadores da Economia Solidária podem se situar no conjunto dos trabalhadores citados nos percentuais acima, seja pelas dificuldades de formalização dos EES, bem como com a possibilidade dessas iniciativas serem utilizadas para burlar a legislação trabalhista vigente até outrora.

No entanto, pela difícil corroboração da hipótese, uma vez que o CADSOL, a plataforma que poderia nos ajudar não se encontra completamente alimentada pelos envolvidos na Economia Solidária na RMLO. Ela é uma base de dados que tornaria possível a consulta de quais e quantos EES estão localizados na RMLO.

Assim sendo, buscamos identificar as ações públicas de apoio e fomento voltadas aos EES, no que tange a organização do trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR, sendo que para tal, primeiramente realizamos contatos telefônicos junto aos municípios e EAF da RMLO. Foram identificadas ações em Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jaguapitã, Londrina, Pitangueiras, Primeiro de Maio e Sertaneja, isto é, em 10 municípios. Com relação a entidades de apoio e fomento, foram identificadas a Cáritas Arquidiocesana de Londrina, Instituto EMATER, Instituto Colmeia de Cidadania, INTES, PPCPO e PROVOPAR-LD, portanto, seis EAF. No entanto, vale frisar que entre os municípios e entidades de apoio e fomento, existem aqueles que não possuem o objetivo primeiro de trabalhar com Economia Solidária, mas a perpassam pelas suas atividades.

Nesse sentido, merece destaque o fato de existirem parcerias entre as EAF e até mesmo entre elas e os municípios. Embora isso possa trazer a sensação de sobreposição de ações, e que realmente existe em alguns momentos, a predominância é a terceirização da intervenção, com convênios que se tornam mantenedores das ações realizadas por entidades executoras.

Em síntese, em meio aos municípios participantes da pesquisa, temos Londrina com o Programa Municipal de Economia Solidária e a CMTU-LD, e entre as entidades de apoio e fomento temos o Instituto EMATER, o Instituto Colmeia de Cidadania, o PPCPO e o PROVOPAR-LD. Assim, a Prefeitura de Londrina, na figura do Programa Municipal de Economia Solidária, instituído por lei e coordenado pela Secretaria de Assistência Social, celebra convênio com o PROVOPAR-LD para apoiar e fomentar os EES vinculados ao Programa Municipal. A Cáritas de Apucarana possui uma parceria com o Instituto Colmeia de Cidadania para que este realize o trabalho de apoio e fomento junto aos EES. E o PPCPO enquanto projeto e extensão da UEL, depende de financiamento externo para desenvolver suas atividades. Vale frisar, que tanto o Instituto EMATER, como PPCPO não possuem o objetivo primeiro de trabalhar com Economia Solidária, mas sim com extensão rural e certificação de produtos orgânicos, respectivamente. Entretanto, suas atividades perpassam grupos com as características dos EES.

As ações públicas desenvolvidas por essas instituições participantes da pesquisa junto aos EES são marcadas pela heterogeneidade, entretanto, ainda assim, elas possuem algumas características gerais. As entidades de apoio

possuem mantenedores, ou seja, são financiadas por outras entidades ou convênios públicos, como vimos anteriormente. No que tange a intervenção propriamente dita, ainda que as ações guardem diferenças entre si, podemos verificar que elas são pautadas em três eixos de formação: Economia Solidária; gestão do empreendimento; e, área técnica e/ou produtiva.

A primeira refere-se a formações que envolvem cooperativismo, associativismo, Economia Solidária, enfim, o trabalho associado nas suas diferentes formas de organização. A segunda, contempla a gestão dos EES, envolvendo formação e orientações para gestão administrativa e financeira, que são pensadas a partir da atividade econômica desenvolvida pelo empreendimento. Este também acaba envolvendo questões pertinentes à comercialização, tais como locais e estratégias de venda. A terceira, por envolver a área técnica, depende da atividade econômica desenvolvida pelo empreendimento, seja ela na área urbana ou rural, com a agricultura, artesanato, alimentação, costura, prestação de serviços, entre outros.

Diante disso, nos chama a atenção nas ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na RMLO, a relação que se estabelece entre o público e o privado. Essa combinação para o enfrentamento das expressões da questão social no capitalismo monopolista não rompe com o *ethos* individualista da lógica liberal, embora ele seja atravessado pela adoção das políticas sociais. Ele proporciona uma psicologização da vida social, ou seja, ao implementar ações públicas para enfrentar as expressões da questão social, a permanência delas é transferida para responsabilidade daqueles que as vivenciam. Deste modo, as ações públicas se apresentam imbuídas de empreendedorismo e responsabilização do trabalhador, muito embora algumas dessas iniciativas possam ter surgido da capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores. Mas, o que nos parece evidente, é refuncionalização dessas ações públicas para atender na medida exata os interesses da idade do monopólio, responsabilizando o trabalhador e sua reprodução social.

Ao sistematizar informações sobre as características dos EES participantes da pesquisa na região metropolitana de Londrina-PR, nos deparamos com empreendimentos formados majoritariamente por mulheres, sendo os EES da agricultura, artesanato, alimentação, costura e prestação de serviços formados predominantemente por pessoas brancas. Em contrapartida, os EES vinculados a

coleta seletiva são formados por pessoas negras e pardas são os que possuem os melhores rendimentos. Isso porque das 3 cooperativas de catadores de material reciclável participantes da pesquisa, em 2 as retiradas dos sócios estão entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto em 1, fica entre meio e um salário mínimo. Nos 12 EES acompanhados pelo PROVOPAR-LD, 9 possuem retirada mensal inferior a meio salário mínimo. Os rendimentos proporcionados pelos EES complementam a renda de famílias, mas na maioria dos casos não é capaz de se tornar a principal fonte de renda familiar.

Na busca por compreender o conceito de trabalho assalariado e Economia Solidária para os EES, gestores públicos e EAF, identificamos diferentes posicionamentos. Embora trabalho realizado pelo Instituto EMATER e pelo PPCPO não tenha como objetivo primeiro trabalhar com a Economia Solidária, eles a perpassam, de modo que acabam valendo-se de conceitos e expressões usualmente utilizados pelos envolvidos na Economia Solidária. Das demais instituições que declararam trabalhar diretamente com Economia Solidária, Instituto Colmeia de Cidadania e PROVOPAR-LD norteiam suas atividades com base nos princípios da Economia Solidária, enquanto para CMTU-LD o foco acabou se tornando as cooperativas para organizar a coleta seletiva em Londrina.

Para os trabalhadores, a Economia Solidária remete a outra forma de viver, com valores mais humanos prevalecendo em detrimento das relações monetárias. No entanto, essa percepção que no início converge nos debates de grupo, se distância no seu transcorrer. Enquanto para os trabalhadores acompanhados pelo PROVOPAR-LD no convênio com a Prefeitura Londrina, acabam por expressar de forma romântica a experiência, o que faz elas se aproximarem dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos da Política de Assistência Social.

Para os trabalhadores da cooperativa de catadores de material reciclável a própria concepção de trabalho aparece distorcida, uma vez que se confunde o trabalho na Economia Solidária com ausência de organização e planejamento, que são inerentes ao processo de trabalho, enaltecendo aspectos psicologizantes e subjetivos.

Também não podemos nos esquecer da subsunção que os EES experimentam ao conviver com o capitalismo, visto que estão sujeitos à lógica da acumulação, as regras de intercâmbio e ter que adotar a base técnica do capitalismo

nos seus processos de trabalho. Isso cria um tensionamento que conduz o empreendimento a fazer concessões aos princípios da Economia Solidária, para continuar operando. No entanto, isso pode ser alargado a tal ponto, que ou o EES termina suas atividades, ou torna-se uma empresa capitalista. Assim, entendemos que manifestações de indisciplina, nada mais são do que trabalhadores que não podem empregar o regime do capital contra eles mesmos.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO DA CIDADANIA. **Apresentação**. 2017a. Disponível em: <<http://www.acaodacidadania.com.br/?page=quemsomos>>. Acesso em: 06 jun. 2017.
- ADS. **Histórico, missão e objetivos**. 2017a. Disponível em: <<https://www.desenvolvimentosolidario.org.br/institucional>>. Acesso em: 06 jun. 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais**. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. (Org.). Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais**. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. (Org.). Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.
- BETTIOL LANZA, Líria Maria; MACCAGNAN, Luis Alberto; GARCIA, Marcílio Ronaldo. **Economia Solidária e proteção social na contemporaneidade**. Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo. v.2 n. 1, p. 1-205, janeiro/junho 2017.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOYLE, David. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. 2017b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016**. 2017c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8894.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do trabalho. **Economia Solidária**. 2017a. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/o-que-e>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. 2017d. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-vao-a-mesa-dos-brasileiros-sao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos e histórico**. 2017a. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2010.

CHANIAL, Philippe. LAVILLE, Jean-Louis. **A economia social e solidária na França**. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe. (Org.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p.39-55.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHINAGLIA, Arlindo. **Intervenções do público**. In: SINGER, Paul; MACHADO, João. Economia Socialista. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CIRANDAS. **O que é o FBES**. 2017a. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>>. Acesso em: 05 maio 2017.

CMTU. **Coleta de Resíduos Recicláveis**. 2018b. Disponível em: <<http://www.cmtuld.com.br/index.php/coleta-reciclavel.html>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CMTU. **Histórico**. 2018a. Disponível em: <<http://www.cmtuld.com.br/index.php/quem-somos/historico.html>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CPRA. **Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO)**. Disponível em: <<http://www.cpra.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Conferências Nacionais de Economia Solidária: acúmulos e desafios no planejamento participativo de políticas públicas de economia solidária.** In: Mercado de trabalho: conjuntura & análise, 57, Ipea/MTE, p.83-94, 2014.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil, Espaços Públicos e Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades.** In: DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. Editora Paz e Terra: São Paulo, 2002.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho! : a intensificação do labor na sociedade contemporânea.** São Paulo: Boitempo, 2008.

DIEESE. **Quem somos.** 2017a. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

EMATER. **Histórico da Extensão Rural Oficial.** Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

FLICK, Uwe. **Entrevistas e debates de grupo.** In: Métodos qualitativos na investigação científica. Lisboa: Monitor – Projectos e Edições, Lda, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.** 2017a. Disponível em: <<http://fbes.org.br/linha-de-tempo/>>. Acesso em: 09 maio 2017.

FRANZESE, Cibele. **Administração pública em contexto de mudança: desafios para o gestor de políticas públicas.** In: IBAÑEZ, Nelson; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon; SEIXAS, Paulo Henrique D'Ângelo. (Orgs.). Política e gestão pública em saúde. São Paulo: Hucitec editora: Cealag, 2011. p.19-53.

FUNDACIÓN AVINA, [et al.]. **Contratação pública municipal de uma cooperativa de catadores: o caso da Cooper Região – cooperativa de catadores de materiais recicláveis da região metropolitana de Londrina - PR.** Salvador: Inspirar Ideias, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, p.181-211, jul./dez. 2003.

GONÇALVES, Dimas. **“A sociedade do emprego acabou e a economia solidária é uma alternativa”, diz economista.** AGEM: 3 jan. 2018. Entrevista concedida a Agência Metropolitana da Baixada Santista. Disponível em: <<http://www.agem.sp.gov.br/a-sociedade-do-emprego-acabou-e-a-economia-solidaria-e-uma-alternativa-diz-economista/>>. Acesso em 25 fev. 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 1.** 1999a. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 3.** 2014. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 6.** 1999b. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Carta 83.** 7 de setembro de 1931. In: GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere (Antologia)*. Porto: Estaleiro Editora, 2011.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale.** 10ª Edição. Porto Alegre: Unimed, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

INSS. **Aposentadoria por idade.** Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/aposentadoria-por-idade/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCESAL, 2000. p.15-37.

KRUPPA, Sonia Maria Portella; GONÇALVES, Alicia Ferreira; MACDONALD, José Brendan. (et al.). **Regime jurídico das cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária.** Série pensando o direito, vol.46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LAVILLE, Jean-Louis. **Jean-Louis Laville.** 2017a. Disponível em: <<http://www.jeanlouislaville.fr/pt-pt/biografia-2/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

LEITE, Marcia de Paula. **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades.** Ver. Bras. Ci. Soc., vol.24, nº69, p.31-51, 2009.

LEITE, Marcia de Paula. **A Economia solidária no debate a na experiência latino-americana.** In: LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria C.; LIMA, Jacob Carlos. (Org.). *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação*. São Paulo: Annablume, 2015. p.19-42.

LEITE, Marcia de Paula. **A economia solidária, sua teorização e os desafios da prática no Brasil.** In: LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria C.; LIMA,

Jacob Carlos. (Org.). O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015. p.43-59.

LENIN, Vladimir Ilitch. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado em a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Sobre a cooperação**. In: LENIN, V. I. Obras escolhidas. Tomo 3. 2ª Ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2004.

LIMA, Jacob Carlos. **Economia solidária**: de movimento social a política pública. In: LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria C.; LIMA, Jacob Carlos. (Org.). **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015. p.61-83.

LIMA, Jacob Carlos. **Paradoxos do trabalho associado**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 21, n. 1, p.113-132, 2009.

LIMA, Jacob Carlos; SOUZA, André Ricardo de. Trabalho, solidariedade social e economia solidária. Lua Nova, São Paulo, nº93, p.139-168, 2014.

LONDRINA. Decreto nº 1005, de 5 de outubro de 2010. **Aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social**. Londrina, 2010.

LONDRINA. **Lei municipal nº 5.496, de 27 de julho de 1993**. Autoriza a constituição da sociedade de economia mista Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização, dispõe sobre o Transporte Coletivo de Passageiros e dá outras providências. Londrina, 1993.

LONDRINA. **Lei nº 10.523, de 28 de agosto de 2008**. Cria o programa municipal de economia solidária, e dá outras providências. Londrina, 2008.

LONDRINA. **Perfil da região metropolitana de londrina – 2014**. (ano-base 2013). Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_planejamento/perfil/regiao_metropolitana/perfil_rml_2014.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. **O movimento antimanicomial no Brasil**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.399-407, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 4ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LUZIO DOS SANTOS, Luís Miguel. **Socioeconomia**: solidariedade, economia social e as organizações em debate. São Paulo: Atlas, 2014.

MACHADO, João. Comentários. In: SINGER, Paul; MACHADO, João. Economia Socialista. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista a globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANCE, Euclides André. **Biografia**. 2017a. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária**: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores**. Fundada em 28 de Setembro de 1864 numa reunião pública, realizada em St. Martin's Hall, Long Acre, Londres. 2016a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Para crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2007. p.09-29.

MNCR. **História do MNCR**. 2017a. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/sua-historia>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NASCIMENTO, Claudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Brasília: MTE, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ªEd. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2009.

NISHIMURA, Sandra Regina. **Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina - Paraná**. 2005. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005.

NISHIMURA, Sandra Regina; COSTA, Olavo Aparecido. **Centro Público de Economia Solidária**: o desafio da construção coletiva. In: BORINELLI, Benilson; LUZIO DOS SANTOS, Luis Miguel; PITAGUARI, Sinival Osório. Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.

NISHIMURA, Sandra Regina; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. **Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina**. In: : BORINELLI, Benilson; LUZIO DOS SANTOS, Luis Miguel; PITAGUARI, Sinival Osório. Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**: ideias para reforma democrática do Estado. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1998.

PAMPLONA, João Batista. **Erguendo-se pelos próprios cabelos**: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, 2001.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2011.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 1966b. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1966.

PINHO, Diva Benevides. **Que é cooperativismo**. 1966a. São Paulo: Ed. São Paulo, 1966.

POCHMANN, Marcio. **Rumos da política de trabalho no Brasil**. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.). Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo Cortez, 2012. p.37-58.

PRAXEDES, Sandra Faé. **Políticas Públicas de Economia Solidária**: novas práticas, novas metodologias. 2009. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ES3Sandra.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.

PROVOPAR. **Quem somos**. 2018. Disponível em: <<https://provoparlondrina.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

RAZETO, Luis R. Migliaro. **Currículo**. 2017a. Disponível em: <<http://www.luisrazeto.net/content/curr%C3%ADculum>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Como a rede funciona?** Disponível em: <<http://ecovida.org.br/sobre/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

RUEDA, Daniela. **Situação das Políticas Estaduais de Economia Solidária**. Disponível em: <<http://fbes.org.br/download/relatorio-final-planos-estaduais-ecosol-dez-2016/#>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; SCHIOCHET, Valmor. **Economia solidária no plano Brasil sem miséria**: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema. Mercado de Trabalho/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, nº54, p.69-81, fev., 2013.

SILVA, Sandro Pereira; NAGEM, Fernanda Abreu. **A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais**: uma análise do programa economia solidária em desenvolvimento. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1682.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3ª Ed. da UFSC. São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, Paul. **Biografia intelectual**. 2017a. Disponível em: <<http://paulsinger.com.br/biografia/>>. Acesso em: 31 maio 2017.

SINGER, Paul. Economia socialista. In: SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia Socialista**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul. **Economia Solidária contra o desemprego**. 1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/11/opiniaio/9.html>>. Acesso em: 31 maio 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STEDILE, João Pedro; Fernandes, Bernardo Mançano. **Brava gente, a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

STRAZZACAPPA, Cristina. **A luta pelas terras no Brasil**: das sesmarias ao MST. São Paulo: Moderna, 2006.

TEIXEIRA, Aloisio. **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2002.

UNITRABALHO. **O que é?** 2017a. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/que/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

WANDELLI, Leonardo Vieira. **O direito humano e fundamental ao trabalho: fundamentação e exigibilidade**. São Paulo: LTr, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário GP



Formulário de Pesquisa

Pesquisador: **Marcílio Ronaldo Garcia**
 Orientadora: **Líria Maria Bettiol Lanza**

Nº

1. Controle do Formulário

Nome do responsável pelas informações:	
Função/ cargo:	Data:

2. Identificação

2.1. Órgão:	
2.2. Secretaria/ Diretoria/ Órgão:	
2.3. Endereço:	
2.4. Bairro:	2.5. Município:
2.6. Telefone:	
2.7. E-mail:	

3. Histórico

3.1. Descreva um breve histórico da instituição e de seu envolvimento com a temática.

4. Características gerais

<p>4.1. O município (no caso, o setor) realiza apoio (assessoria, assistência ou capacitação) a empreendimentos de Economia Solidária (EES)? Em outras palavras, a trabalhadores que estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras.</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não [passe para 4.5]</p>	<p>4.2. Quais empreendimentos estão sendo apoiados?</p> <p>1. _____ 2. _____ 3. _____ 4. _____ 5. _____</p> <p>4.3. O município possui alguma lei destinada a essas iniciativas?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Sim. Qual(is)? _____ 2. <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>4.4. Que tipo de apoio (assessoria, assistência ou capacitação) o município oferece aos EES? [resposta múltipla]</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Assistência técnica e/ou gerencial 2. <input type="checkbox"/> Qualificação profissional, técnica, gerencial 3. <input type="checkbox"/> Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária) 4. <input type="checkbox"/> Assistência jurídica 5. <input type="checkbox"/> Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços 6. <input type="checkbox"/> Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica 7. <input type="checkbox"/> Assessoria na constituição, formalização ou registro</p>	<p>4.5. Podemos dizer que os empreendimentos econômicos solidários que possuem convênios e/ou apoiados, pertencem a qual das seguintes categorias sociais? [resposta múltipla]</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Agricultores familiares 2. <input type="checkbox"/> Artesãos 3. <input type="checkbox"/> Artistas 4. <input type="checkbox"/> Assentados da reforma agrária 5. <input type="checkbox"/> Catadores de material reciclável 6. <input type="checkbox"/> Garimpeiros ou mineiros 7. <input type="checkbox"/> Técnicos, profissionais de nível superior 8. <input type="checkbox"/> Outros trabalhadores autônomos / por conta própria 9. <input type="checkbox"/> Desempregados (desocupados) 10. <input type="checkbox"/> Não se aplica ou não há predominância</p>

8. <input type="checkbox"/> Elaboração de projetos	
9. <input type="checkbox"/> Incubação	
10. <input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____	
4.6. Descreva as ações que o município desenvolve junto aos empreendimentos.	
4.7. Quais as dificuldades e/ou desafios enfrentados no apoio (assessoria, assistência ou capacitação)?	
4.8. Quais as conquistas que consideram ter atingido no apoio (assessoria, assistência ou capacitação)?	
4.9. As ações que a entidade desenvolve são realizadas na perspectiva da Economia Solidária? Comente.	

5. Recursos

5.1. Descreva a equipe técnica envolvida com a assessoria. (Quantidade e profissão).	
5.2. Contrata profissionais para intervenções esporádicas? 1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não	5.3. O município celebra convênio e/ou parceria com empreendimentos de Economia Solidária (EES) e/ou entidades de apoio e fomento (EAF)? 1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não [término]
5.4. Enumere os convênios e/ou parcerias executados e em execução. Nome, valor e período.	
1. Nome: _____	
Descrição: _____	
Valor: R\$ _____	
Período: início: ____/____/____ término: ____/____/____	
2. Nome: _____	
Descrição: _____	
Valor: R\$ _____	
Período: início: ____/____/____ término: ____/____/____	
3 Nome: _____	
Descrição: _____	
Valor: R\$ _____	
Período: início: ____/____/____ término: ____/____/____	
4. Nome: _____	
Descrição: _____	
Valor: R\$ _____	
Período: início: ____/____/____ término: ____/____/____	
5. Nome: _____	
Descrição: _____	

Valor: R\$ _____
Período: início: ____/____/____ término: ____/____/____

APÊNDICE B

Questionário EAF



Formulário de Pesquisa

 Pesquisador: **Marcílio Ronaldo Garcia**
 Orientadora: **Líria Maria Bettiol Lanza**
Nº **1. Controle do Formulário**

Nome do responsável pelas informações:	
Função na instituição:	Data:

2. Identificação

2.1. Nome da Entidade de Apoio e Fomento (EAF):	
2.2. Endereço:	
2.3. Bairro:	2.4. Município:
2.5. Telefone:	
2.6. E-mail:	

3. Histórico

3.1. Descreva brevemente o histórico da instituição.
--

4. Características gerais da assessoria

<p>4.1. A entidade realiza apoio (assessoria, assistência ou capacitação) a empreendimentos de Economia Solidária (EES)? Em outras palavras, a trabalhadores que estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras.</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>4.2. Quais EES estão sendo assessorados?</p> <p>1. _____ 2. _____ 3. _____ 4. _____ 5. _____</p>
<p>4.4. Que tipo de apoio (assessoria, assistência ou capacitação) a entidade oferece aos EES? [resposta múltipla]</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Assistência técnica e/ou gerencial 2. <input type="checkbox"/> Qualificação profissional, técnica, gerencial 3. <input type="checkbox"/> Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária) 4. <input type="checkbox"/> Assistência jurídica 5. <input type="checkbox"/> Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços 6. <input type="checkbox"/> Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica 7. <input type="checkbox"/> Assessoria na constituição, formalização ou registro 8. <input type="checkbox"/> Elaboração de projetos</p>	<p>4.5. Podemos dizer que os empreendimentos econômicos solidários apoiados pertencem a qual das seguintes categorias sociais? [resposta múltipla]</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Agricultores familiares 2. <input type="checkbox"/> Artesãos 3. <input type="checkbox"/> Artistas 4. <input type="checkbox"/> Assentados da reforma agrária 5. <input type="checkbox"/> Catadores de material reciclável 6. <input type="checkbox"/> Garimpeiros ou mineiros 7. <input type="checkbox"/> Técnicos, profissionais de nível superior 8. <input type="checkbox"/> Outros trabalhadores autônomos / por conta própria 9. <input type="checkbox"/> Desempregados (desocupados) 10. <input type="checkbox"/> Não se aplica ou não há predominância</p>

9. <input type="checkbox"/> Incubação	
10. <input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____	
4.6. A entidade tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, sindicatos, pastorais?	
1. <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____	

2. <input type="checkbox"/> Não	
4.7. Descreva as ações que a entidade desenvolve junto aos empreendimentos.	

4.8. Quais as dificuldades e/ou desafios enfrentados na assessoria, assistência ou capacitação?	

4.9. Quais as conquistas que consideram ter atingido na assessoria, assistência ou capacitação?	

4.10. As ações que a entidade desenvolve são realizadas na perspectiva da Economia Solidária? Comente.	

5. Recursos

5.1. Descreva a equipe técnica envolvida com a assessoria. (Quantidade e profissão).	

5.2. Contrata profissionais para intervenções esporádicas?	5.3. Celebra convênio e/ou parceria com o poder público e/ou outra entidade?
1. <input type="checkbox"/> Sim	1. <input type="checkbox"/> Sim
2. <input type="checkbox"/> Não	2. <input type="checkbox"/> Não [término]
5.4. Enumere os convênios e/ou parcerias executados e em execução. Nome, valor e período.	
1. Nome: _____	
Descrição: _____	
Valor: R\$ _____	
Período: início: ____/____/____ término: ____/____/____	
2. Nome: _____	
Descrição: _____	
Valor: R\$ _____	
Período: início: ____/____/____ término: ____/____/____	
3 Nome: _____	
Descrição: _____	
Valor: R\$ _____	
Período: início: ____/____/____ término: ____/____/____	
4. Nome: _____	
Descrição: _____	
Valor: R\$ _____	

Período: início: ____/____/____ término: ____/____/____
5. Nome: _____
Descrição: _____
Valor: R\$ _____
Período: início: ____/____/____ término: ____/____/____

APÊNDICE C

Formulário EES



Formulário de Pesquisa

 Pesquisador: **Marcílio Ronaldo Garcia**
 Orientadora: **Líria Maria Bettiol Lanza**

Nº

1. Controle do Formulário

Nome do responsável pela coleta das informações:	
Vínculo com EES: 1. <input type="checkbox"/> Sócio/trabalhador 2. <input type="checkbox"/> Técnico de Entidade de apoio e fomento (EAF) 3. <input type="checkbox"/> Gestor Público 4. <input type="checkbox"/> Pesquisador 5. <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____	Data:

2. Identificação

2.1. Nome do Empreendimento:	
2.2. Endereço:	
2.3. Bairro:	2.4. Município:
2.5. Telefone:	
2.6. E-mail:	
2.7. O empreendimento se identifica como praticante da Economia Solidária?	
1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não	

3. Características gerais dos trabalhadores

3.1. Qual o número de participantes? 1. <input type="checkbox"/> Pessoas físicas associadas Mulheres (quantas): _____ Homens (quantos): _____ Total (quantos): _____ 2. <input type="checkbox"/> Pessoas jurídicas associadas ou empreendimentos articulados em rede Total (quantas): _____	3.2. Qual a cor ou raça predominante dos sócios? 1. <input type="checkbox"/> Branca 2. <input type="checkbox"/> Preta 3. <input type="checkbox"/> Amarela 4. <input type="checkbox"/> Parda 5. <input type="checkbox"/> Indígena 6. <input type="checkbox"/> Ignorado 7. <input type="checkbox"/> Não se aplica ou não há predominância
3.3. Os sócios do empreendimento pertencem a algum povo ou comunidade tradicional? 1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não [passe para a questão 3.5]	3.4. A qual povo ou comunidade tradicional? 1. <input type="checkbox"/> Povos Indígenas 2. <input type="checkbox"/> População negra 3. <input type="checkbox"/> Comunidades Quilombolas 4. <input type="checkbox"/> Comunidades de terreiro 5. <input type="checkbox"/> Extrativistas 6. <input type="checkbox"/> Ribeirinhos 7. <input type="checkbox"/> Pescadores artesanais 8. <input type="checkbox"/> Caboclos 9. <input type="checkbox"/> Outros povos e comunidades tradicionais
3.5. Podemos dizer que no empreendimento os (as) sócios(as) pertencem a qual das seguintes categorias sociais? 1. <input type="checkbox"/> Agricultores familiares 2. <input type="checkbox"/> Artesãos 3. <input type="checkbox"/> Artistas 4. <input type="checkbox"/> Assentados da reforma agrária 5. <input type="checkbox"/> Catadores de material reciclável 6. <input type="checkbox"/> Garimpeiros ou mineiros 7. <input type="checkbox"/> Técnicos, profissionais de nível superior 8. <input type="checkbox"/> Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	3.6. Dos perfis abaixo qual deles pode ser atribuído de maneira predominante aos (às) sócios(as) do empreendimento? 1. <input type="checkbox"/> Pessoas com deficiência física ou mental 2. <input type="checkbox"/> Pessoas com transtornos mentais inclusive quando

9. <input type="checkbox"/> Desempregados (desocupados)		decorrentes do uso de álcool ou de outras drogas	
10. <input type="checkbox"/> Não se aplica ou não há predominância		3. <input type="checkbox"/> Presidiários ou egressos do sistema prisional	
		4. <input type="checkbox"/> Aposentados (as) ou pensionistas	
		5. <input type="checkbox"/> Nenhum deles	
3.7. Entre os sócios há predominância de pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda ou benefícios da assistência social?		3.8. Qual o perfil etário predominante pode ser atribuído aos (às) sócios(as)?	
1. <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____		1. <input type="checkbox"/> Jovens (de 15 a 29 anos)	
2. <input type="checkbox"/> Não		2. <input type="checkbox"/> Adultos (de 30 a 59 anos)	
		3. <input type="checkbox"/> Idosos (acima de 60 anos)	
		4. <input type="checkbox"/> Não se aplica ou não há predominância	
4. Características gerais do Empreendimento			
4.1. Forma de organização:		4.2. Os sócios, predominantemente, contribuem com a previdência social?	
1. <input type="checkbox"/> Grupo informal		1. <input type="checkbox"/> Sim	
2. <input type="checkbox"/> Associação		2. <input type="checkbox"/> Não	
3. <input type="checkbox"/> Cooperativa*		4.3. Qual o ano de início do Empreendimento?	
4. <input type="checkbox"/> Sociedade Mercantil*		_____	
* [passe para a questão 4.3]			
4.4. Situação atual do empreendimento:	4.5. Qual a área de atuação do Empreendimento? [resposta múltipla]	4.6. O empreendimento participa de alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito?	
1. <input type="checkbox"/> Em funcionamento/ operando	1. <input type="checkbox"/> Rural	1. <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____	
2. <input type="checkbox"/> Em implantação	2. <input type="checkbox"/> Urbana	_____	
3. <input type="checkbox"/> Em reestruturação		2. <input type="checkbox"/> Não	
4.7. Dentre as atividades econômicas realizadas pelo empreendimento indique qual a principal?		4.8. Qual a média de faturamento mensal do empreendimento?	
1. <input type="checkbox"/> Troca de produtos ou serviços*		1. <input type="checkbox"/> Até R\$500,00	
2. <input type="checkbox"/> Produção ou produção e comercialização		2. <input type="checkbox"/> De R\$500,01 até R\$1.000,00	
3. <input type="checkbox"/> Comercialização ou organização da comercialização		3. <input type="checkbox"/> De R\$1.000,01 até R\$1.500,00	
4. <input type="checkbox"/> Prestação do serviço ou trabalho a terceiros		4. <input type="checkbox"/> De R\$1.500,01 até R\$2.000,00	
5. <input type="checkbox"/> Poupança, crédito ou finanças solidárias*		5. <input type="checkbox"/> Acima de R\$2.000,01	
6. <input type="checkbox"/> Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios*		4.9. Qual o valor médio da remuneração/retirada mensal dos sócios?	
* [passe para a questão 4.12]		1. <input type="checkbox"/> Até ½ salário mínimo	
		2. <input type="checkbox"/> De ½ até 1 salário mínimo	
		3. <input type="checkbox"/> De 1 até 2 salários mínimo	
		4. <input type="checkbox"/> De 2 até 3 salários mínimo	
		5. <input type="checkbox"/> Acima de 3 salários mínimo	
4.10. De maneira preponderante, a renda obtida pelos (as) sócios (as) no empreendimento é:		4.11. Como é feita a remuneração ou retirada dos (as) sócios (as)? [resposta múltipla]	
1. <input type="checkbox"/> A fonte principal da renda dos sócios		1. <input type="checkbox"/> Remuneração/retirada igual para todos (as)	
2. <input type="checkbox"/> Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas		2. <input type="checkbox"/> Remuneração/retirada por horas trabalhadas	
3. <input type="checkbox"/> Complementação de recursos recebidos por doações ou programas governamentais		3. <input type="checkbox"/> Remuneração/retirada por função	
4. <input type="checkbox"/> Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões		4. <input type="checkbox"/> Remuneração/retirada por produção	
5. <input type="checkbox"/> Outro tipo. Qual? _____		4.12. O empreendimento teve acesso a algum tipo de assessoria, assistência ou capacitação?	
		1. <input type="checkbox"/> Sim	
		2. <input type="checkbox"/> Não [Passe para questão 4.15]	
4.13. Que tipo de apoio (em assessoria, assistência ou capacitação) o empreendimento teve? [resposta múltipla]		4.14. Quem forneceu o apoio ao empreendimento? [resposta múltipla]	

<p>1. <input type="checkbox"/> Assistência técnica e/ou gerencial</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Qualificação profissional, técnica, gerencial</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Assistência jurídica</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Assessoria na constituição, formalização ou registro</p> <p>8. <input type="checkbox"/> Elaboração de projetos</p> <p>9. <input type="checkbox"/> Incubação</p> <p>10. <input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____</p>	<p>1. <input type="checkbox"/> ONGs, OSCIPs. Qual? _____</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Igrejas, Pastorais etc. Qual? _____</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Associações e conselhos comunitários, etc. Qual? _____</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Prefeitura. Secretaria/Órgão? _____</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Governo Estadual. Secretaria/Órgão? _____</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Governo Federal. Secretaria/Órgão? _____</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Universidades (incubadoras, Unitrabalho). Qual? _____</p> <p>8. <input type="checkbox"/> Sistema "S" (Sebrae, SESCOOP, etc.). Qual? _____</p> <p>9. <input type="checkbox"/> Cooperativas de técnicos (as). Qual? _____</p> <p>10. <input type="checkbox"/> Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação). Qual? _____</p> <p>11. <input type="checkbox"/> Outro empreendimento ou entidade de representação. Qual? _____</p> <p>12. <input type="checkbox"/> Fornecedor ou comprador (parceria). Qual? _____</p> <p>13. <input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____</p>	
<p>4.15. Quais as instâncias de direção e coordenação do empreendimento? [Resposta múltipla]</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Assembleia de sócios (as) ou reunião do coletivo de sócios (as)</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Coordenação/Diretoria/Conselho Diretor</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Conselho Consultivo ou similar</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Conselho Administrativo ou similar</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Conselho Fiscal ou similar</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Comissão ou Conselho de Ética</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos</p> <p>8. <input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____</p>	<p>4.16. Qual a periodicidade de realização da assembleia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as) no empreendimento?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Anual ou mais de 1 ano</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Semestral</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Bimestral ou trimestral</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Mensal</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Semanal ou quinzenal</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Diariamente</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Não realiza assembleia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as)</p>	
<p>4.17. O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, sindicatos, pastorais?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____ _____ _____ _____</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>4.18. Quais as principais conquistas obtidas pelo empreendimento? [Resposta múltipla; elencar as respostas por prioridade]</p> <p>1. <input type="checkbox"/> A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios (as)</p> <p>2. <input type="checkbox"/> A autogestão e o exercício da democracia</p> <p>3. <input type="checkbox"/> A integração do grupo/coletivo</p> <p>4. <input type="checkbox"/> O comprometimento social dos (as) sócios (as)</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.)</p> <p>6. <input type="checkbox"/> A conscientização e compromisso político (com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais)</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____</p>	<p>4.19. Quais os principais desafios do empreendimento? [Resposta múltipla; elencar as respostas por prioridade]</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Viabilizar economicamente o empreendimento</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Gerar renda adequada aos (às) sócios (as)</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) sócios (as)</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Efetivar a participação e a autogestão</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as)</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as)</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária</p> <p>8. <input type="checkbox"/> Manter a união do grupo/coletivo</p> <p>9. <input type="checkbox"/> Outro. Qual?</p>

APÊNDICE D

Roteiro de perguntas semiestruturado para os debates de grupo

1. O que o EES mudou no trabalho?
2. Como foi a participação dos apoiadores nesse processo?
3. Como a sociedade recebeu isso?
4. Como avaliam a ação pública de apoio?
5. Como entendem a Economia Solidária?

APÊNDICE E

TCLE

MODELO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“As ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa **“As ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR”**, a ser realizada na região metropolitana de Londrina-PR. O objetivo da pesquisa é **“Analisar as ações públicas voltadas para o trabalho na Economia Solidária na região metropolitana de Londrina-PR.”**. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: aos gestores públicos, respondendo a um questionário; aos responsáveis por entidades de apoio e fomento, também respondendo a um questionário; e, aos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, respondendo a um formulário e participando de um grupo de debate.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são: **possível contribuição aos estudos no âmbito da Economia Solidária, bem como aos seus trabalhadores na luta contra o desemprego e pelo trabalho associado, por políticas públicas que de fato reconheçam essas iniciativas e as fortaleça.** Quanto aos riscos: **possibilidade de constrangimento durante os grupos de debate e não aceite dos sujeitos dos segmentos envolvidos com a temática em participar da pesquisa.** Em todos os casos, os sujeitos poderão interromper a continuidade da pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar **(Marcílio Ronaldo Garcia, Rua Luiz Loni, 29, Conjunto Residencial Roberto Conceição,**

*Termo de Consentimento Livre Esclarecido apresentado, atendendo, conforme normas da Resolução 466/2012 de 12 de dezembro de 2012.

Cambé-PR, telefone [43 325477-61/ 43 99935-9111] e e-mail: marcilio_garcia@hotmail.com). Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue à você.

Londrina, 01 de junho de 2017.

Marcílio Ronaldo Garcia
Pesquisador Responsável
RG: 8.889.688-2

_____ (NOME POR EXTENSO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

Obs.: Caso o participante da pesquisa seja menor de idade, o texto deve estar voltado para os pais e deve ser incluído ainda, campo para assinatura do menor e do responsável.

*Termo de Consentimento Livre Esclarecido apresentado, atendendo, conforme normas da Resolução 466/2012 de 12 de dezembro de 2012.

ANEXOS

ANEXO A

Lei nº10.523/2008 – Londrina-PR



1/6

LEI Nº 10.523, DE 28 DE AGOSTO DE 2008.

**CRIA O PROGRAMA
MUNICIPAL DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA, E
DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

Projeto de Lei nº 54/2008 Autoria: Executivo Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVA E EU
PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Capítulo I

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

SEÇÃO I

DENOMINAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Economia Solidária com o intuito de apoiar iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar a assessoria aos empreendimentos econômicos solidários desde o processo inicial de formação e depois de estruturados, com formação continuada nas áreas conceitual, técnica e de gestão;

II - Apoiar a constituição e contribuir para o fortalecimento de redes solidárias de produção, comercialização e consumo;

III - Apoiar iniciativas que promovam a comercialização dos empreendimentos econômicos solidários;

IV - Promover acesso a políticas de investimento social.

SEÇÃO II

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Programa Municipal de Economia Solidária constituiu-se como uma ação

intersectorial da Prefeitura Municipal de Londrina com a participação das diversas políticas setoriais.

Art. 3º O Programa Municipal de Economia Solidária estará vinculado à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social e será coordenado por esta secretaria.

Art. 4º Para a execução do Programa Municipal de Economia Solidária será designada equipe própria multidisciplinar composta por servidores e servidoras municipais vinculados às Secretarias participantes do referido Programa.

SEÇÃO III PROJETOS

Art. 5º O Programa Municipal de Economia Solidária será operacionalizado por meio de ações que oportunizem:

I - Projeto de Assessoria aos Empreendimentos Econômicos Solidários, que assessoria, desde o processo de formação dos grupos de geração de trabalho e renda e após a sua organização, propiciando conforme a necessidade, capacitação nas áreas conceitual, técnica e de gestão;

II - Projeto de Investimento Solidário, que objetiva o acesso a materiais de consumo para o processo de produção das iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda;

III - Projeto Rede Solidária, que visa apoiar e fortalecer a organização de rede solidária de produção, comercialização e consumo;

IV - Projeto Oficinas Solidárias, que tem o intuito de propiciar informações sobre a Economia Solidária, da perspectiva do trabalho coletivo, autogestionário, cooperativo e solidário;

V - Projeto de Educação para o consumo crítico e solidário, que tem por objetivo sensibilizar diferentes segmentos sobre a Economia Solidária e o consumo justo e solidário;

VI - Havendo outras necessidades posteriores, faculta-se ao Programa Municipal de Economia Solidária a formatação de outros projetos que visem o atendimento a suas finalidades, respeitado a disponibilidade orçamentária e mediante aprovação do Conselho Geral de Gestão.

Capítulo II DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

SEÇÃO I PRINCÍPIOS

Art. 6º A Política Pública Municipal de Economia Solidária é regida pelos seguintes princípios:

- I - Articulação e Integração com enfoque no caráter intersetorial e multidisciplinar, o que permite atuar de forma integralizada com o público a ser atendido;
- II - Participação e Controle Social;
- III - Descentralização e territorialização das ações;
- IV - Desenvolvimento local e sustentável;
- V - Autogestão, cooperação e solidariedade como foco das ações.

SEÇÃO II OBJETIVOS

Art. 7º A Política Pública Municipal de Economia Solidária é possui os seguintes objetivos:

- I - Propiciar acesso à geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária;
- II - Contribuir para a melhoria da elevação da qualidade de vida pela criação de fontes de renda;
- III - Incentivar a constituição de cadeias produtivas na Economia Solidária;
- IV - Apoiar os empreendimentos econômicos solidários nos aspectos relacionados ao comércio justo e solidário;
- V - Propiciar o acesso as ações de Economia Solidária, por meio de estruturas físicas descentralizadas e territorializadas;
- VI - Apoiar o cooperativismo popular e solidário;
- VII - Promover a intersetorialidade e multidisciplinaridade das ações do Poder Público Municipal.

Capítulo III DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 8º São considerados beneficiários da Política Pública Municipal de Fomento à Economia Solidária, grupos de geração de trabalho e renda informais ou formais que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade, compostos por trabalhadores e trabalhadoras com mais de 16 anos de idade, residentes e domiciliados no Município de Londrina que cumpram ao menos um dos seguintes requisitos: estejam desempregados e/ou se encontrem em situação de vulnerabilidade social e/ou sejam procedentes da agricultura familiar e/ou se encontrem em situação de violência, e/ou indígenas da comunidade local e/ou usuários dos serviços de saúde mental.

Art. 9º A participação no Programa de Economia Solidária será formalizada por meio de um Termo de Adesão.

Capítulo IV DOS RECURSOS

Art. 10 As atividades de fomento, de formação continuada dos empreendimentos econômicos solidários terão recursos procedentes da Política Pública de Assistência Social, da área de Proteção Social Básica - Inclusão Produtiva.

Art. 11 Outras atividades de apoio à Economia Solidária, conforme a área de execução estarão alocadas nas respectivas políticas setoriais.

Capítulo IV DO CRÉDITO

Art. 12 Os empreendimentos econômicos solidários participantes do Programa Municipal de Economia Solidária poderão acessar ao crédito solidário em convênio a ser estabelecido pelo Executivo Municipal com instituição que opere o micro-crédito.

Capítulo V DO CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Art. 13 O Centro Público de Economia Solidária constitui-se como espaço público de referência da Economia Solidária no município para o desenvolvimento de ações

pertinentes a área, para difusão da Economia Solidária e sede do Programa Municipal de Economia Solidária.

Art. 14 O Centro Público de Economia Solidária tem por objetivos:

- I - Abrigar ações da Política Pública de Economia Solidária;
- II - Contribuir com o processo de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários;
- III - Possibilitar a articulação dos diferentes sujeitos na construção e fortalecimento das ações de Economia Solidária;
- IV - Promover formação continuada e capacitações nas áreas técnica, de gestão, entre outras, conforme a necessidade dos empreendimentos econômicos solidários.

Capítulo VI DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 15 Fica criado o Conselho Geral de Gestão, com as seguintes atribuições:

- I - Zelar pelo cumprimento e implementação desta lei;
- II - Acompanhar as ações desenvolvidas pela Política Pública de Economia Solidária;
- III - Zelar pela garantia do bom andamento das atividades desenvolvidas pelo Centro Público de Economia Solidária;
- IV - Apoiar as atividades realizadas que objetivem o fortalecimento da Economia Solidária;
- V - Contribuir para a elaboração do planejamento das ações da Política Pública de Economia Solidária e do Centro Público de Economia Solidária.

Art. 16 O Conselho Geral de Gestão será composto por 08 (oito) representantes do Poder Executivo das diferentes políticas setoriais que compõem o Programa Municipal de Economia Solidária e que executam a Política Pública de Economia Solidária no município, 06 (seis) trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária sendo, um ou uma de cada região do município (norte, sul, leste, centro, oeste e rural) e 2 (dois) representantes de entidades de apoio à Economia Solidária, nomeados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 17 O Poder Executivo deverá baixar norma para a devida regulamentação da presente lei, em especial quanto ao funcionamento, eleição e mandato dos componentes do Conselho Geral de Gestão.

Art. 18 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 28 de agosto de 2008.

Nedson Luiz Micheletti
PREFEITO DO MUNICÍPIO

Adalberto Pereira da Silva
SECRETÁRIO DE GOVERNO

Maria Luiza Amaral Rizzotti
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL